

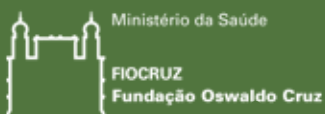
AGRICULTURAS URBANAS AGROECOLÓGICAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE

fortalecendo diálogos,
memórias e redes





O projeto que gerou esta publicação foi viabilizado com recursos das emendas parlamentares dos mandatos da Deputada Federal Talíria Petrone (PSOL-RJ) e do Deputado Federal Marcelo Freixo (PSB-RJ). Agradecemos à Talíria, Freixo e também aos mandatos de Flávio Serafini (PSOL-RJ), Marquito (PSOL-SC) e Áurea Coralina (PSOL-MG) pelo compromisso com o fortalecimento do Sistema Único de Saúde e da agricultura urbana agroecológica como elementos fundamentais para a defesa da vida, do meio ambiente e do direito à cidade.



FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ)

PRESIDENTE

Mario Moreira

VICE-PRESIDENTE DE AMBIENTE, ATENÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE

Hermano Albuquerque de Castro

COORDENAÇÃO DE AMBIENTE

Guilherme Franco Netto

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cláudia Pinheiro da Silva

André Campos Búrigo

Angélica Patrícia de Almeida

Claudemar Mattos

Danúbia Gardênia da Silva

Esther Sette Collazos

Gabriela de Vasconcelos Costa Lobato

Guilherme Franco Netto

Helena Rodrigues Lopes

Lorena Portela Soares

Marcelle Ribeiro Felipe

Natália Almeida Souza

Suzane da Fonseca Durães

AGENDA DE SAÚDE E AGROECOLOGIA

André Campos Búrigo

Angélica Patrícia de Almeida

Claudemar Mattos

Danúbia Gardênia da Silva

Helena Rodrigues Lopes

Lorena Portela Soares

Marcelle Ribeiro Felipe

Natália Almeida Souza

MANDATOS PARCEIROS DO PROJETO

Áurea Carolina - Deputada federal - MG - PSOL

Flávio Serafini - Deputado estadual - RJ - PSOL

Marcelo Freixo - Deputado federal - RJ - PSOL

Marquito - Vereador - Florianópolis, SC - PSOL

Talíria Petrone - Deputada federal - RJ - PSOL

COLETIVO NACIONAL DE AGRICULTURA URBANA (CNAU) ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA (ANA)

REPRESENTANTES QUE INTEGRARAM A EQUIPE DO PROJETO

André Ruoppolo Biazoti

Daniela Adil Oliveira de Almeida

INTEGRANTES DO CNAU

(Integrantes em setembro de 2023)

Agenda de Saúde e Agroecologia - Fiocruz - Rio de Janeiro, RJ

Articulação de Agroecologia e Agricultura Urbana e Periurbana da
Região Metropolitana de Recife - PE

AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia - RJ

Associação de Apoio às Comunidades do Campo do
Rio Grande do Norte (AACC) - Natal, RN

Associação Kapi'wara - Agroecologia Urbana - Recife, PE

Associação Metropolitana de Ciclistas do Recife (Ameciclo) - Recife, PE

Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de
Grupo (Cepagro) - Florianópolis, SC

Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana da
Universidade Estadual de Maringá (CerAUP/UEM) - Maringá/PR

Grupo de Estudos em Agricultura Urbana - Universidade Federal
de Minas Gerais (AUÊ!/UFMG) - Belo Horizonte, MG

GT Hortas Comunitárias - Campinas Cidade Solidária e Sustentável
- Prefeitura Municipal de Campinas - Campinas, SP

Instituto Horta Girassol - São Sebastião, DF

Instituto Pólis - São Paulo, SP

Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) - PE

Núcleo de Pesquisa e Extensão em Geografia da
Alimentação (Nupega) - Fortaleza, CE

Observatório de Cultura Alimentar e Direito Humano à
Alimentação e Nutrição Adequadas (Ocadhana) - Belém, PA

Ponto de Cultura Alimentar Iacitata - Belém, PA

Projeto Uma Horta em cada Porta - Brasília, DF

Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU) - RJ

Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas
(REDE) - Belo Horizonte, MG

Rede Urbana Capixaba de Agroecologia (RUCA) - Vitória, ES

Sertão Agroecológico - Universidade Federal do
Vale do São Francisco - Petrolina, PE



AGRICULTURAS URBANAS AGROECOLÓGICAS E PROMOÇÃO DA SAÚDE

fortalecendo diálogos,
memórias e redes

Novembro 2023



A Fiocruz estimula a livre circulação deste texto. Sempre que for necessária a sua reprodução total ou parcial, solicitamos que a publicação “Agriculturas Urbanas Agroecológicas e Promoção da Saúde: fortalecendo diálogos, memórias e redes” seja citada como fonte.

ORGANIZAÇÃO DA PUBLICAÇÃO

Lorena Portela Soares

EDIÇÃO E REVISÃO TÉCNICA

Lorena Portela Soares
Douglas Rafael Lopes Reis
Daniela Adil Oliveira de Almeida
André Ruoppolo Biazoti

PESQUISADORAS E PESQUISADORES

André Campos Búrigo
André Ruoppolo Biazoti
Daniela Adil Oliveira de Almeida
Douglas Rafael Lopes Reis
Ione Duarte Pereira
Jackline Gomes da Silva
Karine Pereira de Freitas
Lorena Portela Soares
Luana de Brito
Luisa Albuquerque Ferrer
Marília Escanhoela Cucolicchio
Maysa Mathias Alves Pereira
Natália Almeida Souza
Priscila Seoldo Marques
Vivian Delfino Motta

REVISÃO DE TEXTO

Angélica Patrícia de Almeida
Nina Uyttenhove
Suzane da Fonseca Durães
Vitor dos Santos Ribeiro

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Patricia Nardini

GRÁFICOS E MAPAS

Victor Alencar
Patricia Nardini

ARTE DA CAPA E ILUSTRAÇÕES

Lorena Portela

ILUSTRAÇÕES DOS RIOS DO TEMPO

Bianca Santana
Letícia Ferreira

FOTOS

André Ruoppolo Biazoti
Danúbia Gardênia da Silva
Douglas Rafael Lopes Reis
Jackline Silva
Leticia Barbosa
Maísa Calazans
Nathalia Nascimento
Paolo Martins
Priscila Seoldo Marques
Raissa Fernanda
Sarah Vidal
Equipe de comunicação da Articulação
Nacional de Agroecologia

TRATAMENTO DE IMAGENS

Patricia Nardini
José Camilo Carlos Júnior

CATALOGAÇÃO NA FONTE

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
INSTITUTO DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA EM SAÚDE
BIBLIOTECA DE SAÚDE PÚBLICA**

S676a Soares, Lorena Portela (Org.)
Agriculturas urbanas agroecológicas e promoção da saúde:
fortalecendo diálogos, memórias e redes / organizado por Lorena
Portela Soares. – Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, Fiocruz
/ Articulação Nacional de Agroecologia, 2023.
240 p. : il. color. ; graf. ; mapas

ISBN: 978-65-89501-46-6
Inclui Bibliografia.

1. Saúde Pública. 2. Saúde Urbana. 3. Agricultura Orgânica.
4. Agricultura Sustentável. 5. Sistema Alimentar.
6. Alimentação no Contexto Urbano. 7. Justiça Ambiental.
8. Política Pública. I. Título.

CDD - 23.ed. - 338.1

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ

Avenida Brasil, 4365
CEP 21.040-360
Manguinhos - Rio de Janeiro, RJ

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA - ANA

Rua das Palmeiras, 90
CEP 22270-070
Botafogo - Rio de Janeiro, RJ

Sumário

PREFÁCIO	15
Fiocruz no fortalecimento das conexões entre saúde e agroecologia: a importância da agricultura urbana	15
Coletivo Nacional de Agricultura Urbana e a construção do conhecimento sobre as agriculturas urbanas brasileiras	19
APRESENTAÇÃO	23
Saúde e agricultura urbana: um diálogo que floresce	23
Estrutura da publicação	25
1. AGRICULTURAS URBANAS EM UM OLHAR DE ABRANGÊNCIA NACIONAL	29
Caminhos percorridos	31
Um Rio do Tempo sobre a agricultura urbana do Brasil	35
Algumas considerações - que histórias nos conta esse Rio	46
2. AGRICULTURAS URBANAS EM SEIS REGIÕES METROPOLITANAS	49
Caminhos percorridos: articulação territorial e análise de mapeamentos	51
Articulação territorial como proposta metodológica.....	51
Análise de mapeamentos	56
Resultados por território: Rios do Tempo e análise de mapeamentos	63
Região Metropolitana de Belo Horizonte	64
Articulação territorial para a construção de um Rio do Tempo na Região Metropolitana de Belo Horizonte	65
Análise dos mapeamentos da RMBH.....	74
Algumas considerações, por temas, sobre os resultados	82
Região Metropolitana da Grande Vitória	86
Articulação territorial para a construção de um Rio do Tempo na Região Metropolitana da Grande Vitória	87
Análise do mapeamento do Espírito Santo	97
Algumas considerações, por temas, sobre os resultados	101
Região Metropolitana de Recife	104
Articulação territorial para a construção de um Rio do Tempo na Região Metropolitana de Recife	105
Análise dos mapeamentos da RMR	113
Algumas considerações, por temas, sobre os resultados	119
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	122
Articulação territorial para a construção de um Rio do tempo na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.....	124
Análise dos mapeamentos da RMRJ	132
Algumas considerações, por temas, sobre os resultados	137

Florianópolis	142
Articulação territorial para a construção de um Rio do Tempo em Florianópolis.....	143
Análise dos mapeamentos de Florianópolis	151
Algumas considerações, por temas, sobre os resultados	158
São Paulo	162
Articulação territorial para a construção da Caravana Agroecológica e de um Rio do Tempo em São Paulo.....	163
Análise dos mapeamentos de São Paulo	174
Algumas considerações, por temas, sobre os resultados	181
3. REFLEXÕES E APRENDIZADOS	185
Mapeamentos também contam histórias: revisitando questões, categorias e intenções dos processos mapeantes	187
Navegando entre rios: memórias territoriais e nacionais da agricultura urbana	195
Temas para olhar as agriculturas urbanas.....	201
Saúde e agriculturas urbanas: conexões desde o chão dos territórios	201
Desigualdades de raça e gênero: uma breve contextualização.....	208
Notas sobre direito à cidade e justiça ambiental	213
Algumas considerações	219
ANEXOS	223
Sugestões para futuros mapeamentos	223
Sugestão de instrumento de colheita para experiências de agricultura urbana	224
REFERÊNCIAS	229

Lista de Siglas

AAAU-RMR	Articulação de Agroecologia e Agricultura Urbana da Região Metropolitana de Recife
AARJ	Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro
AAZL	Associação dos Agricultores da Zona Leste
ACA	Articulação Capixaba de Agroecologia
AeR.	Agroecologia em Rede
AgriUrb	Conferência Internacional Agricultura e Alimentação em uma Sociedade em Urbanização
AMAU	Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte
Amarfitsa	Associação dos Manipuladores de Remédios Fitoterápicos Tradicionais Semiartesanais do Estado de Pernambuco
ABA-Agroecologia ..	Associação Brasileira de Agroecologia
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
APS	Atenção Primária à Saúde
AS-PTA	Agricultura Familiar e Agroecologia
AU	Agricultura urbana
AUP	Agricultura urbana e periurbana
BA	Bahia
BH	Belo Horizonte
Caisan	Comitê Técnico de Agricultura Urbana na Câmara Interministerial de Segurança Alimentar
Caaups	Centro de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Caps	Centros de Atenção Psicossocial
CBA	Congresso Brasileiro de Agroecologia
CCA	Centro de Ciências Agrárias
Cedefes	Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva
CEM	Centro de Integração da Serra da Misericórdia
Centro Sabiá	Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá
Cepagro	Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo
Cesam	Centro de Saúde Alternativa de Muribeca
Cevaes	Centros de Vivência Agroecológica
Comcap	Companhia Melhoramentos da Capital
ComCat	Comunidades Catalisadoras
Cooperana	Cooperativa da Agricultura Camponesa da RMBH
CMDRSS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
CMN	Casa da Mulher do Nordeste
CMS	Centro Municipal de Saúde
CNAU	Coletivo Nacional de Agricultura Urbana
CNMP	Centro Nordestino de Medicina Popular
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Cporg	Comissão de Produção Orgânica
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
CSA	Comunidade que Sustenta a Agricultura
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DC	Direito à cidade

DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
ENA	Encontro Nacional de Agroecologia
ENAU	Encontro Nacional de Agricultura Urbana
EMAU	Encontro Municipal de Agricultura Urbana
Emater	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Epagri	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FBSSAN	Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
Floram	Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis
Fundação RUAF	Global Partnership on Sustainable Urban Agriculture and Food Systems [Rede Internacional de Centros de Recursos em Agricultura Urbana e Segurança Alimentar]
Gefau	Gerência de Fomento à Agroecologia, Agricultura Familiar e Agricultura Urbana
Gepase	Grupo de Ensino, Extensão e Pesquisa em Alimentação e Saúde Escolar
GT	Grupo de trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IA	Insegurança alimentar
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPES	International Panel of Experts on Sustainable Food Systems [Painel Internacional de Especialistas em Sistemas Alimentares Sustentáveis]
JA	Justiça ambiental
LGBTQIA+	Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais e demais orientações sexuais e identidades de gênero
Losan	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
MDS	Ministério de Desenvolvimento, Família e Combate à Fome
MESA	Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
MUDA	Movimento Urbano de Agroecologia de São Paulo
Mulheres do GAU	Mulheres do Grupo de Agricultura Orgânica
MZ-RMBH	Macrozoneamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte
NEA	Núcleo de Estudo em Agroecologia
OBISF	Observatório de Inovação Social de Florianópolis
OSC	Organização da Sociedade Civil
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PANC	Planta Alimentícia Não Convencional
PBH	Prefeitura de Belo Horizonte
PDDI	Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado
PE	Pernambuco
PICS	Práticas Integrativas e Complementares em Saúde

Planapo	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
Plansan	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PL	Projeto de Lei
PMAU	Programa Municipal de Agricultura Urbana
PMSP	Prefeitura Municipal de São Paulo
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
Pnapo	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
Pnaup	Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana
PNPIC	Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS
PNPMF	Política e Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos
PNUD Brasil	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POT	Programa Operação Trabalho
PP	Política pública
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Rappa	Rede de Agricultoras Periféricas Paulistanas Agroecológicas
REDE	Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas
Rede CAU	Rede Carioca de Agricultura Urbana
Rede Penssan	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
RFS	Rede Favela Sustentável
REGA	Rede dos Grupos de Agroecologia do Brasil
RM	Região Metropolitana
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
RMGV	Região Metropolitana da Grande Vitória
RMR	Região Metropolitana de Recife
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
RPA	Região Política Administrativa
RS	Rio Grande do Sul
RSU	Resíduos sólidos urbanos
RUCA	Rede Urbana Capixaba de Agroecologia
SAN	Segurança alimentar e nutricional
SSAN	Soberania e segurança alimentar e nutricional
SC	Santa Catarina
SE	Sergipe
Sisan	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SOF	Sempre Viva Organização Feminista
SP	São Paulo
SPG	Sistema Participativo de Garantia
SUS	Sistema Único de Saúde
Susan	Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional
TI	Terra Indígena
UBS	Unidade Básica de Saúde
UC	Unidade de Conservação
Udesc	Universidade do Estado de Santa Catarina
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UN-Habitat	United Nations Human Settlements Programme [Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos]
UP	Unidades produtivas
UPA	Unidades de Produção Agropecuária

Lista de Figuras

FIGURA 1: Encontro do projeto Saúde e Agricultura Urbana: etapa de aprofundamento territorial..	16
FIGURA 2: Um Rio do Tempo da Agricultura Urbana do Brasil.	36
FIGURA 3: Fundação do CNAU durante o Seminário temático de AU no III ENA.	41
FIGURA 4: Plenária das Mulheres no I ENAU.	42
FIGURA 5: Materiais do I ENAU.	45
FIGURA 6: Mapa unificado: Experiências de Agricultura Urbana..	60
FIGURA 7: Encontro de avaliação e construção do Rio do Tempo da Rappa - Viveiro das Mulheres do GAU, São Paulo, SP.	61
FIGURA 8: Oficina do Rio do Tempo de RMBH.	65
FIGURA 9: Um Rio do Tempo da Agricultura Urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte... ..	68
FIGURA 10: Oficina do Rio do Tempo da RMBH.	73
FIGURA 11: Oficina do Rio do Tempo da RMBH.	75
FIGURA 12: Localização das UPs por região de BH (41 respondentes).	79
FIGURA 13: Localização das UPs em BH..	79
FIGURA 14: Oficina do Rio do Tempo da RMBH.	85
FIGURA 15: Oficina do Rio do Tempo da RMGV..	87
FIGURA 16: Rio do Tempo da Região Metropolitana de Vitória.	90
FIGURA 17: Localização das experiências por município e por macrorregião do ES.	98
FIGURA 18: Oficina Rio do Tempo em Vitória, ES.	103
FIGURA 19: Mulheres participantes da oficina do Rio do Tempo da RMR..	105
FIGURA 20: Rio do Tempo das Mulheres da AU da RMR..	108
FIGURA 21: Oficina do Rio do Tempo na RMR.	112
FIGURA 22: Localização por município na RMR (147 respondentes)..	115
FIGURA 23: Localização por RPA de Recife (99 respondentes).	115
FIGURA 24: Oficina do Rio do Tempo - Casarão de Campo Grande, Rio de Janeiro.	123
FIGURA 25: Um Rio do Tempo da AU na RMRJ..	126
FIGURA 26: Localização das experiências por sub-região da RMRJ (121 respondentes).	134
FIGURA 27: Localização das experiências por Zona no município do Rio de Janeiro (72 respondentes).	135
FIGURA 28: Oficina do Rio do Tempo da RMRJ.	139
FIGURA 29: Encontro do Rio do Tempo da AU na RMRJ.	141
FIGURA 30: Encontro de Mulheres da Agricultura Urbana de Florianópolis.	143
FIGURA 31: Um Rio do Tempo da agricultura urbana em Florianópolis.	146
FIGURA 32: Localização das experiências de AU por região de Florianópolis (76 respondentes). ..	153
FIGURA 33: Encontro de Mulheres da Agricultura Urbana de Florianópolis.	161

FIGURA 34: Caminhada guiada pelo viveiro das Mulheres do GAU.	163
FIGURA 35: Rotas Zona Norte e Zona Leste da Caravana Agroecológica da RAPP.	165
FIGURA 36: Um Rio do tempo das Mulheres Agricultoras e Periféricas de São Paulo.	168
FIGURA 37: Rio do Tempo da Rappa com as participantes da oficina.	173
FIGURA 38: Zonas rurais da cidade de São Paulo.	176
FIGURA 39: Resultados da base de dados “Agricultores da cidade de São Paulo”	177
FIGURA 40: Horta da Vila Nancy, visitada na Rota Zona Leste da Caravana.....	180
FIGURA 41: Horta da Dona Sebastiana, visitada na Rota Zona Leste da Caravana.....	183
FIGURA 42: Reunião de planejamento do Projeto.	187
FIGURA 43: Oficina de formação sobre raça e gênero com a equipe do Projeto.	199
FIGURA 44: Alimentação agroecológica no encontro do Rio do Tempo da RMBH.....	206
FIGURA 45: Oficina do Rio do Tempo da RMRJ.	212
FIGURA 46: Autonomia ZN - Caravana Agroecológica de São Paulo.	217

Lista de Gráficos

GRÁFICO 1: Localização das experiências de AU por município na RMBH (1.008 respondentes). ..	77
GRÁFICO 2: Tipo de sistema produtivo das experiências de AU na RMBH (537 respondentes).	77
GRÁFICO 3: Formas de organização social e do trabalho (557 respondentes).....	78
GRÁFICO 4: Tipo de espaço (818 respondentes).....	78
GRÁFICO 5: Tipos de Produção nas UPs (41 respondentes).	80
GRÁFICO 6: Objetivos da produção nas UPs (41 respondentes).....	80
GRÁFICO 7: Forma de acesso à água pelas UPs (40 respondentes).....	81
GRÁFICO 8: Forma de aproveitamento de resíduos orgânicos nas UPs (41 respondentes).	81
GRÁFICO 9: Tipos de prática de conservação de solo nas UPs (41 respondentes).....	81
GRÁFICO 10: Temas relacionados às atividades das experiências em agroecologia urbana do ES (56 respondentes).....	99
GRÁFICO 11: Tipos de atividades das experiências de agroecologia urbana do ES (56 respondentes).	99
GRÁFICO 12: Ano de início das experiências (52 respondentes).	100
GRÁFICO 13: Número de pessoas que participam diretamente das experiências (49 respondentes).	100
GRÁFICO 14: Participação nas experiências por identidade de gênero (149 respondentes).	116
GRÁFICO 15: Tipo e/ou ambiente das experiências mapeadas (111 respondentes).	116
GRÁFICO 16: Temas principais das experiências (111 respondentes).....	117
GRÁFICO 17: Formas de cultivo presentes nas experiências (111 respondentes).	117
GRÁFICO 18: Espécies cultivadas nas experiências (111 respondentes).	118
GRÁFICO 19: Experiências por tipo de arranjo organizativo (111 respondentes).....	118
GRÁFICO 20: Participação nas experiências por raça e/ou etnia (111 respondentes).	118
GRÁFICO 21: Infraestrutura das experiências (111 respondentes).	119
GRÁFICO 22: Destino da produção (111 experiências respondentes).....	119
GRÁFICO 23: Tipos de experiências.....	135
GRÁFICO 24: Gênero das lideranças das experiências (86 experiências).	135
GRÁFICO 25: Temas das experiências do Mapeamento da Rede CAU.....	136
GRÁFICO 26: Tipo da iniciativa de AU em Florianópolis (74 respondentes).....	154
GRÁFICO 27: Causas em que as iniciativas de AU atuam em Florianópolis (84 respondentes)	154

GRÁFICO 28: Tipo de projeto de AU em Florianópolis (25 respondentes).....	155
GRÁFICO 29: Público Alvo das iniciativas de AU pelo Mapeamento do OBISF (69 respondentes).....	155
GRÁFICO 30: Temas associados aos projetos de AU em Florianópolis (19 respondentes)	156
GRÁFICO 31: Localização das experiências por Zonas do município (1.041 respondentes).....	176

Lista de Quadros

QUADRO 1: Etapas do Rio do Tempo nacional.....	31
QUADRO 2: Etapas da articulação territorial.....	51
QUADRO 3: Definição dos grupos, mobilizações, diálogos e atividades de culminância por território.	52
QUADRO 4: Etapa 2 - Cuidados envolvidos nas atividades de culminância.....	56
QUADRO 5: Etapas da pesquisa sobre os mapeamentos de agricultura urbana	57
QUADRO 6: Detalhamento dos 13 mapeamentos acessados.	58
QUADRO 7: Resultados por categorias de análise e número de respostas - RMBH.....	76
QUADRO 8: Resultados por categorias de análise e número de respostas - Mapeamento Colaborativo da Agroecologia Urbana do ES.....	97
QUADRO 9: Informações produzidas com base nos mapeamentos	114
QUADRO 10: Resultados por categorias de análise e número de respostas - RMRJ	134
QUADRO 11: Resultados por categorias de análise e número de respostas - Florianópolis	153
QUADRO 12: Exemplos de esferas públicas com as quais as iniciativas interagem.....	156
QUADRO 13: Resultados do mapeamento Sampa+Rural por categorias de análise, base de dados e número de respostas.....	174
QUADRO 14: Categorias principais dos mapeamentos por território.....	188



Fiocruz

no fortalecimento das conexões entre saúde e agroecologia: a importância da agricultura urbana

A obra *Agriculturas Urbanas Agroecológicas e Promoção da Saúde: fortalecendo diálogos, memórias e redes* retrata, em três capítulos, as lições aprendidas com o projeto de pesquisa "Agricultura Urbana Agroecológica, Direito à Cidade e Promoção da Saúde: intercâmbios para o fortalecimento de práticas e redes" realizado com base na Agenda de Saúde e Agroecologia vinculada à Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde da Fiocruz (VPAAPS/Fiocruz).

A abordagem, sistêmica e intersetorial, se propõe a expandir o entendimento da agricultura urbana em associação a agroecologia, ampliando seus eixos de análise a partir da ênfase, essencialmente, em fatores ambientais, socioculturais e de saúde. O texto cumpre o papel de organizar memórias e qualificar a discussão sobre as relações entre agricultura urbana e saúde no nível nacional e regional, e apoiar a ação das redes de agricultura urbana comprometidas com a agroecologia. Constata-se que as histórias existem e são fruto do conhecimento, criatividade e da atuação insistente de redes, coletivos, grupos populares e povos tradicionais nos centros urbanos. O desafio desta obra é contar e refletir sobre algumas dessas narrativas.

Inicialmente, o livro trata da agricultura urbana em contexto nacional descrevendo os caminhos percorridos e os marcos históricos. Em seguida, o texto traz uma reflexão sobre as agriculturas urbanas em seis regiões metropolitanas, contendo uma descrição da metodologia utilizada e uma análise detalhada dos estudos realizados em cada região. No capítulo final, Discussões, o documento apresenta um debate sobre: os aprendizados da pesquisa; as diferentes trajetórias de florescimento e de ganho de relevância pública de cada território; os temas

de análise da agricultura urbana - saúde, gênero e raça, direito à cidade e justiça ambiental; e os pontos de reflexão finais como a relevância da interligação entre agricultura urbana, agroecologia e saúde assim como considerações sobre a agricultura urbana em relação às dimensões de gênero, raça e etnia.

Este livro reúne renomados especialistas e profissionais do Coletivo Nacional de Agricultura Urbana da Articulação Nacional de Agroecologia (CNAU/ANA) e da Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde da Fiocruz (VPAAPS/Fiocruz) que, por um período de pesquisa de dezoito meses, se propuseram a aprimorar o diálogo nacional sobre a agricultura urbana, a partir do reconhecimento da relevância de se efetuar o registro da história do seu desenvolvimento, fundamentalmente, nas dimensões - de análise da organização da sociedade civil, do impacto das redes de agricultura urbana na elaboração de políticas públicas, e das abordagens na geração de conhecimento. A presente publicação expressa um esforço de atuação em rede com amplo envolvimento de pessoas e grupos enraizados nos territórios, e em interação com o poder público, que envolveu pesquisadoras/es da Fiocruz e da CNAU/ANA, em diálogo com parlamentares que apoiam as agriculturas urbanas agroecológicas em suas regiões.

O projeto atravessou o contexto adverso da pandemia da Covid-19, tendo as suas atividades conduzidas de maneira remota. Com o arrefecimento do contágio, processo no qual a Fiocruz teve papel fundamental, foi possível desenvolver as atividades presenciais, encontrando experiências, memórias e espaços potentes de agricultura urbana agroecológica. Foram seis territórios diretamente envolvidos: regiões metropolitanas de Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Vitória



FIGURA 1: Encontro do projeto Saúde e Agricultura Urbana: etapa de aprofundamento territorial.

André Biazoti, 2022.

(ES) e Belo Horizonte (BH) e os municípios de São Paulo (SP) e Florianópolis (SC). Em cada um deles, buscou-se apoiar redes territoriais de agricultura urbana por meio de metodologias de produção de conhecimento sobre as relações entre saúde e agricultura urbana, envolvendo outros temas como o direito à cidade, com destaque para questões de raça e gênero.

O lançamento da publicação acontece no XII Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), na cidade do Rio de Janeiro, em um evento construído pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia) em conjunto com a Fiocruz e outras organizações, e que tem entre os seus eixos temáticos “Agriculturas Urbanas” e “Saúde”, onde são compartilhados conhecimentos e pesquisas de todo o país. Cabe mencionar que o leitor apreciará um texto que oferece um alto grau de detalhamento, tornando-o compreensível mesmo para aqueles que não possuem um conhecimento técnico aprofundado em agricultura urbana e agroecologia.

É importante ressaltar que o fortalecimento das experiências de agroecologia da Fiocruz tem sido viabilizado em articulação com outras organizações ligadas ao tema de sul a norte do país,

e em cooperação com importantes iniciativas da sociedade civil, a exemplo da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia). A VPAAPs/Fiocruz, através da Agenda de Saúde e Agroecologia, vem colaborando para o trabalho conjunto entre os campos da saúde coletiva e da agroecologia com base no compromisso assumido a partir do 8º Congresso Interno da Fiocruz (2017) – instância máxima de deliberação dos rumos institucionais – quando a agroecologia foi reconhecida como tema que deveria ser fortalecido em estudos e ações da instituição.

A VPAAPs/Fiocruz, ao longo dos últimos anos, em alinhamento com a Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030 e com o Programa Institucional de Territórios Sustentáveis e Saudáveis, tem conduzido um trabalho de reconhecimento e apoio à sistematização das experiências de agroecologia desenvolvidas institucionalmente. Em 2020, foram identificadas 91 iniciativas na publicação: “Tecendo Redes de Experiências em Agroecologia: resultados e reflexões a partir da sistematização de iniciativas construídas pela Fiocruz”, dentre as quais 32 atuam com agricultura urbana agroecológica.

A Fiocruz atualizou seu posicionamento sobre o tema no 9º Congresso Interno da Fiocruz (2021) ao afirmar como diretriz, para guiar o futuro da instituição, a proposição de mais intervenções no enfrentamento das inseguranças hídrica e alimentar por meio de tecnologias sociais, sistemas agroecológicos, agroflorestais e soluções baseadas na natureza, na perspectiva da restauração da biodiversidade e do fortalecimento das economias com base nas vocações locais, regionais e de políticas públicas de convivência com os biomas.

Mister se faz lembrar que a relevância da agroecologia para a saúde é reconhecida pelo menos desde a 10ª Conferência Nacional de Saúde (1996) e se expressa por meio de diferentes políticas públicas nacionais do SUS, a exemplo da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (2006), da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (2006), da Farmácia Viva (2010), da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (2011), da Vigilância em Saúde de Populações Expostas aos Agrotóxicos (2012), do Guia Alimentar para a População Brasileira (2014), do Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de Dois Anos (2019) e do Programa Nacional de Saneamento Rural (2019).

Convém destacar sobre a pesquisa que em municípios de alta densidade demográfica acontecem inúmeras experiências de agricultura urbana que contribuem com a saúde das populações, muitas delas vinculadas a dispositivos do SUS, como as redes de Atenção Primária em Saúde e de Atenção Psicossocial. Essas experiências têm pouca visibilidade, inclusive nas investigações do campo da saúde coletiva. Por isso, a presente publicação marca o encerramento de um ciclo de pesquisa, ao mesmo tempo que potencialmente alimenta a realização de futuros estudos, a formulação/fortalecimento de políticas públicas e ações de incidência territorial. Assim, é fundamental e oportuno seguir desenvolvendo investigações em rede e transdisciplinares em agroecologia na interface entre conhecimento científico e saberes tradicionais, para atualizar a agenda científica de futuro da Fiocruz, de modo a contribuir com a redução

das desigualdades sociais e responder de forma efetiva às novas formas de produção da ciência.

Este trabalho é um registro histórico e deixa um legado de ensinamentos sobre a importância de produzir, disseminar e compartilhar conhecimentos tecnológicos e experiências em saúde e ambiente orientados a promoção e melhoria das condições de vida e saúde da população; bem como amplia a percepção sobre a relevância do fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) na equidade do acesso aos recursos em saúde pela população brasileira, criando uma nova perspectiva para a saúde nacional e global.

Mario Moreira

Presidente da Fundação Oswaldo Cruz

Hermano Albuquerque de Castro

Vice-Presidente de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS), Fiocruz

Coletivo Nacional de Agricultura Urbana e a construção do conhecimento sobre as agriculturas urbanas brasileiras

Desde o III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), organizado em 2014 pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), o Coletivo Nacional de Agricultura Urbana busca construir conhecimentos sobre as experiências de agricultura urbana realizadas nos territórios de todo o país, visando fortalecer as experiências e redes locais de agroecologia e incidir na construção de políticas públicas nas três esferas da federação.

O surgimento do CNAU se deu, a princípio, como forma de conectar o trabalho já desenvolvido desde a década de 1990 por organizações e redes do campo agroecológico no fomento a iniciativas de agricultura urbana, evidenciando os desafios que essas experiências encontram em territórios urbanos e suas interfaces com diversos temas que atravessam a realidade das cidades brasileiras. Hoje, o CNAU é um espaço de colaboração e de atuação em rede entre organizações da sociedade civil, movimentos sociais, redes locais, grupos de pesquisa, coletivos e experiências de agricultura urbana que busca construir e incidir sobre o debate a respeito do tema desde os territórios até o nível nacional.

Em meio ao avanço da perspectiva neoliberal de urbanização e do empresariamento das cidades, o CNAU vê nas agriculturas urbanas o potencial para fortalecer a produção coletiva das cidades, reconhecendo o papel fundamental da agroecologia na construção de circuitos curtos de produção e consumo de alimentos, na conservação de áreas verdes como estratégia de mitigação e adaptação às mudanças climáticas e na urbanização justa e igualitária para combater o racismo ambiental.

A agricultura urbana é um conceito em disputa, e que hoje contempla experiências com

perspectivas distintas, incluindo aquelas que não se posicionam diante da expropriação de bens comuns e da perpetuação das injustiças e desigualdades sociais. Assim, a luta para fortalecer as experiências de agricultura urbana que de fato promovem o direito à cidade e estão comprometidas com a superação das desigualdades e violências, principalmente nos sistemas alimentares urbanos, é fundamental para o CNAU, bem como atuar de forma complementar às lutas pela reforma urbana, por moradia, pela economia solidária, pela saúde, pela educação e pelo direito das mulheres, das juventudes, da comunidade LGBTQIAP+ e dos povos originários, de matriz africana e demais comunidades tradicionais.

O enfoque agroecológico permite avaliar situações nas quais algumas agriculturas presentes nas metrópoles diferem da lógica mercantil e industrial de produção, podendo conectar a função social e o valor de uso da terra, configurar novos territórios metropolitanos e revigorar modos de vida centrados na reprodução social e ambiental, valorizando saberes e fazeres de povos indígenas e afrodiáspóricos.

Ao olhar para diferentes conceituações de agricultura urbana, é possível encontrar alguns enfoques que reforçam contraposições urbano-rural ou urbano-natureza, ao associar o urbano com o ambiente construído ou com demarcações legais e normativas do perímetro urbano (no que temos entendido como uma *agroecologia para a cidade*). Já outras abordagens idealizam o campo enquanto espaço da tradição, da natureza, das práticas agropecuárias e da produção de alimentos e matérias primas em contraposição à noção de cidade como espaço de consumo, de serviços,

de produção de conhecimento, de inovação e criatividade (que denominamos de *agroecologia na cidade*). Ainda, percebemos outro enfoque que desloca o foco das contradições rural-urbano, para as contradições entre processos de industrialização e mercantilização e os espaços de reprodução da vida, com a conformação de territórios híbridos e de transição em uma lógica de integração entre natureza e os espaços construídos (que denominamos como *agroecologia da cidade*). Dessa forma, a articulação entre as formulações conceituais e políticas relacionadas à produção social do espaço urbano e à agroecologia evidencia as concepções de agricultura e concepções de cidade em disputa no mundo contemporâneo. Essa aproximação também fundamenta a construção de um referencial conceitual crítico e sensível para explicitar de que urbano e de que agricultura estamos falando, bem como avançar na construção de um novo campo em torno da *agroecologia urbana*.

Nesse sentido, avaliar as interfaces entre agricultura urbana e saúde, à luz de perspectivas de saberes e sujeitos que protagonizam experiências nos territórios e participam de redes locais de agroecologia, possibilita aprofundar entendimentos sobre a multiplicidade de formas que as agriculturas urbanas assumem (levando, inclusive, a afirmar o conceito no plural) e evidenciar lacunas e invisibilidades, tanto no âmbito das políticas públicas quanto das agendas de pesquisa e das pautas dos movimentos sociais.

Reconhecer o protagonismo de mulheres negras nas experiências de agricultura urbana, por exemplo, e as tramas costuradas nas trajetórias das redes locais faz emergir oportunidades de diálogo que impulsionam novas perspectivas de discussão sobre o urbano contemporâneo e sobre a agroecologia, buscando superar enfoques colonialistas e problematizar as desconexões e fragmentações entre esses campos. Além disso, o olhar transversal da saúde, a partir das suas aproximações com a agroecologia, esforço esse conduzido pela agenda de Saúde e Agroecologia da Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde da Fiocruz com muita densidade e qualidade, traz elementos

fundamentais para reconhecer a potência transformadora das agriculturas urbanas nas cidades, não só na perspectiva da soberania e segurança alimentar e nutricional, como na promoção do bem viver e da justiça social.

Com o grave cenário de fome em nosso país, o avanço na estruturação de iniciativas de agricultura urbana nos territórios é fundamental. Em sua trajetória, o CNAU tem buscado dar visibilidade a experiências realizadas em todas as regiões do país e fomentar o debate público para a construção de políticas que considerem as realidades presentes nos territórios. Inspirado nas lutas sociais, o CNAU defende que *se a cidade e o campo roçar, todes vão almoçar, se a cidade e o campo roçar, todes vão jantar e se o campo e a cidade se unirem, a fome não vai existir*, pois apenas pela valorização da luta pela vida onde quer que ela se dê é que superamos a dicotomia entre o rural e o urbano e construímos o bem viver.

André Ruoppolo Biazoti

Daniela Adil Oliveira de Almeida

Coletivo Nacional de
Agricultura Urbana



Saúde e agricultura urbana: um diálogo que floresce

Esta publicação partilha os resultados e aprendizados do projeto “Agricultura Urbana Agroecológica, Direito à Cidade e Promoção da Saúde: intercâmbios para o fortalecimento de práticas e redes”, realizado pela Agenda de Saúde e Agroecologia, vinculada à Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (VPAAPS/Fiocruz), em parceria com o Coletivo Nacional de Agricultura Urbana da Articulação Nacional de Agroecologia (CNAU/ANA).

A pesquisa buscou qualificar o debate nacional sobre a agricultura urbana, reconhecendo a necessidade, ainda latente, de organizar e tornar visível a memória da construção do tema, considerando a organização da sociedade civil no nível nacional e regional, a influência das redes e grupos de AU na formulação de políticas públicas, e as diferentes formas de produção do conhecimento.

Realizado ao longo de um ano e meio, o estudo envolveu uma equipe de 15 pessoas, incluindo coordenadores, pesquisadoras, articuladoras-pesquisadoras territoriais e núcleo operativo de apoio composto por representantes do CNAU/ANA e da VPAAPS/Fiocruz, com diferentes temporalidades de atuação.

Ainda que seja tão antiga quanto o próprio processo de urbanização, a agricultura urbana (AU) enquanto abordagem/conceito pode ser considerada recente, e as práticas e os sujeitos que fazem agricultura nos espaços urbanos são ainda pouco conhecidos, divulgados e estudados. As primeiras discussões sobre agricultura urbana foram iniciadas na década de 1980 por organizações da sociedade civil ligadas à agroecologia e à medicina popular. Entretanto, o conceito de AU se consolidou no Brasil somente a partir dos anos 2000, no âmbito das políticas públicas para a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Em um país com cidades em processo de metropolização e com fronteiras menos nítidas,

pode ser difícil fazer a distinção entre os espaços urbanos e rurais. Formalmente, as características dos perímetros urbano e rural são estabelecidas pelo plano diretor, uma lei municipal que orienta a expansão urbana. Apesar da existência de diretrizes técnicas, em muitos casos a definição está condicionada a escolhas políticas, devido à tributação territorial distinta nos perímetros rurais e urbanos.

Fato é que as agriculturas se dão de formas diferentes no espaço urbano e no espaço rural, sendo necessário, portanto, que sejam direcionadas políticas, recursos e estudos específicos para a AU. As diferenças entre a agricultura urbana e rural não se limitam somente ao local onde estão inseridas; passam também por características como: o tamanho médio da propriedade, que no espaço urbano é menor – já que há menos terra disponível, seu valor é mais alto e seus usos são disputados; pelo tipo de interação que estabelece com os recursos urbanos, sendo a AU mais integrada ao ecossistema urbano; pelas formas de comercialização e o acesso a mercados, pois no caso da agricultura urbana há maior proximidade do consumidor e uma tendência à venda direta; pelas técnicas de cultivo empregadas, que costumam ser adaptadas a pequenos espaços, otimizando os recursos disponíveis; pela renda gerada e pelos sujeitos que praticam, sendo que o alto custo de vida nas cidades torna comum que as agricultoras e agricultores desempenhem outras atividades remuneradas.

Dentro da lógica hegemônica de desenvolvimento, a agricultura nos contextos urbanos é considerada uma atividade residual e um setor irrelevante do ponto de vista econômico, devido ao alto custo da terra, à competição com atividades mais lucrativas e à associação a uma incompatibilidade com a preservação ambiental. Devido à recente incorporação da atividade no campo científico e na agenda pública, há poucos dados sobre a agricultura urbana do país, com lacunas relacionadas às ruralidades presentes

nas áreas urbanas, as dificuldades e impactos ambientais enfrentados, bem como às potencialidades das práticas na transformação das condições de vida¹.

Como contraponto, há um movimento crescente de produção de informações sobre as agriculturas urbanas com o objetivo de fortalecer as iniciativas e incidir sobre políticas públicas. Tal movimento é protagonizado pela sociedade civil por meio de redes e grupos formados por agricultoras/es, movimentos sociais, organizações e instituições de pesquisa. Nos últimos anos, alguns municípios metropolitanos também têm elaborado pesquisas e mapeamentos voltados às agriculturas.

Ao refletir e nomear práticas, este conjunto de projetos e articulações em curso tem contribuído para ampliar a compreensão da agricultura urbana para além da produção de alimentos, considerando, cada vez mais, aspectos sociais, políticos, culturais e ancestrais nos territórios urbanos nos quais as agriculturas são construídas.

Neste percurso, a **agroecologia** tem se constituído como um dos principais campos de convergência com a AU, considerada um dos temas estruturantes para a construção de agendas de agricultura urbana e periurbana na escala municipal². A agroecologia também tem sido destacada pela capacidade de aglutinar pautas sociais e ambientais por muitas experiências e redes territorializadas em seus processos de lutas envolvendo a agricultura urbana e o direito à cidade.

Existem muitas experiências e narrativas de AU em sintonia com a agroecologia, mas também há iniciativas “verdes” que se protegem sob o manto do desenvolvimento sustentável, porém se alinham ao modelo neoliberal, propagam práticas de trabalho injustas e têm propostas estritamente tecnológicas que, muitas vezes, podem agravar problemas ambientais, como a contaminação de solos e água por agroquímicos; e problemas sociais, como a concentração e especulação fundiária. Portanto, a conceituação da AU segue aberta e em movimento, não livre de disputas.³

Diante disso, uma das interações propostas nesta publicação é entre a agricultura urbana e

a agroecologia. O campo agroecológico surge e se posiciona explicitamente como caminho contrário e alternativo à mercantilização da agricultura. Na pesquisa, foram exploradas conexões entre a AU e agroecologia, visando, por um lado, fortalecer o campo da AU com princípios, metodologias e perspectivas políticas da agroecologia e, por outro, fertilizar o campo agroecológico com a diversidade de sujeitos, práticas e temas dos espaços urbanos, desencorajando pensamentos binários que ainda alimentam a oposição rural-urbano e fragmentam a construção do conhecimento, lutas e ações políticas.

A outra grande interação proposta foi entre a agricultura urbana e o **campo da saúde coletiva**, considerando que a agricultura urbana, orientada pela agroecologia, é um caminho para a saúde da população urbana com benefícios que envolvem a autonomia alimentar e a alimentação saudável, o cuidado em saúde, o saneamento e a qualidade ambiental. Conectar AU e saúde implicou lançar um olhar mais cuidadoso, ainda que introdutório, para as dimensões de **gênero e de raça e etnia**. Também foi importante localizar a agricultura urbana no bojo das lutas por **direito à cidade**, bem como **pela justiça ambiental**, como esferas de reivindicação da saúde da população urbana.

O protagonismo histórico das mulheres, dos grupos populares, das populações negras e dos povos tradicionais mostra a existência de muitas *agriculturas urbanas*, que, com suas distintas formas e denominações, convergem nas práticas de cuidado com o comum.

Para a compreensão do estado da arte da AU no Brasil com base nos olhares propostos, foram trabalhadas as memórias da agricultura urbana no nível nacional e em seis Regiões Metropolitanas e municípios:

ETAPA NACIONAL

Esta etapa mais abrangente teve como objetivo principal *organizar* a memória da AU acumulada principalmente pelo Coletivo Nacional de Agricultura Urbana, desde sua criação em 2014. Foram percorridos três caminhos para contar

uma versão, entre as muitas possíveis, desta trajetória: organização dos documentos em uma biblioteca; composição de um Rio do Tempo; e identificação de grupos de pesquisa.

O acervo resultante deste processo foi categorizado em um sistema de indexação e disponibilizado em uma biblioteca pública virtual, contendo diversos documentos, a exemplo de publicações científicas e materiais de apoio à elaboração de políticas públicas nacionais relacionadas ao tema. Por sua vez, a metodologia do Rio do Tempo permitiu o registro dos marcos históricos e as memórias, por meio da participação de integrantes do CNAU e de pesquisas em fontes públicas. Já a fase de identificação permitiu mapear diversos grupos de ensino, pesquisa e extensão que atuam com temas relacionados ao amplo universo da AU em instituições nas cinco regiões do país.

ETAPA TERRITORIAL

Após a pesquisa nacional, foi conduzida a etapa de aprofundamento considerando a atuação de redes e de iniciativas ligadas à agricultura urbana em seis territórios do país: as Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte (RMBH/ Minas Gerais, Sudeste), de Recife (RMR/ Pernambuco, Nordeste), do Rio de Janeiro (RMRJ/Rio de Janeiro, Sudeste), de Vitória (RMGV/Espírito Santo, Sudeste), e os municípios São Paulo (São Paulo, Sudeste) e Florianópolis (Santa Catarina, Sul).

Há, certamente, outros territórios relevantes para o estudo das agriculturas urbanas no país que não puderam ser incluídos neste projeto. A opção pelos locais elencados se deu pela existência de pelo menos uma rede ligada à agricultura urbana agroecológica em cada um. Ainda que as redes guardem especificidades em termos de composição, abrangência e atuação, oportunizam, em comum, ações articuladas entre experiências, iniciativas, grupos de pesquisa e movimentos sociais. Constituem-se, assim, como uma estratégia importante para o fortalecimento da AU e trazem diversos desafios.

Tendo em vista os temas centrais do projeto - a saúde, as questões de raça e gênero e o direito à cidade e a justiça ambiental -, a etapa

de aprofundamento territorial foi organizada em duas frentes de trabalho, realizadas simultaneamente: **articulação territorial**, a fim de sistematizar as histórias de construção da AU com base nas memórias de grupos e lideranças de cada território, por meio da construção de Rios do Tempo regionais; e **análise de mapeamentos de agricultura urbana**, visando apoiar a consolidação de uma base de dados e para qualificar o debate nacional acerca das AUs, especialmente daquelas orientadas pela agroecologia.

Estrutura da publicação

A pesquisa está organizada em três partes. A **primeira** delas, “Agriculturas Urbanas em um Olhar de Abrangência Nacional”, contém os resultados nacionais, com descrição da metodologia da pesquisa (“Caminhos Percorridos”) e dos marcos históricos (“Um Rio do Tempo da Agricultura Urbana do Brasil”). Nela, os acontecimentos relevantes são dispostos em três eixos principais: “organização da sociedade civil”, “interação com políticas públicas” e “produção do conhecimento”.

A **parte dois**, “Agriculturas Urbanas em Seis Regiões Metropolitanas”, contempla a etapa de aprofundamento territorial, com descrição da metodologia (“Caminhos Percorridos: articulação territorial e análise de mapeamentos”) e detalhamento dos estudos, por região, nos “Resultados por Território: rios do tempo e análise dos mapeamentos”. Ao final da descrição de cada Rio do Tempo territorial em “Que história nos conta esse Rio”, os marcos são considerados à luz dos três eixos principais também utilizados no Rio nacional. Ainda, ao final do subcapítulo de cada território, há o tópico “Algumas considerações, por temas, sobre os resultados”, com apontamentos sobre a tríade temática central do estudo: saúde; direito à cidade e justiça ambiental; gênero e raça.

A **terceira parte** discute, em “Mapeamentos Também Contam Histórias”, o conjunto de aprendizados da pesquisa e a categorização e os conceitos utilizados. A integração da análise dos Rios do Tempo nacional e territoriais é feita em “Navegando entre Rios: memórias

territoriais e nacionais de AU”; por sua vez, em “Temas para Olhar as Agriculturas Urbanas” são tecidas breves relações entre AU e os **temas centrais**: “Saúde e AU: conexões desde o chão dos territórios”; “Desigualdades de raça e gênero: uma breve contextualização”; e “Notas sobre o direito à cidade e a justiça ambiental”, no intuito de inspirar e fomentar novas discussões.

A parte final (“Algumas Considerações”) retoma questões relevantes da publicação; no anexo “Sugestões para Futuros Mapeamentos” são apontadas direções possíveis na formulação de novas pesquisas mapeantes sobre agricultura urbana.

Desejamos a você uma leitura tal qual um rio que flui, encontrando seu rumo por histórias, números, nomes e imagens.

**Equipe do projeto Saúde e
Agricultura Urbana**
Agenda de Saúde e Agroecologia
**Vice-Presidência em Ambiente,
Atenção e Promoção da Saúde**
Fundação Oswaldo Cruz

1.

AGRICULTURAS
URBANAS EM
UM OLHAR DE
**ABRANGÊNCIA
NACIONAL**

Caminhos percorridos

A pesquisa nacional esteve guiada, em grande medida, pelas memórias das pessoas que compõem o CNAU e por documentos ligados à atuação do coletivo. Por meio de metodologias participativas, foi possível reconhecer experiências e grupos, envolver agentes históricos

da agricultura urbana dos territórios e gerar resultados que fomentam a atuação da sociedade civil e futuras pesquisas. As etapas de construção do Rio do Tempo e da pesquisa nacional estão organizadas no **QUADRO 1**.

QUADRO 1: Etapas do Rio do Tempo nacional.

ETAPAS		
1	Levantamento de documentos	Organização do acervo do CNAU por temas e categorias; criação de um sistema de indexação, estabelecendo uma biblioteca pública nacional da AU.
2	Levantamento de dados históricos da AU	Pesquisa documental, com organização de uma cronologia preliminar
3	Oficina do Rio do Tempo	Oficina virtual com integrantes do CNAU para recuperação das memórias individuais e coletivas acerca da AU nacional
4	Construção do Rio do Tempo	Sistematização das informações da oficina, pesquisa complementar, encontro de revisão e aprofundamento com o coletivo
5	Levantamento de grupos de pesquisa de AU	Identificação de grupos de pesquisa nacionais de diferentes áreas que produzem conhecimento sobre agricultura urbana

ETAPA 1: LEVANTAMENTO DE DOCUMENTOS

A recuperação e organização de documentos foram identificadas como primeira necessidade do CNAU. Foi criado um indexador de arquivos, classificando o conjunto de documentos em categorias, permitindo a busca a partir de categorias como ano, local de publicação, autoras/es e temas relacionados. Este acervo documental, atualizado e ampliado, foi disponibilizado em uma biblioteca pública, no intuito de facilitar o acesso a informações sobre a agricultura urbana nacional.

ETAPA 2: LEVANTAMENTO DE DADOS HISTÓRICOS DA AU

A pesquisa e sistematização possibilitaram a seleção de marcos históricos iniciais, buscando construir uma cronologia alinhada à perspectiva do CNAU, com enfoque nos marcos institucionais e na incidência política. A tese: “Isto e Aquilo: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte”⁴ foi o

principal referencial para análise temporal da AU no Brasil, por conter indicações de documentos históricos fundamentais, a exemplo de cartas políticas de encontros nacionais, congressos, plenárias, envolvendo a comunidade científica, a sociedade civil e a gestão pública. Um primeiro Rio do Tempo foi desenhado com informações preliminares, usando como referência metodológica o “Caderno de Metodologias: inspirações e experimentações na construção do conhecimento agroecológico”, da ABA-Agroecologia.

Os **marcos históricos** foram qualificados por *elemento* do rio: afluentes, cachoeiras, pedras, cheias, secas e nascentes; e de três *marcadores temáticos*: “saúde”, “raça e gênero”, “direito à cidade e justiça ambiental”. Além disso, três eixos foram escolhidos para categorizar os acontecimentos:

1. Organização e participação da sociedade civil, incluindo os antecedentes do CNAU;
2. Produção do conhecimento; e
3. Interação com políticas públicas.

Rio do Tempo: proposta metodológica

O objetivo do Rio do Tempo é apoiar a visualização e reconstrução coletiva das memórias de uma experiência. É resultado de uma adaptação da linha do tempo - representação visual de uma sequência cronológica de eventos -, e parte da percepção de que a vida e as lembranças correm como um rio, e que essa metáfora relacionada à natureza e à vida proporciona mais aprendizados ao coletivo.

No Rio do Tempo, elementos relacionados aos fluxos das águas qualificam os marcos históricos. Os selecionados para os rios nacionais e territoriais de agricultura urbana foram:

- **Nascentes:** as origens da história;
- **Afluentes:** muitos processos, projetos, ações e pessoas que constroem a história e que alimentam o eixo central;
- **Cachoeiras:** momentos de grandes encontros, culminâncias, muitas vozes, atividades que mudam o curso dos processos;
- **Pedras:** desafios;
- **Cheias:** mais pessoas, mais projetos, mais ações;
- **Secas:** menos pessoas, menos ações, menos recursos;
- **Oceano:** diferentes ações, rios e histórias desaguardam em oceanos comuns, objetivo, ponto de chegada.

Para guiar a atividade podem ser elaboradas algumas perguntas disparadoras (por exemplo: “Qual o marco mais antigo de que você lembra relacionado à AU?”, “Qual o marco mais importante?”), e definidas categorias e temas para qualificação dos marcos.

É necessário um grupo facilitador composto de, no mínimo, três pessoas para guiar a oficina: uma para conduzir a atividade, uma para montar o rio e uma para produzir a relatoria. Não há limite de participantes, mas a dinâmica da oficina muda com a quantidade de pessoas. Com um grupo menor, geralmente aumenta a possibilidade de expressão e aprofundamento dos conhecimentos de cada participante; com um grupo maior, há mais chances de diversificação dos olhares e dos marcos. O tempo de atividade também depende do número de participantes, variando entre duas e quatro horas de duração. Na experiência do projeto, as oficinas virtuais foram mais curtas que as presenciais.

Para realização da oficina em modo presencial, é desejável um espaço amplo, que acomode as pessoas e a representação visual do rio. É necessário disponibilizar tarjetas com cores que variem de acordo com as perguntas disparadoras

e categorias temáticas. O rio que vai receber as memórias pode ser montado com um grande tecido, papel ou outros materiais. No formato virtual é necessária uma sala de reunião de vídeo. O rio pode ser desenhado em um programa de ilustração que permita edição *on-line*, e deve ser visualizado por todas as pessoas participantes durante a oficina.

No início, quem facilita a oficina explica ao grupo os objetivos e o significado dos elementos do fluxo das águas do rio (cachoeira, pedra, nascente etc.). A cada pergunta disparadora, deve ser reservado um tempo para que as/os participantes relembrem os acontecimentos e os escrevam nas tarjetas (modalidade presencial) ou o relatem/escrevam no ambiente virtual.

A colheita pode ser iniciada com a pessoa mais velha presente. Se o grupo for grande, podem ser formados subgrupos para facilitar que os marcos emergam e todas as pessoas tenham a chance de se manifestar. Cada marco histórico pode ser associado a um elemento do fluxo das águas. Após esse momento de colheita, o grupo se reúne e as memórias compartilhadas são adicionadas ao desenho do rio, cuidando para contemplar todas as contribuições.

É importante garantir um momento de intervalo para renovar as ideias e a presença, e também um momento final no qual todo o grupo olhe o rio, observe as lembranças colhidas coletivamente, compartilhe impressões gerais e possa sugerir mudanças ou a inserção de novos marcos.

No encerramento, sugere-se celebrar (com música, palmas e alegria) a história reconstruída a muitas mãos. Sugerimos também produzir imagens do rio e das pessoas participantes (retrato da tela na modalidade virtual e fotografias na modalidade presencial), e incorporar o máximo de informação possível na relatoria.

Adaptado do “Caderno de Metodologias: inspirações e experimentações na construção do conhecimento agroecológico”,
ABA-Agroecologia

Grupos de pesquisa de agricultura urbana



Levantamento:

1. Busca de menções a grupos de pesquisa e instituições em documentos, artigos e livros;
2. Buscas no diretório de grupos de pesquisa do CNPq;
3. Busca via Núcleos de Agroecologia (NEAs) na plataforma Agroecologia em Rede.

65 grupos e núcleos de pesquisa

identificados em instituições de pesquisa do país, com a seguinte localização:



Algumas informações:

Em 1987 foi identificado o primeiro registro de criação de um grupo de estudo ligado a AU: o Laboratório de Gestão do Território (Laget)/UFRJ, no Rio de Janeiro.

Os editais do CNPq de implementação e/ou manutenção de NEAs e Produção Orgânica, que ocorreram em 2013 e 2016, podem explicar, em parte, o surgimento de grupos de pesquisa nesses anos;

Após 2007 o número de grupos cresce, coincidindo com aumento das atividades relacionadas à AU no país: entre 2007 e 2017 foram criados 25 grupos;

As maiores quantidades de grupos identificadas por instituição foram:

- 5** na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em Florianópolis, SC
- 3** na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte, MG
- 3** na Universidade Federal do ABC (UFABC), em Santo André, SP

ETAPA 3: OFICINA DO RIO DO TEMPO

O passo seguinte foi realizar uma oficina virtual com integrantes do CNAU para enriquecer o rio. Foi utilizado um programa *on-line* de ilustração para facilitar a visualização dos marcos no desenho do rio, que possibilitou a edição ao longo da oficina. Foram incluídas informações sobre a trajetória de organização institucional e política da AU, que puderam ser contadas somente por quem as viveu. Foi também um momento celebrativo, porque reconheceu a caminhada daquelas/es que estão há anos na luta pela AU.

ETAPA 4: FINALIZAÇÃO DO RIO DO TEMPO

Após a sistematização das informações da oficina, da pesquisa complementar e dos momentos de aprofundamento e revisão com integrantes do CNAU, elaborou-se a versão final de “Um Rio do Tempo sobre a Agricultura Urbana do Brasil”. Os conteúdos da oficina foram incorporados ao acervo documental organizado na etapa 1, na perspectiva de enriquecer informações nacionais sobre AU.

ETAPA 5: LEVANTAMENTO DE GRUPOS DE PESQUISA DE AU

De forma complementar ao conteúdo do Rio nacional, foram buscados grupos de pesquisa que atuam com AU de diferentes áreas de conhecimento, tomando como base um levantamento prévio realizado pelo CNAU. A metodologia consistiu em extrair informações sobre grupos/núcleos de pesquisa durante o levantamento e catalogação dos documentos sobre AU, buscando identificar a coordenação, contato, instituição e ano de fundação. Vinte e um Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEAs) foram identificados pela plataforma Agroecologia em Rede (AeR). Também foi consultado o Diretório de Grupos de Pesquisa - Plataforma Lattes - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). No primeiro semestre de 2023 os grupos foram contatados para aprimorar as informações por meio de um formulário, abrindo possibilidades de integração ao CNAU e convergência no campo da AU.

Um Rio do Tempo sobre a agricultura urbana do Brasil

O resgate e registro coletivo das memórias, narradas pelo Coletivo Nacional de Agricultura Urbana, apoiaram a construção de **“Um Rio do Tempo sobre a Agricultura Urbana do Brasil”** (FIGURA 2). Esta é uma das muitas histórias possíveis sobre a AU no nível nacional, contando principalmente sobre as trajetórias mais recentes de mobilização da sociedade civil, sua interação com o Estado e com políticas públicas; sobre a produção de conhecimentos; e sobre a organização da AU na esfera institucional.

DÉCADA DE 1980

As nascentes do Rio do Tempo nacional são um conjunto de ações pioneiras territorializadas na **década de 1980**, quando o termo “agricultura urbana” ainda não era muito utilizado, e que vão impulsionar movimentos mais amplos de projeção nacional.

Destacam-se neste contexto: o **Centro Nordeste de Medicina Popular (CNMP-PE)**, que no início de suas atividades apoiou a criação e manutenção de hortas comunitárias e realizou um seminário de medicina popular do qual participaram agricultoras e agricultores urbanos de vários municípios de Pernambuco em **1994**; uma série de **políticas na cidade de São Paulo**, como a “Batalha da alimentação”, que contribuiu para a criação de muitas hortas comunitárias, domiciliares e escolares; e o **Programa de separação de resíduos em Florianópolis**, considerado a primeira experiência de coleta seletiva e implementação de hortas comunitárias e compostagem em uma capital brasileira, e que posteriormente foi institucionalizado como “Programa Beija-Flor” em **1987**.⁵

Nesta década, movimentos que colaboraram para a **criação do Sistema Único de Saúde (SUS)** começaram a potencializar conexões entre a saúde pública e a agricultura em

espaços urbanos, partindo da SAN e do apoio ao uso das plantas medicinais e fabricação de fitoterápicos. Como culminância, em 2006 foram implementadas a **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC)** e a **Política e Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF)**, que contribuíram para a institucionalização dessas práticas no SUS e para o cultivo de hortas na atenção primária à saúde (APS), ampliando importantes iniciativas já em curso.

DÉCADA DE 1990

Nesta década, é expressiva a **atuação de ONGs**, especialmente a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE, de BH), a AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia (AS-PTA, do RJ) e o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (Cepagro, de Florianópolis), que promoveram intercâmbios e participaram de encontros nacionais de SAN e agroecologia, ajudando a projetar a AU no nível nacional.

O **Centro de Vivência Agroecológica (Cevae)**⁶, criado em **1995** em Belo Horizonte, é um exemplo de política que contribuiu para a institucionalização municipal de uma agenda de AU conectada ao movimento agroecológico. Elaborado pela Prefeitura Municipal em parceria com a REDE e organizações comunitárias locais, o Centro teve como foco a segurança alimentar, o desenvolvimento de projetos de AU, educação ambiental e fortalecimento comunitário.

DÉCADA DE 2000

Nos anos **2000**, a temática da AU vai se institucionalizando e, portanto, é o momento em que se intensificam as cheias, afluentes e as cachoeiras que deságuam no rio nacional, colocando o desafio de priorizar as ações

UM RIO DO TEMPO SOBRE A

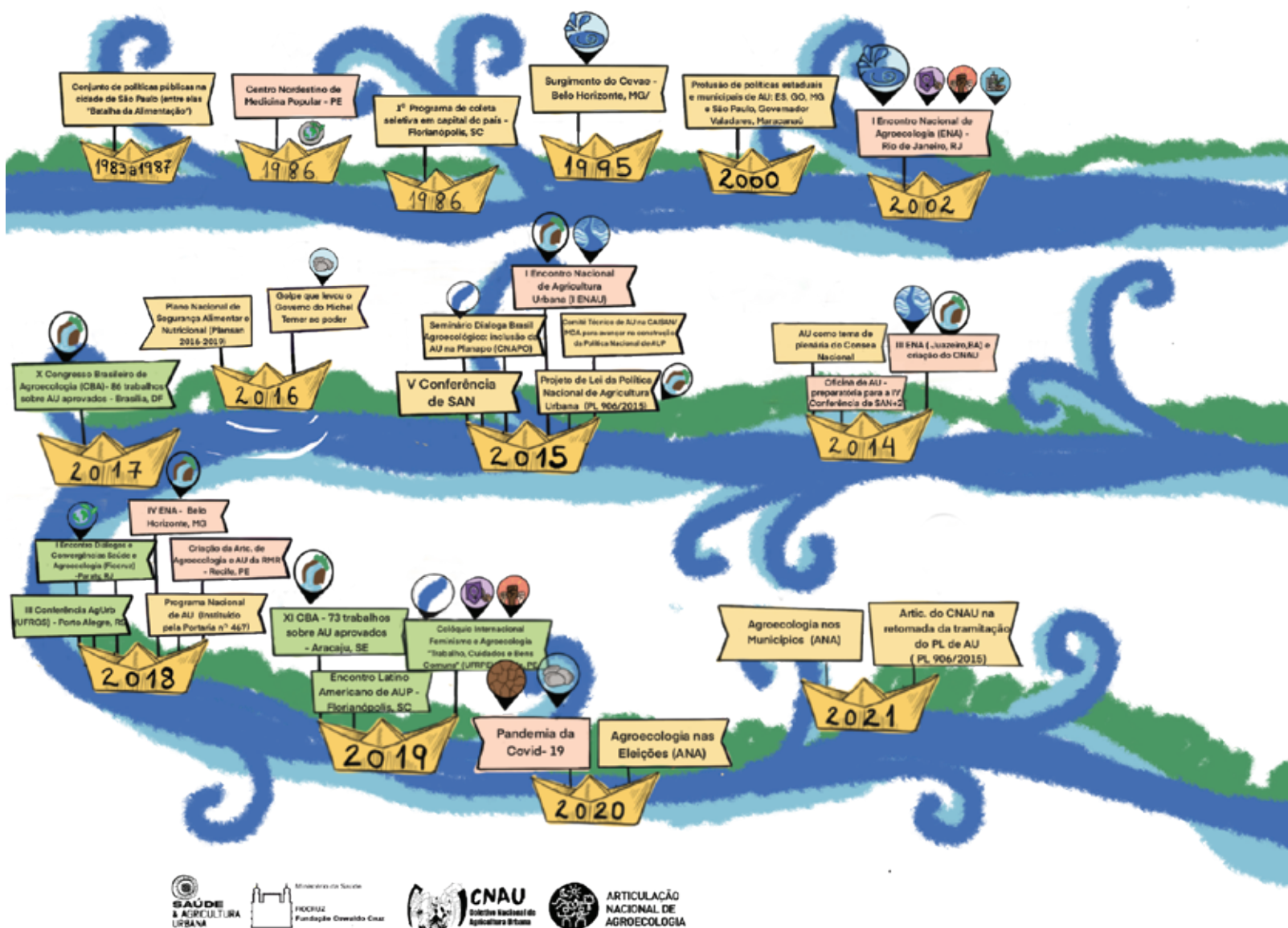


FIGURA 2: Um Rio do Tempo da Agricultura Urbana do Brasil.

Ilustração: Bianca Santana, 2023.



AGRICULTURA URBANA DO BRASIL



mais relevantes. É nesta década que **se formaram importantes redes de AU nas Regiões Metropolitanas**: a Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana da RMBH (AMAU) e a Rede Carioca de Agricultura Urbana (CAU), em 2002 e 2009, respectivamente.

A partir de 2003, o termo **“agricultura urbana” é incorporado** em políticas e projetos, a exemplo do Programa de Otimização de Espaços Vazios para a Agricultura Urbana, promovido pelas instituições UN-HABITAT, Centro de Pesquisa em Desenvolvimento Internacional (IDRC-Canadá) e International Panel of Experts on Sustainable Food Systems (IPES/Peru). Entre as cidades da América Latina e Caribe envolvidas, em Governador Valadares (MG) foi impulsionada a formulação do Programa de Agricultura Urbana como lei, que foi inovador pela redução de impostos sobre lotes vazios usados para AU, reconhecendo a função social destes espaços.

Com a prioridade de combater a fome no Brasil, o governo Lula criou em 2003 o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), com a tarefa principal de implementar o **Programa Fome Zero**, articulado a um conjunto de ações para promover a SAN, entre elas: o incentivo à AU por meio de feiras, sistemas de entrega em domicílio de produtos frescos e cursos de formação para implantação de hortas, como uma política específica para pequenas e médias cidades.

O programa também firmou 11 convênios para a implantação de hortas comunitárias em sete estados brasileiros: Goiás (1), Minas Gerais (2), Pernambuco (1), Rio Grande do Norte (1), Rio Grande do Sul (4), Paraná (1) e Santa Catarina (1), com recursos investidos que totalizaram mais de três milhões de reais e beneficiaram 2.267 famílias.⁷ Apesar da sua relevância, houve dificuldades no diálogo com a sociedade civil, por ser um programa centrado na ação governamental e de organizações internacionais.

Como desdobramentos importantes da inclusão da AU no Programa Fome Zero, estão as Conferências de SAN, que potencializaram a articulação da sociedade civil. Teve destaque a **II Conferência**, realizada em 2004 em Olinda (PE),

que elencou a criação de uma Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana (Pnaup) entre as ações prioritárias. Tal necessidade foi reafirmada em 2007, na **III Conferência**, que trouxe um avanço propositivo na formulação da Pnaup, articulando SAN, agroecologia, urbanismo, economia solidária, ações de capacitação e formação e outros.⁸

Em 2006, foi aprovada a **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan)**, que instituiu o **Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan)**, regulamentado em 2010, e que previa o fortalecimento da produção urbana e periurbana de alimentos como parte do Plano Nacional de SAN.⁹ A reunião de audiência pública para debate da Losan foi, de forma surpreendente, transformada em deliberativa e a Lei foi imediatamente aprovada.

No mesmo ano, ocorreu o **II Encontro Nacional de Agroecologia (ENA)**, em Recife (PE). Embora reduzida, houve a participação de agricultoras/es urbanas/os e a apresentação de duas experiências de AU: uma da REDE e outra da AS-PTA, além de a AU ser reconhecida na Carta Política do encontro como estratégia efetiva para o enfrentamento da insegurança alimentar nas cidades.

No ano de 2007, a pesquisa: **“Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para sua Promoção”** foi implementada pela REDE, em articulação com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e o Ministério de Desenvolvimento, Família e Combate à Fome (MDS), e ativa participação da IPES/Peru. Estudando 11 áreas metropolitanas* do Brasil, a pesquisa possibilitou construir um estado da arte da AUP e é considerada, ainda hoje, uma importante referência sobre o tema.

No mesmo ano, os resultados da pesquisa foram apresentados no **I Seminário Nacional de AU**¹⁰, em Brasília (DF), que discutiu e aprovou o conceito de AU que o MDS passou a utilizar. Não houve, posteriormente, novos aportes de recursos públicos para que o cenário descrito em 2007 pudesse ser atualizado.

Como consequência dos espaços de debate sobre as políticas públicas do MDS envolvendo

* Áreas metropolitanas pesquisadas: Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Brasília (DF) e Goiânia (GO), Belém (PA), Fortaleza (CE), Recife (PE) e Salvador (BA).

‡ Alagoas, Bahia, Maranhão, Piauí, Pará, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná foram os estados que acessaram o edital.

organizações sociais, em **2008**, foi lançado um edital para apoiar a estruturação de **Centros de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana (Caaups)**. Estes centros mobilizaram conexões e encontros entre governos estaduais, universidades, organizações da sociedade civil e movimentos sociais do campo e da cidade. Entretanto, não houve tempo suficiente para algumas das organizações participantes da pesquisa de 2007 enviarem propostas, e

algumas das formulações de Caaups não saíram do papel.‡

DÉCADA DE 2010

Em **2011**, é finalizado o relatório de uma consultoria encomendada pelo MDS, em parceria com a FAO, para sistematizar e analisar a implementação da Pnaup promovida pelo Ministério em Regiões Metropolitanas durante o período 2004-2009. Segundo o relatório, houve contribuição

Políticas territoriais de AU¹¹

Antes de ganhar projeção política nacional nos anos 2000, a AU já tinha nos níveis local e regional importantes marcos que foram desaguando nesse rio maior. As ações de incidência política para a Pnaup não foram isoladas, mas uma expressão, no nível nacional, de processos concomitantes de incidência realizados por redes e grupos sobre governos municipais e estaduais. A maior parte dessas políticas foi aprovada a partir de 2010, aliada à criação de coletivos e redes de AU e da ação nas eleições, por meio da organização de espaços de discussão virtual, campanhas e cartas políticas.

LEIS ESTADUAIS:

- Lei Nº 15.973/2006. Institui a Política Estadual de apoio à AU de MG;
- Lei Nº 16.476/09. Dispõe sobre a Política de Apoio à AU do Estado de GO;
- Lei Nº 17.533/2018. Institui a Política Estadual de apoio à AU de SC;
- Lei Nº 8.366/2019. Institui a Política Estadual de Apoio à AU do RJ;
- Lei Nº 5.033/2019. Institui a Política Estadual de AU do AM;
- Lei Nº 10.824/2019. Institui a Política Estadual de Apoio à AU do MG.

LEIS MUNICIPAIS:

- Lei Nº 13.727/2004. Cria o Programa de AUP - PROAURP no município de São Paulo (SP);
- Lei Nº 5439/2005. Reestrutura o Programa de AU no Município de Governador Valadares (MG), que havia sido criado pela Lei 5.265/2003;

- Lei Nº 1.157/2006. Institui a Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana e Familiar no Município de Maracanaú (CE);
- Lei Nº 10.255/2011. Institui a Política Municipal de apoio à AU de BH;
- Lei Nº 10.392/2017. Institui a Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Florianópolis; e Decreto Nº 21.723/2020, que institui o Programa Municipal de AU de Florianópolis;
- Lei Nº 5.014/2021. Institui a Política de apoio à AUP do Município de Paulista (PE);
- Criação do Plano Municipal de Agroecologia Urbana do Recife (PE), em 2021.

Ainda foram iniciativas de incidência política:

- **Carta Aberta por políticas públicas para agroecologia urbana no ES**, lançada pela RUCA em 2021;
- **Carta da Articulação de Agroecologia e Agricultura Urbana da Região Metropolitana do Recife**, entregue ao presidente Lula em Recife, durante o relançamento do Programa de Aquisição de Alimentos em 2023.

no fortalecimento da consciência cidadã acerca da AU, porém as ações de comercialização, beneficiamento e agregação de valor não receberam o apoio devido.¹²

Neste mesmo ano, o Consea realizou atividades preparatórias para a IV Conferência de SAN, entre elas o **I Encontro Nacional de SAN**, no contexto da Política de Desenvolvimento Urbano, fruto da necessidade identificada de aprofundar este debate nas cidades brasileiras. O encontro pontuou a importância da articulação da AU e das políticas de abastecimento com as políticas de habitação, planejamento e ordenamento territorial, e deu destaque para a AU enquanto “potencializadora do combate à pobreza, à insegurança alimentar (IA), à degradação ambiental e à exclusão socioespacial.”¹³

As Conferências de SAN, especialmente a **IV Conferência**, na Bahia, representam um espaço de diálogo mais relevante entre AU e as dimensões de raça/etnia e gênero. Foram 2.000 participantes, com presença expressiva de mulheres, das juventudes e dos povos e comunidades tradicionais. Foram aprovadas proposições em AU para o **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan)**.

Já em 2012, a **formação do GT de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Urbano da Comissão Permanente de Produção, Abastecimento e Alimentação Adequada e Saudável do Consea** reforçou o espaço institucional da AU no campo da segurança alimentar e das políticas públicas, ampliando a interlocução com outras organizações e movimentos sociais. O GT garantiu recursos financeiros e buscou a articulação intersetorial para avançar em ações que permitissem a estruturação institucional e orçamentária, para a promoção do direito à cidade e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). As plenárias do Consea conciliavam as reuniões dos grupos com momentos mais amplos, e foram surgindo dificuldades de diálogos entre o GT e outras organizações do campo agroecológico, o que implicava uma necessidade permanente de marcar presença nos encontros e reuniões para garantir a pauta da AU.

Neste mesmo ano, o MDS iniciou a elaboração de um marco regulatório das ações do

Governo Federal para a AU, apresentando uma versão preliminar de Portaria Federal durante o **III Seminário Latino-americano e Caribenho de AUP**, evento organizado pelo próprio Ministério e pela rede Agrópolis, com apoio da Rede Latino-Americana e Caribenha de AU e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). O Seminário teve como objetivos promover o intercâmbio entre iniciativas latino-americanas, para avançar no reconhecimento do trabalho das/os agricultoras/es e das instituições da sociedade civil e órgãos públicos.

O ano de 2012 foi um momento de cheia no qual houve, ainda, a **construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo)**, com seminários preparatórios que explicitaram a temática da AU - embora tenha se efetivado, na Política, apenas três menções à AU nas diretrizes, sem destinação orçamentária ou metas correspondentes.

Neste ano, a implantação de uma Pnaup sob responsabilidade do MDS foi apresentada como meta prioritária no Plansan (2012/2015). As iniciativas citadas no Plano estavam voltadas à consolidação de ações de apoio à produção, beneficiamento e comercialização de alimentos, bem como à capacitação, assistência técnica e inovações tecnológicas, considerando a articulação com municípios para destinarem espaços públicos para AU. Mas não há nenhuma menção à atividade no balanço das ações do Plansan no período. No início de 2013, o MDS suspendeu novos investimentos para a AU e o processo de construção da Pnaup. O fato foi repudiado pelas organizações da sociedade civil (OSCs) que encontraram um primeiro canal de expressão coletiva durante o **VII Encontro Nacional do Fórum Brasileiro de Soberania e SAN (FBSSAN)**, em Porto Alegre (RS), no qual houve diálogo com uma representação institucional do MDS e foi cobrada, sem sucesso, a revisão da decisão. Como contraponto, foi organizada no encontro uma oficina sobre “A dimensão pública da AUP e as conexões com a SAN”, que reafirmou a necessidade de uma política nacional.

A partir desse encontro do FBSSAN, o GT de SAN e Desenvolvimento Urbano do Consea começou a **mediar a interlocução** entre

FIGURA 3: Fundação do CNAU durante o Seminário temático de AU no III ENA.

Autoria: Equipe de comunicação da Articulação Nacional de Agroecologia, 2014.



organizações sociais e setores do Governo Federal, no sentido de avançar na institucionalização da Pnaup. Entre **2012** e **2015**, o GT realizou diversas reuniões, apoiando a participação de representações de ONGs, em reconhecimento à experiência acumulada por essas organizações em seus territórios.

Especialmente para a **IV Conferência Nacional de SAN +2**, em **2014**, o GT organizou uma **oficina preparatória** com o tema: “Agricultura Urbana: um eixo aglutinador de promoção do DHAA nas cidades”. A atividade buscou fazer um balanço sobre a interlocução governo/sociedade na construção de uma política nacional de AU e identificar os principais avanços e retrocessos na trajetória de construção da Pnaup, com ênfase nas proposições da IV Conferência, em 2011.

Em 2014 o GT da CP3 assume três objetivos centrais: um balanço de ações implementadas pelo MDS, feito pela equipe técnica do próprio Ministério; um levantamento das ações relacionadas à AUP de outros órgãos do Governo Federal, feito pela da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar (Caisan); e um documento de referência sobre a agricultura urbana para as/os conselheiras/os - “Subsídios para uma Política Nacional de Agricultura Urbana Periurbana (PNAUP)”.¹⁴ Todas essas mobilizações foram fundamentais para que em **2014**, durante o

seminário temático de AU no **III ENA**, realizado em Juazeiro (BA), ocorresse a **criação do CNAU** por meio de uma base social ampliada.

Na **Carta política do III ENA**, em **2014**, o Coletivo destacou a multifuncionalidade da AU e sua relação com questões importantes, como feminismo, reforma urbana, reforma agrária, saúde coletiva, economia solidária, justiça ambiental e SSAN, apresentando-se como ator comprometido com a luta e com a construção da autonomia das agricultoras e agricultores urbanos, por meio da promoção da agroecologia e de programas e políticas públicas específicas para a AU.¹⁵

O ano de **2015**, seguinte à criação do CNAU, é de acontecimentos importantes para a institucionalização da AU. Um deles é o **Seminário Dialoga Brasil Agroecológico**, que proporcionou o encontro entre as propostas da ANA e da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica para avaliação da I Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) e construção da II Planapo. Foi uma oportunidade de pautar a AU na reformulação dessa política pública já estabelecida, conquistando sua citação direta em duas metas e mais visibilidade ao longo do documento.

Surge também neste ano o **Comitê Técnico de Agricultura Urbana na Câmara Interministerial de Segurança Alimentar (Caisan)**, instituído pela

Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS e coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para apoiar as ações de AUP, retomando o documento produzido pelo GT da Comissão Permanente de Abastecimento do Consea, em 2014.

Também em **2015** acontece o **I Encontro Nacional de Agricultura Urbana (ENAU)**, realizado na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e organizado pelo CNAU, ANA e FBSSAN, com o tema: “Agroecologia e Direito à Cidade: cultivando saúde e comida de verdade”. O evento contou com a participação de mais de 250 pessoas de 20 estados do país, com destaque para o público jovem e de agricultoras/es, além de representantes de movimentos populares urbanos e em defesa da cultura alimentar, de povos de terreiro de matriz africana, indígenas e outros povos e comunidades tradicionais, ativistas, estudantes, pesquisadoras/es, professoras/es, gestoras/es públicas/os e parlamentares.

O encontro contou com painéis, oficinas, instalações pedagógicas, visitas às iniciativas existentes no RJ e uma feira agroecológica, tornando-se um marco na discussão sobre AU no Brasil. Chama atenção a participação das mulheres, mais da metade do público, e que organizaram quatro encontros autogestionados para debater a atuação que desenvolvem nas agriculturas das cidades e na agroecologia (FIGURA 4).

Ainda em **2015**, foi realizada, em Brasília, a **V Conferência de SAN**, com o tema: “Comida de Verdade no Campo e na Cidade: por direitos e soberania alimentar”, que reconheceu a AUP como meio de proporcionar alimento para o auto-consumo, para a geração de renda e para o acesso mais democrático à cidade, em cumprimento à função social da terra urbana. Foi apoiada também a moção de fortalecimento da AUP com foco na democratização e agilidade no acesso à Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Dois marcos voltados à proposição de PPs fecham **2015**: o documento “**Subsídio para uma Pnaup**”, elaborado pelo CNAU, que sistematiza objetivos, princípios e diretrizes para a política e desafios colocados; e o **PL 906/2015, que institui a Pnaup** proposto pelo deputado federal Padre João (PT-MG).

Em **2016**, o Plansan (2016-2019) previu como meta e como ação para AU, respectivamente: a “Promoção e desenvolvimento da AUP em bases agroecológicas, em articulação com órgãos e entidades dos governos federal, estaduais e municipais”, sob responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a “Elaboração de diretrizes para orientação e organização das ações de promoção da AUP”, sob responsabilidade do Sistema do Seguro de Agricultura Familiar do MDA.



FIGURA 4: Plenária das Mulheres no I ENAU.

Fonte: Equipe de comunicação da Articulação Nacional de Agroecologia, 2015.

Este ano também é marcado por uma pedra, o **golpe que tirou a Presidenta Dilma Rousseff** do poder. A partir desse momento, os movimentos de AU e da agroecologia passam a não reconhecer o então governo como legítimo, direcionando o foco das ações para o fortalecimento interno dos grupos e coletivos. As condições para a luta por direitos e incidência em políticas públicas vão sendo desfavorecidas de maneira crescente até 2022.

O **X Congresso Brasileiro de Agroecologia** (CBA), organizado pela ABA-Agroecologia e realizado em **2017** em Brasília, foi um momento importante de fortalecimento da AU dentro do movimento agroecológico: contemplou pela primeira vez um eixo temático específico de agricultura urbana, que recebeu 86 submissões de trabalhos. Também previu em sua programação quatro atividades propostas pelo CNAU, como a roda de conversa: “De que agricultura urbana estamos falando?”, que discutiu a necessidade de caracterizar as experiências e os atores da agricultura urbana, o papel de consumidoras/es na promoção de mudanças alimentares e o potencial da AU diante das mudanças climáticas.¹⁶

Já em **2018**, o **I Encontro de Diálogos e Convergências em Saúde e Agroecologia**, organizado pela Agenda de Saúde e Agroecologia da VPAAPS/Fiocruz e realizado no Quilombo do Campinho da Independência em Paraty (RJ), mobilizou trabalhadoras/es de diferentes estados do país que atuam com agroecologia na instituição. O evento fomentou a aproximação institucional entre os campos da saúde coletiva e da agroecologia, representados pela Fiocruz, ANA e ABA-Agroecologia, e contou com um seminário temático e apresentação de três experiências de agricultura urbana.

Houve também neste ano a **III Conferência Internacional Agricultura e Alimentação em uma Sociedade em Urbanização** (AgriUrb), realizada pela primeira vez no Brasil, em Porto Alegre (RS), e organizada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Com o tema: “Alimento saudável, sóciobiodiversidade e sistemas agroalimentares sustentáveis: inovações do consumo à produção”, o evento contou com a representação

de 30 países. O CNAU e a Agenda de Saúde e Agroecologia da Fiocruz participaram da coordenação do GT “Conexões entre agricultura urbana, agroecologia, direito à alimentação e direito à cidade”, avaliando trabalhos e conduzindo os espaços de apresentação e diálogo.

O **IV ENA** também aconteceu em **2018**, em BH, com o lema: “Agroecologia e Democracia Unindo Campo e Cidade” e com significativa participação de movimentos ligados à AU. O CNAU organizou espaços importantes do encontro, como “A grande tenda das metrópoles” e o seminário “Agriculturas Urbanas, Agroecologia e Direito à Cidade”.

Um dos cenários políticos que orientaram o IV ENA foi o aprofundamento do que se entende por conexão entre cidade e campo. A relação do movimento agroecológico com a AU não é ausente de disputas e divergências, portanto, esse momento de maior abertura e convergência é bastante significativo e simboliza uma vitória de uma luta antiga do CNAU. Ainda, um esforço ativo de diálogo com experiências para além do eixo sul e sudeste refletiu em um maior número de participantes de outras regiões e, conseqüentemente, maior fortalecimento das articulações a nível nacional. No contexto de mobilizações e caravanas para encontro nacional, surge a **Articulação de Agroecologia e Agricultura Urbana da Região Metropolitana de Recife** (AAAUP-RMR), que retoma a mobilização durante a pandemia de Covid-19.

Ainda em **2018**, houve o lançamento de um **Programa Nacional de Agricultura Urbana pelo MDS**¹⁷ - que depois se tornaria o Ministério da Cidadania. Contraditoriamente, não representou uma conquista. Não houve articulação do Programa com movimentos e instâncias ligadas à AU, implementado num contexto de desmonte das políticas para a agricultura urbana iniciado no governo de Michel Temer e agravado no governo de Jair Bolsonaro. Há uma dificuldade de localizar maiores informações sobre o Programa, como a quantidade e destinação de recursos e sua duração. Sabe-se que alguns projetos foram apoiados, como a produção de cartilhas informativas, porém as proposições estratégicas não saíram do papel.

Uma conquista celebrada neste ano foi o **direito de acesso à Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) por agricultoras/es urbanas/os** (Portaria Nº 523 do MDA). A inclusão do perímetro urbano como passível de emissão de DAP é fruto da pressão popular e dos debates travados pelos movimentos de AU, entre os quais pode ser citada a atuação da Rede CAU diante do Plano Diretor, que, ao classificar toda a cidade do Rio de Janeiro como área urbana, tornava inviável o acesso de agricultoras/es ao Pronaf.

Em 1º de janeiro de **2019**, outra pedra no rio: a **extinção do Consea**, um grande retrocesso no campo da luta histórica por políticas públicas de combate à fome, promoção da SAN e garantia do DHAA. Já no governo anterior, o Consea atravessava um cenário de muitos cortes orçamentários nas políticas que foram responsáveis por tirar, em 2014, o Brasil do Mapa da Fome da FAO. São exemplos dessas políticas conquistadas pela atuação dos conselhos estaduais e nacional: a consolidação do DHAA como direito social no Artigo 6º da Constituição Federal (Emenda Constitucional 064/2010); o Guia Alimentar da População Brasileira; a Política Nacional de SAN e o Plansan; os Programas de Convivência com o Semiárido, o Plano Safra da Agricultura Familiar e a Pnapo.

O **XI CBA** aconteceu em **2019**, em São Cristóvão (SE), mantendo, como a edição anterior, espaços destinados à AU, a exemplo das rodas de conversa organizadas pelo CNAU: “Mulheres, Agroecologia e AU”, “Experiências Nordestinas de AU” e “AU e Agroecologia: direito à cidade e comida de verdade”.

Em Florianópolis, foi realizado o **IV Encontro Latino-Americano de AUP**, apoiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), e que representou um espaço de convergência acadêmica de diferentes sujeitos e territórios da América Latina e Caribe, com os seus aportes teóricos e metodológicos.¹⁸

Neste mesmo ano, ocorreu em Recife o **III Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia: Trabalho, Cuidados e Bens Comuns**, com um GT intitulado: “Feminismos, Agroecologia e o Comum na Construção de

Declaração de aptidão ao Pronaf (DAP)

A Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar é um instrumento regulador que identifica e qualifica áreas produtivas e unidades familiares ou organizações coletivas e associativas, atestando seu acesso a políticas de financiamento/ crédito rural, certificações de produtos, cursos profissionalizantes. Além de agricultoras/es, podem acessar a DAP pessoas jurídicas como associações e cooperativas e pescadoras/es artesanais, maricultora/es, extrativistas, quilombolas, indígenas, assentadas/os da reforma agrária e beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

Sistemas Alimentares Urbanos”. O GT selecionou oito trabalhos de instituições governamentais, ONGs, Núcleos de Estudo em Agroecologia (NEAs), associações e coletivos independentes. A aproximação conceitual entre feminismo, agroecologia e AU foi um passo importante, criando bases para o desenvolvimento de pesquisas e políticas mais centradas na dimensão de gênero dentro do campo agroecológico .

DÉCADA DE 2020

Em **2020**, com o **início da pandemia da Covid-19**, articulações presenciais e encontros suspensos e dificuldades na adaptação para os novos formatos de comunicação provocam um momento de maior desarticulação do CNAU, com seus membros reorientando ações para demandas locais/regionais.

Entre 2004 e 2013, houve um aumento progressivo das famílias em segurança alimentar no país e este processo foi revertido pelas crises econômica e política, agravadas com a pandemia.¹⁹ No final do ano de **2020**, é divulgado o **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da pandemia da Covid-19** no Brasil, pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Penssan), que mostrou 55,2% dos domicílios do país em IA, 19 milhões de pessoas (9% da população), convivendo com a fome; valor que chegou a 33 milhões em **2022**, quando o 2º Inquérito foi divulgado.

Em **2020**, a ANA desenvolveu um conjunto de ações de incidência nas eleições municipais,

a campanha “**Agroecologia nas eleições**”, decorrente da pesquisa “**Municípios Agroecológicos e Políticas de Futuro**”, que mobilizou uma equipe nacional com consultoria em todos os estados do país, dedicada ao levantamento de 720 políticas, leis e programas municipais de apoio à agroecologia e à SSAN, em parceria com as redes estaduais de agroecologia. Esse processo inspirou a elaboração de uma carta-compromisso com propostas para as eleições municipais de 2020, assinada por 1.240 candidaturas, das quais 172 foram eleitas.

Em **2021**, a iniciativa “**Agroecologia nos Municípios**” surge como desdobramento, com o objetivo de apoiar processos de mobilização e incidência política no nível municipal. Na sequência dessas experiências exitosas, em **2022** foi organizada a campanha de mobilização “**Agroecologia nas Eleições**”, de identificação de políticas e normativas estaduais que fortalecem a agroecologia, com assinatura de

uma carta-compromisso por 154 candidaturas estaduais e federais. Essas iniciativas colocaram luz sobre políticas e mobilizações da agricultura urbana conectadas à agroecologia.

O CNAU volta a se organizar em **2021** e se depara com a **retomada da tramitação do projeto de lei para instituição da Política Nacional de Agricultura Urbana** no Congresso. O Coletivo incide sobre a política, em articulação com deputadas/os e senadoras/es parceiros; analisa o conteúdo deste e outros PLs para AU, indicando o atual esvaziamento da Pnaup e a necessidade de aprofundamento conceitual.

No período, o CNAU passa por um momento de expansão e questões antigas relacionadas à sua organicidade voltam a ser discutidas. É neste ano que o Coletivo é convidado a participar da construção do projeto: “Agricultura Urbana Agroecológica, direito à cidade e promoção da saúde: intercâmbios para o fortalecimento de práticas e redes”.

FIGURA 5: Materiais do I ENAU.

Fonte: Equipe de comunicação da Articulação Nacional de Agroecologia, 2015.



Algumas considerações - que histórias nos conta esse Rio

Alguns destaques no caminho das águas da agricultura urbana do Brasil são apresentados a seguir, com base nos três eixos de categorização dos marcos históricos: “organização da sociedade civil”, “interação com políticas públicas” e “produção do conhecimento”.

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Desde a década de 1980, a sociedade civil organizada tem como nascentes as primeiras iniciativas e políticas municipais de incentivo a hortas urbanas, compostagem, alimentação e fitoterapia. No início dos anos 2000, espaços de discussão de AU foram se ampliando em intercâmbios, seminários e encontros voltados à SAN e à agroecologia, considerados pelas redes territoriais, como a AMAU e a Rede CAU, como oportunidades de convergência para a projeção da AU no nível nacional.

No início da década de 2020, um novo momento se desenrola com as iniciativas de incidência nas eleições e na política municipal, promovidas pela ANA. Não sem desafios por espaço e visibilidade, há uma entrada paulatina do debate da AU em encontros do movimento agroecológico, como os ENAS e os CBAs. **Um desafio a explorar é a articulação com outros movimentos urbanos, como aqueles conectados ao direito à moradia e saúde, aos direitos das mulheres, com o movimento negro e com as lutas dos povos e comunidades tradicionais.**

INTERAÇÃO COM POLÍTICAS PÚBLICAS

Nos anos 2000, a AU começa a ser pautada na agenda pública pela via da SAN, pauta prioritária nos governos Lula (2003-2006; 2007-2010), ainda que tenha recebido pouco investimento para se consolidar no campo das políticas públicas. O Programa Fome Zero, a aprovação da Losan e a criação das Caaups fomentaram a AU, além da proposição e aprovação da própria Pnaup.

Esse movimento é acompanhado de uma efervescência de ações de incidência política nos

territórios, sobretudo a partir da década de 2010. Importantes políticas estaduais e municipais são aprovadas, mesmo que sigam enfrentando dificuldades na sua implementação. Para além das PPs, esse é um momento de maior conexão da AU com o campo agroecológico, que vai sendo incorporada principalmente nos processos de incidência política desenvolvidos pela ANA, inicialmente com a Pnapo e o Planapo e, posteriormente, com campanhas de incidência municipal.

A partir de 2016 há menos marcos de ações institucionais da AU, e as *pedras* começam a se sobrepôr com o golpe que levou o governo Temer ao poder, seguido da eleição do governo Bolsonaro em 2018, com a suspensão do diálogo entre Governo Federal e sociedade civil, e com muitos retrocessos nas articulações para fortalecer nacionalmente as iniciativas de agricultura urbana, em um contexto de desmonte de políticas.

PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Em relação à produção do conhecimento acadêmico-institucional, as primeiras definições para a agricultura urbana aparecem em documentos de organizações internacionais. No Brasil, é pela conexão com a área da segurança alimentar e nutricional que a AU vai ganhando espaço político e despertando interesses em campos de conhecimento distintos.

Os espaços principais de formulação da AU na agroecologia são os CBAs, os ENAs e encontros internacionais como o III AgriUrb e o Encontro Latino-Americano de AUP. **Embora o contexto da AU esteja entrelaçado às questões de classe, gênero e raça, e grande parte das práticas urbanas de agricultura seja protagonizada por territórios e populações marginalizadas nas cidades, pouca ênfase ainda é encontrada nas pesquisas e políticas sobre AU.**

2.

AGRICULTURAS URBANAS EM SEIS **REGIÕES** **METROPOLITANAS**

Caminhos percorridos: articulação territorial e análise de mapeamentos

A etapa de aprofundamento territorial foi realizada a partir de redes e de iniciativas ligadas às agriculturas urbanas em seis regiões do país: as Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte (MG), de Recife (PE), do Rio de Janeiro (RJ) e de Vitória (ES) e os municípios de São Paulo (SP) e de Florianópolis (SC).

Esta etapa foi organizada em duas frentes de trabalho, realizadas paralelamente: **articulação territorial** e **análise de mapeamentos de agricultura urbana**. O objetivo foi conhecer expressões da AU nos seis territórios a partir de um olhar orientado por três temas centrais: a saúde, as questões de raça e gênero, o direito à cidade e à justiça ambiental. Além de analisar os resultados de 13 mapeamentos sobre as agriculturas metropolitanas, foram sistematizadas histórias de construção da AU considerando as memórias de grupos e lideranças de cada território, culminando na construção de Rios do Tempo.

Articulação territorial como proposta metodológica

Os Rios do Tempo representam a culminância de um processo de articulação e pesquisa em seis territórios, que envolveu oficinas e diálogos com redes e experiências de agricultura urbana. Foram colhidas as memórias de lideranças, coletivos e sujeitos históricos da construção da AU. A proposta foi acolhida pelas redes como ferramenta de apoio à mobilização, após o longo período de isolamento diante da pandemia da Covid-19. Buscou-se visibilizar, principalmente, as **conexões com a saúde** e o **protagonismo das mulheres**, das **populações negras e periféricas** e dos **povos tradicionais** na construção das agriculturas nas cidades. O quadro a seguir resume as etapas vivenciadas.

QUADRO 2: Etapas da articulação territorial.

ETAPAS	
1 Definição dos grupos e das atividades	
2 Mobilização e atividades de culminância	
2.1	Oficinas de Rio do Tempo
2.2	Caravana Agroecológica (São Paulo)
3 Aprofundamento das memórias e socialização	

ETAPA 1: DEFINIÇÃO DOS GRUPOS E DAS ATIVIDADES

Inicialmente, as redes, grupos e experiências participantes da construção da memória em cada território foram delimitados.

ETAPA 2: MOBILIZAÇÃO E ATIVIDADES DE CULMINÂNCIA

O processo de articulação territorial implicou tecer diálogos e construir confiança, buscando alinhar expectativas e possibilidades reais de ação com as redes e grupos, levando em conta o tempo e os recursos disponíveis. Além das atividades de culminância, foram realizados diversos momentos de colheita de memórias com lideranças, participação em encontros das redes, reuniões e entrevistas com agricultoras e agricultores nos seus espaços de atuação, totalizando aproximadamente 50 encontros/atividades, além das reuniões de planejamento das oficinas dos Rios do Tempo e da Caravana Agroecológica.

A aproximação foi facilitada nas situações em que já havia uma inserção prévia da equipe do projeto na rede/grupo de AU; foi influenciada diretamente, também, pelos *corpos* responsáveis por essa aproximação, em termos dos marcadores de raça/etnia - por exemplo, na RMGV, foi

relatada pela articuladora-pesquisadora territorial a importância da presença do seu corpo preto como sinalizador de confiança para os grupos de terreiro, influenciando na maneira como a proposta do projeto foi recebida.

Em algumas oficinas do Rio do Tempo foi possível associar os marcadores temáticos - “saúde”, “gênero e raça”, “justiça ambiental e direito à cidade” - aos marcos históricos. A proposta do Rio do Tempo causou, por vezes, estranhamento, por ser uma novidade e pelo desafio de relacionar acontecimentos a elementos da natureza. A duração dos encontros variou entre cinco e oito horas.

As oficinas presenciais também foram, para muitas redes, a primeira atividade presencial após período de isolamento social na pandemia:

uma ferramenta de reaproximação. O Rio do Tempo se mostrou importante para a reflexão interna dos coletivos, que, revisitando suas memórias, puderam avaliar o trabalho já realizado e as conquistas e, a partir delas, visualizar os próximos passos que desejam percorrer.

A Caravana, por sua vez, foi um momento importante para elucidar, para os próprios grupos, suas dinâmicas organizativas e ações, e possibilitou às integrantes da RAPPa conhecer espaços de atuação das companheiras da rede. O quadro a seguir detalha as mobilizações e os momentos das atividades de culminância em cada território.

QUADRO 3: Definição dos grupos, mobilizações, diálogos e atividades de culminância por território.

REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE	
MOBILIZAÇÕES E DIÁLOGOS	<p>Foram envolvidos coletivos e experiências que protagonizam as agriculturas urbanas para além das principais redes de AU da Região Metropolitana: a AMAU e a Associação Horizontes Agroecológicos, cuja participação na construção da AU na RMBH já é mais reconhecida. Foi feito convite para que experiências de AU protagonizadas por povos de terreiros de matriz africana e indígenas participassem da construção do Rio do Tempo.</p> <p>Dois importantes momentos de levantamento das memórias, antes da oficina de culminância, foram: a participação na trilha “Afro-empendedorismo e confluência agroecológica urbana e familiar”, atividade na unidade territorial tradicional Nzo Atim Kitalodé (BH); e o Encontro Caminhos: agroecologia e povos tradicionais de matriz africana (BH), no qual foi proposta uma atividade de elaboração coletiva do rio e conduzido um espaço de troca entre diferentes experiências de AU e agroecologia.</p> <p>A sistematização prévia das memórias, obtida nesses eventos e em levantamentos individualizados com lideranças, foi organizada e apresentada na oficina presencial, na qual recebeu complementações e validação pelo grupo participante.</p>
OFICINA DO RIO DO TEMPO	<p>Nº participantes: 24 (20 mulheres / 4 homens)</p> <p>Nº organizações/coletivos/redes: 17</p> <p>Local: Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional de BH (parceiro)</p>
REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA	
MOBILIZAÇÕES E DIÁLOGOS	<p>A Rede Urbana Capixaba de Agroecologia (RUCA) foi a principal interlocutora. Foi aberto diálogo com grupos de povos tradicionais e descendentes bantos não conectados à rede.</p> <p>Entrevistas individuais e a oficina do Rio do Tempo permitiram acessar um histórico anterior ao surgimento da RUCA e colher informações sobre as agriculturas e >></p>

REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA	
MOBILIZAÇÕES E DIÁLOGOS	>> movimentos sociais da RMGV, destacando presenças como Dona Carminha, da Associação de Panelleiras de Goiabeiras, com Mestre Renato, do território de Angola, com representantes da Rede Bem Viver, do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), da Articulação Capixaba de Agroecologia, do NEA Santa Tereza, das Farmácias Vivas, do movimento urbano BR cidades, do projeto Cidades Comestíveis, do Movimento Nacional de Luta por Moradia e da Pastoral da Saúde.
OFICINA DO RIO DO TEMPO	Nº participantes: 29 (15 mulheres / 14 homens) Nº organizações/coletivos/redes: 18 Local: Sede da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Vitória (parceira)
REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE	
MOBILIZAÇÕES E DIÁLOGOS	Foi priorizada a participação das mulheres agricultoras urbanas conectadas ao GT Diversidades: Mulheres, Raça, Gênero, LGBTQIA+ e Povos Tradicionais da Articulação da Agricultura Urbana e Periurbana da Região Metropolitana de Recife, indo ao encontro de um desejo prévio do grupo. Foi priorizado o envolvimento de mulheres cis e trans, em sua maioria negras, como forma de visibilizar o protagonismo delas na construção da AU no território. Participaram da oficina mulheres do GT e convidadas, representando os municípios de Recife, Camaragibe, Paulista, Jaboatão dos Guararapes, Igarassu e Olinda. A oficina aconteceu em um momento propício, pois a necessidade de um encontro presencial para organização das memórias já havia sido identificada pelo GT.
OFICINA DO RIO DO TEMPO	Nº participantes: 26 mulheres Nº organizações/coletivos/redes: 22 Local: Sede da FASE, Recife Parceiros: FASE e GT Diversidades: Casa da Mulher do Nordeste (CMN), Centro Nordestino de Medicina Popular, Centro de Desenvolvimento Agroecológico (Centro Sabiá)
REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO	
MOBILIZAÇÕES E DIÁLOGOS	Buscou-se o envolvimento da maior diversidade possível de sujeitos, priorizando agricultoras/es, em diálogo com a Rede CAU, com a Rede Favela Sustentável (RFS), com a Rede Fitovida e com experiências não articuladas em redes. O Rio do Tempo da AU veio ao encontro de uma necessidade da Rede CAU, principal rede de agricultura urbana da RMRJ, conectada à Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ). Também foram envolvidas a Rede Favela Sustentável (RFS) da organização internacional ComCat, a Teia de Solidariedade da Zona Oeste, a Rede Fitovida e experiências ainda não articuladas em rede. Reuniões, visitas, entrevistas e conversas individuais ajudaram na aproximação. No município de Niterói, como as iniciativas não estavam integradas a essas redes, foi organizada uma oficina virtual de Rio do Tempo para coletar marcos da AU da cidade. Com a RFS, foi organizada outra oficina virtual de Rio do Tempo com integrantes do eixo Soberania Alimentar. Representações da Teia de Solidariedade da Zona Oeste e da Rede Fitovida participaram da oficina do Rio do Tempo com a Rede CAU, neste que foi o primeiro encontro presencial após dois anos de isolamento social.

REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO	
MOBILIZAÇÕES E DIÁLOGOS	<p>Nº participantes: 60 (42 mulheres / 18 homens)</p> <p>Nº organizações/coletivos/redes: 29</p> <p>Local: Casarão de Campo Grande, Rio de Janeiro</p> <p>Parceiros: Associação dos Agricultores e Amigos da Feira Agroecológica de Campo Grande, Rede CAU, FMA</p>
FLORIANÓPOLIS	
MOBILIZAÇÕES E DIÁLOGOS	<p>A Rede Semear foi a principal interlocutora. Foi priorizada a participação de mulheres agricultoras do município, em sua maioria negras, reunindo lideranças populares não conectadas à rede. O mandato agroecológico do então vereador Marquito também foi um interlocutor importante no apoio à pesquisa documental e à mobilização. Em diálogo com a coordenadora do grupo Revolução dos Baldinhos, Cintia Cruz, foi feita a opção por uma oficina envolvendo mulheres agricultoras que são lideranças nos seus bairros, mas que não estão, necessariamente, organizadas em coletivos, como forma de reconhecer a contribuição de suas trajetórias para a AU no município. Foi um passo significativo também para a Rede Semear a construção de uma ação centrada na discussão sobre gênero, raça e classe.</p>
OFICINA DO RIO DO TEMPO	<p>Nº participantes: 24 (21 mulheres / 3 homens como apoiadores)</p> <p>Nº organizações/coletivos/redes: 8</p> <p>Local: Sede da Revolução dos Baldinhos, Florianópolis</p> <p>Parceiros: Cepagro, Revolução dos Baldinhos, mandato agroecológico</p>
SÃO PAULO	
MOBILIZAÇÕES E DIÁLOGOS	<p>A Rede de Agricultoras Periféricas Paulistas Agroecológicas (Rappa) foi a interlocutora, e optou pela realização de uma Caravana Agroecológica e de um Rio do Tempo contando a história da rede e de seus grupos. A Caravana foi proposta com duas rotas de visita a seis experiências de AU participantes da rede nas Zonas Leste e Norte de SP. A atividade do Rio do Tempo foi realizada no encontro de socialização e avaliação da "Caravana Agroecológica: agricultoras urbanas construindo territórios saudáveis".</p>
CARAVANA AGROECOLÓGICA	<p>Nº participantes: 49 mulheres</p> <p>Nº organizações/coletivos/redes: 11</p> <p>Local: Zonas Leste e Norte de São Paulo</p> <p>Parceiros: Instituto Kairós, SOF, Secretaria do Verde e Meio Ambiente e Secretaria de Desenvolvimento e Trabalho da Prefeitura Municipal de São Paulo, Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente e Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado de SP, Coordenadoria de Assistência Técnica Integral</p>
OFICINA DO RIO DO TEMPO	<p>Nº participantes: 18</p> <p>Nº organizações/coletivos/redes: 9</p> <p>Local: Viveiro das Mulheres do Grupo de Agricultura Urbana (GAU), São Paulo</p>

Caravana Agroecológica e Cultural

As Caravanas Agroecológicas e Culturais estimulam trocas de saberes e práticas, ao mesmo tempo em que fortalecem vínculos. São organizadas enquanto processo, com o objetivo de mobilizar atores locais, contribuir para uma leitura integradora da realidade, fortalecer práticas agroecológicas e denunciar ameaças, sempre com a característica de imersão no território por meio das visitas às experiências que o compõem e representam.

Os caminhos e princípios gerais para a construção podem ser pensados em três eixos:

- elemento cultural (eixo transversal da caravana) aparecendo de diferentes formas durante toda a programação, manifestando os modos de vida e de ser de cada local. A cultura é uma dimensão fundamental da agroecologia, expressada no imaginário, nas rezas, festejos, músicas, danças, no modo de cultivar a terra e preparar os alimentos;
- intercâmbio entre agricultoras/es, técnicas/os, pesquisadoras/es e estudantes para partilha de experiências;
- momentos coletivos de análise e debate conjuntural dos territórios, colhendo e compartilhando anúncios e denúncias.

A inspiração das Caravanas vem das experiências de mobilização para o III ENA (2014), dos debates do Encontro Nacional de Diálogos e Convergências (2011), e das expressões culturais e metodológicas de movimentos populares, como a Romaria da Terra.

Para organizar a Caravana, o território deve escolher coletivamente o eixo temático e as questões geradoras que serão abordadas durante a atividade. A partir deles, se definem as experiências a serem visitadas, o transporte, a alimentação e a programação com o roteiro a ser percorrido.

A cada parada, somam-se novas/os participantes. É importante poder realizar uma imersão nas experiências que não seja só uma “passagem” pelo local, considerando os limites de tempo e recursos. Ao longo da vivência, devem ser garantidos momentos de reflexão individual ou coletiva, como os Círculos de Cultura, com base em perguntas geradoras. Ao final da Caravana, quando todas as rotas se encontram, é recomendado realizar uma

socialização dos sentimentos e aprendizados acumulados. Também podem ser organizados um seminário e um ato público de diálogo com a sociedade, garantindo espaços de formação e de comunicação das bandeiras da agroecologia no contexto do território e do tema trabalhados.

A comunicação é uma parte importante da Caravana, envolvendo a produção de material com orientações e perguntas geradoras para distribuir às/aos participantes, registros audiovisuais, incentivo ao uso de cadernos de campo para anotações e sistematização das discussões, e a mobilização de comunicadoras/es locais. É sugerido um tempo máximo de cinco dias para a realização da atividade, evitando que o cansaço comprometa as vivências e o processo de reflexão, além de garantir a participação de agricultoras/es que não podem ficar muitos dias distantes dos seus afazeres. O público participante deve ser pensado de modo que represente as diversidades de territórios, de gênero, de geração, de raça, de etnias e de saberes, buscando trazer novos olhares e visões de mundo não hegemônicas.

A “Caravana Agroecológica: agricultoras urbanas construindo territórios saudáveis” de São Paulo foi organizada tendo como eixo temático central a agricultura urbana e a saúde, priorizando conhecer experiências na cidade que articulam dimensões da saúde em sua atuação. Na avaliação, foi montada uma Instalação Pedagógica com elementos e fotos das duas rotas da Caravana, propondo que cada participante escolhesse uma imagem e compartilhasse o porquê da escolha e reflexões sobre o que viveu durante as visitas às experiências de agricultura urbana.

Adaptado do “Caderno de Metodologias: inspirações e experimentações na construção do conhecimento agroecológico”, ABA-Agroecologia.

Cuidados e orientações na realização das oficinas - As oficinas dos Rios do Tempo e a Caravana Agroecológica em São Paulo foram viabilizadas com a contribuição fundamental

das redes e parcerias. O quadro a seguir detalha os principais cuidados envolvidos nas atividades de culminância.

QUADRO 4: Etapa 2 - Cuidados envolvidos nas atividades de culminância

DATA E DURAÇÃO	Definidas conforme a dinâmica de trabalho semanal das/os participantes: em Florianópolis, por exemplo, o sábado foi dia de maior disponibilidade para as mulheres, enquanto na RMRJ a segunda-feira garantiu a presença das/os agricultoras/es que fazem feiras no final de semana, priorizando sua participação.
LOCAL	A escolha dos espaços para realização das oficinas foi orientada pela maior facilidade de acesso e como forma de fortalecer parcerias. Por exemplo, o encontro da RMRJ foi no “Casarão de Campo Grande”, deixando como legado a inauguração do seu uso para encontros do movimento agroecológico; na RMGV e na RMR foi feita uma parceria para uso de espaços da FASE; em Florianópolis, o espaço foi o barracão da Revolução dos Baldinhos.
ALIMENTAÇÃO	A alimentação dos encontros guardou coerência com os princípios da agroecologia, priorizando o fortalecimento das mulheres agricultoras urbanas. Por exemplo, em Florianópolis o almoço foi preparado na Cozinha Mãe-Cozinha Solidária (da Revolução dos Baldinhos); na RMR para o café da manhã e lanche foi montada uma mesa de partilhas, somada a doações da Agroecoloja ligada ao Centro Sabiá, e o almoço em restaurante gerido por pessoas negras; na RMGV os alimentos foram comprados da horta comunitária Quintal na Cidade, das Marisqueiras de Jacaraípe, do MST e do MPA e o preparo ficou por conta de mulheres do coletivo U-manas e dos Quintais Produtivos de Terra Vermelha.
TRANSPORTE	O conforto para a chegada e saída tranquilas das oficinas foi cuidado via organização de caronas solidárias entre participantes, uso de carros pessoais e de aplicativos de transporte. A Caravana de São Paulo contou com apoio de transporte pela Prefeitura, que forneceu duas vans.
AMBIENTAÇÃO E ACOLHIMENTO	Para ornamentação, as/os participantes foram convidadas/os a levar fotos, bandeiras, mapas, alimentos e outros elementos que representassem a história de seus coletivos e das lutas das agriculturas urbanas no território. Houve espaços de cuidado coletivo, música e dança. Na RMR, RMRJ e RMGV foi disponibilizado um espaço para comercialização e troca de sementes e produtos. Uma profissional responsável pela ciranda facilitou a participação de pessoas com crianças na RMR e na RMGV.

ETAPA 3: APROFUNDAMENTO NAS MEMÓRIAS E SOCIALIZAÇÃO

Após as oficinas, foi intensificada a etapa de pesquisa, lapidando as informações coletadas, visitando documentos, publicações, relatorias de encontros das redes e grupos, leis e políticas públicas. Novas oficinas virtuais e diálogos permitiram **devolutivas qualificadas e colheita de mais contribuições** das redes e participantes. Os marcos mais importantes da história de cada território foram discutidos e validados coletivamente. Foram definidos também, nesta etapa, os eixos associados a cada marco e os marcadores temáticos, chegando a uma versão final dos Rios do Tempo.

No próximo capítulo (pág. 63) são apresentados os resultados da pesquisa e sistematização por território, a partir da metodologia do Rio do Tempo e do levantamento e análise de mapeamentos sobre as agriculturas das Regiões Metropolitanas e municípios.

Análise de mapeamentos

A análise de mapeamentos sobre as agriculturas das cidades e Regiões Metropolitanas objetivou contribuir para ampliar e qualificar o debate nacional acerca das agriculturas urbanas,

reforçando uma lógica de fomento às discussões com base em estudos e levantamentos realizados pelos próprios grupos e redes que atuam com AU nos territórios.

Ao todo, foram acessados 13 mapeamentos que levantaram um total de **2.488 experiências de agricultura em áreas metropolitanas**. Estes mapeamentos, elaborados por diferentes atores sociais com motivações específicas, têm em comum o objetivo de caracterização e identificação. Partindo do banco de dados de cada pesquisa, foram selecionadas categorias de interesse, organizadas em tabelas e gráficos. A diversidade de questões impossibilitou unificar as respostas do conjunto de mapeamentos, para uma análise geral mais aprofundada.

Buscou-se compreender quem são os sujeitos/redes/coletivos envolvidos com as agriculturas nas grandes cidades, quais tipos de experiências são mais recorrentes, em quais localidades

estão, quais as principais temáticas associadas às experiências e como se articulam com as questões raciais, de gênero e com a saúde.

A maioria dos mapeamentos - da Rede Semear de Florianópolis, AAAUP-RMR, Rede CAU, Rede Favela Sustentável e RUCA - foi realizada pelas redes e articulações de agroecologia durante a pandemia da Covid-19, como forma de visibilizar e promover conexão entre as iniciativas de AU, em resposta à fome e a outras necessidades agravadas no momento da crise sanitária, em um cenário de desmonte de políticas públicas, principalmente nas áreas de proteção social, agricultura familiar e SAN.

A metodologia foi organizada nas etapas: 1. levantamento e acesso aos dados; 2. análise dos dados com procedimentos qualitativos e quantitativos; e 3. atividades de culminância e devolutiva, apresentadas no quadro abaixo.

QUADRO 5: Etapas da pesquisa sobre os mapeamentos de agricultura urbana

ETAPAS		
1. LEVANTAMENTO E ACESSO AOS DADOS	2. ANÁLISE DOS DADOS	3. ATIVIDADES DE CULMINÂNCIA E DEVOLUTIVA
1.1 Identificação e definição dos mapeamentos	2.1 Resumo e categorização dos resultados, com produção de tabelas e gráficos	3.1 Partilha do texto de análise de cada mapeamento com as respectivas redes territoriais, para apreciação e sugestões
1.2 Aproximação, apresentação da proposta e solicitação de acesso aos dados	2.2 Pesquisa complementar para interpretação dos dados e qualificação da análise	3.2 Ajustes finais, com incorporação das contribuições das redes
1.3 Acesso e tratamento inicial dos dados		

Inicialmente, foram feitos encontros de apresentação às redes e instituições, e exercitados canais de comunicação com as/os proponentes dos mapeamentos. As redes colaboraram fornecendo dados gerados em suas pesquisas autônomas, por vezes ainda não publicados ou em processo de análise. Cada mapeamento foi produzido a partir de métodos distintos, guardando as especificidades da realidade investigada. As oficinas dos Rios do Tempo ajudaram a compreender os dados acessados, permitindo confrontar alguns deles com a realidade dos territórios e entender as potencialidades e os limites de processos mapeantes. Os momentos

de diálogo e devolutiva nos territórios foram fundamentais para a validação e discussão sobre os resultados produzidos.

Buscou-se entender quem são os grupos proponentes de cada mapeamento, quais as suas motivações e objetivos, e que compreensões de agricultura urbana partilham. A análise deu destaque às dimensões da saúde, raça e gênero, direito à cidade e justiça ambiental.

Nas regiões com mais de um mapeamento, foi definido um principal de referência. O **QUADRO 6** apresenta os 13 mapeamentos, destacando os escolhidos como referência de cada território.

QUADRO 6: Detalhamento dos 13 mapeamentos acessados.

TERRITÓRIO	Nº EXPERIÊNCIAS	MAPEAMENTO	ANO	ABRANGÊNCIA
RMBH	1.008	Anuário das Agriculturas Metropolitanas (principal)	2014 - contínuo	Região Metropolitana
		Caracterização das Unidades Produtivas de BH	2022	Municipal
RMGV	56	Mapeamento Colaborativo da Agroecologia Urbana no ES	2021 - contínuo	Estadual (ES)
RMR	147	Mapeamento de agroecologia urbana, periurbana e rural na RMR (principal)	2021	Região Metropolitana
		IV Encontro de Mulheres e AU do Recife	2023	Região Metropolitana
RMRJ	121	Iniciativas do eixo Soberania Alimentar da RFS (principal)	2021	Região Metropolitana
		Mapeamento da Rede CAU	2022	Estadual
		Mapeamento da Rede Fitovida	2013	Região Metropolitana
		Mapa colaborativo de Niterói	2021 - contínuo	Municipal (Niterói)
FLORIANÓPOLIS	108	Mapeamento do OBISF (principal)	2017 - contínuo	Municipal
		Mapeamento Popular Agroecológico SC	2022	Estadual (SC)
		Dissertação "Semeadura da AU em Florianópolis"	2022	Municipal
SÃO PAULO	1.048	Sampa+Rural	2020 - contínuo	Municipal

PROPONENTE	POR QUE FOI CRIADO?	RESULTADO PUBLICIZADO?	INFORMAÇÕES ANALISADAS
Grupo de Estudos em Agricultura Urbana AUÊ!/UFMG	Construir bases de dados e sistematizar informações sobre as agriculturas metropolitanas da RMBH	Sim acesse aqui	Localização, sistema produtivo, organização social e do trabalho, espaço, acesso à DAP
Prefeitura de Belo Horizonte e Grupo de Estudos AUÊ!/UFMG	Fomentar e financiar as práticas de AU nas Unidades Produtivas (UPs)	Sim acesse aqui	Tipo de UP, localização, produção, participação em rede ou grupo de AU, objetivos da produção, saneamento, conservação do solo
RUCA	Mapear experiências existentes, tecer laços e fomentar pesquisas e ações em agroecologia urbana	Não	Localização, atividade, tema, participação social, ano de início, número de participantes
AAAUP-RMR	Realizar o diagnóstico e colaboração entre experiências de AU agroecológica	Não	Localização, tipo e ambiente, temas, raça/etnia, gênero, formas de cultivo, espécies, arranjo organizativo, destino da produção, formas de apoio
Casa da Mulher do Nordeste	Pautar a AU pela perspectiva das mulheres	Não	Localização, tipos e ambiente, gênero
ComCat em parceria com a Pomona College	Mapear iniciativas e projetos integrantes da RFS	Sim acesse aqui	Localização, tipo, identificação racial e de gênero, recorte de gênero, comercialização de produtos, atuação em resposta à Covid-19
Levantamento interno da Rede CAU	Identificar as experiências que compõem a Rede CAU	Não	Localização, gênero, temas
Marcelle Felipe (Trabalho de Conclusão de Curso - IFRJ), integrante da rede	Sistematizar grupos comunitários que atuam com medicina popular alternativa	Sim acesse aqui	Localização, nome, tipo
Gepase/UFF, Prefeitura de Niterói e Fundação Euclides da Cunha	Reunir agricultoras/es urbanas/os e produtoras/es de alimentos	Sim acesse aqui	Localização
Núcleo de Inovações Sociais na Esfera Pública (Nisp) e Grupo de Pesquisa Estrategos da Univ. do Estado de SC (Udesc)	Mapear redes, iniciativas e sujeitos que promovem inovação social	Sim acesse aqui	Localização, tipo, causas em que atua, escala, público, incidência na esfera pública, atuação em resposta à Covid-19
Mandato agroecológico vereador Marquito	Suprir demanda de informações para aquisição de produtos agroecológicos	Não	Localização, tema, tipo
André Manoel (Programa de Pós-Graduação em Administração da Udesc)	Cartografar o campo de práticas de AU na cidade	Sim	Tipo, causas em que atua, ano de início
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano de São Paulo	Agregar informações sobre as agriculturas e zonas rurais da cidade	Sim acesse aqui	Localização, atividades, área produtiva, acesso à DAP, gênero, acessibilidade, se é agricultura familiar, descrição

Mapeamento unificado

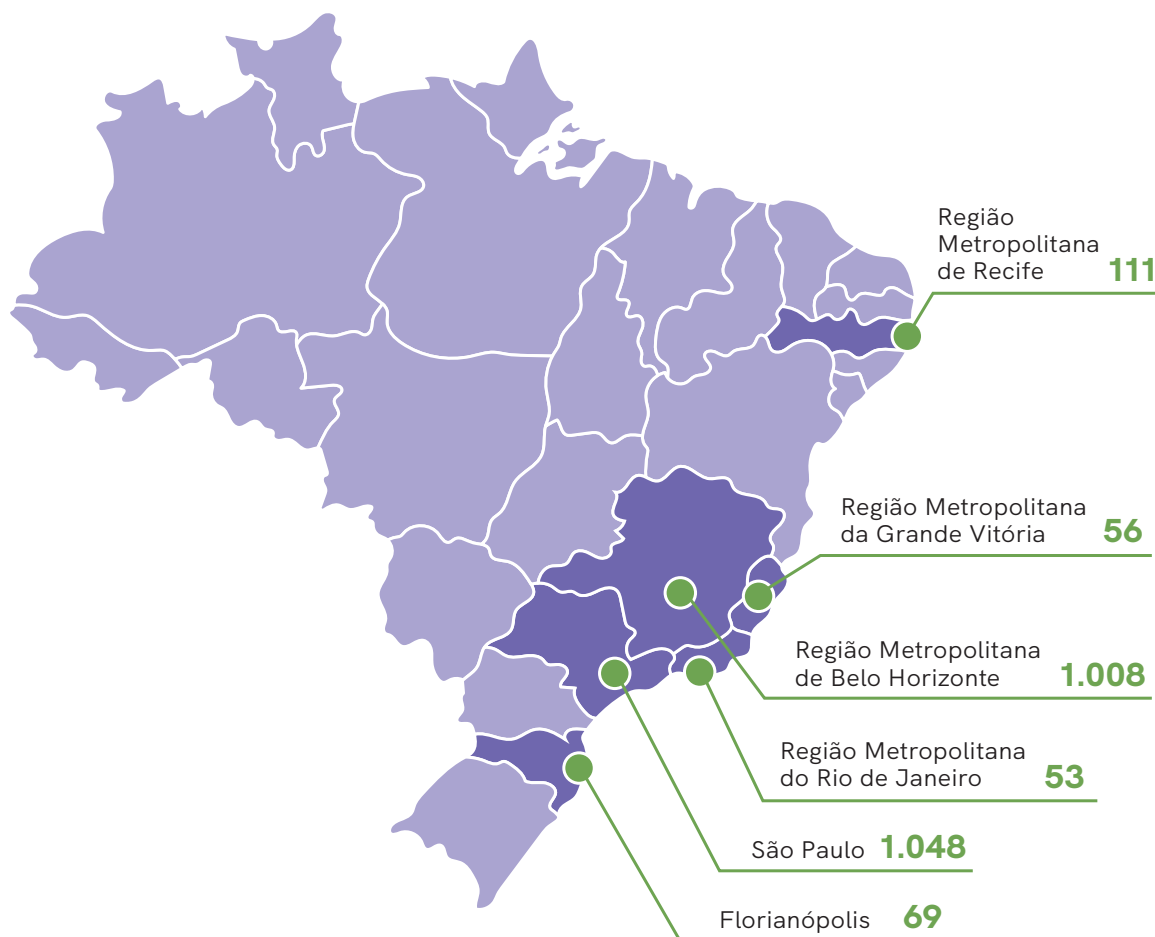


FIGURA 6: Mapa unificado: Experiências de Agricultura Urbana.
Elaborado a partir de seis mapeamentos territoriais.

Devido à heterogeneidade dos mapeamentos, foi possível unificar apenas informações básicas: *nome da experiência/iniciativa, localização e tipo*, utilizando um mapeamento principal de cada território, totalizando **2.345 experiências ativas**. Foram eles:

- Anuário das Agriculturas Metropolitanas, realizado pelo AUÊ!/UFMG (RMBH), com 1.008 experiências;
- Mapeamento de Experiências em Agroecologia Urbana, Periurbana e Rural, realizadas pela AAAUP (RMR), com 111 experiências;
- Mapeamento Colaborativo de Agroecologia Urbana, realizado pela RUCA (RMGV), com 56 experiências;
- Iniciativas cadastradas no eixo de Soberania Alimentar da Rede Favela Sustentável (RMRJ), com 53 experiências;
- Mapeamento do Observatório de Inovação Social de Florianópolis, realizado pelo OBISF, com 69 experiências;
- Sampa+Rural, realizado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano de São Paulo, com 1.048 experiências.

O próximo capítulo apresenta os resultados por território.



FIGURA 7: Encontro de avaliação e construção do Rio do Tempo da Rappa - Viveiro das Mulheres do GAU, São Paulo, SP. André Biazoti, 2022.

Resultados por território: Rios do Tempo e análise de mapeamentos

Os Rios do Tempo que seguem abaixo são apenas uma versão entre as muitas formas de contar a história das agriculturas urbanas em cada território. Foram construídos a partir da memória compartilhada pelas redes, coletivos e pessoas que protagonizam a luta pelo reconhecimento da existência da agricultura nas áreas urbanas, sua manutenção e ampliação.



Região Metropolitana de Belo Horizonte



Habitantes:

4.883.970

(aproximadamente 25% da população de MG; terceira maior RM do Brasil)



Índice de Desenvolvimento Humano (IDH):

0,797

Região do país: **Sudeste**

Estado: **Minas Gerais**



Extensão territorial:

9.468 km²

(1,52% da extensão territorial de MG)



Municípios:

Jabotão dos Guararapes (09), Baldim (01), Belo Horizonte (02), Betim (03), Brumadinho (04), Caeté (05), Capim Branco (06), Confins (07), Contagem (08), Esmeraldas (09), Florestal (10), Ibirité (11), Igarapé (12), Itaguara (13), Itatiaiuçu (14), Jaboticatubas (15), Juatuba (16), Lagoa Santa (17), Mário Campos (18), Mateus Leme (19), Matozinhos (20), Nova Lima (21), Nova União (22), Pedro Leopoldo (23), Raposos (24), Ribeirão das Neves (25), Rio Acima (26), Rio Manso (27), Sabará (28), Santa Luzia (29), São Joaquim de Bicas (30), São José da Lapa (31), Sarzedo (32), Taquaraçu de Minas (33) e Vespasiano (34).

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e Fundação João Pinheiro - FJP, 2022.

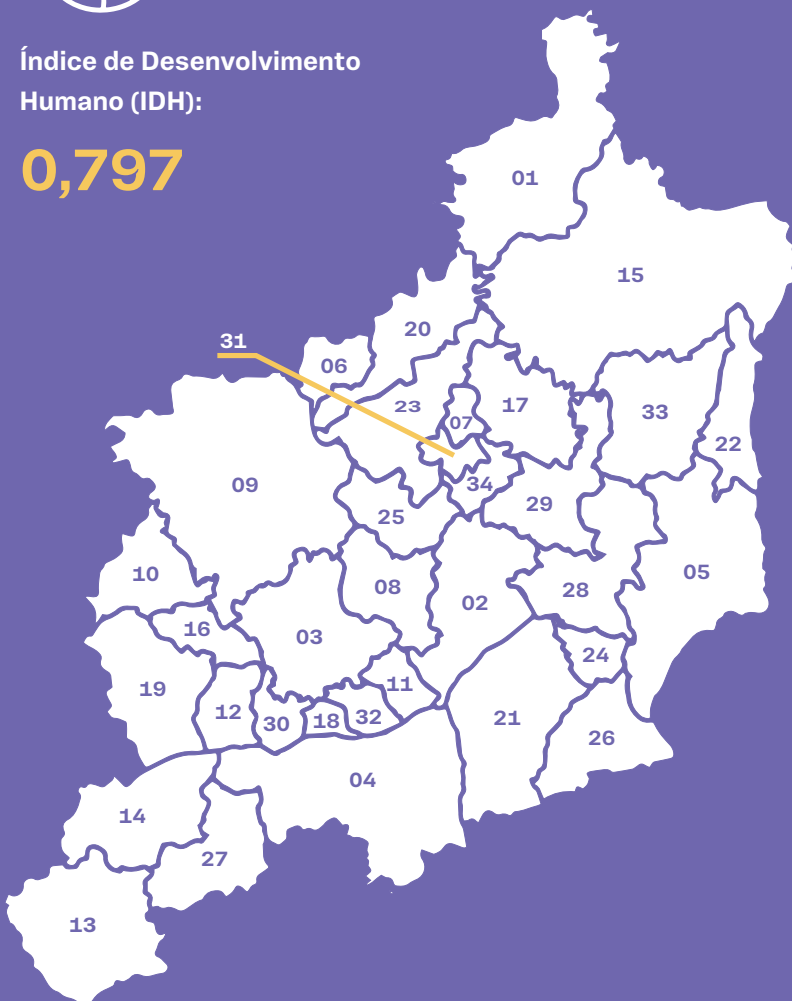


FIGURA 8: Oficina do Rio do Tempo de RMBH. Danúbia Gardênia, 2022.



A RMBH se configura como um centro de intensa urbanização, com 98% da sua população total urbana (4,792.091 milhões de pessoas) e 1,9% rural²⁰ (91,879 mil). Pequenas produções agropecuárias sempre estiveram presentes na RMBH, apesar de o eixo econômico ser focado na implementação da industrialização e suas estruturas, desde a década de 1980²¹. Segundo o Censo Agropecuário²², a pecuária e a criação de animais, a produção de lavouras temporárias e permanentes, a horticultura e floricultura e produção florestal são as principais atividades agrícolas.

Embora pouco visível, a AU aconteceu em toda a RMBH, sendo desenvolvida principalmente pelas populações de baixa e média renda para consumo familiar. Nessas experiências, os principais cultivos são hortaliças, raízes e tubérculos, plantas medicinais, temperos e condimentos, frutíferas e ornamentais, além da criação de animais de pequeno, médio e grande porte, principalmente aves. As famílias agricultoras e grupos de produção urbana são protagonistas, mas também existem iniciativas e instituições apoiadoras, a exemplo dos governos municipal, estadual e federal, de fóruns e articulações, ONGs, conselhos e instituições acadêmicas de pesquisa e extensão²³.

Ainda que enfrentem desafios decorrentes da especulação imobiliária, existe um trabalho de incidência política que busca construir respaldo institucional por meio da legislação municipal e estadual relacionada à AU. Esse trabalho tem sido conduzido por redes e iniciativas como a AMAU, o Grupo de Estudos em Agricultura Urbana AUÊ!/UFMG, pela REDE e, ainda,

pela Associação Horizontes Agroecológicos, que reúne outras associações de agricultoras/es e processadoras/es da RMBH e do Colar Metropolitano para viabilizar a certificação de produtos orgânicos por meio de um Sistema Participativo de Garantia (SPG).²⁴

Articulação territorial para a construção de um Rio do Tempo na Região Metropolitana de Belo Horizonte*

A construção do Rio do Tempo da RMBH foi realizada com o objetivo de alcançar uma diversidade maior de experiências, especialmente as mobilizadas por pessoas negras, periféricas e povos de terreiros. A colheita de informações ocorreu em três encontros: “Afroempreendedorismo e Confluência Agroecológica Urbana e Familiar”, uma atividade relacionada ao Encontro Caminhos, na unidade territorial tradicional *Nzo Atim Kitalodé* (BH); “Encontro Caminhos: povos de matriz africana, agroecologia e agricultura urbana”, realizado na região do Barreiro, que contou com um espaço para elaboração coletiva do Rio do Tempo e para a troca entre experiências de AU e agroecologia; e a oficina do Rio do Tempo, atividade de culminância para ampliação e aprofundamento dos marcos previamente levantados nos eventos por meio de diálogos com lideranças.

*Texto elaborado por Marília Cucolicchio e Maysa Mathias.

Participantes da construção do Rio do Tempo da RMBH:

Associação Florestalense de Agroecologia, Aglomerado da Serra, Agroecologia na Periferia, AMAU, Associação Horizontes Agroecológicos, Central de Abastecimento da Agricultura Familiar e Urbana, Casa de Caridade Pai Jacob do Oriente, Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (Cedefes), Coletivo Roots Ativa, Comitê Mineiro De Apoio à Causa Indígena, Espaço Território Sempre Vive, Cooperativa da Agricultura Camponesa da RMBH (Cooperana), Cooperativa Solidária dos Trabalhadores e Grupos Produtivos da Região Leste (Coopesol), Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) Ora Pro Nobis, Ervanário São Francisco/Articulação Embaúba, Gerência de Fomento à Agroecologia, Agricultura Familiar e Agricultura Urbana da Prefeitura de Belo Horizonte (Gefau/PBH), Grupo AUÊ/UFGM, Grupo Ritta, Horta do Izidora, Horta Vila Pinho, Ilê Wopo Olojukan, Jinsaba Ervaria, Quilombo Mangueiras, Quilombo Manzo, mandato da então Deputada Federal Áurea Carolina, Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, MST, Nzo Atim Kitalodé, Nzo Jindanji Lunda Kioko, Observatório da Reciclagem Solidária, Ocupação Paulo Freire, Pé de quê, Projeto Plantas do Meu Quintal, Rede de Intercâmbio, Rede Lixo Zero/Spiralixo, Rede Sisal, Reunião Umbandista Mineira (RUM), Terra Viva.

Análise de um Rio do Tempo da AU na RMBH

DÉCADA DE 1980

A década de **1980** traz fatos importantes para o fortalecimento e visibilidade das práticas em agricultura urbana na RMBH. Em **1982**, há a criação das hortas comunitárias no município de Sete Lagoas por iniciativa da Prefeitura, que buscava oferecer trabalho para uma crescente população desempregada oriunda de regiões rurais. O projeto já acumula 40 anos de existência, é uma referência nacional, e atualmente cerca de 320 famílias produtoras são beneficiadas.

Neste mesmo ano de **1982**, tem início a tradição da Festa dos Pretos Velhos, na praça Treze de Maio, no bairro Graça, em BH. O local foi construído a partir da demanda dos povos de terreiro, seu uso e os festejos são símbolos representativos das culturas de matriz africana, que inclui sua agricultura tradicional, o uso de plantas litúrgicas e medicinais e a ocupação do espaço público.

Em **1986**, há a criação da Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas. A organização surgiu para apoiar a criação de Centros de Agricultura Alternativa em várias regiões de Minas Gerais. Desde a década de 90, passou a

atuar na promoção da agroecologia e no fortalecimento da agricultura familiar no Leste de Minas, bem como da agricultura urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Mais recentemente, desde 2013, a REDE também atua com agricultoras/es familiares da RMBH.

DÉCADA DE 1990

A década de **1990** traz passos fundamentais em direção à institucionalização da AU no município de BH, com destaque às políticas públicas de SSAN. Em **1993**, foi criada a Secretaria de Abastecimento da Prefeitura de Belo Horizonte, com uma agenda de combate à fome e formação dos programas e projetos: Pró-Pomar, Hortas Escolares e Comunitárias, Feira Modelo, Feiras Livres, Direto da Roça e o Conselho Municipal de Abastecimento.

Também foram criados, a partir de **1995**, os Centros de Vivência Agroecológica (Cevaes), fruto de ação da Prefeitura Municipal em parceria com a REDE e moradoras/es locais. Os Cevaes são uma iniciativa inovadora, com o objetivo de gerar segurança alimentar, organização e fortalecimento comunitário, educação ambiental e promoção da saúde, e que é reconhecida nacional e internacionalmente.

Em **1999**, foi criado o Fórum Mineiro de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável,

que participou ativamente da instituição do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (Consea-MG) no mesmo ano. Também tem início o Ervanário São Francisco, uma experiência familiar, farmácia caseira e laboratório de pesquisas e experimentações em medicina popular e alimentação natural, sob a liderança de Aparecida Arruda, mais conhecida como Tantinha, e seu marido Fernando Vieira (em memória). Surge, ainda, outra experiência da sociedade civil: a Horta Comunitária Vila Pinho, onde atualmente agricultoras/es desempenham atividades para a geração de renda, autoconsumo e comercialização em feiras, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e alimentação escolar.

DÉCADA DE 2000

Destaca-se, em **2003**, o início do Conselho Municipal de Segurança Alimentar de BH, que viria a contribuir para o fomento expressivo de hortas urbanas e agroecológicas nos anos seguintes. No ano de **2004**, foi realizada a “Caravana Dignidade e Vida - Segurança Alimentar e Agricultura Urbana – RMBH”, que fez parte do processo de identificação e debate sobre experiências de AU e segurança alimentar protagonizadas pela sociedade civil no estado de Minas Gerais, organizado pelo Consea-MG e Fórum Mineiro de SAN Sustentável. Um dos resultados da Caravana foi a criação da AMAU, como espaço permanente de organização dos grupos e organizações da sociedade civil envolvidos com agricultura urbana na RMBH.

Ainda em **2004**, foram criadas as Farmácias Vivas Integradas ao SUS nos municípios de Betim e Macacos. O processo de implantação e seleção das plantas a serem cultivadas foi participativo com os usuários dos centros de saúde, raizeiras e benzedadeiras.

Em **2006**, foi criado o grupo Aroeira - Ambiente, Sociedade e Cultura da UFMG, uma das primeiras iniciativas de extensão articulando AU e agroecologia, e que, à época, atuou na Horta Comunitária da Associação de Moradores da Vila Santana do Cafezal e Vila Acaba Mundo, ambas em BH.

Também foi implantado, em **2006**, o Programa Global Cidades Cultivando para o Futuro em BH, sob coordenação geral da Fundação RUAF (*Rede Internacional de Centros de Recursos em Agricultura Urbana e Segurança Alimentar*) e do IPES na América Latina. O programa realizou um diagnóstico participativo que sistematizou informações da AU e articulou organizações da sociedade civil e setores do governo municipal, para elaboração do “Plano de Ação para o Desenvolvimento da AU em BH” no período 2008-2018.

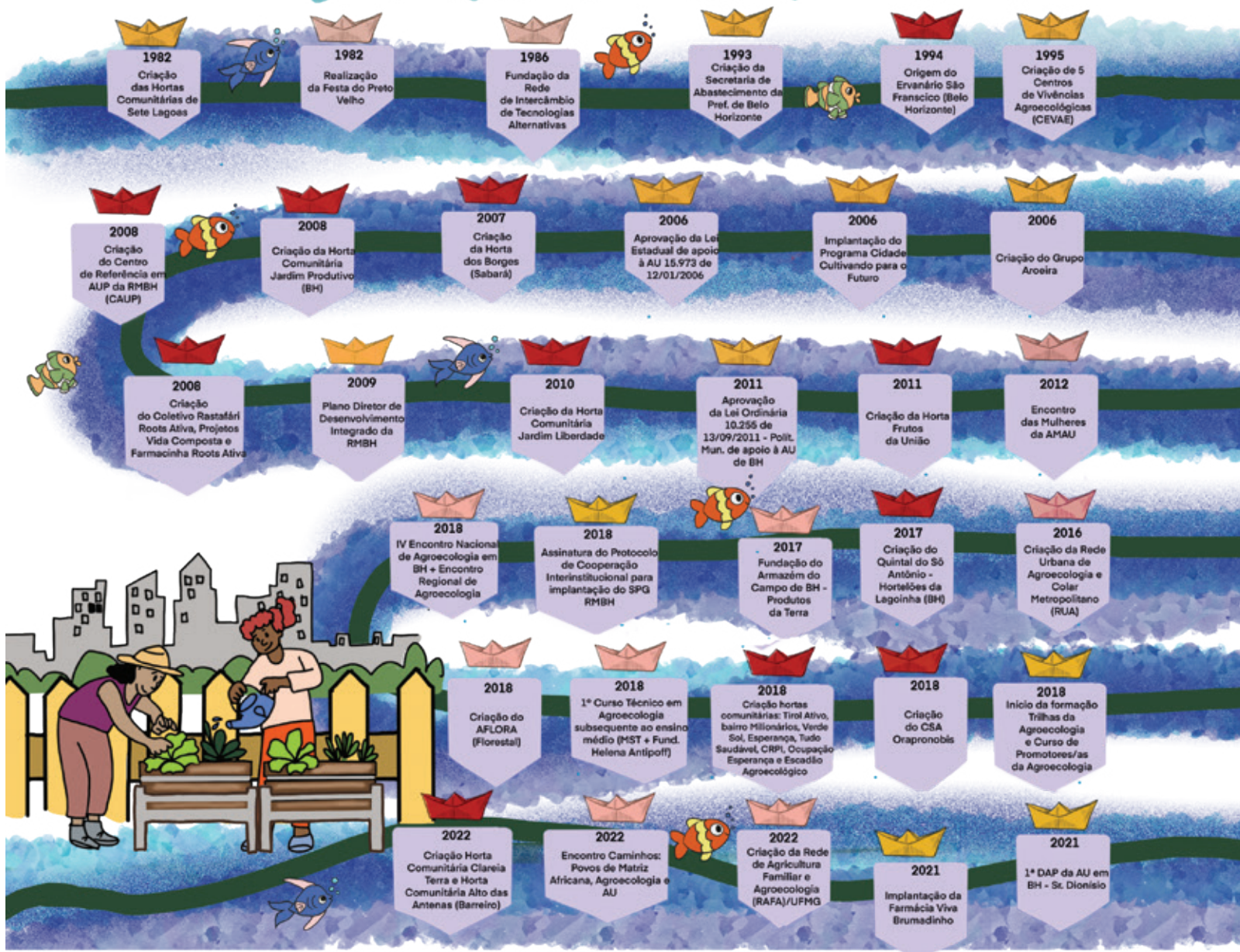
Em **2008**, foi realizado o Seminário Municipal de Agricultura Urbana em Belo Horizonte, com o objetivo de aprovar o plano municipal de AU elaborado no contexto do Programa Cidades Cultivando para o Futuro. Foi, portanto, um marco na construção de um referencial político e conceitual para políticas públicas de agricultura urbana na RMBH.

Ainda em **2008**, é implementado o Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana (CAUP) da RMBH. Viabilizado por meio de um convênio do MDS com o Instituto de Terras de Minas Gerais, permaneceu em atividade entre 2008 e 2011. As ações envolveram o acompanhamento técnico e o fomento a cinco unidades demonstrativas de produção e 19 unidades produtivas, distribuídas em sete municípios da RMBH, bem como o funcionamento de uma instância de controle social reunindo representantes dos movimentos sociais, entidades de apoio e fomento e órgãos do estado envolvidos com a temática da AU.

Em **2008** também houve a criação do Coletivo Roots Ativa na maior favela de BH, o Aglomerado da Serra, por um grupo de jovens da cultura Rastafári, a partir da ocupação de uma área urbana para desenvolvimento da permacultura. O grupo realiza atividades de preservação e educação ambiental, produção agroflorestal e farmácia natural. Em **2015**, funda o projeto: “Vida Composta - Gestão de Resíduos Sólidos Orgânicos”, em parceria com o projeto Spiralix, para implementação da gestão comunitária de resíduos orgânicos por meio da compostagem.

Em **2009**, tem início um processo gestado desde os anos 2000 no estado de MG: um sistema de gestão metropolitana que envolve os 34

UM RIO DO TEMPO DA REGIÃO METROPOLITANA



Legenda:



Experiências e iniciativas das agriculturas da Região Metropolitana de Belo Horizonte



Organização e participação da sociedade civil (RMBH)



Interação com políticas públicas / Estado

FIGURA 9: Um Rio do Tempo da Agricultura Urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Ilustração: Bianca Santana, 2023.

DA AGRICULTURA URBANA DE BELO HORIZONTE



municípios da RMBH. Fizeram parte da implantação desse sistema a construção do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) da RMBH, entre **2009 e 2011**; a construção do Macrozoneamento Metropolitano (MZ-RMBH), entre **2013 e 2015**; e a atualização dos planos diretores de 18 municípios metropolitanos, entre **2016 e 2018**.

O PDDI apresenta propostas para a proteção de zonas rurais e para a promoção de espaços agrícolas na RMBH organizadas a partir da Política Metropolitana Integrada de Segurança Alimentar e Nutricional e no Programa de AUP. Foi identificada uma importante lacuna de estudos e análises regionais sobre a agricultura de forma que, na etapa referente ao Projeto de Macrozoneamento, foi realizado um esforço para identificação dos espaços agrícolas de interesse metropolitano com participação ativa do Grupo AUÊ!/UFMG.

DÉCADA DE 2010

O ano de **2011** foi marcado pela aprovação da Política Municipal de apoio à Agricultura Urbana de Belo Horizonte. Esta década é palco de uma intensa mobilização da sociedade civil e ações concatenadas do poder público, com lançamentos de programas, surgimento de iniciativas de hortas urbanas e organização de eventos e congressos na área, além do surgimento dos Núcleos de Estudo em Agroecologia.

Em **2013**, ocorreu o I Seminário de AU da RMBH em Nova Lima, no qual um dos temas de debate foi a agricultura como uma atividade econômica alternativa para os municípios mineiros. Também em **2013** foi criado o grupo de estudos AUÊ!/UFMG.

Em **2016**, o projeto idealizado por Mãe Ana Maria Soares, raizeira e benzedeira, teve início, o “Minhas Plantas, Meu Quintal”. Por meio da produção e doação de mudas, oficinas e rodas de conversa, Mãe Ana mantém viva a cultura da reza, da benção e dos tratamentos naturais; tradição presente nos espaços diaspóricos. Tem início também o Coletivo Agroecologia na Periferia, apoiado pela AMAU em articulação com as Brigadas Populares, com foco em práticas agroecológicas, segurança ambiental,

saneamento e gestão de resíduos na região da Izidora - local com diferentes ocupações que, juntas, somam 30 mil pessoas.

No ano seguinte, **2017**, é iniciado um projeto inovador de coleta seletiva em domicílio, da Cooperativa Solidária dos Trabalhadores e Grupos Produtivos da Região Leste em parceria com a Rede Lixo Zero do bairro Santa Teresa (BH), resultado da luta organizada de catadoras/es de materiais recicláveis. Em **2018**, o projeto se amplia por meio da aproximação com o Spiralixo e juntos implementam o primeiro núcleo Lixo Zero do bairro, um local que agrega tratamento e separação de resíduos secos para reciclagem e a compostagem de resíduos orgânicos, chegando a tratar mais de uma tonelada/mês de cada tipo. Neste ano, também foram iniciadas diversas hortas comunitárias, como o CSA Ora pro nóbis, formado por famílias da Ocupação Tomás Balduino.

Ainda em **2018**, ocorre o IV ENA em BH, com participação expressiva de agricultoras/es familiares, povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, além da presença paritária de mulheres e homens e valorização das juventudes. O IV ENA contribuiu para o fortalecimento da AU na RMBH, influenciando a criação de coletivos, como o Movimento Agroecológico de Transformação Urbana.

Em **2019**, têm início a Articulação Embaúba, que reúne parteiras, benzedeadas e raizeiras da RMBH. Também é fundada a Associação Horizontes Agroecológicos, composta por 96 agricultoras/es, processadoras/es e colaboradoras/es e que viabiliza a certificação de produtos orgânicos por meio de um Sistema Participativo de Garantia.

Há, também em **2019**, a criação da Rede Sisal - Circuitos de Comercialização Solidária da Agricultura Familiar e Urbana e da Central de Abastecimento da Agricultura Familiar e Urbana. A Rede Sisal é uma rede de cooperação da qual participam 90 organizações, com atuação em 100 municípios envolvendo em torno de 840 famílias. A Rede é responsável por gerir a Central, um importante entreposto para facilitar o escoamento de produtos da agricultura familiar e urbana em BH. Além da criação de

mais de uma dezena de hortas comunitárias, têm início duas hortas vinculadas aos centros da saúde na RMBH.

DÉCADA DE 2020

Em **2020**, surgem diversas hortas comunitárias e agroflorestas, com destaque para o Espaço Geledés Germinar Ewé Mimó no quilombo Mangueiras, que, em tradução literal, pode ser entendido como “espaço de mulheres ancestrais dedicado a germinar folhas sagradas”. O quilombo estava na região antes de BH ser fundada, ocupa uma área de quase 20 hectares, muito arborizada e banhada por uma nascente. É a primeira unidade vinculada aos Territórios de Tradição que a Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (Susan)/PBH atende e possui inserção na Organização de Quilombos de Minas Gerais.

No ano de **2021**, acontece a Retomada Kamakã Mongoió no vale do Córrego Areias no

município de Brumadinho, MG. O processo se dá no contexto de vulnerabilidade e violação de direitos humanos que envolve muitas vezes a situação de indígenas em contexto urbano. As lutas de retomadas de territórios são consideradas pelas lideranças indígenas como algo sagrado para recuperar a terra que lhes foi tirada pelos colonizadores²⁵.

Por fim, em **2021** tem início a Feira de AU de BH, apoiada pela Diretoria de Fomento em Agroecologia e Abastecimento da PBH. A feira recebe agricultoras/es urbanos agroecológicos ou em processo de transição selecionados por chamamento público. É um importante marco como primeira feira com apoio público específico para a AU no município. Outra importante conquista na cidade neste mesmo ano foi a 1ª DAP da AU, uma vitória do agricultor Dionísio da horta Vila Pinho.

Relatos colhidos no Encontro Caminhos e na Oficina do Rio do Tempo

“A violência da mineradora Vale contra os povos, comunidades, territórios e a água é muito severa. Temos que resistir todos os dias na retomada, mas estão matando os nossos peixes, a nossa água, a nossa mata, nossa natureza (...).”

Cacique Merong, da Retomada Indígena Kamakã Mongoió

“Quando a terra morre, nós morremos juntos, pois a morte do povo não é apenas física quando a bala atravessa, mas são as doses diárias de agrotóxico, o envenenamento dos rios (...), da nossa ancestralidade, dos valores tradicionais.”

Monakassudeua, Jinsaba Ervaria e articuladora-pesquisadora territorial do Projeto Saúde & AU

“Não há luta de classe, não há luta contra as violências sem os sujeitos LGBT, sem criar territórios livres, sem discutir nossas violências internas, o patriarcado, o feminicídio, racismo e lgbtphobia. Foi neste caminho que em 2018 o coletivo LGBT Sem Terra foi consolidado nas instâncias do movimento, de forma a romper com as violências e opressões.”

Everton, MST e Cooperana

“Povos e comunidades foram tidos como sujeitos pobres, porém estes foram empobrecidos. (...) O útero das mulheres negras e indígenas formou esse país. Somos todas violentadas.”

Maria Flor Guerreira, Comitê Mineiro de Apoio à Causa Indígena

“Integração é a chave para conseguir o lixo zero no Brasil. A reciclagem de resíduos sólidos e orgânicos deve ser permanente. É preciso educação para aprender sobre a produção de lixo, qualificar, quantificar, reaproveitar.”

Marcelo, Rede Lixo Zero

“Viver a partir daquele território, produzindo e gerando renda (...) como forma de manter e sustentar esse processo de comercializar sem se render ao mercado, como lógica de subversão, criando redes, conexões, é de grande importância.”

Amanda, Ocupação Tomás Balduino

Algumas considerações: que histórias nos conta esse Rio

A AU na RMBH pode ser considerada consolidada, com forte envolvimento da sociedade civil, apoio de políticas públicas e das universidades, ainda que com grande diversidade entre os seus municípios. Belo Horizonte instituiu a prática de apoio municipal à AU com objetivo de erradicação da fome e pobreza e desenvolvimento local desde a década de 1990. As iniciativas de AU surgiram focadas no incentivo e apoio às hortas escolares e comunitárias e foram se ampliando para abranger também as dimensões ecológica, produtiva e de inclusão social, sendo incorporadas no planejamento e gestão do espaço urbano. Por meio da construção da construção pioneira de políticas que integram o consumo, distribuição e produção de alimentos, BH possui reconhecimento internacional tanto político como acadêmico.

A seguir estão algumas considerações apresentadas pelas três categorias de marcos do Rio do Tempo: “Interação com políticas públicas”, “Organização da sociedade civil” e “Produção do conhecimento”.

INTERAÇÃO COM POLÍTICAS PÚBLICAS

- A inserção da pauta da AU em PPs na RMBH é antiga, iniciada por Sete Lagoas em 1982 e chegando a BH em 1993 com a estruturação de programas no âmbito da Prefeitura municipal. Foi importante para isso a gestão do prefeito Patrus Ananias, do Partido dos Trabalhadores, que implementou programas e projetos por meio de uma agenda de combate à fome. Apesar dessa iniciativa inovadora que envolvia a AU, esta ainda era periférica à pauta da agricultura familiar e seguiu assim nos anos seguintes. É bastante recente em BH uma maior destinação de recursos e projetos específicos para a AU²⁶;
- A aproximação e apoio de organizações internacionais também se mostra relevante nesse cenário, pois levou à

identificação e apropriação do *conceito* da agricultura urbana para as PPs de AU na RMBH. Nesse sentido têm destaque os Cevaes que contaram com apoio internacional do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Programa Global CCF, ambos em parceria com a REDE;

- O CCF teve como desdobramento no campo das PPs um instrumento de planejamento e gestão para a política de AU em BH, o “Plano de Ação de Agricultura Urbana de Belo Horizonte 2008-2018: BH Cultivando Agricultura Urbana”, assim como a constituição de um fórum municipal para monitorar a execução do Plano. Apesar de sua consequência relevante no campo das políticas públicas, é importante destacar que foi uma iniciativa mobilizada pela sociedade civil;
- Todo o processo relacionado ao Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) trouxe mais reconhecimento para as agriculturas da RMBH, especialmente as agroecológica, urbana e familiar. A execução do Macrozoneamento também revelou uma lacuna de dados das administrações municipais acerca da AU e por conseguinte baixa priorização dos investimentos para o seu desenvolvimento na RMBH;
- Mesmo com muitos avanços na construção de políticas para AU na RMBH, existe a dificuldade de acesso à DAP. A primeira em BH foi concedida somente em 2021.

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

- As iniciativas da Sociedade Civil na RMBH parecem bem articuladas entre si, com um bom diálogo com o poder público municipal e universidades;
- A AMAU aparece no Rio do Tempo como espaço importante de articulação de associações comunitárias, movimentos sociais e de interlocução com instâncias como a Articulação Mineira de Agroecologia (AMA) e a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA);

Análise dos mapeamentos da RMBH

No território da RMBH foram localizados dois processos mapeantes que identificaram no total **1.008** experiências, que serão apresentados a seguir. Além deles, também foram disponibilizadas informações pela REDE sobre quatro terreiros de religião de matriz africana que produzem alimentos em Belo Horizonte e pelo Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva sobre quilombos da RMBH e suas respectivas produções agrícolas.

ANUÁRIO DAS AGRICULTURAS METROPOLITANAS

O Anuário das Agriculturas Metropolitanas tem como objetivo consolidar uma base de dados e informações sobre as iniciativas e experiências de agricultura na RMBH e Colar Metropolitano, que possa contribuir na visibilização e compreensão das experiências na metrópole, assim como contribuir nos subsídios às políticas públicas e auxiliar ações de organizações sociais. O trabalho foi realizado pelo AUÊ!, um grupo de pesquisa, extensão e ensino da UFMG, criado em 2013, e sedia o NEA da mesma instituição. O grupo está inserido em debates e ações conectadas, por exemplo, ao planejamento urbano e metropolitano, questões ambientais urbanas, conflitos socioambientais, questões agrárias, SAN e economia popular e solidária.

Abrangência: Região Metropolitana de Belo Horizonte

Número de experiências: 1.008 (sendo 41 delas unidades produtivas, com dados específicos analisados no mapeamento abaixo)

Ano do mapeamento: 2014 - 2022

Responsável: Grupo de Estudos em Agricultura Urbana AUÊ!/UFMG

Acesso aos dados: público (saiba mais: Anuário das Agriculturas Metropolitanas).

Método de colheita: dados provenientes de cadastros públicos e pesquisas de instituições e organizações que atuam com agricultura, selecionados para compor o Anuário. Os dados são fruto de aplicação de questionários colhidos em visitas de campo ou acessados via parcerias institucionais, fruto de uma construção coletiva estabelecida ao longo dos anos, que foi alimentando uma planilha e uma base cartográfica utilizadas para as sistematizações e análises.

O momento mais significativo de levantamento de dados aconteceu concomitante ao processo de planejamento metropolitano da RMBH, em especial o Projeto de Macrozoneamento da RMBH (entre 2014 e 2015) conectado ao Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado. Houve, ainda, a colaboração das prefeituras dos municípios da RMBH, de técnicos da Emater-MG e de organizações sociais como a AMAU e a REDE, que disponibilizaram informações de um conjunto de experiências. O mapeamento também acessou informações das 41 unidades produtivas de BH atendidas pela Susan, que será apresentado a seguir.

Tempo de colheita: 9 anos

Categorias disponíveis: na análise foram utilizadas informações sobre a localização das experiências, formas de organização social e do trabalho, tipos de espaço das experiências e de sistemas produtivos e acesso à DAP.

UNIDADES PRODUTIVAS COLETIVAS/COMUNITÁRIAS DA AGRICULTURA URBANA DE BELO HORIZONTE

A identificação das unidades produtivas por meio do Cadastro Municipal de AU tem como intuito organizar informações para subsidiar o planejamento da política pública municipal de SAN em Belo Horizonte. As UPs podem ser definidas pela forma de organização de sua gestão e produção, sempre realizadas por grupos comunitários ou coletivos, em áreas públicas ou privadas. As atividades desenvolvidas nesses espaços estão em consonância com formas de cultivo,

manejo e/ou criação de animais pautados nos princípios agroecológicos. As UPs são atendidas pela Susan que atua no apoio da implantação e manutenção, fornece insumos, assistência e capacitação técnica focadas na agroecologia e executa programas que fomentam a transformação de áreas improdutivas em unidades de produção agroecológica.

Abrangência: município de Belo Horizonte

Número de experiências: 41 (que também foram computadas no Anuário das Agriculturas Metropolitanas)

Ano do mapeamento: 2022

Responsável: Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, parte da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania da Prefeitura de BH, em parceria com o AUÊ!/UFMG

Acesso aos dados: público (saiba mais: Ficha UPs Coletivas e Comunitárias).

Método de colheita: informações autodeclaradas por agricultores; levantamento de dados por técnicos e servidores da Diretoria de Fomento à Agroecologia e Abastecimento e da Gefau vinculadas à Susan, sistematizadas e organizadas pelo Grupo AUÊ!

Tempo de colheita: 1 ano

Categorias disponíveis: na análise foram utilizadas a localização, tipo de UP, tipo de produção, participação ou relação de processos de educação ou capacitação, nº pessoas envolvidas na produção, produção para comercialização, objetivos da produção, o que produzem, fonte de água, reaproveitamento de resíduos orgânicos e práticas de conservação do solo.



FIGURA 11: Oficina do Rio do Tempo da RMBH. Danúbia Gardênia, 2022.

Resultados

O Anuário das Agriculturas Metropolitanas foi escolhido como o mapeamento de referência para o território, por abranger um número maior de experiências e nele já estarem incluídas as 41 experiências do mapeamento das Unidades

Produtivas Coletivas/Comunitárias da AU de BH/MG (Susan/PBH). No quadro a seguir estão especificadas as informações produzidas a partir dos dados dessas duas pesquisas, organizadas por categorias de análise e respectivo número de respostas.

QUADRO 7: Resultados por categorias de análise e número de respostas - RMBH.

RESULTADO	MAPEAMENTO	QUANTIDADE DE EXPERIÊNCIAS RESPONDENTES
a) Localização das experiências de agriculturas por município na RMBH		1.008
b) Tipo de sistema produtivo	Anuário das Agriculturas Metropolitanas	537
c) Organização social e do trabalho		557
d) Tipo de espaço		818
e) Acesso à DAP		1.000
f) Localização das Unidades Produtivas por região de BH		41
g) Tipo de Unidade Produtiva		41
h) Participação em rede e/ou grupos relacionados à AU e à agroecologia		38
i) Tipos de produção	UPs Coletivas/Comunitárias da AU de BH	41
j) Objetivos da produção		41
k) Saneamento: acesso à água		40
l) Saneamento: gestão de resíduos sólidos		41
m) Práticas de conservação do solo		41
n) Relações com gênero, cor ou raça/etnia e povos e comunidades tradicionais		

Resultados do Anuário das Agriculturas Metropolitanas

A. LOCALIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS DE AGRICULTURA URBANA POR MUNICÍPIO NA RMBH

Foram identificadas 1.008 experiências de agricultura em 30 municípios da RMBH, a maior parte delas no município de Rio Manso (145), Belo Horizonte (96) e Baldim (72), conforme mostra o **GRÁFICO 1**.

O mapeamento abarca 30 dos 34 municípios da RMBH por reconhecer a forte influência dos

impactos provocados pelos processos de metropolização nesses municípios, ou seja, de que os limites do urbano não são, necessariamente, definidos pelo perímetro administrativo. Em alguns municípios, como Confins, Santa Luzia, Mário Campos e Sarzedo, o grupo ainda não realizou o levantamento das informações por não conseguir interlocução com instituições e redes locais.

Apesar de contemplar um número significativo de experiências, inclusive informações que não estão no Censo Agropecuário do IBGE (2006 e 2017), como a presença dos quintais produtivos e das hortas em assentamentos

GRÁFICO 1: Localização das experiências de AU por município na RMBH (1.008 respondentes).

Fonte: Elaborado com base no Anuário das Agriculturas Metropolitanas.

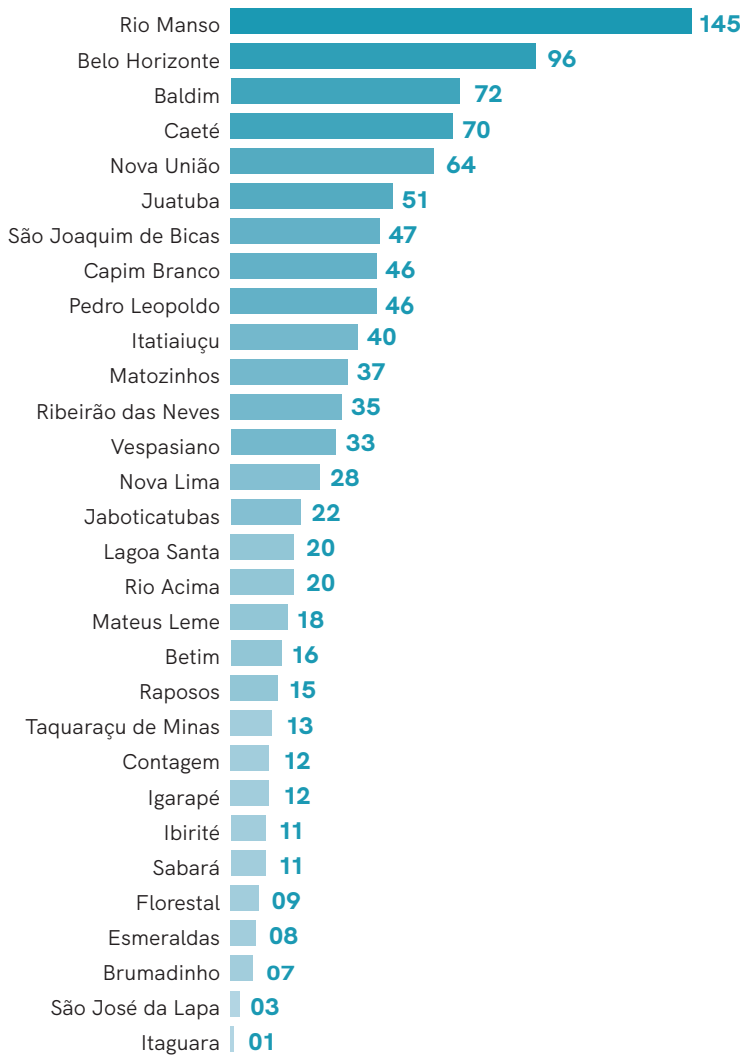
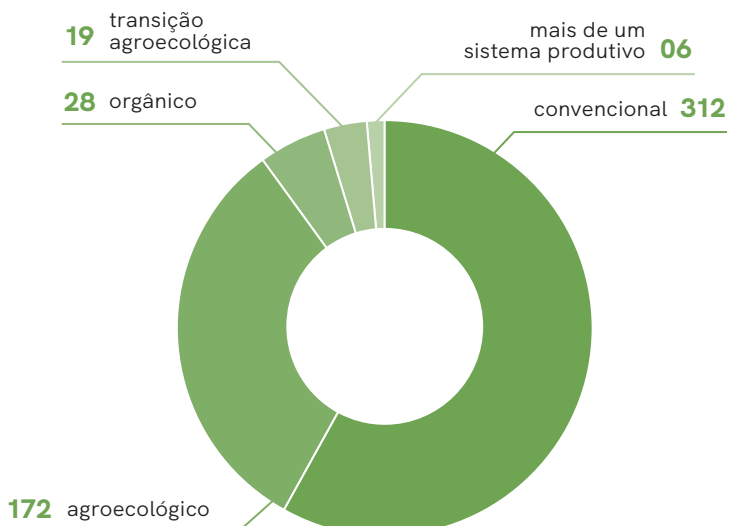


GRÁFICO 2: Tipo de sistema produtivo das experiências de AU na RMBH (537 respondentes).

Fonte: Elaborado com base no Anuário das Agriculturas Metropolitanas.



informais (como em vilas, favelas e outras formas de ocupação do território das periferias metropolitanas), o mapeamento não abrange todas as agriculturas existentes nesses locais, por ser um trabalho continuado de pesquisa e pelas próprias dinâmicas das experiências (a cada ano surgem novas iniciativas), dentre outros motivos operacionais da atividade de mapeamento.

B. TIPO DE SISTEMA PRODUTIVO

Determinado por autodeclaração de cada agricultor(a) a partir de três categorias: entre as 537 respostas, 312 têm sistema produtivo “Convencional”, seguido de 172 sistemas do tipo “Agroecológico” e 28 do tipo “Orgânico”, este último enquadrando as produções com certificado emitido por entidades oficiais ou com o selo SAT (sem agrotóxicos) emitido pelo Instituto Mineiro Agropecuário. Ainda, 19 experiências estão em “Transição agroecológica” e seis têm “Mais de um sistema produtivo”, ou seja, têm indicação de áreas com produções distintas desenvolvidas na mesma experiência, combinando, por exemplo, uma cultura orgânica e outra convencional (“convencional” equivalente aqui ao sistema com uso de agrotóxicos) (GRÁFICO 2).

C. ORGANIZAÇÃO SOCIAL E DO TRABALHO

No processo de mapeamento, foi feito um esforço por parte do grupo AUÊ! em construir categorias para unificar as informações das experiências (oriundas de fontes e momentos distintos) em um único banco de dados. A categoria “Organização social e do trabalho” advém do desafio de estabelecer critérios comuns na definição das experiências, combinando tipos de experiências produtivas, espaço, comercialização e forma de organização da experiência. Assim, as respostas foram organizadas em experiências “Familiares” (429), “Coletivas e Comunitárias” (65), “Institucionais” (27), “Empresariais” (19) e “Individuais” (17). Ver GRÁFICO 3.

D. TIPO DE ESPAÇO

Como mostra o GRÁFICO 4, das 818 respostas sobre o “Tipo de espaço” da experiência, 663 são “Sítios, chácaras e fazendas”, 67 são “Áreas

institucionais”, 63 são “Quintais”, além de sete “Assentamentos e acampamentos da reforma agrária”, seis “Quilombos”, seis “Lotes”, cinco “Ocupações urbanas” e um “Shopping”. Os quintais são áreas de cultivo dentro das próprias residências e os lotes são espaços que não têm uso habitacional.

Uma limitação deste resultado é que cada quilombo, ocupação urbana e assentamento foi contabilizado como um único espaço, mesmo nos casos em que abrigavam diferentes áreas de produção (por exemplo, um assentamento com hortas comunitárias e quintais produtivos). Além disso, em “Área institucional” houve agrupamento de alguns tipos de espaços ligados a áreas institucionais públicas e/ou privadas e áreas de uso e domínio público (como parques, praças, remanescentes de parcelamentos e margens de rodovias).

E. ACESSO À DAP

As informações sobre a quantidade de DAPs acessadas na RMBH foram extraídas do Censo Agropecuário de 2017 do IBGE e também do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). No total, existem 1.000 DAPs ativas em toda RMBH, dessas, 11 são de cooperativas e associações.

Resultados do Mapeamento de Unidades Produtivas Coletivas/Comunitárias da AU de BH-MG

F. LOCALIZAÇÃO DAS UNIDADES PRODUTIVAS POR REGIÃO DE BH

As 41 UPs distribuídas pela cidade somam 102.975 m² de área. Há iniciativas espalhadas por todas as regiões de BH, principalmente nas áreas periféricas: a maior parte está no “Barreiro” (8) e na “Região Nordeste” (8), seguida da “Região Norte” (6), “Região Leste” (5), “Região Oeste” (4), “Região Centro-Sul” (4), “Venda Nova” (3), “Região Noroeste” (2) e “Pampulha” (1). Ver FIGURA 12.

De acordo com indicadores demográficos e socioeconômicos da Prefeitura de Belo Horizonte (Censo de 2010, atualizados em

GRÁFICO 3: Formas de organização social e do trabalho (557 respondentes).

Fonte: Elaborado com base no Anuário das Agriculturas Metropolitanas.

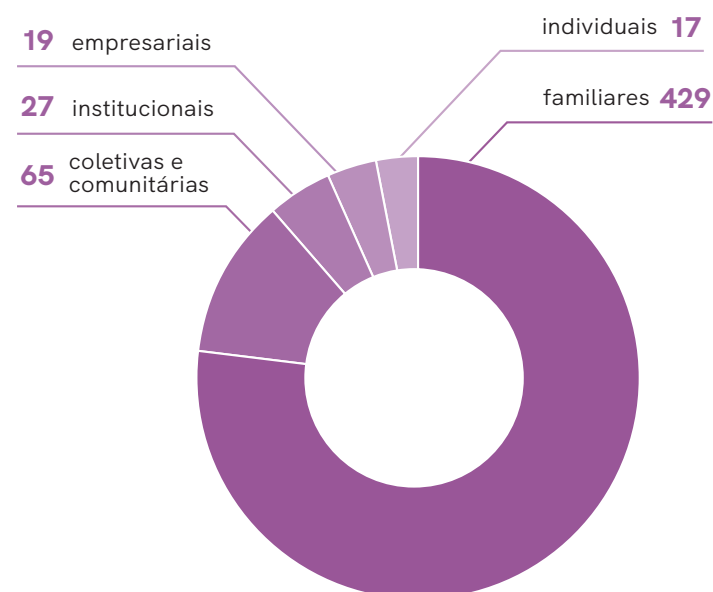


GRÁFICO 4: Tipo de espaço (818 respondentes).

Fonte: Elaborado com base no Anuário das Agriculturas Metropolitanas.

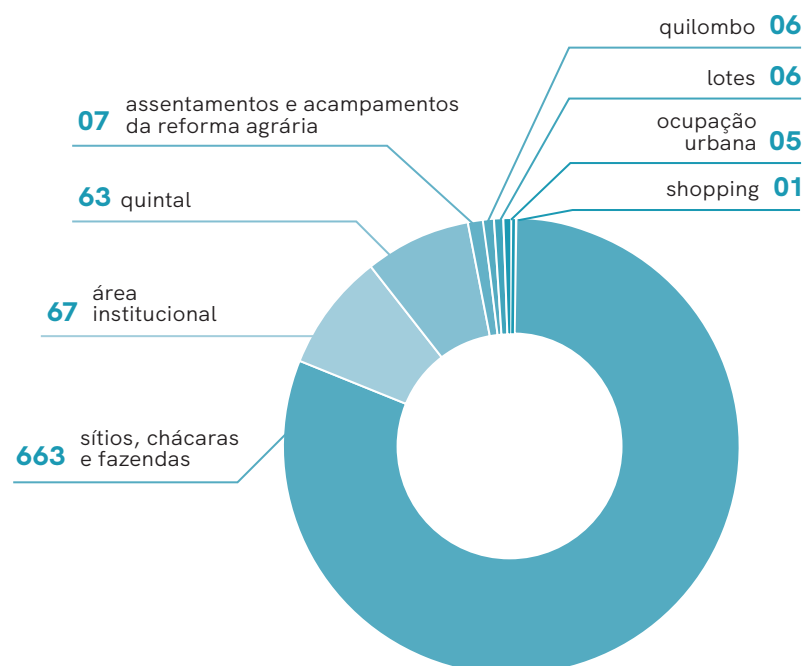
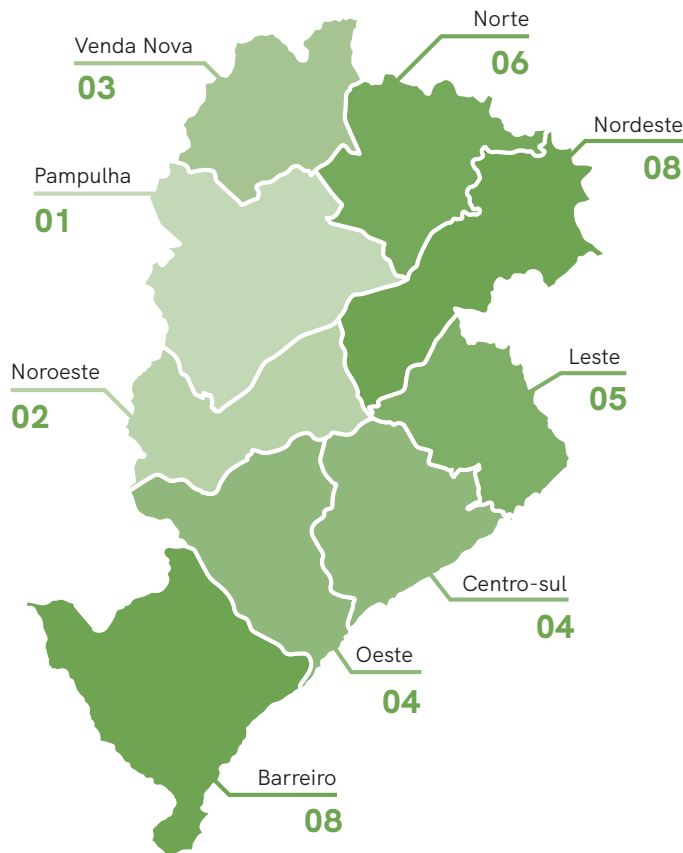
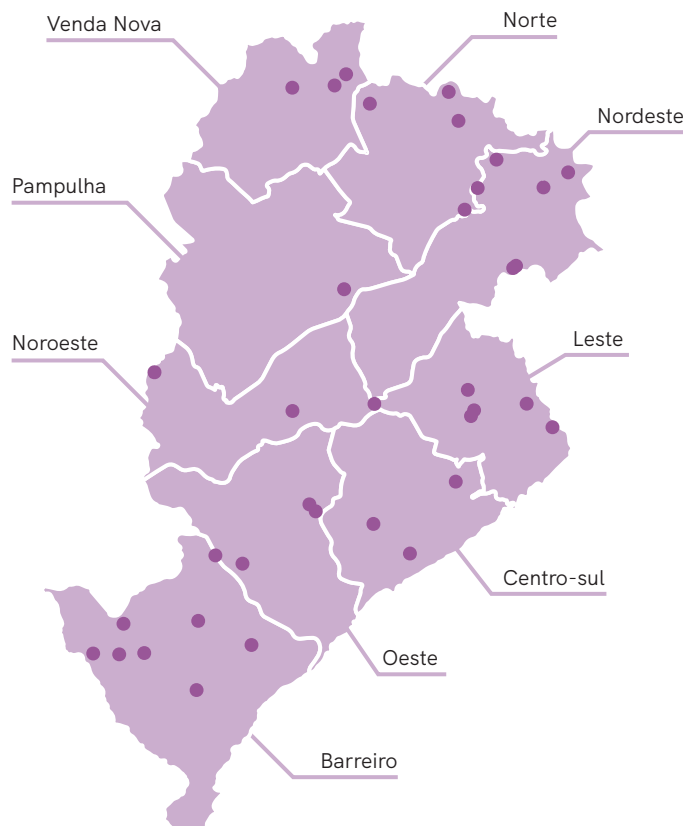


FIGURA 12: Localização das UPs por região de BH (41 respondentes).

Fonte: Elaborado com base no mapeamento de UPs coletivas/comunitárias da AU de BH.

**FIGURA 13:** Localização das UPs em BH.

Fonte: Elaborado com base no mapeamento de UPs coletivas/comunitárias da AU de BH.



2021), as Regiões Barreiro, Nordeste, Centro-sul e Oeste compõem as áreas com maior densidade demográfica da cidade, sendo que algumas dessas são áreas periféricas e, por vezes, menos urbanizadas. Além disso, as regiões periféricas com maior expressividade das produções agrícolas (Barreiro, Nordeste, Norte e Leste) possuem a menor renda média mensal de Belo Horizonte, variando de R\$ 700,00 a R\$ 1.400,00, enquanto a Região Centro-Sul concentra a maior renda média, chegando a quase R\$ 4.000,00.

De acordo com o Índice de Desenvolvimento do Município - baseado em três indicadores: renda *per capita*, escolaridade e expectativa de vida - fundamentado no Censo de 2010 e atualizado pela PBH em 2018, a região Centro-Sul (0,995) e Oeste (0,807) ficam à frente de todas as outras regionais em relação à renda, escolaridade e expectativa de vida. Vale destacar que regiões onde há maior incidência das UPs, como Barreiro (0,72), Nordeste (0,8) e Norte (0,677), são um dos índices mais baixos do Índice de Desenvolvimento do Município de BH em todos os três indicadores. Ver FIGURA 13.

G. TIPO DE UNIDADE PRODUTIVA

Existem vários tipos de UPs identificadas pela Susan: “UPs Territórios de Tradição”, “UPs Institucionais Públicas”, “UP Familiar”, “UPs Institucional Privada sem Fins Econômicos” e “UPs Institucional Privada com Fins Econômicos”, porém, na sistematização dos dados para este mapeamento, foram priorizadas as UPs atendidas pela Gefau e pelo Diretoria de Fomento à Agroecologia e Abastecimento durante o ano de 2021.

Entre as 41 UPs mapeadas, 39 (correspondente a 95%) são do tipo “UPs Coletivas Comunitárias” e duas são “UPs Território de Tradição”.

H. PARTICIPAÇÃO EM REDE E/OU GRUPOS RELACIONADOS À AU E À AGROECOLOGIA

No total, foram identificadas 481 pessoas envolvidas nas UPs, entre famílias, funcionários, comunidade do entorno, usuários e voluntários.

Além disso, 24 UPs (58%) afirmaram participar de redes ou grupos relacionados à AU e à agroecologia no município de BH. Duas dessas

redes são destacadas: a AMAU e a Associação Horizontes Agroecológicos. Entre outras ações no campo agroecológico, elas incentivam a construção do SPG, que conta com a participação de nove Unidades Produtivas.

Elementos mais explicitamente ligados à **saúde** nas unidades produtivas foram identificados nas questões *Tipos de produção*, *Objetivos da produção* e *Saneamento* (acesso à água, gestão de resíduos sólidos e práticas de conservação do solo), apresentadas a seguir.

I. TIPOS DE PRODUÇÃO

Cada UP selecionou ao menos cinco opções dentre as 12 disponíveis nesta categoria, com maior indicação para cultivo de “Espécies anuais” (38 seleções) seguida de “Plantas medicinais” (36), “Hortaliças” (34) e “Plantas aromáticas e condimentares” (34); destacam-se ainda 14 seleções para “Cultivo de plantas para usos espirituais e religiosos” (GRÁFICO 5).

J. OBJETIVOS DA PRODUÇÃO

A maior parte das indicações foi “Autoconsumo” (38 respostas), seguida da produção como uma atividade de “Terapia” (35) e “Doação” (35), para “Fins medicinais” (31), de “Lazer” (27), como “Prática espiritual/religiosa” (8) e outros. Foi possível selecionar múltiplas opções de resposta (GRÁFICO 6).

K. SANEAMENTO: ACESSO À ÁGUA

O acesso à água é condição básica para a existência das hortas. São 37 UPs abastecidas pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais, empresa que fornece água para toda Belo Horizonte; duas UPs têm acesso à água de “Nascente”; uma possui “Captação de água de chuva”, uma “Poço artesiano”, uma “Poço/mina” e uma com “Cisterna”, como mostra o GRÁFICO 7. Foi possível selecionar até duas opções de resposta à questão.

L. SANEAMENTO: GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NAS UNIDADES PRODUTIVAS

A prática mais utilizada pelas iniciativas é a “Compostagem” (29 indicações) seguida do “Minhocário” (4), do “Tanque de

GRÁFICO 5: Tipos de Produção nas UPs (41 respondentes).

Fonte: Elaborado com base no mapeamento de UPs coletivas/comunitárias da AU de BH.



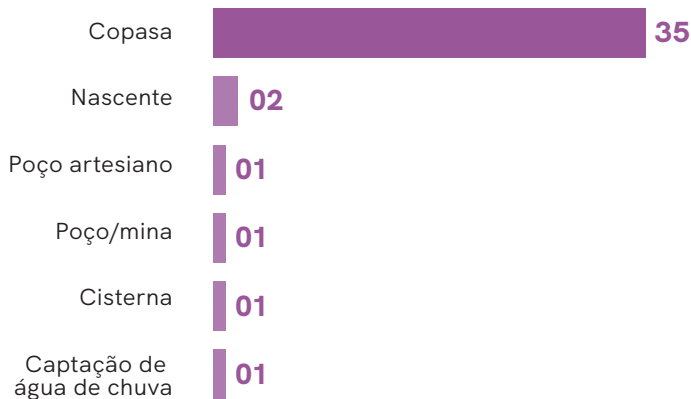
GRÁFICO 6: Objetivos da produção nas UPs (41 respondentes).

Fonte: Elaborado com base no mapeamento de UPs coletivas/comunitárias da AU de BH.

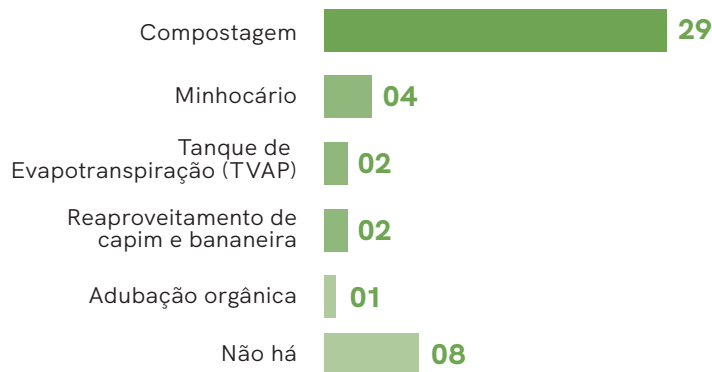


GRÁFICO 7: Forma de acesso à água pelas UPs (40 respondentes).

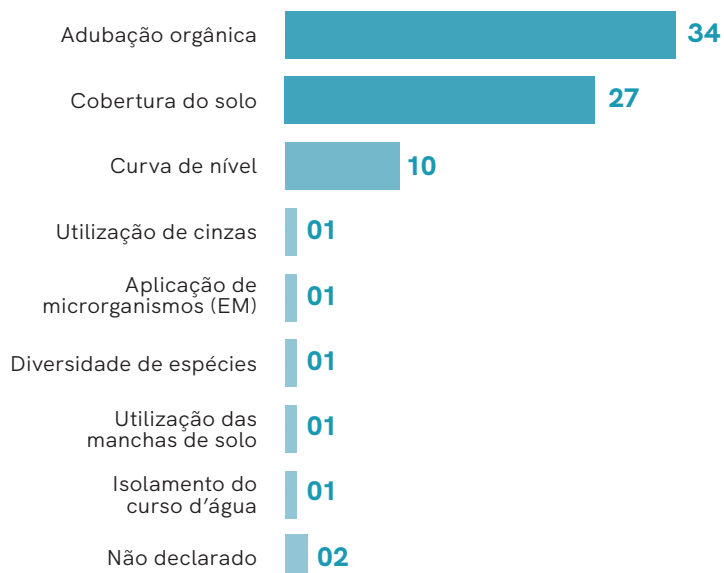
Fonte: Elaborado com base no mapeamento de UPs coletivas/comunitárias da AU de BH.

**GRÁFICO 8:** Forma de aproveitamento de resíduos orgânicos nas UPs (41 respondentes).

Fonte: Elaborado com base no mapeamento de UPs coletivas/comunitárias da AU de BH.

**GRÁFICO 9:** Tipos de prática de conservação de solo nas UPs (41 respondentes).

Fonte: Elaborado com base no mapeamento de UPs coletivas/comunitárias da AU de BH.



evapotranspiração” (2), do “Aproveitamento de capim e bananeira” (2) e da “Adubação orgânica” (1). Oito UPs não fazem o aproveitamento de resíduos orgânicos. Foi possível selecionar múltiplas opções de resposta (GRÁFICO 8).

M. PRÁTICAS DE CONSERVAÇÃO DO SOLO

Foram categorizadas algumas práticas ligadas à conservação do solo, principalmente a “Adubação orgânica” (realizada em 34 UPs), “Cobertura do solo” (27) e a “Curva de nível” (10). Foi possível selecionar múltiplas opções de resposta à questão (GRÁFICO 9).

A categoria “Práticas de conservação do solo” reforça a importância da qualidade do solo para a saúde das plantas e dos alimentos no cultivo orientado pela agroecologia. Como nos conta Ana Primavesi, uma das precursoras da agroecologia no Brasil: “Solo sadio - planta sadia - homem sadio. E pessoas com um espírito sadio não destroem sua base vital e o ambiente onde vivem, mas o conservam”. O solo é um ecossistema complexo, delicado e em constante modificação. O cultivo alinhado aos princípios ecológicos implica o cuidado com água, o fornecimento de matéria orgânica para alimentar o solo, a rotação de cultura de espécies variadas e uma série de outras práticas que vão manter o agroecossistema diversificado, favorecendo a vida dentro do solo, potencializando o crescimento das plantas e prevenindo seu adoecimento.

N. RELAÇÕES COM GÊNERO, COR OU RAÇA/ETNIA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Em Belo Horizonte, as **identificações racial e por gênero** não foram categorias específicas de nenhum dos dois mapeamentos analisados. Em relação à participação de **povos e comunidades tradicionais** nas agriculturas de BH, além da indicação de duas UPs de “Território de Tradição Autodeclarada” no Mapeamento de

UPs coletivas/comunitárias, foram levantadas algumas informações sobre populações quilombolas e de religiões de matriz africana com base no contato com o Cedefes e com a REDE:

- O Cedefes identificou 24 quilombos na RMBH, sua localização e as práticas agrícolas realizadas, que evidenciam a diversidade produtiva para o autoconsumo e para o cuidado com a saúde por meio do uso de plantas medicinais;
- A REDE construiu processos com quatro terreiros de religiões de matriz africana, que participaram entre 2021 e 2023 dos projetos “Sem Folha Não Tem Orixá: Povos de axé, agroecologia e cultura alimentar” e “Água, Agroecologia e Comida”, fomentados por emendas parlamentares e que foram criados por meio da articulação dos próprios terreiros em resposta às necessidades de seus territórios.

Algumas considerações, por temas, sobre os resultados

SAÚDE

- Cuidado em saúde: é importante destacar as iniciativas de cuidado em saúde baseadas em conhecimentos e tradições de matriz africana, que também incorporam a dimensão espiritual. São exemplos o Ervanário São Francisco, a farmacinha do Coletivo Roots Ativa e a Jinsaba Ervaria;
- No mapeamento das UPs de BH-MG, 31 das 41 Unidades Produtivas analisadas trabalham com plantas medicinais e 35 enxergam a horta como finalidade terapêutica. Embora não tão evidenciada no Rio do Tempo, a dimensão da saúde parece estar incorporada nas iniciativas;
- Saneamento: a prática da compostagem é um marco relevante na RMBH, por exemplo no projeto Vida Composto (do Roots Ativa e Spiralixo); na Horta da Cidade; no projeto dos baldinhos para compostagem de resíduos da Feira Terra Viva; e da Rede Lixo Zero. Entre os mapeamentos,

Quilombos da RMBH

Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva

Foram 24 Quilombos mapeados em pesquisas do Cedefes, localizados em nove cidades da RMBH: Brumadinho (7), Jaboticatubas (4), Belo Horizonte (3), Belo Vale (3), Moeda (3), Pedro Leopoldo (1), Santa Luzia (1), Contagem (1) e Santa Bárbara (1).

Entre os alimentos produzidos para o autoconsumo em quintais ou áreas coletivas estão folhosas, vegetais e frutas. Também são plantadas nos quintais das famílias ervas medicinais para tratamentos de saúde e combate a diversas doenças. A lida com as plantas faz parte da vivência e do modo de existência quilombola, que integra plantios, cuidados, saberes e fazeres na culinária, nas práticas religiosas, no preparo das garrafadas, nos benzimentos e outros.

Terreiros da agricultura urbana em BH

Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas

Nos projetos *Sem Folha Não Tem Orixá e Água, Agroecologia* (2021/2022) e *Comida e Água, Agroecologia e Comida* (2022/2023), cada unidade territorial tradicional vivenciou atividades de formação, oficinas de capacitação e intercâmbios de conhecimentos conectados às temáticas da agroecologia e da agricultura urbana com agricultoras/es familiares, que culminaram no *Encontro Caminhos*, realizado em BH em junho de 2022.

Terreiros participantes do projeto *Sem Folha Não Tem Orixá e Água, Agroecologia e Comida*:

- **Casa de Caridade Pai Jacob do Oriente (CCPJO):** fundado em 1966 por Joaquim Caminho e Maria das Dores de Moura e atualmente coordenado por Pai Ricardo, o centro de umbanda, de raiz banto, tem notória importância nos espaços públicos, principalmente nas festas de Iemanjá e Preto Velho, reconhecidas como patrimônio imaterial de Belo Horizonte.
- **Iê Wopo Olujukan:** terreiro de candomblé vinculado à tradição Yorubá (Ketu), fundado em 1964 pelo Babalorixá Carlos Olujukan e tombado em 1995 como patrimônio Cultural pela Prefeitura de BH.
- **Nzo Jindanji Lunda Kioko:** casa de candomblé de tradição Tschokwe (Angola/Kongo), fundada na década de 1960, registrada no ano de 1967 e instalada no bairro Cidade Nova desde 1979.
- **Nzo Atim Kitalode:** terreiro de candomblé Congo Angola, que constituiu a Associação da Resistência Cultural Afro-Brasileira Jacutá de Iansã (ARCA Brasileira), zelado por Mam’etu dya Matamba Kitaloyá, também conhecida como Maria de Fátima ou Mãe Kita.

Retomada Kamakã Mongoió na Região Metropolitana de Belo Horizonte²⁷

A retomada Kamakã Mongoió é a culminância de um conjunto de reivindicações de indígenas em contexto urbano no município de Belo Horizonte, somadas ao agravamento, durante a pandemia da Covid-19, das dificuldades enfrentadas ligadas a moradia, alimentação e acesso a políticas públicas. Em outubro de 2021, guiadas pela espiritualidade, algumas famílias da etnia Pataxó Hãhãhãe, com lideranças Kamakã Mongoió, realizaram a retomada de uma terra localizada no Vale do Córrego Areias, no município de Brumadinho, que faz parte da RMBH.

Kamakã Mongoió é uma das etnias que compõem os Pataxó Hãhãhãe, que há mais de 40 anos vieram da Bahia para Minas Gerais devido a conflitos pela terra na área de Caramuru-BA. Cacique Merong e Katorã, pertencentes à etnia Pataxó Hãhãhãe/Kamakã Mongoió, são referências nesse processo de retomada, conduzindo as famílias na construção de um território em que possam plantar alimentos, educar as crianças em uma escola própria, e vivenciar sua espiritualidade e cultura com dignidade.

No território da retomada, em Brumadinho, é realizado um trabalho de recuperação de áreas verdes e de nascentes. Além disso, são cultivadas em sistema consorciado variedades de ervas medicinais, abóbora, milho e hortaliças. Os mutirões de plantio agroecológico e de construção das casas e da escola com técnicas de bioconstrução são importantes iniciativas de mobilização, que recebem pessoas de outros municípios de Minas Gerais, como Belo Horizonte, Casa Branca e Nova Lima.

Atualmente, as famílias Kamakã Mongoió são atendidas pela Secretaria de Saúde Indígena e recebem apoio voluntário de técnicas/os em agroecologia e bioconstrução, que disponibilizam equipamentos e mudas de plantas. O processo de retomada também tem envolvido conflitos com empreendimentos e atividades mineradoras na região, que oferecem riscos ao ambiente e à saúde.

A migração, voluntária ou forçada, de povos indígenas para as grandes cidades pode ter como causas a expulsão da terra de origem por conflitos e ameaças, como no caso dos Kamakã Mongoió, mas também é movida por contextos de insegurança alimentar, pela impossibilidade de garantir o sustento no local, pela degradação ambiental e pela ausência de serviços básicos como a saúde; ou por possibilidades oferecidas nos centros urbanos, como de estudo e de geração de renda e trabalho. Somente em Belo Horizonte, há mais de dez mil indígenas em contexto urbano.

Os povos indígenas consideram as lutas de retomada um marco sagrado de recuperação da terra. Especificamente, a retomada Kamakã Mongoió representa um momento importante para a história de resistência dos povos indígenas de Minas Gerais e da Serra da Moeda, de enfrentamento da atividade mineradora, e que se soma às poucas retomadas indígenas da terra no estado.

a compostagem é realizada em 29 das 41 Unidades Produtivas.

GÊNERO E RAÇA/ETNIA

- Na construção do Rio, se destaca o protagonismo das mulheres na participação da atividade e na condução dos processos coletivos em seus territórios;
- O debate sobre questões étnicas e raciais não surgiu diretamente na oficina do Rio do Tempo, porém foi bastante presente ao longo de toda a etapa de articulação territorial, especialmente pela participação no Encontro Caminhos e a aproximação com os terreiros e pais/mães de santo. Essa aproximação foi facilitada por estar em curso o projeto “Sem folha não há Orixá”, coordenado pela REDE;
- Apesar de ter havido forte presença de povos de terreiro e pessoas negras na construção do Rio do Tempo, não é possível afirmar que as pautas raciais estejam incorporadas no movimento da AU na RMBH. É possível notar que, muito lentamente, um diálogo vem se construindo e refletindo em iniciativas como o projeto Sem Folha não tem Orixá e o encontro Caminhos, resultado da ação de movimentos negros e indígenas que reivindicam o reconhecimento das práticas difundidas pela agroecologia como conhecimentos ancestrais de seus povos;
- De modo geral, observa-se pouca interação do Rio do Tempo com a história dos povos indígenas, o que é reflexo dos desafios da articulação entre a AU com populações tradicionais nos ambientes urbanos. Corroborar essa visão o fato de que não há, nos dois mapeamentos analisados, nenhuma categoria para raça/etnia (tampouco, para gênero).

DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL

- Áreas ocupadas para hortas, assim como ocupações da luta por moradia que desenvolvem hortas são bastante marcantes na RMBH e evidenciam a desigualdade social e a relação entre os vazios urbanos

e a AU. Dados do PDDI revelam que a vacância fundiária é uma realidade em toda a RMBH²⁸;

- Um exemplo é o coletivo Agroecologia na Periferia, que desenvolve ações nas ocupações Tomás Balduino e Izidora, e é uma ferramenta da sociedade civil para garantir que pessoas e grupos colocados historicamente à margem social tenham condições mais dignas de existência dentro das cidades;
- A ocupação Tomás Balduino faz parte do CSA Ora pro nobis, produzindo alimentos para 45 famílias. O fato das ocupações e periferias aportarem alimentos saudáveis para as cidades contribui para ressignificação e quebra dos estigma que esses territórios carregam, além de ser importante fonte de renda e manutenção dos espaços;
- Apesar da relevância social de iniciativas como ocupações e quilombos urbanos, estes foram pouco expressivos numericamente no resultado do Anuários das Agriculturas Metropolitanas: apenas 11 de 818 correspondem a essas categorias;
- A maioria das hortas, segundo o Mapeamento de UPs de BH-MG, está localizada em regiões periféricas. Essa característica se dá, em parte, pelo fato de algumas das áreas terem maiores vazios urbanos e, pela expansão das cidades, estarem em regiões limítrofes com áreas rurais. Além disso, são regiões de baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) quando comparadas ao restante da cidade;
- Ressalta-se o cuidado com as águas, especialmente diante dos crimes ambientais de mineradoras no estado e da intensificação das atividades da corporação VALE mesmo nas áreas atingidas, como é o caso de Brumadinho.



FIGURA 14: Oficina do Rio do Tempo da RMBH.
Danúbia Gardênia, 2022.

Região Metropolitana da Grande Vitória



Habitantes:

2.033.067



Extensão territorial:

2 331,03 km²

Região do país: **Sudeste**

Estado: **Espírito Santo**



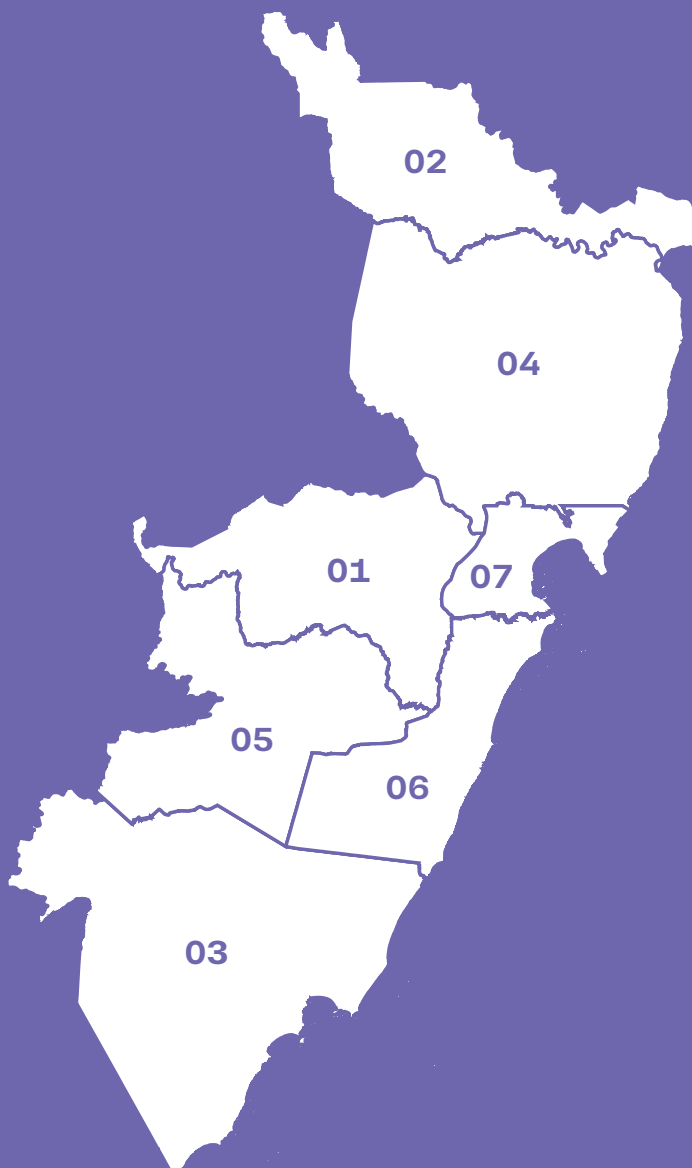
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH):

0,796



Municípios:

Cariacica (01), Fundão (02), Guarapari (03), Serra (04), Viana (05), Vila Velha (06) e Vitória (07).



Fonte: Censo IBGE, 2022;
Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud.
Brasil, Ipea e FJP, 2022.



FIGURA 15: Oficina do Rio do Tempo da RMGV.

Douglas Lopes, 2022.

O Espírito Santo faz fronteira com os estados da BA, MG, RJ, e também com o Oceano Atlântico. É ocupado pelo bioma Mata Atlântica e está dividido em quatro macrorregiões: Norte, Central, Metropolitana e Sul. Capixaba é o termo que denomina a população deste território, e tem sua origem na língua Tupi.

O estado se formou com base na economia voltada para a monocultura do café, permanecendo até a década de 1960 nesse modelo, característico do setor primário. É a partir da década de 1970 que a economia se transforma radicalmente e passa a ser baseada na industrialização e nos grandes empreendimentos, que culminaram na implementação da Região Metropolitana da Grande Vitória.

Atualmente, o Espírito Santo lidera o ranking nacional das contaminações e mortes por agrotóxicos²⁹; a produção familiar, que representa 80% dos estabelecimentos agrícolas, ocupa apenas 34% da área fundiária total do estado, evidenciando a forte concentração de terras e de poder numa pequena parcela da população. Resistem a essa situação povos tradicionais e grupos populares que vivem nas áreas urbanas e rurais e cuja diversidade cultural se expressa nas danças, folguedos, artesanatos, culinária e festas populares. Com uma população estimada em pouco mais de 2 milhões de habitantes, o que corresponde a 49% do total do estado, é a menos populosa das Regiões Metropolitanas analisadas.

Em relação à RMGV, apesar de ocupar apenas 5% do território capixaba, a Região concentra quase metade da população (49%). Embora

figure entre os maiores IDHs das Regiões Metropolitanas do Brasil, há uma desigualdade expressiva entre os municípios da RMGV, fruto de processos históricos de concentração de investimentos em Vitória, Vila Velha e Serra, enquanto os demais municípios (Cariacica, Fundão, Guarapari e Viana) passaram a ter níveis muito inferiores de Produto Interno Bruto, levando a um deslocamento da população.

A metrópole da Grande Vitória é um território negro, com 67,6% de sua população negra, e de história marcada pela vinda forçada de pessoas escravizadas, principalmente de origem Banto. Essa história se expressa hoje, dentre outras formas, por meio de diversas manifestações culturais e artísticas, como o Caxambu (também chamado de Jongô), Congos, Reisados e Bois e outras.

Articulação territorial para a construção de um Rio do Tempo na Região Metropolitana da Grande Vitória*

A articulação territorial no Espírito Santo foi iniciada em parceria com a **Rede Urbana Capixaba de Agroecologia**, construindo um diálogo com as experiências mapeadas pela rede. Entretanto, como o processo de pesquisa identificou uma diversidade de experiências não abrangidas pela rede, realizou-se o esforço de alcançar outras iniciativas, algumas das quais tendem a estar

* Texto elaborado por Marília Cucolicchio e Ione Duarte.

historicamente “às margens”. A oficina aconteceu em Vitória, na sede da FASE, com participação de 30 representantes de organizações, instituições e coletivos.

Foi feita uma grande mobilização convidando experiências de diferentes partes do estado para a oficina do Rio do Tempo. Devido a desafios estruturais, boa parte delas não pôde estar presente, o que resultou em uma cronologia centrada na RMGV, com apenas alguns marcos de cidades fora dela.

Participantes da construção do Rio do Tempo da RMGV

Kintal Bantu, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Comissão de Produção Orgânica (Cporg), Coletivo Plantio Brasil, Horta Paraíso, Confederação Nacional da Agricultura Familiar, Movimento Nacional da Luta por Moradia, Horta de Santa Tereza, Sarau Vozes Negras, Círculo Palmarino/PSOL, Coletivo BR Cidades, Núcleo de Educação Ambiental do IFES, 5tais/U-manos, Coletivo Cidades Comestíveis, Grupo Horta 3ª idade Eldorado, Horta Quintal da Cidade, Kaza Kilombo e Fluir. Contribuíram ainda em outros momentos: Secretaria de Saúde de Vitória, Mulheres Marisqueiras, as hortas comunitárias urbanas: Horta de São Torquato, Jardim da Capixaba e Horta de Jaburu, Associação das Paneleiras de Goiabeiras e a Rede de Benzedeiras, Erveiras e Parteiras do Espírito Santo.

REDE URBANA CAPIXABA DE AGROECOLOGIA

A RUCA é uma organização da sociedade civil que articula pessoas, projetos e organizações diversas que desenvolvem atividades de agricultura urbana ecológica nos territórios urbanos do Espírito Santo, com ação mais consolidada na Região Metropolitana de Vitória. Realiza ações de sensibilização, formação, trocas de experiências,

além da luta pelo direito à cidade por meio da incidência em políticas públicas. Tem como objetivos: possibilitar o contato das pessoas da cidade com a natureza e com a agricultura, ampliar a produção, o consumo e a oferta de alimentos, desenvolver ações colaborativas de cuidado de si, da comunidade e da natureza.

Composição: Agricultoras/es urbanas/os, representantes de ONGs, estudantes, integrantes de movimentos sociais.

Ano de criação: 2020

Local de atuação: Espírito Santo

Análise de um Rio do Tempo da agricultura urbana na Região Metropolitana de Vitória e expansões

DÉCADA DE 1960

Um marco importante que gerou inúmeras consequências devastadoras e viria a ser um impulso para a organização social de resistência é a chegada do Complexo Aracruz Celulose, atual Suzano, no Litoral Norte do estado, município de Aracruz, em **1967**.

DÉCADA DE 1980

Em **1983**, tem início o Hortão de Cachoeiro de Itapemirim, uma iniciativa da Prefeitura Municipal com a coordenação do agrônomo Nasser Youssef Nasr. A horta ocupava uma área de 11 ha próxima ao aeroporto da cidade, que produzia todas as verduras e legumes para as creches, escolas, hospitais e asilos. O Hortão, que posteriormente passou a ser chamado de Centro de Cultura Natural Augusto Ruschi, se tornou um espaço de ensino e uma referência para milhares de agricultoras/es pelo uso de técnicas ecológicas de plantio, à época denominadas *agricultura alternativa*.

Já em **1987**, surge o grupo de Agricultura Ecológica Kapi'xawa, um dos primeiros a se constituírem no Brasil, localizado no Centro de Ciências Agrárias da UFES em Alegre e composto por estudantes, profissionais da área e agricultoras/es. Nesse mesmo ano, foi fundada

Chegada da Aracruz Florestal/Celulose no Espírito Santo e suas consequências³⁰

O Espírito Santo foi relativamente pouco ocupado pela colonização e até meados do século XIX tinha apenas a sua faixa litorânea habitada por não-nativos, com mais de 85% do seu território coberto pela Mata Atlântica, onde viviam diversas etnias indígenas. A cultura do café aos poucos foi introduzida, em especial na Região Norte, em sincronia com a dizimação das populações que lá viviam, como os Botocudos. As terras de sesmarias indígenas do litoral foram sendo ilicitamente incorporadas ao Poder Público estadual como terras devolutas.

Esse processo se intensificou com a instalação da Companhia Ferro e Aço de Vitória (Cofavi), no município de Aracruz. Nos anos de 1940, o Governo Estadual concedeu à Companhia 10.000 ha de terras indígenas utilizadas para exploração de madeira e produção de carvão vegetal. Entre as décadas de 1950 e 1970, a porcentagem de mata nativa que recobria o estado caiu de 66,3% para 8,5% devido ao avanço desenfreado de atividades predatórias, entre elas a silvicultura.

Em 1967, foi plantado o primeiro eucalipto da empresa Aracruz Florestal S/A. A empresa recebeu do governo estadual os 10 mil ha explorados anteriormente pela Cofavi e desde então não cessou de estender seus domínios, incorporando terra indígenas, quilombolas, de posseiros e de pequenos lavradores. A empresa ainda adquiriu mais 30 mil ha de forma ilícita nos anos seguintes.

Em 1972, foi criada a empresa Aracruz Celulose S/A e, com o objetivo de ampliar a área de plantio, intensificou a expropriação da terra e a especulação imobiliária. A região de instalação da empresa era habitada por indígenas Tupiniquim e Guarani Mbya, além do quilombo de Sapê do Norte, então composto por 12 mil famílias organizadas em cerca de 100 comunidades, das quais 90% foram violentamente expulsas. As pessoas que ficaram se viram sem meios para continuar seus modos de vida e, cercadas pelo deserto verde de eucaliptos, muitas foram trabalhar na indústria em regime análogo à escravidão.

A introdução da monocultura do eucalipto consolidou a concentração fundiária na região Norte do estado, além de contaminar pessoas, solos e águas pelo uso de venenos, causar lesões laborais a trabalhadoras/es e posterior demissão em massa por conta da “modernização” e terceirização do trabalho. Ocasinou o aumento da violência, da exploração sexual de menores e tráfico de drogas pela explosão populacional de trabalhadores migrantes homens sem planejamento habitacional, e inviabilizou a continuidade de atividades tradicionais como a pesca e caça, entre outras consequências. Todo esse processo de expropriação levou a um aumento da população vivendo de forma precária nas periferias das cidades da RMGV.

a Associação das Paneleiras de Goiabeiras, hoje com 60 associadas, no bairro de Goiabeiras, em Vitória. Mesmo com a intensa urbanização, o antigo ofício de produção artesanal de panelas de barro foi mantido, tradição passada entre as gerações de mulheres e de origem indígena. A prática guarda estreita relação com a natureza mesmo dentro do ambiente urbano, desde a retirada do barro, até a extração do tanino para pintura das panelas com a casca do mangue-vermelho, árvore encontrada no manguezal³¹. As mulheres possuem também um grupo de congo, no qual cantam: *“Olha vê, sinhá, se o congo animar, eu vô, sinhá. O congo de Goiabeira é congo da união, êia. São Benedito São, e a Virgem da Conceição, êia.”*³²

DÉCADA DE 1990

Em 1990, foi criado o Programa de Fitoterapia de Vitória pela ação de gestores municipais da Secretaria Municipal de Saúde comprometidos com a introdução de práticas alternativas de assistência à saúde. Em 1992, inicia-se a implantação de hortas medicinais e o cadastramento de mulheres com conhecimentos populares sobre plantas medicinais, totalizando 18 “guardiãs”³³. Em 1995, foi instalada uma farmácia de manipulação de fitoterápicos. A Prefeitura, por meio da Secretaria de Saúde, prestava assistência técnica e científica para o beneficiamento das plantas produzidas e disponibilização no SUS, e a Secretaria de Meio Ambiente fornecia insumos para as hortas e produção de mudas em um viveiro.

Em 1996, a fitoterapia foi institucionalizada em Vitória pela Lei Municipal nº 4.352, que definiu as Farmácias Vivas. De 1996 a 2005, foram produzidos e entregues medicamentos fitoterápicos para uma média de 25 mil usuários por ano. Em 1997, em Vitória foram implantados viveiros de mudas medicinais com mais de 120 espécies nos parques municipais de Tabuazeiro e Gruta da Onça, bem como no horto municipal de Maruípe.

Em Cachoeiro do Itapemirim, ainda em 1993, surgiu mais uma iniciativa de horta comunitária no bairro Village da Luz, que até hoje distribui verduras e legumes gratuitamente para mais de 400 pessoas. Neste ano também foi criado

UM RIO DO TEMPO DA REGIÃO METROPOLITANA

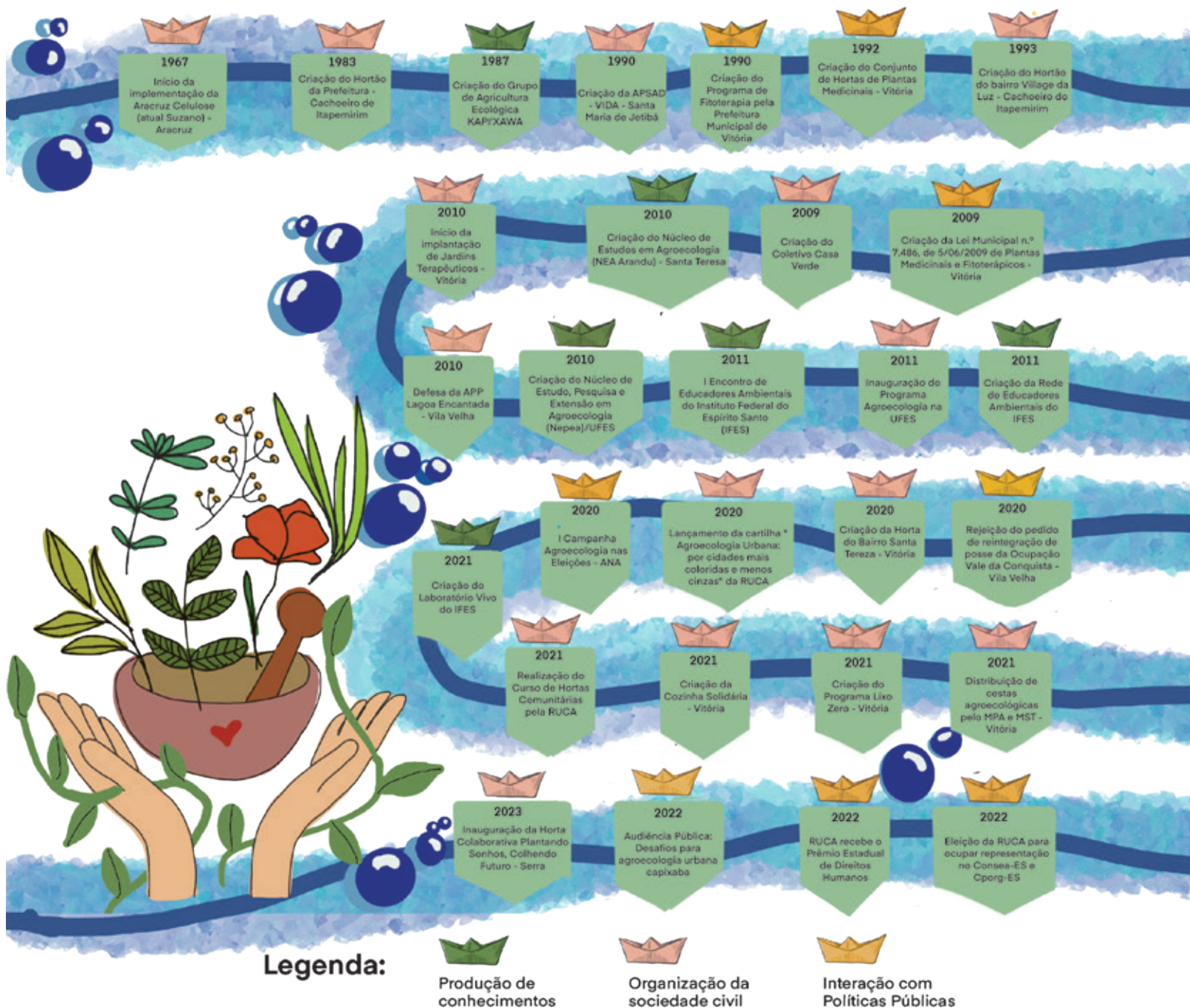


FIGURA 16: Rio do Tempo da Região Metropolitana de Vitória.

Ilustração: Bianca Santana, 2023.

DA AGRICULTURA URBANA DA GRANDE VITÓRIA



o Consea estadual do Espírito Santo e em **1999** foi criada a Empresa Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de que, em **2000**, a Emcaper tornou-se autarquia, dando origem ao Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural.

Um momento relevante, ainda no final dos anos **1990**, foi a criação da rede Alerta Contra o Deserto Verde com base nas lutas e defesa dos direitos de comunidades indígenas, quilombolas e camponesas impactadas pela monocultura do eucalipto, somadas a um amplo grupo de cidadãos, entidades, universidades, movimentos sociais, pastorais e igrejas, como MST, MPA, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Via Campesina, Conselho Indigenista Missionário, CPT, FASE, Associação de Programas em Tecnologias Alternativas, Igreja Luterana, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Papel e Químicas do Espírito Santo e UFES. A rede se expandiu para outros estados como Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Maranhão, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, locais onde a monocultura do eucalipto também estava se expandindo. Atua promovendo encontros nacionais, publicações e atos denunciando as violações realizadas pelas empresas e o estado, além de ações diretas de retomada de territórios no ES, BA e MG.

DÉCADA DE 2000

No início dos anos **2000**, foi institucionalizada a “Rede de guardiãs do conhecimento e defensoras das hortas comunitárias de plantas medicinais e produção orgânica”, uma ação do Programa de Fitoterapia de Vitória. Em **2005**, a farmácia de manipulação do município foi desativada, e os medicamentos fitoterápicos passaram a ser padronizados e industrializados, comprados via licitação. Neste mesmo ano, houve a criação da Articulação Capixaba de Agroecologia (ACA).

Em **2007**, após a realização da I Jornada Municipal de Fitoterapia, da qual participaram servidores municipais e movimentos sociais, foi elaborado um documento, que em **2009** transformou na Lei Municipal nº 7.486 que instituiu no SUS a Política Municipal de Plantas Medicinais e Medicamentos Fitoterápicos em

Vitória. A partir de então foram implantados 13 Jardins Terapêuticos: nove em unidades básicas de saúde, três em Centros de Atenção Psicossocial (Caps) e um no Centro Municipal de Especialidades de Vitória, envolvendo uma diversidade de profissionais de saúde³⁴.

Por fim, em **2009**, foi criado o Coletivo Casa Verde, que tem por objetivo o fortalecimento da relação campo-cidade por meio da agroecologia e para isso realiza trabalhos educacionais e de formação política com comunidades, trabalhadores e estudantes. O Coletivo ocupou uma área entre 2014 e 2018 na UFES, propondo um laboratório vivo de vivência ecológica.

DÉCADA DE 2010

Em 2010, foram criados o NEA Arandu - Núcleo de Agroecologia do Instituto Federal de Santa Teresa, e o Núcleo de Estudos e Extensão em Agroecologia da UFES. Embora mais direcionados ao trabalho com populações de zonas rurais, os núcleos aproximam os conceitos e práticas agroecológicas da comunidade acadêmica e urbana. Um exemplo é a feira agroecológica promovida na UFES em parceria com o Comitê Estadual da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, o Coletivo Casa Verde, o MPA e o Observatório dos Conflitos no Campo³⁵.

Em **2015** e **2016**, ocorreram duas caravanas territoriais, a Caravana Agroecológica e Cultural Rumo ao ES, do Comboio Agroecológico do Sudeste, e a Caravana Territorial da Bacia do Rio Doce. As caravanas têm como proposta anunciar, fortalecer e articular as experiências exitosas, assim como denunciar os crimes e conflitos, realizando um diagnóstico popular e participativo dos territórios. Dessa forma, a Caravana do projeto Comboio interagiu com iniciativas como a Unidade Participativa de Experimentação de Plantio de Água de Córrego Novo e o Assentamento Floresta em Alegre, a Aldeia Boa Esperança em Aracruz, a Escola Família Agrícola Normília Cunha dos Santos de Barra de São Francisco e muitas outras onde a agroecologia é construída e também ameaçada, culminando em Alegre-ES. Já a Caravana do Rio Doce aconteceu pouco tempo após a tragédia-crime do rompimento da barragem do Fundão,

em Mariana (MG), em 2015, envolvendo as empresas mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton. Rejeitos de minério foram carregados até à foz do Rio Doce, em Regência-ES, afetando o ambiente e a vida de pessoas que dependiam principalmente da pesca, além do abastecimento doméstico de água. Assim, a caravana foi bastante focada nas consequências sociais e ambientais da tragédia-crime em toda a bacia do Rio Doce, mas buscou também visibilizar as experiências agroecológicas que resistiam na região.

Em **2016**, ocorreu também o I Encontro Regional de Grupos de Agroecologia, o “ERGA-SE com as águas da agroecologia”. Animado pela Rede dos Grupos de Agroecologia do Brasil (REGA) e realizado pelo Kapi’xawa, o evento aproximou agricultoras/es e estudantes em uma vivência de cinco dias e foi finalizado com uma feira e um ato na cidade de Alegre, no intuito de dialogar com a população urbana sobre a agroecologia.

Na década de **2010**, também nasceram hortas urbanas em Vitória como a horta Quintal na Cidade, que recuperou uma área em uma rua abandonada e conseguiu agregar 12 famílias em torno dos trabalhos. A experiência catalisada pela formação com a Secretaria Municipal de Saúde se tornou referência, passou a ser visitada por grupos escolares e delegações de outros países por meio da ONU³⁶. Surge também o grupo Horta Caseira, Horta Santa Teresa com apoio da FASE, RUCA e Central Única das Favelas, e recomeçam a Horta Comunitária do Grupo da 3ª idade, a Horta Paraíso e a Horta no Parque Municipal Manolo Cabral.

No final da década, em **2018**, iniciou-se a CSA Sapê do Norte, proposta na qual cestas agroecológicas são produzidas pela comunidade quilombola Sapê do Norte, localizada nas áreas rurais de Conceição da Barra e São Mateus. As cestas são entregues semanalmente a moradoras/es da Grande Vitória e do Litoral Norte capixaba. O modelo de comercialização via CSA é um importante dispositivo de articulação campo-cidade e de apoio a agricultoras/es, por meio de coprodutoras/es.

Em **2019**, ocorreu o I Encontro dos Coletivos Urbanos de Agroecologia em Vitória na sede da

FASE, no qual grupos, coletivos e pessoas ofereceram oficinas abertas relacionadas à AU. Também neste ano é fundado o núcleo do Br Cidades no ES, uma iniciativa da Defensoria Pública do Estado e da UFES, em diálogo com diversos segmentos sociais como população em situação de rua, movimentos sociais, Associação de Moradores do Centro de Vitória, universitários e outros. O movimento tem como foco a luta pelo direito a moradia e à cidade e nesse sentido realiza a “Campanha Função Social da Propriedade”. No contexto da campanha promoveu atos pela cidade, desenvolveu materiais informativos e buscou incidir em projetos de lei como o do IPTU progressivo. Também impulsionou uma agenda local para a criação de cidades mais inclusivas, pautando as eleições de 2020.

DÉCADA DE 2020

Em **2020**, foi fundada a RUCA e lançada a cartilha “Agroecologia Urbana: por cidades mais coloridas e menos cinzas”, contendo 21 propostas relacionadas à agroecologia urbana. A campanha Agroecologia nas Eleições, promovida pela ANA, foi mobilizada no território e também foi iniciada a Horta Agroecológica e Comunitária de São Torquato, no município de Vila Velha, uma parceria da associação de moradores do bairro São Torquato com o Instituto Rede Expertise, que no ano seguinte foi selecionada pelo edital da RUCA de assistência técnica³⁷.

Em **2021**, a RUCA realizou, na sede da FASE e também na modalidade virtual, o I Curso de Hortas Comunitárias, envolvendo atividades práticas de manejo agroecológico e de gestão. Em parceria com a FASE, a rede abriu um edital para selecionar hortas comunitárias a receberem assistência técnica popular, além de iniciar o Mapeamento Colaborativo da Agroecologia Urbana no Espírito Santo. Foram contempladas as hortas do Morro do Cabral/Santa Tereza, a horta Jardim da Capixaba, no Morro da Capixaba, ambas em Vitória, e Horta Agroecológica e Comunitária de São Torquato, em Vila Velha³⁸.

Foi criada uma cozinha solidária para combater a fome e a IA que a pandemia agravou, em

uma parceria de organizações e movimentos que atuam em prol da segurança alimentar, a exemplo do “Território do Bem”, Paróquia Santa Tereza de Calcutá, Pastoral do Povo de Rua, a Frente Povo Sem Medo, o MST, MPA, CSA Sapê do Norte, RUCA, entre outros. Também ocorreu o I Encontro de Hortas Urbanas da Grande Vitória, na horta de Eldorado, no município da Serra. Na ocasião aconteceu uma troca de experiências entre as hortas comunitárias, oficina para jovens e crianças e trocas de sementes e mudas.

Neste ano, todas as 29 unidades de saúde de Vitória ofereceram tratamentos fitoterápicos³⁹, com uma média de 25 mil usuários tratados no ano e contando com aproximadamente 130 prescritores na rede entre médicos, enfermeiros, dentistas e farmacêuticos⁴⁰. Foi também iniciada uma horta comunitária no Morro da Capixaba, uma favela de Vitória.

O ano de **2022** marca mais avanços da RUCA. A Rede foi eleita para ocupar espaços de representação da agricultura urbana dentro do Consea-ES e na Cporg-ES e também conquistou o prêmio estadual de direitos humanos. Para coroar um ano de grande incidência política, a RUCA participou da audiência pública: Desafios para agroecologia urbana capixaba, promovida pela Frente Parlamentar de Conservação da Biodiversidade Capixaba na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, com participação de representantes do poder público e da sociedade civil.

Também neste ano, foi criada uma horta nos antigos galpões do Instituto Brasileiro de Café por meio do projeto Laboratório Vivo do IFES e inaugurada a Horta Colaborativa Plantando Sonhos, Colhendo Futuro na cidade de Serra. Um interessante projeto foi iniciado: o Cidades Comestíveis, idealizado pelo artista plástico Piatan Lube, da cidade de Viana, da RMGV, que propõe um mapeamento colaborativo de pontos onde há alimentos disponíveis em árvores e outras plantas na cidade, que possam ser colhidos e consumidos livremente. A proposta faz parte de uma já existente rede internacional de mapeamento de frutas chamada “Falling Fruit” de origem suíça e traz, entre outros objetivos, a intenção de um novo olhar e forma de

habitar as cidades, pensando os locais com árvores frutíferas como pontos de reunião e compartilhamento. Ainda em 2022, foi lançado um mapeamento com o intuito de criar uma rede de benzedeiros no Espírito Santo, aproximando relações e fortalecendo o exercício desta prática tradicional, compreendendo que a atividade é majoritariamente executada por mulheres negras, que ainda sofrem preconceito.⁴¹

Algumas considerações - que histórias nos conta esse Rio

A seguir estão algumas considerações apresentadas pelas três categorias de marcos do Rio do Tempo: “Interação com políticas públicas”, “Organização da sociedade civil” e “Produção do conhecimento”.

INTERAÇÃO COM POLÍTICAS PÚBLICAS

- Em Vitória há um longo histórico de incentivo pela gestão municipal do uso das Práticas Integrativas e Complementares, e foram criadas duas leis que institucionalizaram a fitoterapia: a Lei Municipal n.º 4.352, de 19 de abril de 1996, que define as Farmácias Vivas e a Lei Municipal n.º 7.486, de 5 de junho de 2009, pela qual se instituiu a Política Municipal de Plantas Medicinais e Medicamentos Fitoterápicos. A institucionalização foi fundamental para a ampliação e manutenção do acesso a essas práticas pelos usuários;
- Também na capital capixaba, a conceituação dos Jardins Terapêuticos, por meio da Política Municipal, como espaços de troca de informações sobre plantas medicinais que unem o saber tradicional e científico, permitiu a ampliação para além da atuação farmacêutica, alcançando outras/os profissionais nas ações de educação e promoção da saúde. Os Jardins Terapêuticos também foram incluídos no plano plurianual da Secretaria Municipal de Saúde (2018-2021) visando expandir o número

de jardins e incluir hortas urbanas comunitárias, o que favoreceu o cultivo de ervas medicinais e aromáticas em UBSs e outros espaços e equipamentos públicos, como escolas, creches e Centros de Referência em Assistência Social (CRAS);

- Não foram identificadas políticas públicas voltadas para a agricultura ou agroecologia urbana que fossem relacionadas à SSAN, apenas à produção de ervas medicinais;
- Como será visto adiante (pág. 97), o mapeamento de experiências de agroecologia urbana realizado pela RUCA indicou que 62% das experiências não recebem nenhum tipo de apoio, seja público ou privado, o que parece estar de acordo com o que foi analisado no Rio do Tempo: há apenas apoio institucional a iniciativas relacionadas a plantas medicinais e fitoterapia vinculadas ao SUS, mas não parece haver políticas voltadas para as hortas urbanas de modo geral.

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

- A criação da RUCA é um grande destaque no território, uma organização da sociedade civil que desde o início vem se organizando para incidir politicamente por meio de ações como a Carta por Políticas Públicas para a AU, o engajamento na campanha Agroecologia nas Eleições, a representação no Consea-ES e Cporg-ES e a participação na audiência pública “Desafios para agroecologia urbana capixaba”;
- Além da RUCA, outras iniciativas da sociedade civil são responsáveis pela mobilização no território, desenvolvendo hortas e projetos em parceria com a UFES, IFES, Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural e outras, como o Kapix’awa, Coletivo Casa Verde e a ACA;
- O CSA Sapê do Norte é um exemplo de uma iniciativa da sociedade civil voltada para comercialização, que aproxima a relação campo-cidade. Destaca-se o fato de ser um território quilombola que

produz alimentos e compartilha por meio deles a cultura; que estabelece parceria com outras iniciativas, a exemplo da cozinha solidária; e que resiste às violências, como a invasão pela empresa Aracruz, atual Suzano Papel e Celulose;

- Outro destaque é a Rede Alerta Contra o Deserto Verde, uma organização antiga no que surge no ES mas se expande para outros estados e regiões do Brasil e tem bastante relevância na articulação de atores em torno da luta contra a devastação provocada pelas grandes corporações do setor de papel e celulose e suas monoculturas;
- O mapeamento realizado pela RUCA informa que 70% das experiências têm envolvimento com alguma organização, movimento social, como redes, grupos e/ou articulações, o que só reforça o caráter identificado pelo Rio do Tempo, das iniciativas serem predominantemente protagonizadas pela sociedade civil (como poderá ser visto adiante, na pág. 97)

PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

- A iniciativa da Prefeitura de Vitória de reconhecimento das guardiãs das hortas é importante referência para a retomada, valorização e compartilhamento de conhecimentos tradicionais sobre as plantas medicinais. O cadastramento de mulheres como guardiãs ocorre desde 1992 e, em 2001, foi institucionalizada a rede de guardiãs do conhecimento e defensoras das hortas comunitárias de plantas medicinais e produção orgânica do município;
- Foi identificada a presença de dois Núcleos de Agroecologia, implantados por meio do edital nº 058/2010 do CNPq. O NEA Arandu do IFES de Santa Teresa tem um papel importante na disputa de modelo de ensino agrônômico na instituição, dando maior visibilidade para a agroecologia, além de buscar incidir local e regionalmente na construção de políticas para agricultura familiar e para a agroecologia.

O Núcleo de Estudos e Extensão em Agroecologia na UFES desenvolveu, além do processo educacional e outras ações, atividades voltadas à comercialização, visando à viabilização dos produtos camponeses a consumidoras/es urbanas/os

e servindo como ponte para troca de conhecimento e aproximação entre as diferentes realidades.

A História das Abóboras

“O Morro da Capixaba é uma favela no centro de Vitória, formada por uma população preta expulsa do campo. Nela surgiu o Jardim da Capixaba, porque a gente via a fome passar na porta das nossas casas todos os dias. Eram mulheres que desciam o morro com pouca grana para comprar comida e subiam o morro chorando sem comida. Imagina ver a fome passar na sua porta?

Pensei: ‘Como vamos resolver isso aqui? Com o que eu posso contribuir? Eu vou plantar!’ No começo o pessoal colhia a alface bem pequena, o quiabo chegava a cinco centímetros e o povo já colhia.

E a gente seguia uma cartilha da agroecologia, a galera da agroecologia foi chegando e distribuiu as dicas das cartilhas, com o tempo certo para a colheita. Mas eu dizia: ‘Gente, o povo tá com fome, deixa comer o quiabo!’

Durante esse processo do plantio, ia rolando a troca de saberes. Foi uma produção de comida, de vida, de afeto no meio da pandemia, numa comunidade que começou a se cuidar, se abraçar e se alimentar.

A gente produziu tanta abóbora naquele lugar, era uma coisa linda demais de ver, porque a abóbora produz muito rápido. A gente colocava a cesta de abóboras na porta da horta e avisava no grupo: ‘Gente, tem abóbora lá, vai buscar!’ Eu via as mulheres descendo em bonde na porta de minha casa, mulher com abóbora, criança com abóbora... E elas ficavam postando as receitas feitas com as abóboras no grupo. Então, a gente sabe das dificuldades que existem dentro das favelas e para o povo preto, a mulher preta, isso é muito mais acentuado. Mas essa vontade de se aquilombar, de reproduzir o que tá na nossa genética é muito maior do que o que chamamos de movimento agroecológico”.

Relato compartilhado no dia 28/05/2022 por Ione Duarte, pesquisadora-articuladora territorial da RMGV sobre o Jardim Capixaba, na favela do Morro da Cabixaba em Vitória/ES.

Análise do mapeamento do Espírito Santo

No Espírito Santo foi analisado o mapeamento de experiências de agroecologia urbana realizado pela RUCA, abrangendo principalmente experiências da Região Metropolitana da Grande Vitória e de algumas outras cidades do estado. Realizado de forma colaborativa, o mapeamento objetivou a costura de laços territoriais entre as iniciativas do ES e o fomento a pesquisas e futuras ações da rede, com disponibilização de um mapa digital.

MAPEAMENTO COLABORATIVO DA AGROECOLOGIA URBANA DO ES

Abrangência: estadual

Número de experiências: 56

Ano do mapeamento: 2021 - atual

Responsável: Rede Urbana Capixaba de Agroecologia - parceiros: FASE e Misereor (participaram entre os meses de abril e agosto de 2021)

Acesso aos dados: não público

Método de colheita: formulário virtual - [acesse aqui](#). Após o autocadastro, as iniciativas são contatadas pela RUCA para informações complementares

Tempo de colheita: 2 anos

Informações disponíveis: Localização por município e por macrorregião no ES; Localização por município na RMGV; Tipos de atividades realizadas pelas experiências; Temas relacionados às experiências; Participação social; Apoio público e/ou privado.

No quadro a seguir estão especificadas as informações produzidas com base no mapeamento da RUCA, organizadas por categorias de análise e respectivo número de respostas.

Especificamente no mapeamento realizado pela RUCA, que teve abrangência estadual,

foram consideradas todas as respostas, extrapolando os limites metropolitanos, tendo em vista a necessidade/desejo de se conhecer a maior quantidade possível de experiências que ajudasse a contar mais da realidade do território, ainda pouco conhecida. Essa análise se diferencia, portanto, dos demais territórios que tiveram como foco a Região Metropolitana (Recife, Rio de Janeiro e Belo Horizonte) ou capitais (São Paulo e Florianópolis).

QUADRO 8: Resultados por categorias de análise e número de respostas - Mapeamento Colaborativo da Agroecologia Urbana do ES.

RESULTADO	QUANTIDADE DE EXPERIÊNCIAS RESPONDENTES
a. Localização das experiências por município e macrorregião no ES	56
b. Tipos de atividades das experiências mapeadas	56
c. Temas das experiências	56
d. Participação social / apoio recebido pelas experiências	56
e. Ano de início das experiências	56
f. Número de pessoas que participam das atividades das experiências	49
g. Relações com a saúde	
h. Relações com gênero, cor ou raça/etnia e povos e comunidades tradicionais	

A. LOCALIZAÇÃO POR MUNICÍPIO E MACRORREGIÃO NO ES

As 56 experiências estão distribuídas em 17 cidades do Espírito Santo, com maior prevalência na RMGV com 45 experiências (equivalente a 79% no total) nos municípios de Vitória (21), Vila Velha (12), Serra (8), Cariacica (2), Viana (1) e Guarapari (1). Duas experiências se desenvolvem em mais de um município: uma em São Mateus e Conceição da Barra, e a outra em Vitória e Cariacica (FIGURA 17).

B. TIPOS DE ATIVIDADES DAS EXPERIÊNCIAS MAPEADAS

O GRÁFICO 11 mostra uma maioria de indicações “Espaços de educação ambiental” (24), seguida de “Horta comunitária, coletiva ou familiar” (20), “Compostagem, produção de adubo ou fertilizante natural” (19), “Quintal produtivo ou horta particular” (16) e “Projeto de plantas medicinais, saúde e agroecologia” (16), entre outras. Cada experiência respondeu selecionando até cinco opções diferentes. Esse resultado exalta um reconhecimento, por parte das iniciativas, do seu papel educativo como local de cultivo agroecológico nas cidades.

C. TEMAS DAS EXPERIÊNCIAS

Foi possível escolher de três a cinco opções de temas relacionados às atividades das experiências, tendo como referência a Árvore Temática do Agroecologia em Rede. O mais selecionado foi “Alimento, segurança e soberania alimentar” (36 indicações), seguido de “Agricultura urbana e periurbana” (34) e, novamente com destaque, a “Educação e construção do conhecimento” (24). Ver GRÁFICO 10.

D. PARTICIPAÇÃO SOCIAL / APOIO RECEBIDO PELAS EXPERIÊNCIAS

Das 56 experiências, 70% (39) afirmam ter envolvimento ou parceria com alguma organização, movimento social, redes, grupos e/ou articulações, instituições de ensino, entre outros. Ao mesmo tempo, 62% (35) informaram não receber nenhum tipo de apoio público ou privado. A mobilização popular resiste mesmo diante da ausência de apoio. São alguns exemplos a assessoria técnica da RUCA, a organização de eventos e comercialização de produtos da horta, além de campanha virtual para arrecadar recursos e financiar as ações das experiências.

E. ANO DE INÍCIO DAS EXPERIÊNCIAS

Quase metade das experiências participantes do mapeamento iniciou suas atividades durante a pandemia da Covid-19, entre 2020 e 2021. Outro período significativo em número de experiências é a década de 2010, como mostra o GRÁFICO 12. Ainda, três das 56 experiências não

FIGURA 17: Localização das experiências por município e por macrorregião do ES.

Fonte: elaborado com base no Mapeamento Colaborativo da Agroecologia Urbana do ES.

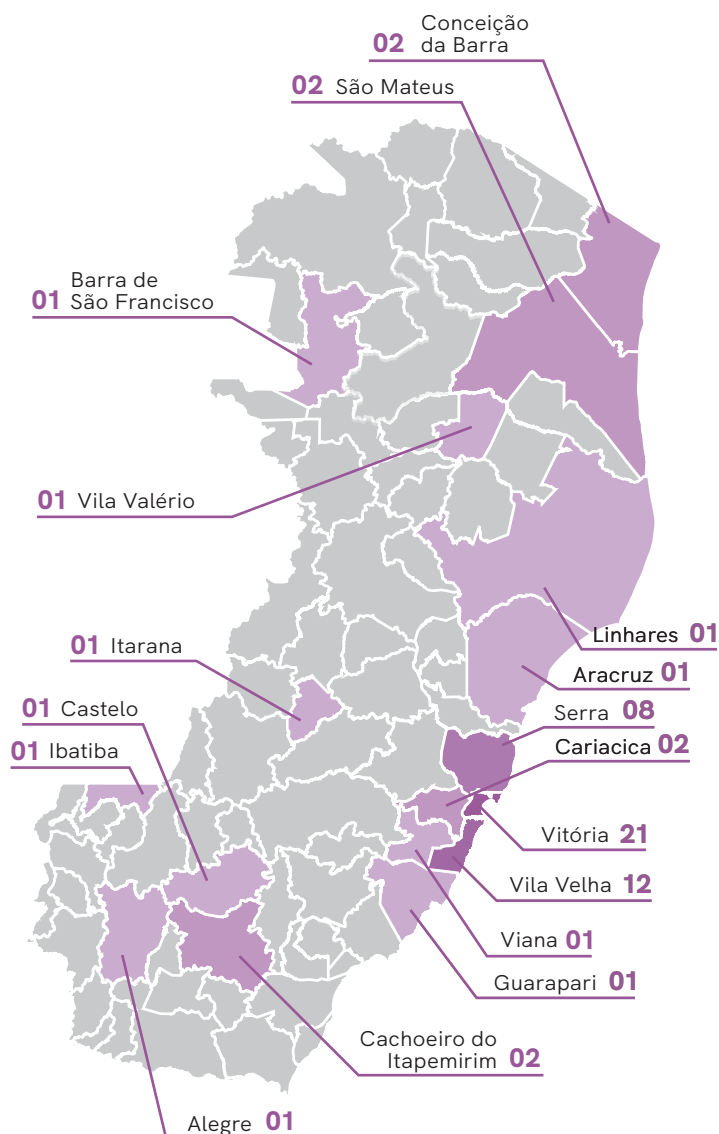


GRÁFICO 10: Temas relacionados às atividades das experiências em agroecologia urbana do ES (56 respondentes).

Fonte: elaborado com base no Mapeamento Colaborativo da Agroecologia Urbana do ES.



GRÁFICO 11: Tipos de atividades das experiências de agroecologia urbana do ES (56 respondentes).

Fonte: elaborado com base no Mapeamento Colaborativo da Agroecologia Urbana do ES.



responderam e uma indicou “que a experiência sempre existiu”.

F. NÚMERO DE PESSOAS QUE PARTICIPAM DAS ATIVIDADES DA EXPERIÊNCIA

Há uma grande diversidade no número de pessoas que estão diretamente envolvidas nas experiências, sendo que 22 das 49 respondentes referiram envolver 10 a 30 pessoas, e 16 abrangem de 1 a 5 pessoas. Chamam a atenção as experiências maiores: quatro indicaram envolvimento de 61 a 200 pessoas e uma indicou o envolvimento de 20 famílias camponesas. Ver **GRÁFICO 13**.

G. RELAÇÕES COM A SAÚDE

Ainda que não haja uma questão específica no mapeamento colaborativo da RUCA sobre a *relação das experiências de agroecologia urbana com a saúde*, essa conexão aparece entre os *Tipos de atividades*, com destaque para “Compostagem, produção de adubo e fertilizante natural” (19 indicações), a realização de “Projeto de plantas medicinais, saúde e agroecologia” (16) e de “Práticas alternativas de segurança hídrica” (2). Já nos *Temas relacionados às atividades*, destacam-se “Alimento, segurança e soberania alimentar” (36 indicações), “Práticas de cuidado em saúde e medicina tradicional” (5) e “Águas e saneamento” (3).

H. RELAÇÕES COM GÊNERO, COR OU RAÇA/ETNIA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Não há nenhuma pergunta explicitamente ligada às questões de **gênero** e à **cor ou raça/etnia** das pessoas envolvidas nas experiências, ou à presença/valorização de pessoas e conhecimentos de **povos e comunidades tradicionais**. Assim como em relação à saúde, as respostas às questões *Tipos de atividades* e *Temas relacionados às experiências* nos dão algumas pistas nessas temáticas, como a realização de “Atividades artesanais tradicionais ligadas à cultura alimentar” (3 indicações), e nos temas “Terra, território e ancestralidade” (13), “Campesinato, povos e comunidades tradicionais e outros modos de vida” (5) e “Mulheres e feminismos” (5).

GRÁFICO 12: Ano de início das experiências (52 respondentes).

Fonte: elaborado com base no Mapeamento Colaborativo da Agroecologia Urbana do ES.

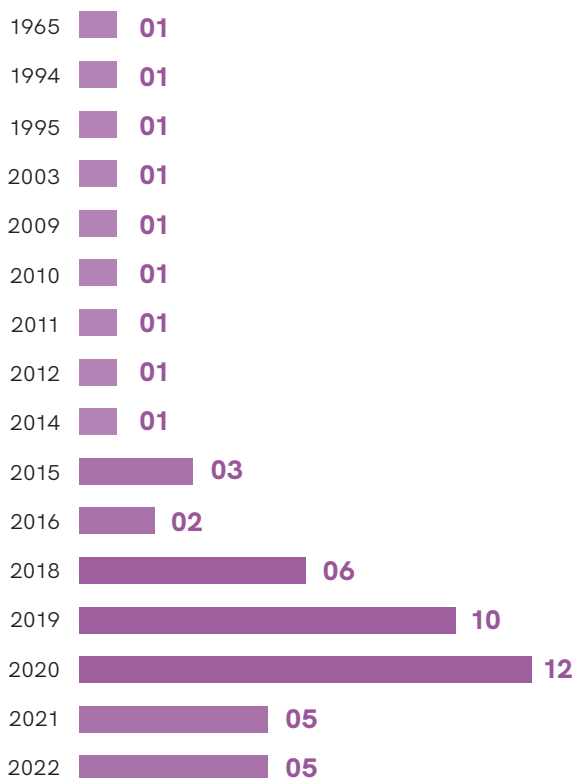
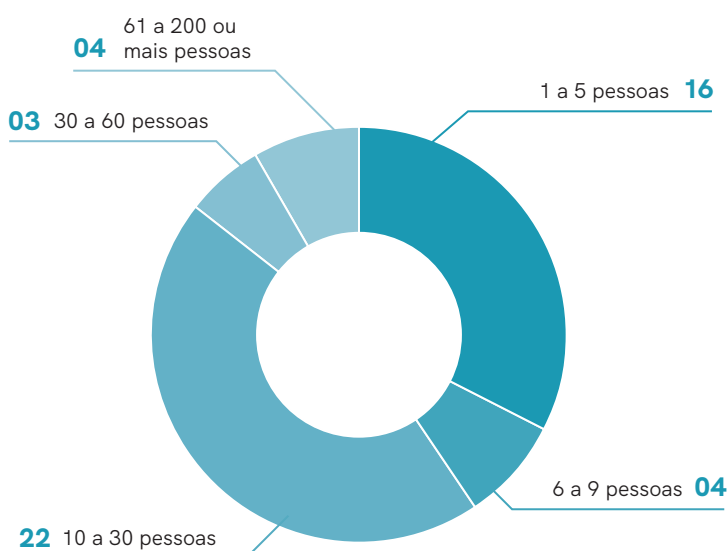


GRÁFICO 13: Número de pessoas que participam diretamente das experiências (49 respondentes).

Fonte: elaborado com base no Mapeamento Colaborativo da Agroecologia Urbana do ES.



Algumas considerações, por temas, sobre os resultados

SAÚDE

- A dimensão da saúde é fortalecida no território por haver forte comprometimento de servidoras/es e gestoras/es tanto na prática da fitoterapia e uso de plantas medicinais como em outras Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, além da adesão dos usuários. É importante destacar que todos os centros de saúde de Vitória realizam atendimentos com as PICs;
- Parece haver grande interesse de profissionais da rede pública de atenção à saúde em se capacitarem para atuar com as PICs. Segundo estudo⁴² sobre PICs, cerca de 1.200 profissionais que atuam em Vitória já passaram por capacitações e sensibilizações, o que mostra um grande diferencial em relação a outros territórios, já que a capacitação costuma ser um ponto de fragilidade. Anualmente cerca de 25.000 usuários do município são tratados com fitoterapia;
- Também em Vitória, o projeto dos Jardins Terapêuticos da Secretaria de Saúde articula ações de promoção da saúde, educação popular em saúde e alimentação orgânica e saudável. Neles, são realizadas oficinas de cultivo, preparo e utilização das plantas medicinais.

GÊNERO E RAÇA

- É notável que a intensa exploração e degradação ambiental na região de Aracruz, com a contínua retirada de terras e de direitos dos povos indígenas, quilombolas e agricultores familiares, é um dos motivos do inchaço urbano e acirramento das desigualdades sociais na RMGV;
- Experiências como as das Paneleiras de Goiabeiras e do mapeamento de benzedeiros no ES buscam manter tradições que a urbanização e o racismo historicamente tentam apagar;

- Não foram identificados marcos e processos que refletem um olhar mais aprofundado sobre questões raciais e de gênero no território, o que nos indica que não é tema de reflexão e ação predominante do público envolvido nessa construção. Contudo, a participação e representação de mulheres e grupos racializados/étnicos na construção dessas memórias trouxe importantes contribuições.

DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL

- A presença de grupos e movimentos sociais, como o núcleo BR Cidades e do Movimento Nacional de Luta por Moradia na construção do Rio do Tempo, mostrou demandas e lutas acontecendo na RMGV, que reivindicam o direito à cidade e se conectam às demais pautas da agricultura urbana agroecológica;
- Os territórios analisados são marcados por crimes ambientais e sociais com conivência ou omissão do Estado, como foi a ocupação de terras pela empresa Suzano Papel e Celulose e a degradação do Rio do Doce pelas empresas Samarco, Vale e BHP Billiton.

Espírito Santo: território negro e de tradições⁴³

Sessenta e dois por cento da população do Espírito Santo é negra, sendo, 12,5% pretos e 50,3% pardos. Na RM esse número é ainda maior, são 14,7% pretos e 52,9% pardos, totalizando 67,6% da população negra. Assim como em todo o Brasil, o estado possui uma longa e profunda história marcada pela escravidão e pelo grande contingente de pessoas escravizadas que foram sequestradas de países africanos. O apagamento da história dessas populações dificulta a compreensão de suas origens étnica e geográfica, ainda que exista um consenso de uma maior parcela populacional ser de origem Banto, um grupo etnolinguístico que abrange centenas de subgrupos como Congos, Criolos, Cabindas, Benguelas e Caçanjes. Dessa forma, a origem da negritude capixaba é composta de muitas culturas e etnias africanas somada às miscigenações com brancos e indígenas.

O Espírito Santo tinha três áreas de maior concentração de pessoas escravizadas: o Norte Litorâneo, tendo São Mateus como principal centro; o Sul, com Cachoeiro de Itapemirim como destaque, e a região Central, de Vitória, que são as áreas que projetaram economicamente a capitania e depois a província. Continuam tendo maior número de pessoas e manifestações culturais e artísticas negras do estado, como o Boi Pintadinho, o Mineiro-Pau, Caxambu (também chamado de Jongu), Congos, Reisados e Bois, o Alardo, o Ticumbi, Capoeira e o Bate-Flechas, este último reconhecido como manifestação afro-indígena. Também possuem diversos bairros chamados de quilombos nos quais a população é predominantemente negra.

Na metrópole, os morros e ocupações urbanas manifestam os congos e as escolas de samba. Toda essa história configura as relações espaciais e culturais no território, influenciando como e onde vivem as pessoas negras no estado, muitas das quais, na atualidade, encontram-se em postos de trabalho precarizados.

Os povos escravizados capixabas lutaram pela libertação e após 1988, tiveram de seguir resistindo por direitos básicos e preservação de sua cultura – Uma luta que se

reinventa a cada momento para combater as diversas faces do racismo nas áreas urbanas e zonas rurais.

O “Mapeamento dos Povos e Comunidades Tradicionais do Município de Cariacica” identificou ao menos 10.950 pessoas pertencentes a alguma comunidade tradicional, sendo 9,7 mil pessoas de matrizes africanas, 1,18 mil de pescadores e marisqueiros e 70 de comunidades de povos ciganos. A pesquisa revelou a ausência de políticas públicas nas comunidades e inacessibilidades aos direitos básicos como o de saúde, alimentação e de cidadania. Entre os povos de matriz africana, há um aumento da violência sofrida dentro e fora das comunidades e territórios, que incluem situações de discriminação e intolerância religiosa, contribuindo para sua marginalização.

A resistência pela preservação da cultura negra é também expressa nas práticas agrícolas e alimentares, a exemplo das realizadas no Quintal Bantu, espaço que acolhe e atende a população da RM com medicina tradicional por meio das ervas sagradas, além de produzir e difundir a cultura negra, a fim de cuidar e manter tradições.

Como disse o mestre Renato Santos, do espaço que acolhe o povo bantu do Território de Angola na Fonte Grande: “A nossa agricultura tradicional antecede toda e qualquer agricultura com técnicas que estão sendo apropriadas. O povo preto veio de Kemet e de outros territórios para o Brasil, eram pessoas que já dominavam as técnicas agrícolas, antes no meio rural e, agora, em todo quintal que você vá, tem as ervas, as raízes, as rezas que curam, inclusive as rezas para as próprias plantas produzirem e para serem usadas nos tratamentos. Renomeiam nossas práticas para nos tirar o pertencimento do saber. Sem contar que hoje temos medo de expor nossos territórios também pela questão da segurança; vivemos num período de muita insegurança.”



FIGURA 18: Oficina Rio do Tempo em Vitória, ES.

Douglas Lopes, 2022.

Região Metropolitana de Recife



Habitantes:

3.726.442



Índice de Desenvolvimento Humano (IDH):

0,746



Municípios:

Abreu e Lima (01), Araçoiaba (02), Cabo de Santo Agostinho (03), Camaragibe (04), Igarassu (05), Ilha de Itamaracá (06), Ipojuca (07), Itapissuma (08), Jaboatão dos Guararapes (09), Moreno (10), Olinda (11), Paulista (12), São Lourenço da Mata (13) e Recife (14).

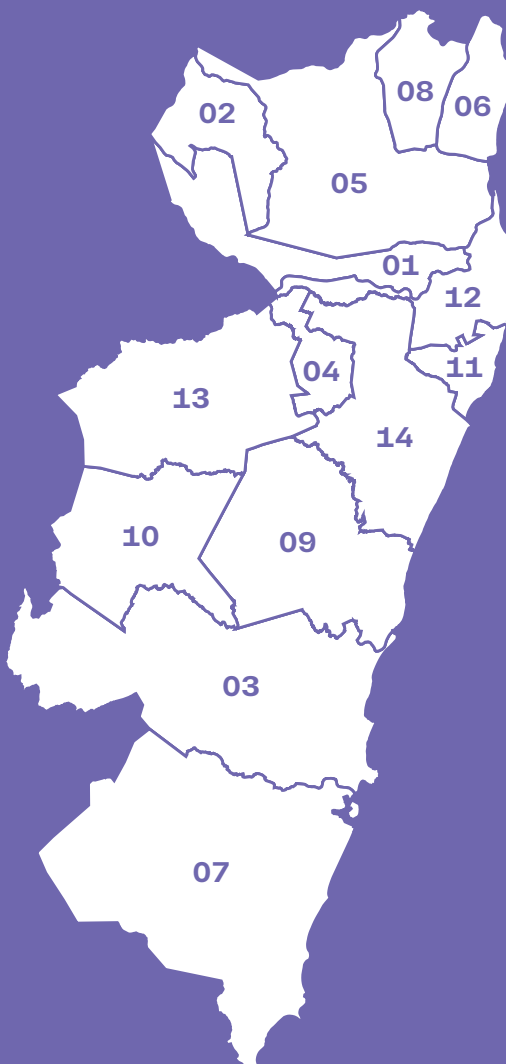
Região do país: **Nordeste**

Estado: **Pernambuco**



Extensão territorial:

2.770,452 km²



Fonte: Censo IBGE, 2022;
Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.



FIGURA 19: Mulheres participantes da oficina do Rio do Tempo da RMR. Sarah Vidal, 2022.

*Texto elaborado por Marília Cucolicchio e Jaqueline Gomes.

A Região Metropolitana de Recife foi instituída na década de 1970, com maior concentração de habitantes na capital Recife, conhecida com Olinda como a conurbação urbana mais antiga, já que ambas foram fundadas na década de 1530 para servir à economia do açúcar. Em 2019, Recife foi considerada a cidade mais desigual do país e com a maior concentração de renda⁴⁴, expondo a herança colonial que estruturou a sociedade brasileira baseada na concentração de terras e poder, na desumanização de pessoas não brancas e na contínua exploração da classe trabalhadora.

Ainda em 2019, o estado de Pernambuco apresentava altos índices de extrema pobreza, com aproximadamente 13,6% de seus habitantes vivendo nesta condição⁴⁵, situação agravada com a pandemia da Covid-19, quando mais da metade da população do estado (59%) passou a conviver com algum grau de insegurança alimentar⁴⁶. Diante desse contexto, a AU agroecológica tem se configurado não apenas como um modo de produção, mas também como um importante movimento de incidência política que busca fortalecer o debate público em apoio às experiências existentes.

A AU da RMR é composta por uma rede de experiências diversas, como quintais produtivos em residências, hortas comunitárias e escolares, pomares urbanos, farmácias vivas, roçados, plantio nas calçadas e quintais suspensos. Em Recife, onde os índices de urbanização são próximos a 100%, as experiências de AU são protagonizadas pela própria sociedade civil⁴⁷.

Articulação territorial para a construção de um Rio do Tempo na Região Metropolitana de Recife*

A construção do Rio do Tempo com memórias das agriculturas urbanas da Região Metropolitana de Recife contou com a participação de pessoas dos municípios Camaragibe, Paulista, Jaboatão dos Guararapes, Igarassu, Olinda e Recife. O processo foi construído em parceria com o **GT Diversidades: Mulheres, Raça, Gênero, LGBTQIA+ e Povos Tradicionais da Articulação de Agroecologia e Agricultura Urbana e Periurbana da Região Metropolitana de Recife**.

Entre as 30 participantes da oficina do Rio do Tempo, estiveram mulheres periféricas, negras, representantes do povo indígena em contexto urbano, LGBTQIA+, de hortas comunitárias e quintais produtivos, movimentos de luta pelo direito à cidade, movimento feminista, representantes de iniciativas ligadas à fitoterapia e às práticas integrativas de saúde, organizações não governamentais e associações com práticas de base agroecológica.

A definição da participação na oficina buscou garantir diversidade nas experiências, com foco naquelas lideradas por mulheres, especialmente negras. Para isso, foi realizado um levantamento de iniciativas para além das que haviam respondido ao Mapeamento de Experiências de Agroecologia e AUP e Rural da RMR, realizado

pela Articulação em 2021 (analisado na pág. 113). Foram convidadas iniciativas presentes no III Encontro de Mulheres e AU da RMR e outras encabeçadas por mulheres negras.

Participantes da construção do Rio do Tempo da RMR

GT Diversidades da AAAUP-RMR, FASE, Mulheres Guerreiras da Palha do Arroz, Associação Terra e Vida, Coletivo Mulheres Periféricas e LGBTQIA+, Centro de Educação e Formação em Medicina Popular (Cefomp), Centro de Ensino Popular e Assistência Social de Pernambuco Santa Paula Frassinetti, Quilombo Semear, Horta Popular Agroecológica Dandara, Caranguejo Tabaiães Resiste, Centro de Saúde Alternativa de Muribeca (Cesam), Grupo de Saúde Condor Cabo Gato, Grupo Espaço Mulher, Coletivo Mães Independentes, REGA, Quintal Agroecológico, Rede Aqui no Campo, Movimento Karaxuwanasu - Povos indígenas em contexto urbano, Centro de Práticas Naturais de Camaragibe, Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, Associação dos Manipuladores de Remédios Fitoterápicos Tradicionais Semiartesanaís do Estado de Pernambuco (Amarfítsa), Casa da Mulher do Nordeste, CNMP, Marcha Mundial das Mulheres (MMM), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

ARTICULAÇÃO DE AGROECOLOGIA E AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA DA RMR

A AAAUP-RMR tem como intuito pautar a incidência política sobre o tema da AU de base agroecológica e criar estratégias de enfrentamento à fome, ao racismo, ao machismo e a qualquer violência, motivada pelo desejo de construir outra forma de estar na cidade.

Composição: é construída com a participação de agricultoras/es urbanos e periurbanos, apicultoras/es, estudantes, professoras/es, organizações não governamentais e movimentos sociais que visam à agroecologia como modelo de desenvolvimento. Está estruturada em três GT, sendo o GT "Diversidades: Mulheres, Raça, Gênero, LGBTQIA+ e Povos Tradicionais" composto por mulheres ligadas às organizações e movimentos comprometidos com as causas sociais, antirracista, feministas e que pautam o direito à cidade e à saúde integral: Amarfítsa, CMN, CNMP, FASE-PE, MMM, MTST.

Ano de criação: 2018

Local de atuação: Região Metropolitana de Recife

Análise de um Rio do Tempo da agricultura urbana na RMR

DÉCADA DE 1970

Na memória mais antiga está a criação do Centro Nordeste de Medicina Popular em **1979**, institucionalizado em **1988**. O CNMP, em sua trajetória, já apoiou a constituição de 21 Farmácias Vivas e hortas comunitárias, além de ter contribuído para a criação de políticas públicas, como a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares e a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.

DÉCADAS DE 1980 E 1990

Nas décadas de **1980** e **1990**, surgiram OSCs e grupos com foco em combate às desigualdades sociais, na luta por justiça socioambiental, assim como ligadas a plantas medicinais e medicina popular, gênero e juventude, com influência da Igreja Católica. São exemplos a Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social, Centro Dom Helder Camara de Estudos e Ação Social, Grupo de Saúde Condor e Cabo do Gato, Cesam e Cefomp. Surgiu também, por meio da auto-organização de mulheres trabalhadoras domésticas e moradoras da Comunidade de Passarinho em

Recife, no final da década de **1990**, o Grupo Espaço Mulher. Desde sua fundação este grupo realiza lutas por direito à cidade e desenvolve ações culturais e relacionadas a questões raciais, e iniciou posteriormente trabalhos com AU com base nos quintais e com a Casa da Mulher do Nordeste.

DÉCADAS DE 2000 E 2010

Em **2009**, foi criada a Associação de Manipuladores de Remédios Fitoterápicos Tradicionais e Semiartesanaís do Estado de Pernambuco, um importante ponto de convergência de diversas iniciativas de trabalho com as práticas de cura por meio das plantas medicinais e a medicina popular, entre elas as Farmácias Vivas de grau 3, que possibilitam a manipulação de fitoterápicos com uso de boas práticas de produção, bem como sua comercialização, inclusive em feiras agroecológicas.

Em **2014**, surgiu o coletivo Kapi'wara de Agroecologia Urbana. Formado por jovens egressos do curso técnico de Agroecologia do Serviço de Tecnologia Alternativa, iniciou uma série de atividades de forma voluntária com participação e fortalecimento das redes de mutirões agroecológicos na RMR, contribuindo para o fortalecimento da agricultura urbana de base agroecológica.

Entre **2016 e 2017**, a FASE-PE iniciou atividades relacionadas às hortas urbanas em parceria com o Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, com ação na horta das Mulheres Guerreiras da Palha do Arroz. Seguiu, desde então, apoiando a criação de hortas coletivas dentro de diversas ocupações urbanas da RMR, principalmente as ligadas ao MTST. Fundada em 1968, a FASE-PE busca fortalecer agricultoras/es urbanas/os, além de outros segmentos populares, como as mulheres negras, pescadoras e juventudes como parte de sua luta pelo direito à cidade e justiça ambiental e soberania alimentar, trazendo a agricultura urbana como uma ferramenta potencializadora.

Em **2017**, surgiu o Coletivo Mães Independentes, que se soma ao movimento na luta pela legalização da maconha, organizado de forma mais expressiva a partir de **2008** com a Marcha da Maconha em Recife. O Coletivo

reúne mães atípicas e pacientes na defesa da legalização, pelo autocultivo doméstico da maconha medicinal na agricultura familiar e contra o lobby da indústria farmacêutica.

No ano seguinte, em **2018**, uma vitória é conquistada pelo Coletivo Mães Independentes: a primeira autorização judicial para o cultivo e produção de óleo medicinal da maconha. No mesmo ano, o coletivo Kapi'wara tem seu primeiro projeto aprovado pelo Fundo Socioambiental CASA, chamado "Rede para Transição Agroecológica com Efeito Multiplicador da Permacultura na Cidade". O projeto contemplou a execução de oficinas formativas, melhorias na estrutura da sede e o desenvolvimento de tecnologias sociais. Ainda em **2018**, ocorreu o primeiro Encontro de Mulheres e Agricultura Urbana da RMR, organizado pela CMN em parceria com outras organizações. É também criada a AAAUP-RMR no processo de mobilização do IV Encontro Nacional de Agroecologia.

No ano de **2019**, ocorreu o III Colóquio Internacional de Feminismo e Agroecologia em Recife, na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), importante espaço para construção coletiva do conhecimento por e para mulheres da agroecologia. Contou com submissão de trabalhos sobre "Feminismo, Agroecologia e o Comum na Construção de Sistemas Alimentares Urbanos". Ainda neste ano, foi organizado o Coletivo Mulheres Periféricas e LGBTQIA+ em Olinda, que atua em três eixos: troca de saberes, ações do bem viver e política cidadã. Entre suas "ações do bem viver", está a produção de alimentos sem veneno na horta comunitária chamada "Semeando saúde e liberdade". Ocorreu, ainda, o segundo Encontro de Mulheres e Agricultura Urbana da RMR e dele nasceu a Coletiva de Mulheres e Agricultura Urbana.

DÉCADA DE 2020

Em **2020**, mais um projeto do coletivo Kapi'wara foi executado, o ciclo educacional "Jovens Multiplicadores e Multiplicadoras da Agroecologia Urbana". Em **2021**, foi lançado o Plano de Agroecologia Urbana do Recife. Também, com o apoio da iniciativa Agroecologia

UM RIO DO TEMPO DAS MULHERES E AGRICULTURA

TEMAS/MARCADORES:

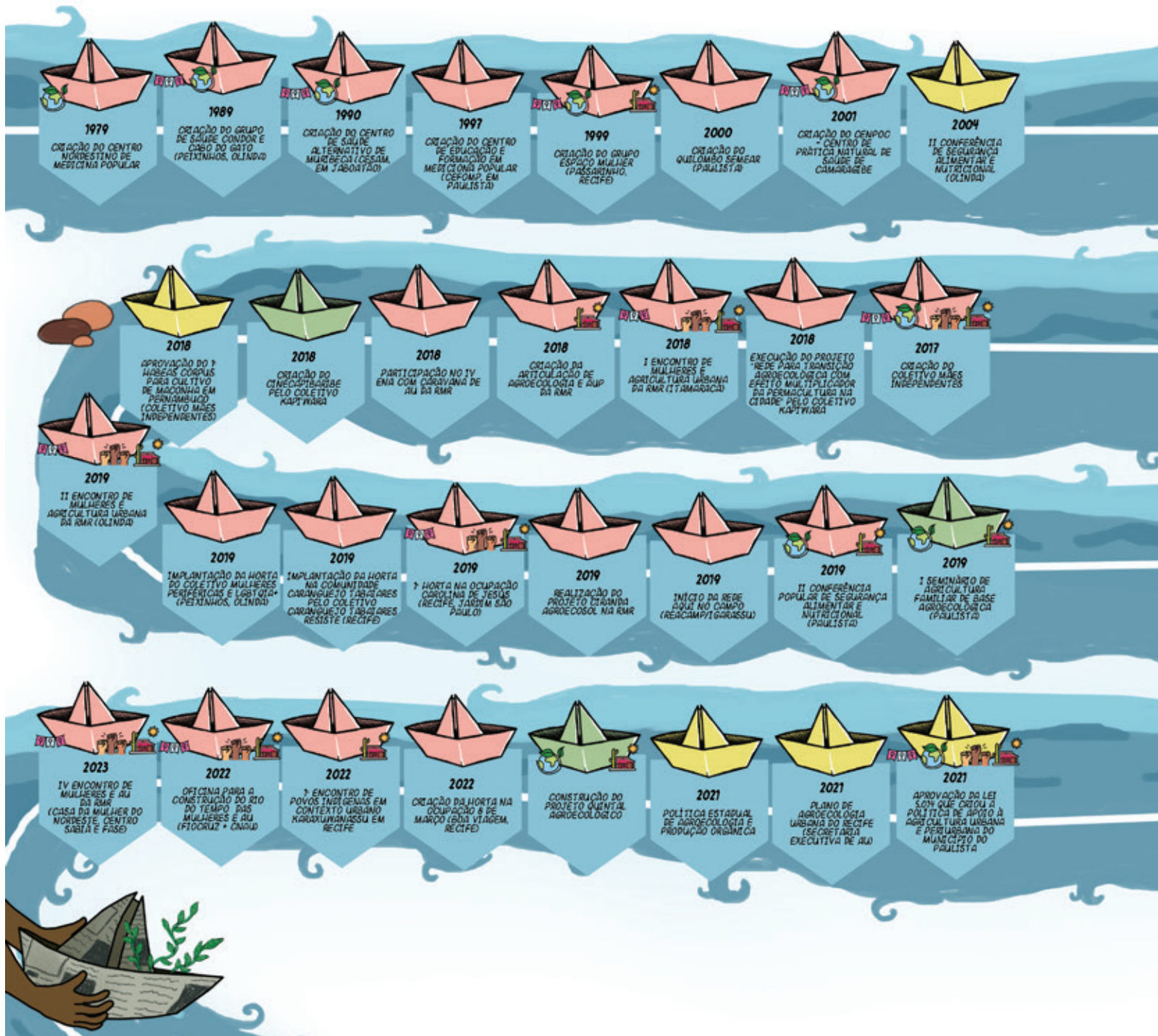


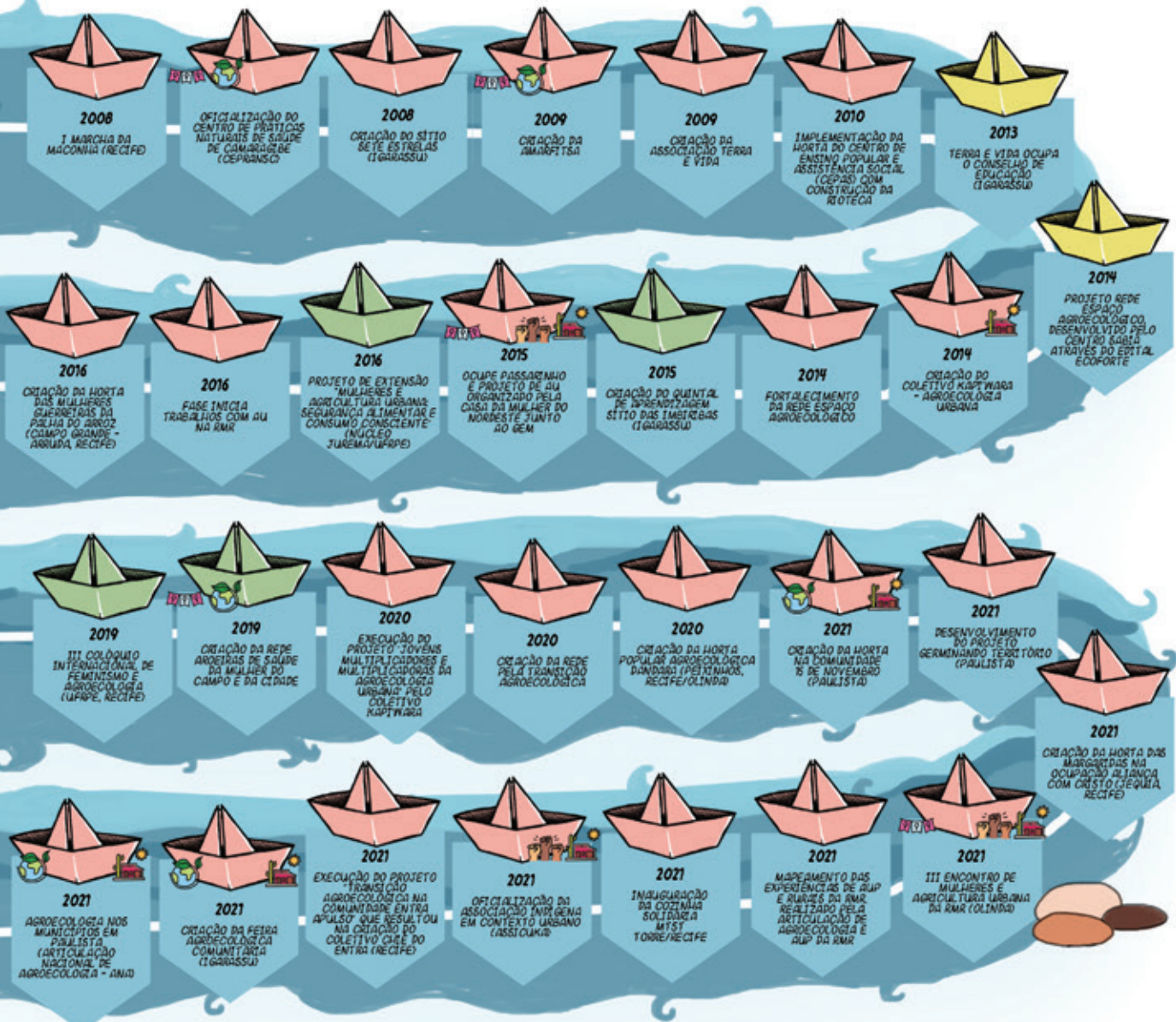
FIGURA 20: Rio do Tempo das Mulheres da AU da RMR.

Ilustração: Letícia Ferreira, 2023.

URBANA DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

LEGENDA:

-  PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS EM A.U.
-  INTERAÇÃO COM POLÍTICAS PÚBLICAS
-  ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL



nos Municípios, liderada pela ANA, foi escrito um projeto de lei no município de Paulista em apoio à agricultura urbana e periurbana, com reconhecimento do protagonismo das mulheres, povos e comunidades tradicionais. Até 2023, porém, nenhuma dessas políticas havia sido executada. Tem início, em 2021, o mapeamento das experiências de AUP da RMR, importante iniciativa por parte da AAAUP-RMR (pág. 113).

Entre os anos de 2016 e 2021, houve muita movimentação e conquistas para a agricultura urbana na RMR. Além das ações já citadas, há a criação de hortas, grupos e redes com apoio de organizações como CMN, FASE, Sabiá, MMM e MTST. Surgiram as iniciativas: Mulheres Guerreiras de Palha do Arroz, a Rede Aroeiras de Saúde da Mulher do Campo e da Cidade, a

horta Caranguejo Tabaiaras Resiste, a horta das Margaridas na Ocupação Aliança com Cristo, primeira horta na Ocupação Carolina de Jesus, a Horta Popular Agroecológica Dandara, horta das mulheres na comunidade 15 de Novembro, entre outras. Em 2023, por fim, ocorreu o IV Encontro de Mulheres e Agricultura Urbana da RMR.

Relatos colhidos na Oficina do Rio do Tempo da Região Metropolitana de Recife

“Ir pra horta é uma terapia.”

Maria Clara, Horta das Margaridas

“A criação da horta foi feita sobre um espaço que era um lixão.”

Ana Lúcia, Horta Popular Agroecológica Dandara

“Encontro com mulheres para conversar e sorrir. Mesmo com todas as dificuldades, resistimos.”

Arlene, Cepransc

“Foi muito importante para mim, que sou mãe solteira. Na comunidade são muitas mães solteiras. Falta emprego. A horta tem sido uma ajuda.”

Jaciane Lima, Caranguejo Tabaiaras Resiste

“No começo [na horta] não tinha ajuda, equipamentos ou sementes, ainda hoje não há recursos financeiros.”

Simone, Coletivo Mulheres Periféricas e LGBTQIA+

“O PL 339/15* deixa as pessoas de fora, dá o direito só para as associações. As produtoras que fazem o autocultivo perdem autonomia e o controle, ficam sem saber que planta é, já que se acompanha diariamente o plantio, cultivo, colheita e produção do óleo.”

Rose Almeida

“Não é só tratar da questão da saúde, mas também com a organização do povo: políticas públicas como direito. Se enxergar como mulher, mulheres, não só cuidando dos outros, mas de si mesmas.”

Giselda Alves, Cesam

* Em 2021 foi aprovado pela comissão especial da Câmara dos Deputados que analisou a proposta. O PL trata da legalização do cultivo da Cannabis Sativa no Brasil exclusivamente para fins medicinais, veterinários, científicos e industriais. Entretanto, impõe restrições sobre o plantio, que poderá ser feito apenas por pessoas jurídicas (empresas, associações de pacientes ou organizações não governamentais). Não há previsão para o cultivo individual. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021).

Algumas considerações - que histórias nos conta esse Rio

O florescimento da AU na Região Metropolitana de Recife parece ser bastante marcado por OSCs ligadas a justiça social e ambiental, assim como por iniciativas relativas à medicina popular e plantas medicinais, especialmente organizadas por mulheres. O trabalho de grupos populares, organizados ou não em rede, assim como de Centros de Saúde com as plantas medicinais e fitoterápicos, mostra a forte conexão que há entre agricultura urbana, saúde e gênero no território. A luta pela legalização da maconha, organizada por mães atípicas e periféricas, também é uma expressão dessa conexão.

É possível observar que algumas iniciativas são iniciadas ou influenciadas pela atuação da Igreja Católica em Olinda, como o Centro de Saúde Condor e o Cabo do Gato de Peixinhos, que teve início com um grupo de evangelização na comunidade, sob influência de Dom Helder Câmara. É provável que a atuação de Dom Helder como Arcebispo de Olinda e Recife, entre 1964 e 1985, e sua atuação na defesa dos direitos humanos por meio da teologia da libertação, tenham relação com o surgimento de projetos, grupos e organizações dessa mesma linha.

Os marcos na RMR mostram que, diante de um cenário histórico de muita desigualdade social, há muita resistência e organização popular. As iniciativas são majoritariamente auto-organizadas pela sociedade civil, especialmente por mulheres negras e periféricas e voltadas para a promoção da saúde, segurança alimentar, direito à cidade e justiça socioambiental, que encontram na agricultura urbana uma ferramenta para a conquista de direitos e auto-organização política.

Na oficina do Rio do Tempo foram identificados poucos marcos referentes à ação do Poder Público e de políticas públicas. O mapeamento em Agroecologia Urbana, Periurbana e Rural na Região Metropolitana de Recife, por exemplo, foi realizado pela Articulação de Agroecologia e Agricultura Urbana e Periurbana da RMR, sem verbas ou qualquer apoio institucional. Porém,

no mesmo período, a Secretaria Executiva de Agricultura Urbana do Recife, vinculada à Secretaria de Política Urbana e Licenciamento, conduziu ações para apoiar experiências em agricultura urbana que foram divulgadas em um balanço anual.

A seguir estão algumas considerações apresentadas pelas três categorias de marcos do Rio do Tempo: “Interação com políticas públicas”, “Organização da sociedade civil” e “Produção do conhecimento”.

INTERAÇÃO COM POLÍTICAS PÚBLICAS

- Foram localizadas algumas políticas públicas com relação direta com AU: o PL de Agricultura Urbana e Periurbana do município de Paulista e o Plano de Agroecologia Urbana do Recife. Ambos ainda não foram executados. Existem duas outras políticas que visam contribuir com a AU no estado: a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica, de 2021, e o Programa Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar;
- Parece haver pouca articulação do poder público com a sociedade civil, tendo em vista que as políticas públicas já existentes pouco foram mencionadas, e talvez seja um indicativo de que elas não estão chegando para os sujeitos que promovem a agricultura urbana no território.
- Há uma iniciativa, o Sítio 7 estrelas (a única entre as participantes localizada na região rural de Igarassu), que está filiada à Associação Terra & Vida, de produtores agroflorestais. O sítio conseguiu emissão da DAP e acesso ao Pronaf.
- O mapeamento indicou que 75% das iniciativas participantes têm ou já tiveram acesso a algum tipo de apoio público ou privado, especialmente de OSCs; como a CMN, o Centro Sabiá e a FASE; ou públicos, como o apoio de programas executados pela UFRPE. Isso indica que há apoio às iniciativas principalmente da própria sociedade civil; e que há interesse público na manutenção das atividades, ainda que não organizadas na forma de políticas permanentes.

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

- Praticamente todas as ações citadas são fruto da auto-organização da sociedade civil, principalmente de coletivos, grupos e redes apoiados por OSCs;
- Em face à ausência de implementação de PPs e a enorme desigualdade social na RMR, que coloca em situação de vulnerabilidade muitos indivíduos e famílias, são as organizações da sociedade civil, grupos, coletivos e redes que procuram assumir a responsabilidade pela garantia da reprodução da vida, por meio de práticas populares de saúde, geração de renda e acesso à alimentação saudável com as hortas comunitárias, criação de redes de cuidado entre mulheres da agroecologia, periféricas, negras e indígenas, lutando por direitos.

PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

- Os grupos que cultivam plantas medicinais e fitoterápicos executam um importante trabalho de retomada e compartilhamento de conhecimentos em saúde, além de serem guardiões de memórias ancestrais e populares sobre as plantas e seus usos;

- No campo acadêmico, tem bastante relevância o III Colóquio Internacional de Feminismo e Agroecologia realizado na UFRPE, que recebeu 82 resumos expandidos e uma sessão temática voltada para a agricultura urbana;
- Finalmente, as quatro edições do “Simpósio de Plantas Medicinais: dialogando o saber acadêmico com o saber popular” transitam entre as distintas formas de produção de conhecimento. A 3ª edição do Simpósio trouxe oficinas práticas para mulheres durante os pré-encontros e culminou na criação da Rede Aroeiras de Saúde da Mulher do Campo e da Cidade. A última edição, em 2021, foi virtual e trouxe oficinas de fitoterapia, tais como a ministrada pelas Mães Independentes, com produtos elaborados com o feitio do óleo da maconha. As edições anteriores aconteceram dentro da UFRPE, organizadas pelo Laboratório de Química Aplicada a Fitoterápicos.



FIGURA 21: Oficina do Rio do Tempo na RMR. Jackline Silva, 2022.

Análise dos mapeamentos da RMR

No território da RMR foram localizados dois processos mapeantes que identificaram **147** experiências: Mapeamento em Agroecologia Urbana, Periurbana e Rural na Região Metropolitana de Recife (selecionado como principal mapeamento de referência) e o levantamento das participantes do IV Encontro de Mulheres e Agricultura Urbana da RMR.

Mapeamento em Agroecologia Urbana, Periurbana e Rural na Região Metropolitana de Recife - realizado pela Articulação de Agroecologia e Agricultura Urbana da RMR

A AAAUP-RMR é composta por agricultoras/es, estudantes, professoras/es, movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Formada em 2018, no contexto da Caravana para o IV ENA, retomou seu processo de organização durante a pandemia da Covid-19, que incluiu a elaboração desse mapeamento para conhecer e fortalecer a AU de base agroecológica do território. Apesar de mapear uma área urbanizada, como a RMR, também incluiu três experiências rurais deste território. Até o momento desta publicação, os resultados do mapeamento ainda não haviam sido publicizados. Os dados selecionados para análise são um recorte da totalidade de informações disponíveis, definido com base em temas de interesse principais.

Abrangência: Região Metropolitana

Número de experiências: 111

Ano do mapeamento: 2021

Acesso aos dados: não público

Método de colheita: formulário virtual

Tempo de colheita: três meses

Informações disponíveis: ao todo foram 65 questões, divididas em seis blocos: i)

Identificação de quem preencheu o formulário, ii) espaço reservado para as pessoas que não fazem parte da experiência, iii) identificação da experiência, iv) aspectos socioeconômicos, v) aspectos técnicos, vi) aspectos da economia solidária e articulação em rede.

IV Encontro de Mulheres e Agricultura Urbana da Região Metropolitana de Recife

O encontro foi realizado junho de 2023, como culminância do Projeto “Produzindo Comida de Verdade e Gerando Qualidade de Vida”, executado pelo Centro Sabiá em parceria com a Casa da Mulher do Nordeste e a FASE.

O projeto resultou da emenda parlamentar do deputado federal Túlio Gadelha, aprovada por meio do Termo de Fomento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e contou também com o apoio da organização Misereor. Neste projeto, foram alcançadas aproximadamente 15 comunidades, com fortalecimento de iniciativas de AU já existentes e criação de novas experiências, especialmente hortas comunitárias.

O Encontro reuniu mais de 60 mulheres, entre agricultoras, assessoras técnicas, representantes de organizações, movimentos auto-organizados, coletivos e núcleo de pesquisa. Participaram 42 mulheres acompanhadas pelo projeto, assim como filhas/os de algumas delas.

O IV Encontro de Mulheres e Agricultura Urbana não é propriamente um mapeamento, mas por meio da identificação das participantes dessa atividade foi possível explicitar a importância feminina no desenvolvimento da AU na Região Metropolitana de Recife, assim como o protagonismo das organizações envolvidas, que ao longo dos anos vem fortalecendo e ampliando as ações em AU, com destaque e fomento para a participação das mulheres e das comunidades periféricas.

Abrangência: Região Metropolitana

Número de participantes: 41
(sendo três presentes também no

Mapeamento em Agroecologia Urbana, Periurbana e Rural na RMR)

Ano: 2023

Acesso aos dados: não público

Método de colheita: dados colhidos na realização do evento

Categorias disponíveis: nome, localização e identificação por gênero

O Mapeamento em Agroecologia Urbana, Periurbana e Rural da RMR foi escolhido como o de referência para o território, por conter informações mais aprofundadas sobre as experiências. O levantamento do IV Encontro de Mulheres e Agricultura Urbana da RMR foi utilizado na análise da localização das experiências e do gênero das pessoas envolvidas. No QUADRO 9 estão especificadas as informações produzidas com base em de cada mapeamento, organizadas por categorias de análise e respectivo número de respostas.

QUADRO 9: Informações produzidas com base nos mapeamentos

RESULTADO	MAPEAMENTOS	QUANT. EXPERIÊNCIAS RESPONDENTES
a) Localização das experiências da RMR por município		147
b) Localização das experiências em Recife por Região Político-Administrativa	Mapeamento em Agroecologia Urbana, Periurbana e Rural na RMR; IV Encontro de Mulheres e AU da RMR	99
c) Participação nas experiências por gênero		149
d) Tipo e/ou ambiente das experiências da RMR		111
e) Temas das experiências		111
f) Formas de cultivo nas experiências		111
g) Espécies cultivadas		111
h) Tipo de arranjo organizativo das experiências	Mapeamento em Agroecologia Urbana, Periurbana e Rural na RMR	111
i) Destino da produção		111
j) Acesso a apoio público ou privado		111
k) Relações com a saúde: infraestrutura das experiências		111
l) Participação nas experiências por raça e/ou etnia		111

Resultados do Mapeamento em Agroecologia Urbana, Periurbana e Rural na RMR e do IV Encontro de Mulheres e AU da RMR

A. LOCALIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS DA RMR POR MUNICÍPIO

Dos 14 municípios que compõem a RMR, 11 aparecem no mapeamento, com maior concentração das experiências em Recife (100), seguido dos

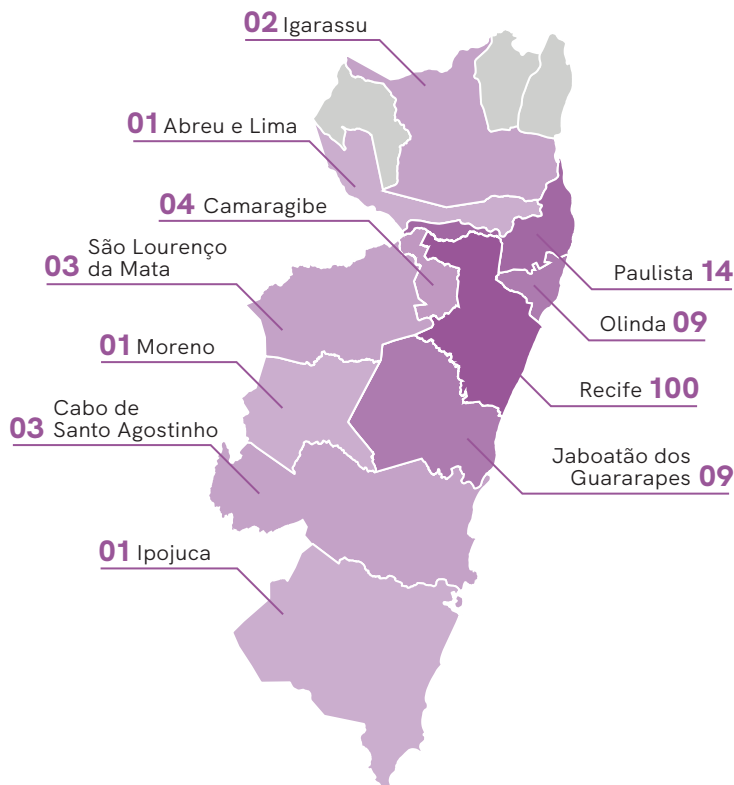
municípios de Paulista (14), Olinda (9) e Jaboatão dos Guararapes (9). Duas experiências não tiveram sua localização definida, totalizando 147 experiências com o município identificado.

B. LOCALIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE RECIFE POR REGIÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (RPA)

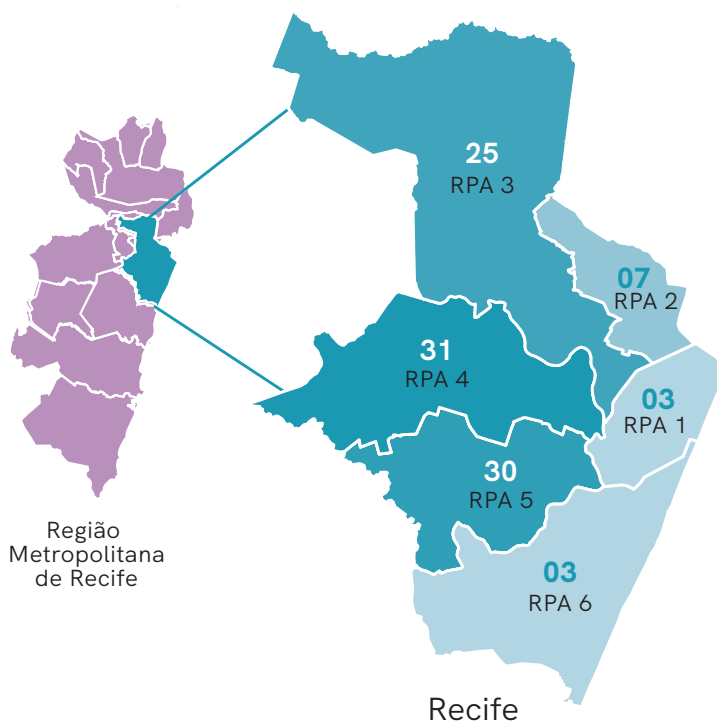
Por conter, sozinha, 67% das experiências mapeadas, Recife possibilita fazer uma leitura espacial mais detalhada sobre a prática da

FIGURA 22: Localização por município na RMR (147 respondentes).

Fonte: elaborado com base no Mapeamento em Agroecologia Urbana, Periurbana e Rural na RMR e do IV Encontro de Mulheres AU da RMR.

**FIGURA 23:** Localização por RPA de Recife (99 respondentes).

Fonte: elaborado com base no Mapeamento em Agroecologia Urbana, Periurbana e Rural na RMR e do IV Encontro de Mulheres e AU da RMR.



agricultura urbana. O município está dividido em 94 bairros, agrupados em seis RPAs, conforme Lei 16.293/97.

De um total de 99 experiências, a maioria está distribuída nas RPAs 4 e 5 (Zonas Oeste e Sudoeste, com 31 e 30 indicações, cada), seguida das RPAs 3 (Zonas Norte e Noroeste, com 27 indicações). Ver FIGURA 23.

O processo de urbanização do município de Recife, como em outras capitais do país, está marcado por diversas contradições, fruto das desigualdades sociais, econômicas, políticas e jurídicas, que resultaram em uma lógica de exclusão da população das áreas centrais para os mocambos, distribuídos nos alagados do Recife, e para os morros e encostas, áreas que hoje compõem as Zonas Oeste-Sudoeste (RPA 4 e 5) e Norte-Noroeste (RPA 2 e 3). Cada RPA é subdividida em três microrregiões e é no seu interior que as desigualdades são escancaradas. Por exemplo, na RPA 3, a microrregião 1 abriga o bairro Espinheiro, com maior IDH da RMR, enquanto as microrregiões 2 e 3 abrigam bairros com baixo IDH e renda per capita, com morros e encostas.⁴⁸ Na RPA 5 estão três Zonas de Interesse Social, que são áreas de assentamentos habitacionais da população de baixa renda surgidos espontaneamente ou propostos pelo poder público, originalmente manguezais que foram aterrados no processo de expansão urbana.⁴⁹

C. PARTICIPAÇÃO POR GÊNERO DAS PESSOAS MAPEADAS

No Mapeamento em Agroecologia Urbana, Periurbana e Rural na RMR, a identificação dos sujeitos que integram as experiências foi obtida a partir da pergunta “Como você/coletivo se autodeclara?”, com as opções de resposta “Feminino”, “Masculino”, “Outros” e “Não-binária”. Foi possível selecionar mais de um gênero como resposta.

Embora o mapeamento da AAUP-RMR tenha focado na identificação do sexo (masculino/feminino) em vez da identidade de gênero (mulher cis/trans, homem cis/trans, não binário etc), ele foi o único, dentre os mapeamentos analisados nos seis territórios, que inseriu as opções “Não-binária” e um campo aberto em

“Outros”, permitindo registrar respostas não enquadradas nas opções pré-disponibilizadas.

Somando as respostas autodeclaratórias às informações das 38 participantes do IV Encontro de Mulheres e AU da RMR (todas mulheres cis), chega-se aos seguintes resultados: “Feminino” (96), “Masculino” (66), quatro pessoas “Não-binária (Andrógine, Neutro, Bigênero, Poligênero, Gênero-fluido, Intergênero...)” e seis “Outros”. Em “Outros”, houve especificações como: “Coletivo misto, atividade coletiva”, “Familiar” ou “Comunitária”, “Possui diversos gêneros” e a manifestação de dúvidas sobre a pergunta.

A quantidade maior de mulheres nesta análise (57% do total) confirma o protagonismo que elas desempenham na agricultura urbana. Ver **GRÁFICO 14**.

Resultados do Mapeamento em Agroecologia Urbana, Periurbana e Rural na RMR

D. TIPO E/OU AMBIENTE DAS EXPERIÊNCIAS DA RMR

No Mapeamento em Agroecologia Urbana, Periurbana e Rural na RMR, foi possível escolher até cinco opções que melhor descrevessem o tipo das atividades e/ou o ambiente da experiência. Como resultado, as 111 experiências estão envolvidas principalmente em atividades de “Hortas comunitárias” (59 respostas), “Quintais ou jardins produtivos, hortas particulares ou familiares/residenciais” (41 respostas), “Produção de mudas” (29 respostas), “Compostagem, produção de adubo ou fertilizante natural” (27 respostas), “Projeto de plantas medicinais, saúde e agroecologia” (24 respostas) e outras, como pode ser visualizado no **GRÁFICO 15**.

E. TEMAS DAS EXPERIÊNCIAS DA RMR

Cada experiência mapeada também selecionou até cinco temas, oriundos da Árvore Temática da plataforma AeR, que estão associados a suas atividades, sendo a maioria “Agricultura urbana e Periurbana” (100), “Alimento, Segurança e

GRÁFICO 14: Participação nas experiências por identidade de gênero (149 respondentes).

Fonte: elaborado a partir do Mapeamento em Agroecologia Urbana, Periurbana e Rural na RMR e do IV Encontro de Mulheres e Agricultura Urbana da RMR.



GRÁFICO 15: Tipo e/ou ambiente das experiências mapeadas (111 respondentes).

Fonte: elaborado a partir do Mapeamento em Agroecologia Urbana, Periurbana e Rural na RMR.



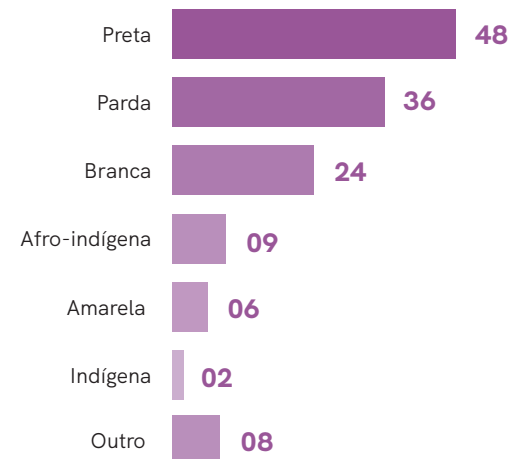
GRÁFICO 16: Temas principais das experiências (111 respondentes).

Fonte: elaborado a partir do Mapeamento em Agroecologia Urbana, Periurbana e Rural na RMR.



GRÁFICO 17: Formas de cultivo presentes nas experiências (111 respondentes).

Fonte: elaborado a partir do Mapeamento em Agroecologia Urbana, Periurbana e Rural na RMR.



Soberania Alimentar” (34), “Arte, Cultura e Comunicação” (22), entre outros. Cada experiência respondente pôde selecionar múltiplas opções de resposta. Ver GRÁFICO 16.

F. FORMAS DE CULTIVO NAS EXPERIÊNCIAS

São estratégias para a realização do plantio nas cidades, principalmente: “Horta” (64), “Roçado” (63), “Jardim e/ou quintal” (48), “Jarros e baldes” (37), entre outras. Foi possível selecionar múltiplas opções de resposta. Ver GRÁFICO 17.

G. ESPÉCIES CULTIVADAS

As principais espécies cultivadas são alimentícias (100 indicações), medicinais (48) e ornamentais (44). Nesta questão, a opção “Outros” contou com 11 respostas, sendo: quatro “Cactos e suculentas”, duas “PANC” (Planta Alimentícia Não Convencional), uma “Flores comestíveis”, uma “Espécies madeireiras para fornecer matéria orgânica”, uma “Frutíferas”, uma “Olerícolas” e uma “Árvores sagradas chamadas de Igi nas religiões de matriz africana”. Foi possível selecionar múltiplas opções de resposta. Ver GRÁFICO 18.

H. TIPO DE ARRANJO ORGANIZATIVO DAS EXPERIÊNCIAS

Quando questionadas sobre como percebem sua experiência de AU em termos de arranjo organizativo, as iniciativas indicaram ser

majoritariamente uma experiência “Familiar” (69 experiências, correspondente a 62%), seguida de “Coletiva” (28 experiências, correspondente a 25%) e “Individual” (14 experiências, correspondente a 13%). Foi possível selecionar múltiplas opções como resposta. Ver GRÁFICO 19.

I. DESTINO DA PRODUÇÃO

O maior direcionamento da produção das experiências é para o “Consumo próprio ou familiar” (90 indicações), seguido de “Comercialização nas feiras” (57), “Venda no bairro” (26), “Distribuição na vizinhança” (24) e “Divisão entre o coletivo” (21), entre outros. Fica nítida a relevância para o autoconsumo das famílias e da comunidade. Foi possível selecionar múltiplas opções como resposta. Ver GRÁFICO 22.

J. ACESSO A APOIO PÚBLICO OU PRIVADO

Das 111 iniciativas, 83 informaram que têm ou já tiveram acesso a algum tipo de apoio público ou privado e algumas indicaram a origem do suporte recebido.

Fontes de apoio público: assessoria técnica do Instituto Agrônômico de Pernambuco; programas e cursos de universidades, como a UFPE; apoio da Prefeitura de Recife pela Secretaria de Inovação e pela Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana do Recife; Programas nacionais como o Ecoforte, o Projeto PAIS e a Lei Aldir Blanc; e acesso a crédito para a produção via Banco do Nordeste.

Fontes de apoio privado: Casa da Mulher do Nordeste; FASE; Centro Sabiá; Rede Pela Transição Agroecológica; Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul; Serviço de Tecnologia Alternativa; Fundo Casa; Misereor.

K. RELAÇÕES COM A SAÚDE: INFRAESTRUTURA DAS EXPERIÊNCIAS

A conexão das experiências com a saúde não foi explicitada. No entanto, a questão sobre a infraestrutura permite tecer uma relação com a saúde ao visibilizar o acesso a direitos básicos como saneamento e energia elétrica, destacando: “Acesso à energia” (106 respostas), “Poço” (73), “Coleta de lixo” (45), “Água encanada” (44),

GRÁFICO 18: Espécies cultivadas nas experiências (111 respondentes).

Fonte: elaborado a partir do Mapeamento em Agroecologia Urbana, Periurbana e Rural na RMR.

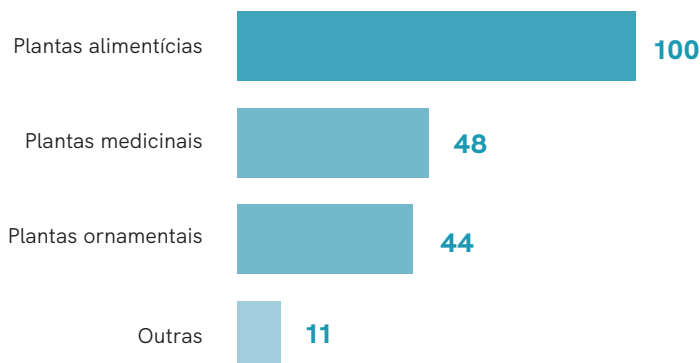


GRÁFICO 19: Experiências por tipo de arranjo organizativo (111 respondentes).

Fonte: elaborado a partir do Mapeamento em Agroecologia Urbana, Periurbana e Rural na RMR.

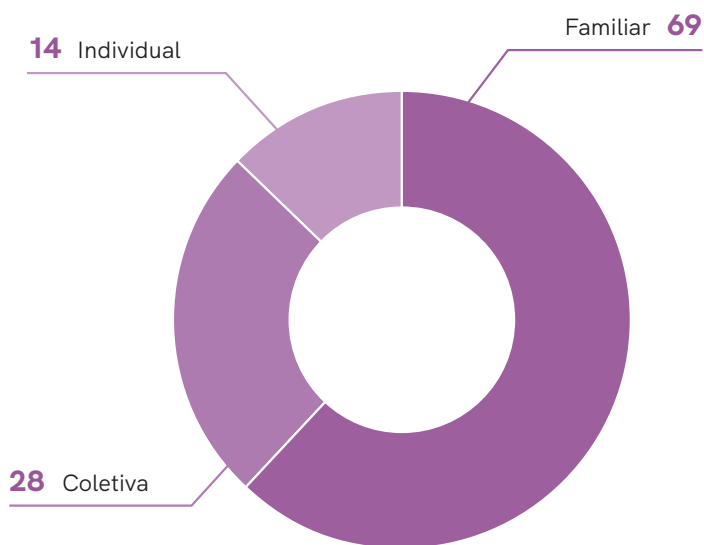


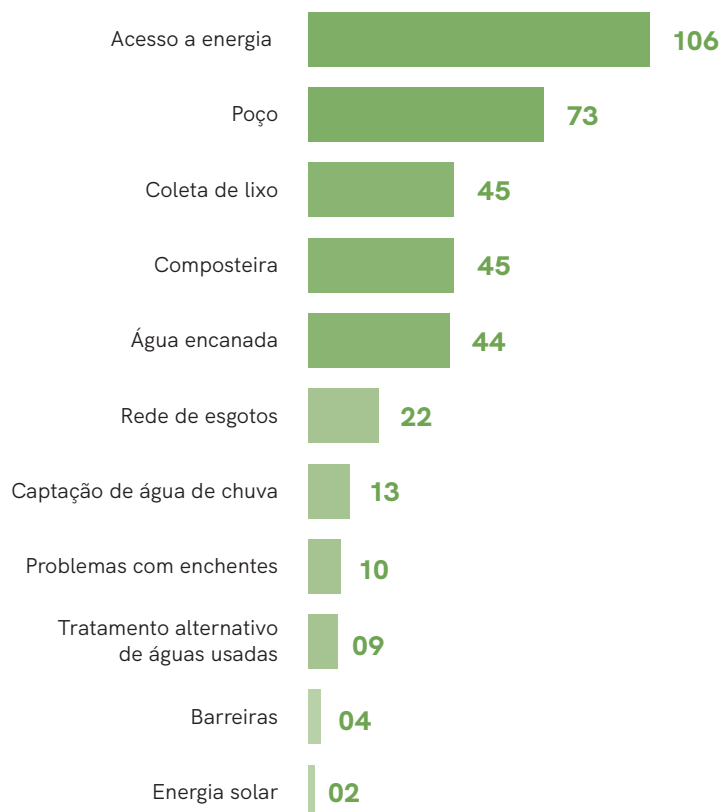
GRÁFICO 20: Participação nas experiências por raça e/ou etnia (111 respondentes).

Fonte: elaborado a partir do Mapeamento em Agroecologia Urbana, Periurbana e Rural na RMR.



GRÁFICO 21: Infraestrutura das experiências (111 respondentes).

Fonte: elaborado a partir do Mapeamento em Agroecologia Urbana, Periurbana e Rural na RMR.

**GRÁFICO 22:** Destino da produção (111 experiências respondentes).

Fonte: elaborado a partir do Mapeamento em Agroecologia Urbana, Periurbana e Rural na RMR.



“Composteira” (44), entre outros. Foi possível escolher múltiplas opções de resposta.

Apesar de 45 experiências indicarem a prática da compostagem, uma importante ferramenta de produção de adubo e saneamento, menos de 50% delas têm acesso à coleta de lixo e a água encanada; apenas 22 acessam a “Rede de esgoto” e dez enfrentam “Problemas com enchentes”: um cenário que prejudica o desenvolvimento da agricultura urbana. Ver GRÁFICO 21.

L. PARTICIPAÇÃO NAS EXPERIÊNCIAS POR RAÇA E/OU ETNIA

A questão autodeclaratória relacionada à participação por raça e/ou etnia permitiu a indicação de mais de uma identidade racial envolvida na realização da experiência. A participação de pessoas “Pretas” e “Pardas” é indicada por 48 e 37 experiências, respectivamente. Juntas, atestam uma maior participação de pessoas negras em comparação com as pessoas “Brancas” (24), “Afro-indígenas” (9), “Amarelas” (6) e “Indígenas” (2). Ainda, foram inscritas oito experiências na opção “Outro”, sem especificar quais essas outras formas de identificação. Ver GRÁFICO 20.

A categoria “Afro-indígena” é bastante característica do território pernambucano e integra a conexão entre as culturas indígena e africana, que é representada pela figura dos Reis Malunguinho da tradição religiosa da Jurema Sagrada. Em Recife, por exemplo, acontece a Semana Municipal da Vivência e Prática da Cultura Afro-Indígena Pernambucana, que faz parte do calendário oficial do município, instituída pela Lei nº 18.562/2019.

Algumas considerações, por temas, sobre os resultados**SAÚDE**

- A saúde é uma das dimensões mais fortes da AU na Região Metropolitana de Recife. Há muito trabalho desenvolvido com plantas medicinais e fitoterápicos em hortas, Farmácias Vivas ligadas a centros de

saúde e outras organizações. São exemplos o CNMP, o Grupo de Saúde Condor e Cabo do Gato, o Cesam, o Cefomp, o Cepransc, e a Amrfitsa, além das Mães Independentes e a Marcha da Maconha;

- Boa parte das experiências está localizada nas áreas de periferia da RMR. Em diversas cidades foi relatada a dificuldade de acesso a água dentro das comunidades e a má gestão dos resíduos sólidos com descarte irregular de lixo. Por exemplo, na comunidade de Passarinho, referência em quintais produtivos, a água chega a cada 4 ou 5 dias e a comunidade teve que desenvolver estratégias de captação de água da chuva e armazenamento em garrafas PET, baldes e tonéis; na Horta Popular Agroecológica Dandara, para que fosse possível a produção de alimentos, foram construídos um poço e uma cisterna para captação de água da chuva;
- Retomando resultados do Mapeamento em Agroecologia Urbana, Periurbana e Rural na RMR, 40% das 111 experiências realizam compostagem; 43% cultivam espécies de “Plantas medicinais” e 23% têm as “Farmácias Vivas” como forma de cultivo; 22% se enquadram no tipo “Projeto de plantas medicinais, saúde e agroecologia”; e 8% têm como tema “Práticas de cuidado em saúde e medicina tradicional”.

GÊNERO E RAÇA

- As experiências participantes da oficina do Rio do Tempo e suas protagonistas estão conectadas à AU de base agroecológica, que deve ser diferenciada das outras agriculturas urbanas do território. Os mapeamentos confirmam esse protagonismo com 57% das lideranças identificadas como mulheres;
- A oficina foi intencionalmente construída para dar destaque às iniciativas lideradas por mulheres negras, buscando retirar as experiências da invisibilidade que as opressões de raça, gênero e classe provocam. O conforto encontrado num

A luta pela legalização da maconha e seu uso para fins medicinais⁵⁰

A luta pela legalização da maconha é uma questão de saúde pública. Os setores sociais envolvidos nessa militância reconhecem que sua proibição se dá por fatores econômicos, passando pelo lobby das indústrias farmacêuticas, até o mercado de armas e do tráfico de drogas. A criminalização afeta, por meio do encarceramento e extermínio, as populações mais vulnerabilizadas, pobres e periféricas, sendo uma ferramenta da manutenção do racismo e outras formas de opressão.

São inúmeros os estudos que comprovam os benefícios da *Cannabis spp.* para tratamento de doenças e redução de danos. Segundo o neurocientista Sidarta Ribeiro, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, “a cannabis significa praticamente uma farmacopeia inteira; (...) ainda neste século veremos a cannabis ser a primeira escolha médica para muitas doenças.”* Algumas das enfermidades tratáveis com cannabis medicinal mencionadas pelo pesquisador são autismo infantil, carcinoma, distonia, dor crônica, depressão, encefalopatia, epilepsia, esclerose, esquizofrenia, fibromialgia, paralisia cerebral, parkinson, retardo mental e transtorno de desenvolvimento. A cannabis medicinal já é uma realidade em diversos países, como Alemanha, Israel, Canadá, Argentina, Chile, Colômbia e Uruguai, e é legalizada na maioria dos estados dos Estados Unidos da América.

Ações judiciais foram movidas para que a Anvisa autorizasse o cultivo de *Cannabis spp.* para fins medicinais em solo nacional e, diante da ausência de decisões favoráveis, tem sido utilizada a figura jurídica do *habeas corpus* para avançar na conquista de direitos. De 2016 até hoje, já foram concedidos milhares de *habeas corpus* no país.

encontro pensado exclusivamente para mulheres foi bastante relatado nas falas de muitas que estavam presentes;

- Algumas das organizações que construíram o Rio do Tempo são voltadas especificamente para mulheres, como Rede Aroeiras de Saúde da Mulher do Campo e da Cidade e para mulheres negras, como o grupo Espaço Mulher. A luta das Mães Independentes é também importante na intersecção entre raça e gênero, pois reúne as lutas pelo direito à saúde de seus filhos e pelo fim da guerra às drogas, que causa o extermínio principalmente da juventude negra;
- A maior parte das mulheres participantes atua com AU em áreas periféricas e

* Fala proferida em palestra para o seminário internacional “Cannabis medicinal: um olhar para o futuro”, promovido pela Associação de Apoio à Pesquisa e Pacientes de Cannabis Medicinal (Apepi) com apoio da Fiocruz.

já era liderança em suas comunidades, encontrando na AU uma forma de luta por segurança alimentar e de geração de renda. Mesmo nas situações de produção de alimentos em pequena escala, as iniciativas são importantes porque incidem sobre múltiplas dimensões da vida nesses territórios, buscando fazer valer o direito à cidade e à saúde;

- Em relação ao mapeamento organizado pela AAAUP-RMR, os resultados mostram que a maioria das experiências está localizada em bairros periféricos de Recife, mais populosos e com maiores índices de desigualdade (Zona Oeste - 61% e Zona Norte - 34%). Confirmam também que a maioria das iniciativas é liderada por pessoas pretas e pardas (somam 85).

DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL

- Os resultados mostram que o tecido social urbano ainda mantém formas organizativas pautadas em processos comunitários/

coletivos em defesa da vida. Por exemplo, as Cozinhas Solidárias do MTST, que estiveram representadas na oficina do Rio do Tempo, lutam pela ampliação do direito a habitação, pela segurança alimentar e nutricional e pelo combate à fome por meio das ocupações, trabalho nas hortas e preparo de refeições para distribuição;

- O Coletivo Caranguejo Tabaiaries Resiste também participou da oficina e é parte de uma comunidade localizada na Ilha do Retiro que abriga 4.000 famílias há mais de 100 anos. O coletivo começou com a resistência à remoção de 100 famílias para a passagem de uma avenida e hoje segue realizando mobilização popular e incidência política pela moradia digna;
- Ainda, na oficina houve participação de Rubenita Karanauane Wassú-Cocal (Povo Karaxuwanassu), representante da Assicuka, que enfatizou que o povo indígena em contexto urbano é invisibilizado e está numa constante luta pelo acesso à terra;
- Por fim, nas respostas sobre infraestrutura, no mapeamento da AAAUP-RMR, é possível observar a deficiência no acesso a serviços essenciais: menos de 50% das iniciativas de AU relataram ter coleta de lixo e água encanada, apenas 22 acessam rede de esgoto e dez enfrentam problemas com enchentes.

Associação Indígena em Contexto Urbano Karaxuwanassu (Assicuka)⁵¹

A Assicuka é a primeira associação indígena em contexto urbano oficializada no Brasil. Surgiu em Recife oficialmente em 2021, e é uma importante representante da luta pelo direito à cidade. Seu estatuto reivindica direitos ao território, à saúde e à educação. De acordo com Ziel Mendes Karapotó, coordenador geral da Assicuka, a identificação coletiva como indígenas em contexto urbano anuncia existências e resistências, ampliando o olhar e a consciência da própria configuração do que é ser indígena, diante do imaginário hegemônico carregado de estereótipos e preconceitos. Outra liderança, a Kyalonan Karawuwanassu, cacica da etnia Karaxuwanassu, relata que o objetivo da associação é promover políticas públicas respeitando as especificidades e diversidades das várias etnias que a compõem, e que as mulheres indígenas em contexto urbano são triplamente invisibilizadas, sofrendo diversos tipos de preconceito e discriminação por parte das pessoas que não compreendem os motivos que as fizeram migrar para as cidades. São obrigadas a confrontar o machismo e o patriarcado cotidianamente. Uma das reivindicações indígenas, segundo Kyalonan, é impulsionar a agricultura familiar e soberania alimentar dentro das cidades.

Região Metropolitana do Rio de Janeiro



Habitantes:

12.022.110



Índice de Desenvolvimento Humano (IDH):

0,805



Extensão territorial:

7.535,778 km²

Fonte: Censo do IBGE, 2022;
Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

Região do país: **Sudeste**

Estado: **Rio de Janeiro**



Municípios:

Belford Roxo (01), Cachoeiras de Macacu (02), Duque de Caxias (03), Guapimirim (04), Itaboraí (05), Itaguaí (06), Japeri (07), Magé (08), Maricá (09), Mesquita (10), Nilópolis (11), Niterói (12), Nova Iguaçu (13), Paracambi (14), Petrópolis (15), Queimados (16), Rio Bonito (17), Rio de Janeiro (18), São Gonçalo (19), São João de Meriti (20), Seropédica (21) e Tanguá (22).

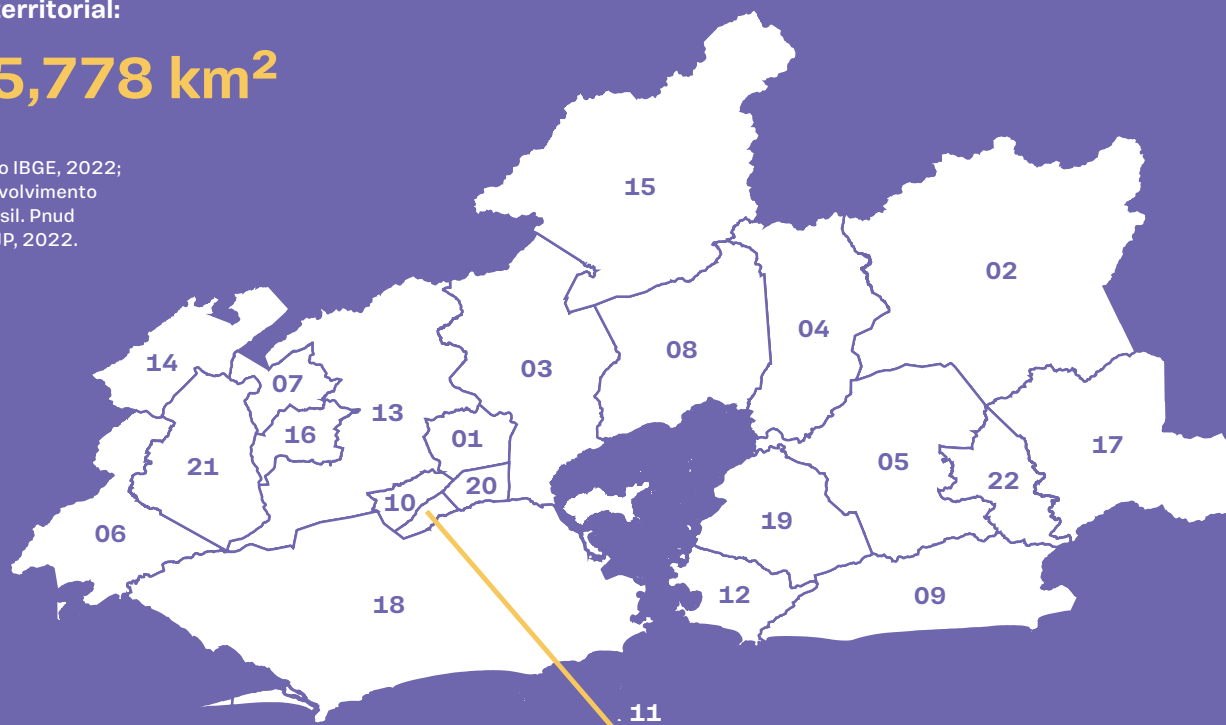


FIGURA 24: Oficina do Rio do Tempo - Casarão de Campo Grande, Rio de Janeiro. Paulo Martins, 2022.



Apesar de a Região Metropolitana do Rio de Janeiro ter sido instituída em 1974, o território está em urbanização desde o período colonial, quando a cidade do Rio de Janeiro era a capital do país, processo acompanhado de problemas sociais, econômicos e ambientais e de redução gradativa das atividades agrícolas.

Um aspecto importante na caracterização da RMRJ são as profundas desigualdades e a insegurança pública. Somente na cidade do Rio, a milícia e o tráfico estão presentes em 96 dos 163 bairros, onde vivem cerca de 3,76 milhões de pessoas (55,6% da população total da cidade)⁵². Em 2022 foi considerada a quinta metrópole mais desigual do país. É uma região marcada por disputas entre as classes, com intervenção estatal violenta, especulação imobiliária que expulsa a classe trabalhadora dos centros e intensifica a periferização e favelização. Essas dinâmicas, somadas ao crime e à milícia organizados, se colocam como obstáculos para construções coletivas, tanto simbólica quanto materialmente, em direção à superação das condições precárias de vida impostas.

Ainda que altamente urbanizados, existe nos territórios da RMRJ uma heterogeneidade de agriculturas, que são responsáveis pelo abastecimento da população local com legumes, verduras, raízes, tubérculos e frutíferas⁵³. O contexto sociopolítico da região impõe obstáculos à valorização e suporte a agricultoras/es que são ameaçados pela expansão urbana, pela instalação de grandes empreendimentos e pelas

políticas excludentes de conservação ambiental. Os equipamentos e serviços públicos disponíveis não atendem às necessidades dessa população e muitas vezes o próprio Estado impõe obstáculos aos processos territoriais por soberania alimentar⁵⁴.

O poder público de alguns municípios da RM definiu 100% de urbanização no território, como o Rio de Janeiro, Queimados e Japeri⁵⁵, o que faz com que grande parte das/os agricultoras/es, segundo a legislação, seja considerada residente em área urbana, inviabilizando o acesso a programas e políticas públicas direcionados à agricultura familiar e incorrendo no pagamento de mais impostos. Nesse cenário, famílias e comunidades agricultoras que cultivam há gerações são invisibilizadas e, pressionadas e sem apoio, muitas têm de migrar das áreas rurais para os centros mais urbanizados.

As conquistas no campo da agricultura urbana na RMRJ são resultado da ação dos movimentos sociais engajados na garantia de direitos da população. Expressões da resistência agroecológica estão nas muitas experiências de cuidado da floresta e de perpetuação dos conhecimentos sobre o cultivo e preparo de alimentos e as plantas medicinais, que são praticados no campo, em assentamentos, quilombos, hortas urbanas, quintais, lajes e favelas. São espaços que produzem alimento, dinamizam a vida comunitária, transformam e criam movimentos, e muitas vezes geram frutos nos territórios vizinhos, multiplicando as iniciativas.

Articulação territorial para a construção de um Rio do tempo na Região Metropolitana do Rio de Janeiro*

Na RMRJ, o projeto se articulou com redes e grupos que atuam principalmente nos municípios do Rio de Janeiro e Niterói, envolvendo 91 atores da agricultura urbana e culminando na realização de três oficinas de Rio do Tempo. Participaram do processo a Rede Carioca de Agricultura Urbana, a Rede Favela Sustentável, a Rede Fitovida e a Teia de Solidariedade da Zona Oeste. A estratégia adotada foi a inclusão da maior diversidade de atores da AU possível, buscando novos sujeitos não conectados às redes para ampliar diálogos. A Rede CAU tem um protagonismo na luta histórica da agroecologia na RMRJ, e por isso esteve sob maior foco.

REDE CARIOCA DE AGRICULTURA URBANA

É a principal rede de agricultura urbana no território e está conectada à Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro. É um movimento social que agrega pessoas e organizações na defesa da agroecologia. Suas ações abrangem a produção de alimentos agroecológicos, formações políticas, o fortalecimento da diversidade religiosa e de gênero. Defende o consumo consciente e promove a aproximação entre o campo e a cidade.

Composição: coletivos, organizações de agricultores e agricultoras, organizações populares, indivíduos autônomos, quintais produtivos e lavouras, instituições de pesquisa e ensino, bem como agentes não governamentais. A rede se organiza nos seguintes grupos de trabalho: Juventudes Agroecológicas, Roda de Mulheres, Comunicação, Mercados e SPG (produção vegetal e processadoras) e Governança.

Ano de criação: 2009

Local de atuação: RMRJ, com foco no município do Rio de Janeiro

Participantes da construção do Rio do Tempo da RMRJ

Rede CAU, RFS, Rede Fitovida, Teia Solidariedade da Zona Oeste, Associação dos Agricultores da Feira Agroecológica de Campo Grande, Arranjo de Campo Grande, Pastoral da Ecologia Integral, Instituto Socioambiental Reserva da Prata, Fórum Socioambiental, Rede Agroflorestal RJ, Projeto Mão na Jaca, Rede Ecológica, Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão Científica e Tecnológica em Agroecologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Teia de Mulheres, Defensores do Planeta, SPG, Fundação Angélica Goulart (FAG), Mulheres de Pedra, Feira da Roça Agroecologia e Cultura, Quintais da Colônia Juliano Moreira, Horta Carioca do Engenho da Rainha, Verdejar Socioambiental, Providência Agroecológica, Centro de Integração da Serra da Misericórdia (CEM), Quilombo da Gamboa, Permalab, Plantar Paquetá, AS-PTA, Rede UFRJ de Agroecologia, Programa de Desenvolvimento do Campus Fiocruz Mata Atlântica e Terapia.

TEIA DE SOLIDARIEDADE DA ZONA OESTE

Foi criada com o objetivo de diminuir a vulnerabilidade das famílias impactadas pela pandemia da Covid-19, principalmente nas questões ligadas à saúde, moradia e alimentação, organizada com protagonismo de movimentos de mulheres já atuantes na Zona Oeste do RJ.

Composição: mulheres de diferentes coletividades, organizações e instituições que historicamente lutam contra as desigualdades em suas dimensões de raça, gênero e classe.

Ano de criação: 2020

Local de atuação: Zona Oeste do município do Rio de Janeiro

REDE FAVELA SUSTENTÁVEL

É uma ação da organização Comunidades Catalisadoras (ComCat) que tem como objetivo construir redes de solidariedade de iniciativas que atuam na resiliência socioambiental das favelas. Surgiu a partir de uma ação de mapeamento de iniciativas em 2017. Atua com intercâmbios, mutirões, encontros, formações e se organiza por eixos temáticos/de ação: Soberania Alimentar, Educação

* Texto elaborado por Luisa Ferrer.

socioambiental, Cultura e memória local, Direito ao saneamento, Políticas públicas participativas, Saúde coletiva, Economia solidária, Justiça climática, Justiça energética, Transporte justo e Moradia sustentável.

Composição: mobilizadoras/es comunitárias/os de favelas, técnicas/os, apoiadoras/es e pessoas interessadas em implementar a justiça climática e socioambiental.

Ano de criação: 2017

Local de atuação: RMRJ

REDE FITOVIDA

Trabalha para difundir para dentro da própria rede, e para as novas gerações, saberes e práticas tradicionais e populares de cuidado em saúde associados às plantas medicinais. Atua como articuladora de grupos comunitários que têm experiência com o cultivo e uso das plantas, faz um levantamento de práticas de produção de fitoterápicos, promove trocas e intercâmbios. É uma guardiã da herança de erva e raízes.

Composição: coletivos e comunidades tradicionais da periferia do estado do Rio de Janeiro que compartilham as práticas e as vivências com plantas medicinais e outros elementos da natureza que compõem a medicina popular caseira.

Ano de criação: 2000

Local de atuação: estado do Rio de Janeiro

Análise de um Rio do Tempo da agricultura urbana na RMRJ

DÉCADA DE 1960 A 1980

O marco temporal mais antigo é a mudança da nomenclatura popular da área do “Sertão Carioca” para “Zona Oeste” que aconteceu, de acordo com moradores, **na década de 1960**, com o novo zoneamento da cidade conduzido pelo Governo Lacerda, no início da ditadura militar. No entanto, pela divisão administrativa do

município, apenas em **1970** foi aprovado um decreto que extinguiu a zona rural nessa área. Nessa época, o Sertão Carioca era uma grande área de fazendas e lotes urbanos, com atividades extrativas de lenha e carvão e presença de agricultoras/es familiares que cultivavam lavouras e criavam animais para o consumo próprio e para abastecer a cidade. A mudança do nome evidenciou a troca da função desse território, de produção de alimentos para zona industrial e residencial, e que desde então é marcado pelas disputas de terras e especulação imobiliária⁵⁶.

O marco seguinte foi identificado em **1979**, com o surgimento da Conatura, a primeira experiência de cooperativa de consumidoras/es orgânicas/os no Rio de Janeiro, que se articulavam com agricultoras/es da região do Brejal, no município de Petrópolis, para levar aos centros urbanos alimentos sem agrotóxicos. Um pouco depois, em **1983**, surge o primeiro grupo universitário de agroecologia, o Grupo de Agricultura Ecológica, promovendo o debate da agricultura alternativa na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

DÉCADA DE 1990

Na década de **1990**, surgem experiências da sociedade civil voltadas para promoção da agroecologia e comercialização da produção, como a Feira da Glória em **1994**, a primeira feira orgânica da cidade do Rio de Janeiro, abastecida por agricultoras/es da região Serrana do estado e organizada pela Associação de Agricultores Biológicos do Estado do RJ. Em **1997**, é criado o Terrapia/Fiocruz, que pauta historicamente alimentação e saúde pela alimentação viva. Neste mesmo ano, estão documentadas duas iniciativas em favelas da cidade do Rio: o Verdejar Socioambiental na Serra da Misericórdia, no Complexo do Alemão; e os primeiros plantios no Morro da Providência (na Pequena África Carioca, região portuária), que se desdobraram em um projeto em 2013 e, mais tarde, na organização Providência Agroecológica.

Em **1999**, surge a Feira Agroecológica de Campo Grande, a primeira feira orgânica de agricultoras/es que produzem na cidade do Rio - uma vez que a Feira da Glória é abastecida

UM RIO DO TEMPO DA AGRICULTURA URBANA DA

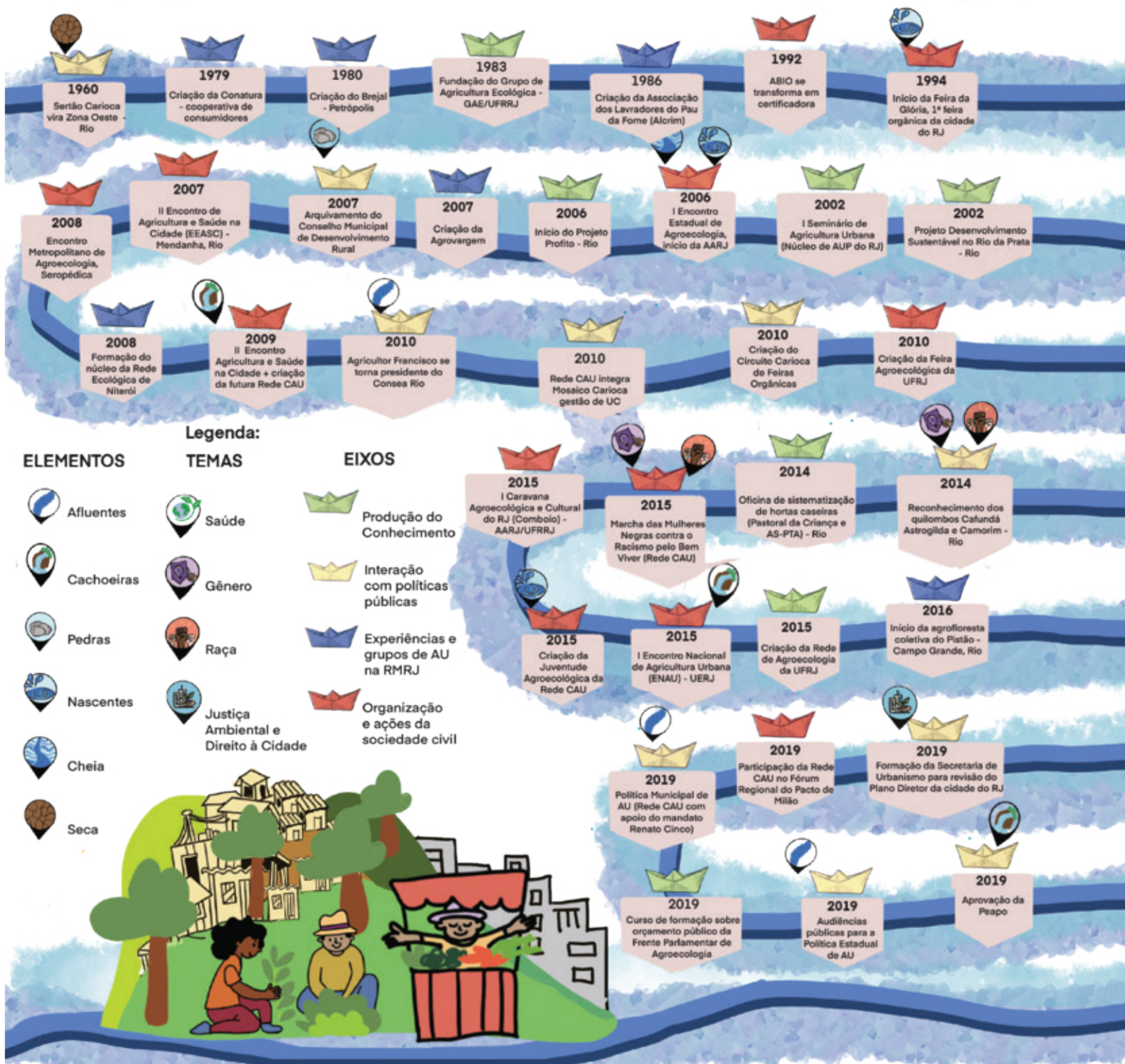
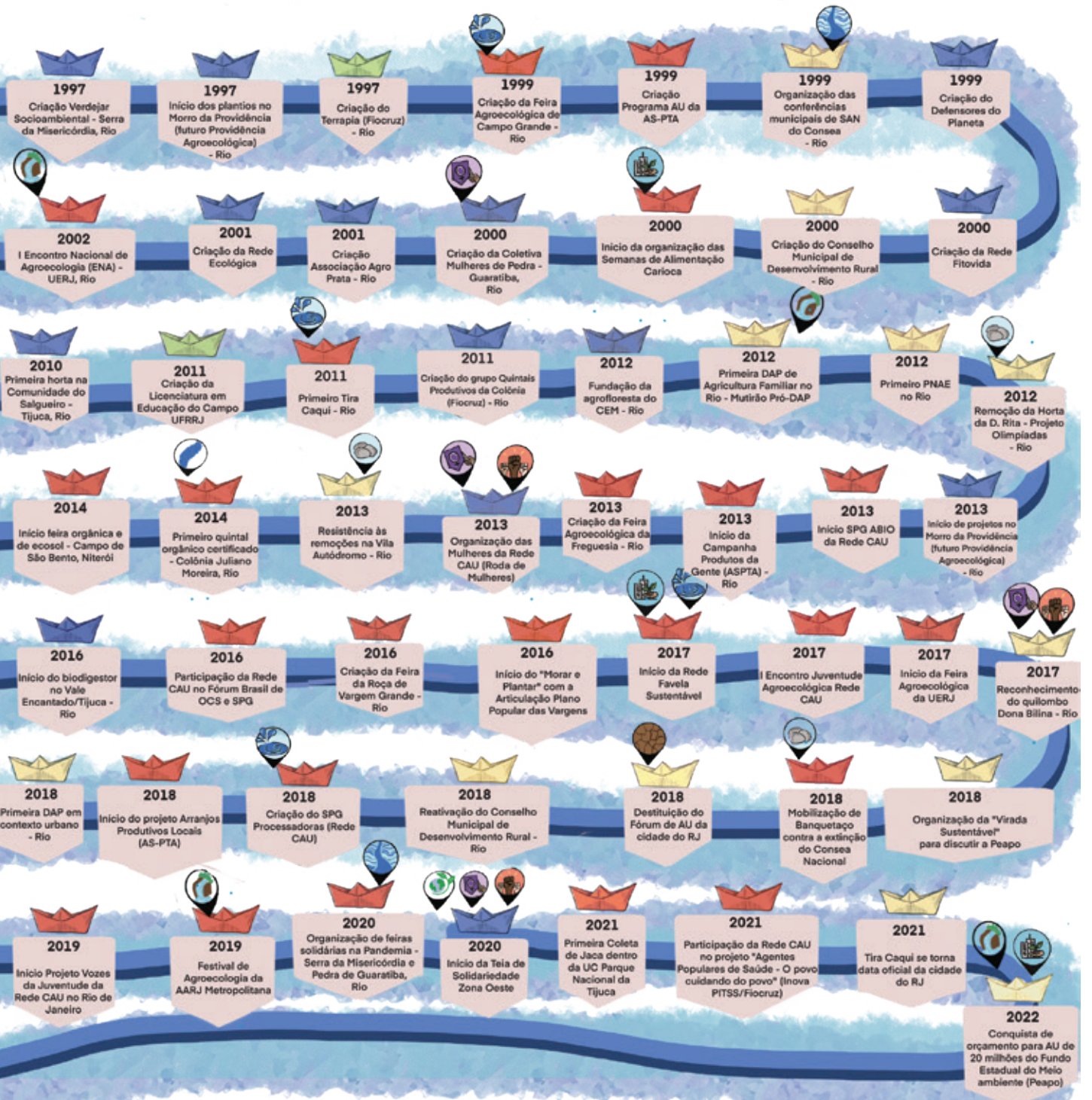


FIGURA 25: Um Rio do Tempo da AU na RMRJ.

Ilustração: Bianca Santana, 2023.

REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO



por alimentos de municípios vizinhos, como Teresópolis e Petrópolis. Também neste ano, acontecem as Conferências Municipais de SAN do Consea, uma primeira ação de aproximação dos atores da AU com a pauta da segurança alimentar; surge, ainda, o Programa de Agricultura Urbana da AS-PTA, importante ator histórico da AU no território carioca.

DÉCADA DE 2000

A década de **2000** concentra 21 marcos, que explicitam um aumento nas atividades coletivas relacionadas à temática da agricultura urbana agroecológica. Por exemplo, há aumento das experiências coletivas de produção e comercialização, como a criação da Agroprata em **2001**, a primeira associação de agricultura orgânica do município do Rio de Janeiro; da associação de agricultores do bairro de Vargem Grande em **2007**; e a criação da Rede Ecológica em **2001**, que articula a compra coletiva da agricultura da RMRJ e outras partes do estado, focando na construção de relações socialmente justas.

Também foi um período de surgimento de iniciativas de incidência política coletiva, com a elaboração de projetos e realização de encontros como as “Semanas de Alimentação Carioca”, iniciadas em **2000**, parte do processo de aproximação do movimento agroecológico ao Consea. Essa década também foi marcada pela realização de eventos e encontros como o I Encontro Nacional de Agroecologia na UERJ, em **2002**. O I Seminário de Agricultura Urbana na Região Metropolitana, realizado na Praça Luís de Camões (Glória, Rio de Janeiro), em **2002**, foi organizado pelo Núcleo de Agricultura Urbana e Periurbana com o objetivo de apresentar práticas e políticas inovadoras da AU no mundo, e mostrar a sua importância para a segurança alimentar e nutricional da população, o desenvolvimento local para a geração de renda. Em **2006**, houve o I Encontro Estadual de Agroecologia, como uma preparação para o II ENA, e que marcou o início da AARJ.

Na cidade do Rio, por motivação da AS-PTA, foram organizados os Encontros de Experiências de Agricultura e Saúde na Cidade, com edições em **2001**, **2007** e **2009**, sendo que desta última

culminou a criação da Rede de Agricultura Urbana (depois nomeada Rede Carioca de Agricultura Urbana). Nesses encontros houve uma troca de experiências entre agricultoras/es, erveiras e raizeiras, principalmente relacionada às plantas medicinais e remédios caseiros, alimentação saudável, manejo dos quintais produtivos e socioeconomia solidária, com base no entendimento coletivo dos benefícios da AU para a saúde individual e coletiva.

DÉCADA DE 2010

A concentração da maior parte dos marcos (51) na década de **2010** é explicada pelo surgimento da Rede CAU no ano anterior, quando boa parte dos grupos ligados à agricultura urbana passou a adotar uma estratégia coletiva de ações e ocupação de espaços em diferentes esferas do poder público. Em **2010**, a Rede CAU consegue presença no Mosaico Carioca, que é um importante espaço de diálogo com o Instituto Estadual do Ambiente e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade para garantia do direito ao plantio nas Unidades de Conservação. Também participa, neste ano, da conquista da criação do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, que é um importante incentivo da prefeitura para a comercialização de alimentos orgânicos na cidade.

Entre os eventos que mobilizaram o movimento agroecológico na década, destaca-se o primeiro Tira Caqui, em **2011**, para o fortalecimento da safra do caqui que é abundante na Zona Oeste da cidade do Rio, que conta com ações de colheita solidária, incentivo à comercialização por entregas e compras coletivas, e é um momento de celebração e valorização das agricultoras e agricultores. Em **2013**, tem início a Campanha Produtos da Gente da AS-PTA, que promove a visibilização das iniciativas agroecológicas. Já em **2015**, aconteceu a I Caravana Agroecológica e Cultural do RJ - Comboio, no município de Casimiro de Abreu, com o tema “Agricultura Familiar no Rio de Janeiro existe, resiste e alimenta”, organizada pelo Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão Científica em Agroecologia da UFRRJ e a AARJ. A Caravana contou com um almoço

agroecológico, ação organizada por mulheres para geração de renda; e pela presença da Secretaria de Saúde de Casimiro de Abreu, que se posicionou contra o uso de venenos na agricultura e denunciando casos de uso de agrotóxicos no município.

Relatos colhidos na Oficina do Rio do Tempo da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

“A gente pode aprender muito com as plantas. Essa rede tem muito a ensinar pra cidade. Assim a cidade do futuro nasce.”

Pedro, Projeto Mão na Jaca

“Eu acho que o fundamental é a gente estar em rede e em parcerias para a gente vencer e lutar contra esses agouros.”

Mauro, Defensores do Planeta

“Mulheres de Pedra começam a costurar com vários outros coletivos. Dentro dessa rede, sinto presente um aprendizado muito grande e eu me sinto muito, muito feliz.”

Leila, Mulheres de Pedra

“A mulher está ali de frente, é a mulher que é a primeira a ser impactada e a primeira a ser sobrecarregada. E a gente tem esse trabalho em rede, tem mostrado o valor dessa união das mulheres, esse respeito, esse autocuidado, e que eu desejo que seja permanente.”

Sarah Rúbia, Agrovargem

“A gente tá falando de uma agroecologia pobre periférica, na favela, onde a terra é uma disputa (...) junto com a Rede Carioca a gente constrói um território de bem viver, que não é falar só de florestas, mas que a gente precisa resistir com vida, com saúde e em rede.”

Ana Santos, CEM

“A gente precisa se ouvir, falar e ouvir o que está sendo feito, assim a gente se inspira.”

Márcio Mattos, AS-PTA

“Olha só o quanto que nós já caminhamos! Podemos não estar onde gostaríamos, mas já caminhamos um todo e todos nós aqui temos uma responsabilidade enorme nessa produção. Ninguém, ninguém faz nada sozinho. Estarmos em rede é o que nos renova, é o que nos ensina, é o que nos fortalece, é o que nos anima, é o que nos motiva.”

Valdirene Militão, FMA

No mesmo ano, ocorreu o I Encontro Nacional Agricultura Urbana na UERJ. Esses encontros impactaram diretamente a mobilização do movimento agroecológico local, animando ações coletivas para a construção do evento. Houve, ainda, alguns avanços significativos na década relacionados à criação de grupos de trabalho dentro da Rede CAU: a Roda de Mulheres em 2013, um ambiente de acolhimento e de fortalecimento das agricultoras urbanas, artesãs e culinaristas; a Juventude Agroecológica em 2015, e o Sistema Participativo de Garantia de Processadoras em 2018, que certifica os produtos processados e beneficiados nas cozinhas das culinaristas.

Ainda, a Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo pelo Bem Viver em Brasília em 2015, organizada por diferentes movimentos de mulheres em todo país, foi transformadora para muitas mulheres do movimento agroecológico da RMRJ, mobilizando o enfrentamento coletivo dos preconceitos de gênero e raça junto na comunidade LGBTQIA+, com avanços na pauta do feminismo negro e da agroecologia.

Na década de 2010 também surgiram muitas feiras agroecológicas e pontos de comercialização. No município do Rio, a barraca dos Quintais Produtivos da Colônia Juliano Moreira em Jacarepaguá, em 2011; a feira da UFRJ em 2010; da Freguesia em 2013; de Vargem Grande em 2016; e da UERJ em 2017. No município de Niterói, surgiu em 2014 a Feira Orgânica e da Economia Solidária no Campo São Bento e da Universidade Federal Fluminense (UFF), em 2019. Destaca-se, ainda, o marco do Banquete contra a extinção do Consea Nacional, em 2018, que ocorreu no Aterro do Flamengo, na cidade do Rio de Janeiro.

DÉCADA DE 2020

Os seis marcos da década mostram principalmente ações solidárias de enfrentamento à pandemia da Covid-19, entre elas o surgimento da Teia de Solidariedade da Zona Oeste em 2020, e de diversas feiras solidárias como a da Serra da Misericórdia e a da Pedra de Guaratiba, fornecendo alimentos sem veneno para famílias em situação de

insegurança alimentar; e a realização, em **2021**, do projeto “Agentes Populares de Saúde: o povo cuidando do povo”, com atores sociais da Rede CAU que participaram do Programa Institucional Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Fiocruz, envolvendo iniciativas de agricultura urbana de favelas, movimento social de luta por terra, movimento de trabalhadoras/es por direitos e movimento jovem por autonomia popular. Outra ação inovadora foi desenvolvida pelo Projeto Mão na Jaca, que obteve a primeira autorização de coleta emergencial de jacas dentro de uma Unidade de Conservação (UC), o Parque Nacional da Tijuca. As coletas somaram, nos anos de 2021 e 2022, mais de oito toneladas, integralmente doadas para instituições de assistência e iniciativas de favelas.

Por fim, se destacam ações de incidência política: em **2021** o Tira Caqui se tornou uma data oficial do município do Rio, marcando a valorização da agricultura da Zona Oeste para o abastecimento da cidade; e em **2022** é conquistado 2,5% do recurso do Fundo Estadual do Meio Ambiente para implementação da Política Estadual de Desenvolvimento Rural, Agroecologia e Produção Orgânica, resultado da mobilização de agricultoras/es, da Rede CAU junto a AARJ e de apoiadoras/es do movimento nas audiências públicas e nas sessões da Assembleia Legislativa.

Algumas considerações - que histórias nos conta esse Rio

A convergência dos coletivos e instituições mobilizadas para a construção da memória da AU na RMRJ fortaleceu o diálogo entre atores oriundos de esferas distintas da agroecologia, apoiando a conexão e mesmo a ampliação de redes já existentes. A oficina do Rio do Tempo possibilitou o primeiro encontro presencial dos integrantes da Rede CAU, após o longo período de isolamento decorrente da pandemia da Covid-19, contribuindo na retomada de grupos de trabalho e articulações adormecidas. Ainda

assim, a dinâmica violenta que o contexto do Rio de Janeiro impõe à sua população é um fator limitante, pela energia demandada aos atores da agricultura urbana para simplesmente garantir sua sobrevivência, diante dos constantes descasos e ataques por parte do Estado.

A seguir estão algumas considerações apresentadas pelas quatro categorias de marcos do Rio do Tempo da RMRJ: “Interação com políticas públicas”; “Organização e ações da sociedade civil” junto a “Experiências/grupos de AU na RMRJ”; e “Produção do conhecimento”.

INTERAÇÃO COM POLÍTICAS PÚBLICAS

- A formação política por meio da agricultura urbana mobiliza questões relacionadas aos problemas estruturais da RMRJ. O Rio do Tempo evidenciou a importância da atuação da sociedade civil com o poder público, lutando pelo reconhecimento da AU e acesso às políticas públicas, mas também com as comunidades, debatendo a atuação dos governantes;
- A incidência política municipal e estadual, principalmente nas áreas da alimentação, território e meio ambiente, é parte da estratégia coletiva de luta para que cada vez mais a AU seja visibilizada e promovida na RMRJ. A Rede CAU, por exemplo, participa do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, da Cporg, do Consea Rio, do Mosaico Carioca, do processo de revisão do Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro, da Frente Parlamentar de SAN e AU e da Frente Parlamentar de Economia Solidária e Agroecologia;
- Entre as conquistas, destacam-se a presidência do Consea-Rio pelo agricultor familiar Francisco em **2010**, cumprindo papel importante de fortalecimento dos atores da agroecologia urbana; a primeira DAP de agricultura familiar na cidade do Rio pelo agricultor Pedro Mesquita; e o primeiro acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) pelos agricultores Pedro Mesquita e Cristina, em **2012**; a aprovação, em **2019**, da Política

Estadual de Apoio à AU, da Política Municipal de AUP e da Política Estadual de Desenvolvimento Rural, Agroecologia e Produção Orgânica; e a oficialização, em 2021, do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, garantindo um conselho colegiado para a gestão das feiras;

- Mesmo com conquistas, há grande dificuldade de acesso a outras tantas políticas já implementadas. No início da pandemia, em 2020, muitas/os agricultoras/es não tiveram acesso ao “Auxílio Emergencial”, ao mesmo tempo que lidavam com o fechamento das feiras orgânicas e agroecológicas.

ORGANIZAÇÃO E AÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E EXPERIÊNCIAS/GRUPOS DE AU

- Para além das organizações protagonizadas pelas/os agricultoras/es, há marcos temporais da iniciativas de organização do consumo, sendo o mais antigo a criação da Coonatura em 1979, que funcionava como uma cooperativa de consumidores com compra coletiva direta;
- As criações de feiras foram importantes marcos no Rio do Tempo da RMRJ, como um modo das/os agricultoras/es urbanas/os se fazerem presentes na cidade, enquanto garantem o escoamento da sua produção;
- Alguns projetos institucionais desenvolvidos com agricultoras e agricultores carregam legados importantes, como o Projeto Desenvolvimento Sustentável no Rio da Prata, desenvolvido pela Associação Roda Viva (2002), que derivou na Associação de Agricultores do Rio da Prata, bem como o Projeto Profito no Parque Estadual da Pedra Branca, iniciado em 2006, que foi essencial para mobilização de agricultoras/es do território em torno da pauta da agroecologia urbana, em diálogo com saúde;
- Movimentos internos de organização da Rede CAU também foram destacados, como o início do Sistema Participativo de Garantia de produção vegetal da

Associação de Agricultores Biológicos em 2013, que gerou uma maior autonomia na obtenção do certificado de conformidade orgânica; e a criação do SPG Rede CAU Processadoras em 2018, uma forma de fortalecimento das práticas de beneficiamento dos produtos in natura. Outros marcos importantes apontados foram a delimitação de ações temáticas para dentro da Rede CAU, com a criação da Roda de Mulheres em 2013, e a criação da Juventude Agroecológica em 2015, um espaço de fortalecimento das diferentes juventudes que praticam agroecologia no meio urbano;

- Devido à diversidade de experiências e intencionalidades, surgem na metrópole quatro redes: a Rede Fitovida, a Rede Favela Sustentável, a Rede Carioca de Agricultura Urbana e a Teia de Solidariedade da Zona Oeste. Mesmo que cada uma tenha seus objetivos particulares, há uma sobreposição de participação por parte de alguns atores sociais, que permeiam mais de uma dessas redes. Como trabalho em comum, essas redes buscam o fortalecimento dos coletivos que as integram, e entendem a força que vem da diversidade de cada iniciativa, apostando no intercâmbio de experiências para aprofundamento de conhecimentos;
- Com um litoral extenso e a presença da Baía de Guanabara, a RMRJ é habitada por diferentes grupos, coletivos e associações de pescadoras/es e caixaras. Mesmo vivendo situações desafiadoras parecidas, como a dificuldade de acesso à DAP e a programas nacionais de alimentação, a invisibilidade perante o Estado e a insegurança na garantia dos seus territórios, ainda há uma articulação superficial entre o movimento da agricultura urbana agroecológica e o movimento de pescadoras/es no momento de realizar encontros regionais e nacionais, no entanto não se traduz em um fortalecimento contínuo territorial.

PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

- As universidades públicas da RMRJ têm um papel importante na criação de espaços de comercialização para escoamento da produção e valorização dos conhecimentos da agricultura familiar, expressa nas feiras agroecológicas da UFRJ, UERJ e Universidade Federal Fluminense. Também na construção de Redes de Agroecologia que articulam diferentes grupos de pesquisa e extensão universitários e o movimento agroecológico, como a da UFRJ (2015) e a da UFF (2019);
- A cidade do Rio de Janeiro sediou boa parte de encontros e eventos nacionais e regionais do campo agroecológico, que impulsionam a organização dos grupos locais e contribuem para a produção e difusão de conhecimentos. Eventos como a Eco 92 e o Pacto de Milão para Política de Alimentação Urbana, em 2019, foram importantes aliados, pois deram maior visibilidade a pautas reivindicadas pelo movimento agroecológico, corroborando a visão de uma agricultura atrelada à conservação do meio ambiente.

Análise dos mapeamentos da RMRJ

No território da RMRJ foram localizados quatro processos mapeantes que identificaram, no total, **121** experiências. São eles:

Mapa da Rede Favela Sustentável - Eixo Soberania Alimentar

Voltado ao cadastro de iniciativas e organizações parceiras da Rede Favela Sustentável, que atuam para apoiar iniciativas comunitárias que fortalecem a sustentabilidade ambiental e a resiliência social em favelas da RMRJ.

Abrangência: Região Metropolitana

Número de experiências:

53 (sendo cinco delas duplicadas do “Mapeamento de Experiências da Rede CAU”)

Ano do mapeamento:

2021 - contínuo

Responsável: RFS, cuja gestão é realizada pela organização ComCat

Acesso aos dados: público - (saiba mais: Mapa da RFS)

Método de colheita: formulário virtual

Tempo de colheita: quatro meses

Informações disponíveis:

foram utilizadas informações disponíveis no eixo “Soberania Alimentar”: nome, descrição, favelas alcançadas, composição das experiências, identificação racial e de gênero, produção/comercialização de produtos, e se atuou em resposta à Covid-19.

Mapeamento de Experiências da Rede Carioca de Agricultura Urbana

Realizado com experiências conectadas à rede, de diferentes municípios da RMRJ.

Abrangência: Região Metropolitana

Número de experiências: 35

(sendo cinco delas duplicadas do Mapeamento da RFS)

Ano do mapeamento: 2022

Responsável: levantamento interno da Rede CAU

Acesso aos dados: não público

Método de colheita: virtual

Tempo de colheita: dez meses

Informações disponíveis: nome, local de atuação, temas da experiências, gênero das pessoas participantes, descrição.

Mapa Cultural da Rede Fitovida

O mapa sistematiza os grupos comunitários da Rede, que atuam com os saberes populares da medicina tradicional e alternativa.

Abrangência: Região Metropolitana

Número de experiências: 18

Ano do mapeamento: 2013

Responsável: pesquisa realizada por Marcelle Felipe (2013)

Acesso aos dados: público (saiba mais: Mapa da Rede Fitovida)

Método de colheita: entrevista presencial com formulário

Tempo de colheita: oito meses

Informações disponíveis: histórico, organização do grupo, produção, relação com a comunidade, o que entendem por saber popular/tradicional, o que entendem por “estar em rede”, interesse da juventude, dificuldades.

Mapa Colaborativo de Agricultura Urbana da Cidade de Niterói, RJ

O mapa identifica agricultoras/es urbanos e produtoras/es de alimentos do município e tem por objetivo fornecer subsídios à construção de ações formativas e a incidência em políticas públicas.

Abrangência: município de Niterói (Região Metropolitana - Leste Fluminense) sendo que uma das experiências cadastradas está no município vizinho, São Gonçalo

Número de experiências: 20

Ano do mapeamento: 2021 - contínuo

Responsável: Grupo de Ensino, Extensão e Pesquisa em Alimentação e Saúde Escolar (Gepase) com parceria entre a Prefeitura Municipal de Niterói, a Universidade Federal Fluminense e a Fundação Euclides da Cunha.

Acesso aos dados: público (saiba mais: Mapa de Agricultura Urbana em Niterói RJ)

Método de colheita: cadastro virtual

Tempo de colheita: contínuo

Informações disponíveis: nome, localização, produtos ofertados.

Resultados

O Mapa da RFS foi escolhido como referência para o território, por trazer maior detalhamento das informações, que são complementadas pelos outros três mapeamentos. No **QUADRO 10** estão especificadas as informações produzidas com base nos quatro mapeamentos, organizadas por categorias de análise e respectivo número de respostas.

Resultados dos quatro mapeamentos: Mapa da RFS; Mapa Colaborativo de AU de Niterói; Mapeamento das Experiências da Rede CAU; Mapa Cultural da Rede Fitovida

A. LOCALIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS DA RMRJ POR SUB-REGIÃO

A **FIGURA 26** localiza as 121 experiências pela sub-região da RMRJ. A maioria está na capital, Rio de Janeiro (72), a área mais populosa do estado, com mais de 6,7 milhões de habitantes distribuídos em 163 bairros. Em segundo lugar, está o Leste Fluminense. com 22 iniciativas (20 em Niterói e duas em São Gonçalo); 19 na Baixada Fluminense (nove em Nova Iguaçu, três em Belford Roxo, duas em Duque de Caxias, São João do Meriti, Nilópolis e Mesquita, uma em Itaguaí). Uma está na região Serrana, especificamente no município de Petrópolis. Há, ainda, outras sete experiências de abrangência estadual e duas sem localização identificada. Duas experiências têm como abrangência a cidade do Rio de Janeiro e a Baixada Fluminense.

QUADRO 10: Resultados por categorias de análise e número de respostas - RMRJ

RESULTADO	MAPEAMENTOS	QUANTIDADE DE EXPERIÊNCIAS RESPONDENTES
a) Localização das experiências na RMRJ por sub-região	Mapa da RFS; Mapa Colaborativo de AU de Niterói; Mapeamento da Rede CAU; Mapa Cultural da Rede Fitovida	121
b) Localização das experiências no município do Rio de Janeiro por zona	Mapa da RFS; Mapeamento da Rede CAU; Mapa Cultural da Rede Fitovida	101
c) Tipo da experiência	Mapa da RFS e Mapa Cultural da Rede Fitovida	71
d) Identidade de gênero das lideranças da experiência	Mapa da RFS, Mapeamento da Rede CAU e Mapa Cultural da Rede Fitovida	101
e) Temas da experiência	Mapeamento da Rede CAU	35
f) Identificação racial das lideranças da experiência		53
g) Surgimento da experiência / Mão de obra / Serviços e comercialização	Mapa da RFS	53
h) Relações com a saúde: atuação em resposta à Covid-19		53

B. LOCALIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO POR ZONA

Das 72 experiências, a maioria está localizada na Zona Oeste (31) e Zona Norte (27). Uma menor quantidade está nas Zonas Sul (11) e Centro (5). Duas experiências não têm a zona identificada e, do total, três ocorrem em mais de uma zona do município. Ver FIGURA 27.

Resultados do Mapa da RFS e do Mapa Cultural da Rede Fitovida

C. TIPOS DE EXPERIÊNCIA

Os mapeamentos da RFS e da Rede Fitovida forneceram os Tipos das experiências, especificamente o tipo de arranjo organizacional, mostrando que a maior parte das 71 iniciativas respondentes está orientada por formas coletivas de organização, nas “Organizações de base comunitária” (24 iniciativas, ou 35%), seguida dos “Grupos comunitários de saúde tradicional

FIGURA 26: Localização das experiências por sub-região da RMRJ (121 respondentes).

Fonte: elaborado com base no Mapa da RFS; Mapa Colaborativo de AU de Niterói; Mapeamento da Rede CAU e Mapa Cultural da Rede Fitovida.

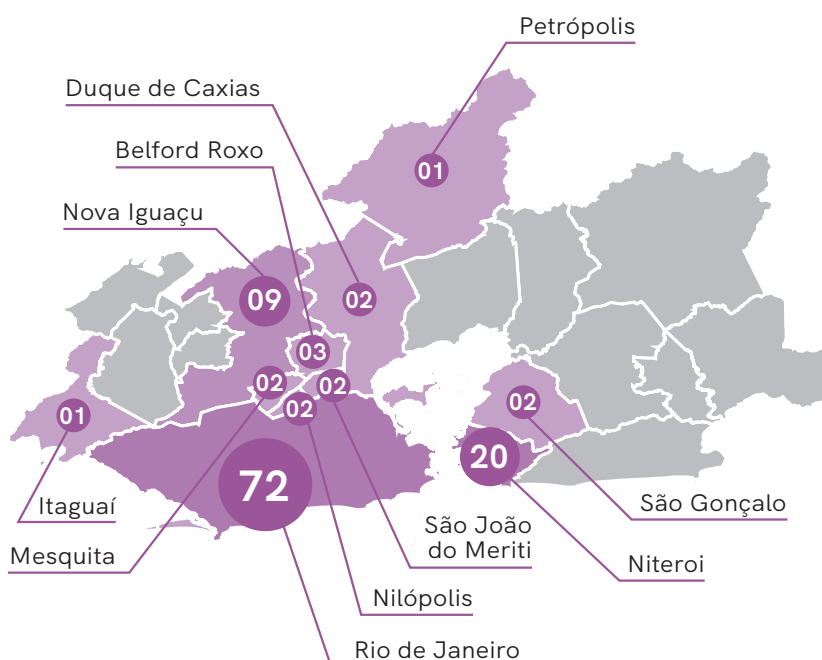


FIGURA 27: Localização das experiências por Zona no município do Rio de Janeiro (72 respondentes).

Fonte: elaborado com base no Mapa da RFS; Mapa Colaborativo de AU de Niterói; Mapeamento da Rede CAU e Mapa Cultural da Rede Fitovida.

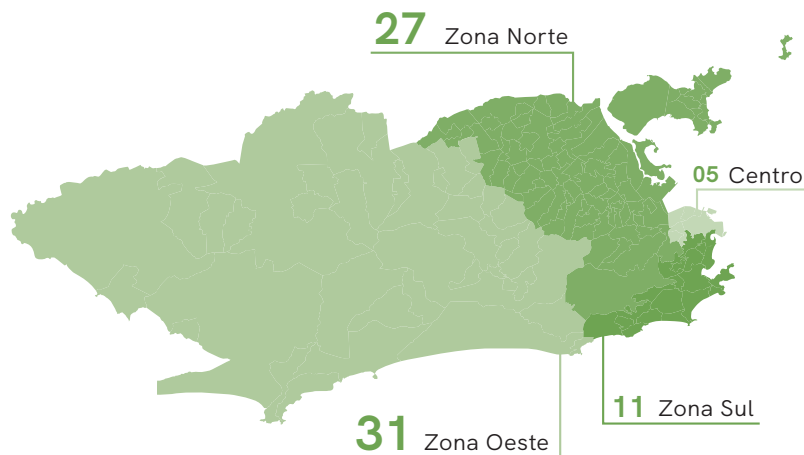


GRÁFICO 23: Tipos de experiências.

Fonte: Elaborado com base no Mapa da RFS e do Mapa Cultural da Rede Fitovida.

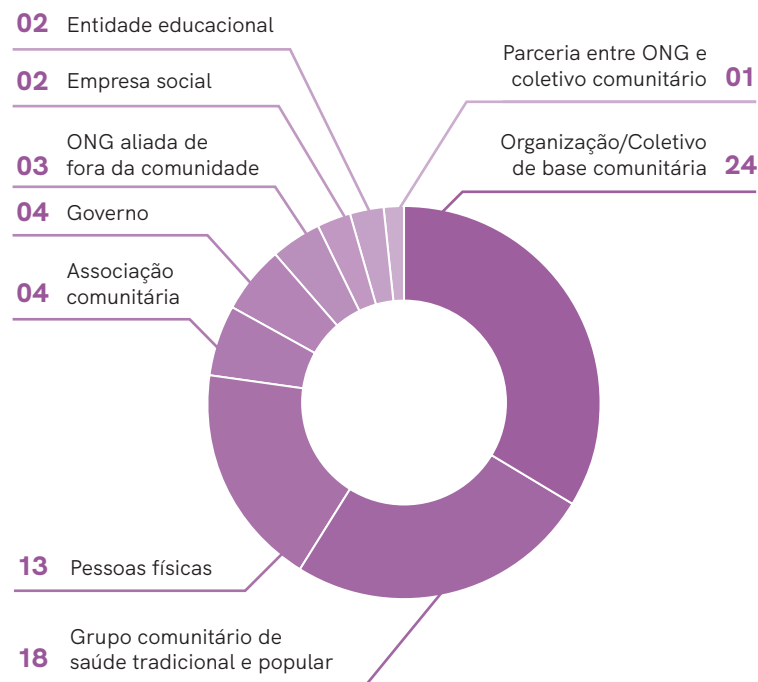
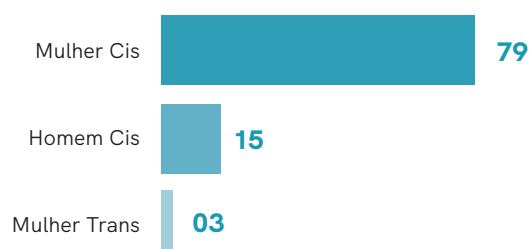


GRÁFICO 24: Gênero das lideranças das experiências (86 experiências).

Fonte: Elaborado com base no Mapa da RFS, Mapeamento da Rede CAU e Mapa Cultural da Rede Fitovida.



e popular”, que correspondem às 18 iniciativas da Rede Fitovida (25%). Ver **GRÁFICO 23**.

Destacam-se as quatro “Iniciativas governamentais” que não são provenientes de favelas, mas têm atuação direta com as comunidades, como a Embrapa Solos e duas unidades da Fiocruz: o Fórum Itaboraí: Política, Ciência e Cultura na Saúde, em Petrópolis, e o Programa de Desenvolvimento do Campus Fiocruz Mata Atlântica, no Rio de Janeiro.

Resultados do Mapa da RFS, Mapeamento de Experiências da Rede CAU e Mapa Cultural da Rede Fitovida

D. IDENTIDADE DE GÊNERO DAS LIDERANÇAS DAS EXPERIÊNCIAS

Os três mapeamentos forneceram dados sobre a *Identidade de gênero* das lideranças das experiências. O mapeamento da RFS perguntou se o “projeto é liderado por mulheres”, com as opções de resposta “sim”/“não”. O mapeamento da Rede CAU indagou pelas “pessoas de referência” da experiência, com as opções “Mulher Cis”, “Mulher Trans”, “Homens Cis”, “Homem Trans”, “Não-Binário” e “Outro”. Já o mapa da Rede Fitovida forneceu os nomes das “pessoas de referência que compõem os grupos de saúde” e por meio deles foi inferido o gênero, confirmado com responsável pela pesquisa. De maneira similar, inferiu-se que as mulheres que lideram os projetos do Eixo Soberania Alimentar da RFS são cis. Ainda que estes procedimentos possam gerar imprecisões, foi feita a opção por essa aproximação para obter um panorama quantitativo mais expressivo sobre a identidade de gênero nas experiências conectadas à AU na RMRJ.

O **GRÁFICO 24** foi produzido com a unificação dessas informações. Há predominância de “Mulheres” em 82 experiências, sendo três delas “Mulheres trans”; há “Homens cis” como referência em 15 experiências. Algumas iniciativas indicaram homens e mulheres como liderança/referência. “Homem trans”, “Não-binário”

e “Outro” não foram selecionadas por nenhuma iniciativa da Rede CAU, e outras 15 experiências não tiveram o gênero identificado e por isso foram retiradas do valor total juntamente com as cinco experiências duplicadas, totalizando 86 experiências com a informação sobre a identificação do gênero de suas lideranças.

O Mapa da RFS indagou, ainda, se “as experiências possuem **recorte de gênero**” e 28 das 53 indicaram que sim. Não foi especificado, entretanto, a qual gênero está direcionado tal recorte, e nem se este “recorte” diz respeito à composição do grupo responsável pela iniciativa ou ao direcionamento do público por ela beneficiado.

As mulheres participam das 18 experiências da Rede Fitovida e os homens de apenas seis, ou seja, elas protagonizam 12 experiências. O resultado explicita a conexão entre as práticas tradicionais e populares de cuidado em saúde e as mulheres que, com o apoio das Pastorais da Saúde, promovem atividades culturais na RMRJ, sobretudo na Baixada Fluminense, para divulgar seu trabalho e integrar a população local às ações desenvolvidas. A saúde é tema central do Mapa Cultural da Rede Fitovida, que articula uma grande rede de solidariedade que sustenta ações de doação de ervas pelos vizinhos e pessoas próximas; partilha de saberes entre as pessoas envolvidas na Rede; e oferta voluntária de serviços de saúde alternativa/popular.

Resultados do Mapeamento de experiências da Rede CAU

E. TEMAS DAS EXPERIÊNCIAS

Com base na árvore temática da plataforma Agroecologia em Rede, as experiências que compõem a Rede CAU informaram até cinco temas associados às suas práticas, sendo o principal

GRÁFICO 25: Temas das experiências do Mapeamento da Rede CAU.

Fonte: Mapeamento da Rede CAU.



“Agricultura Urbana e Periurbana” (27); seguido de “Alimento, Segurança e Soberania Alimentar” (23) e “Educação e Construção do Conhecimento Agroecológico” (15), entre outros, como pode ser visualizado no GRÁFICO 25.

Resultados do Mapa da RFS

O mapa da RFS foi o único que forneceu dados sobre a *identificação racial* das lideranças das experiências e a *atuação em resposta à Covid-19* - única questão que aborda explicitamente a saúde entre os quatro mapeamentos da RMRJ.

F. IDENTIFICAÇÃO RACIAL DAS LIDERANÇAS DAS EXPERIÊNCIAS

Partindo da questão “projeto liderado por afrodescendentes ou indígenas”, 37 experiências (70% das respostas) indicaram que sim, e 16 (30%) que não. O mapeamento da RFS está voltado majoritariamente a iniciativas em favelas da RMRJ, áreas que têm como maior parcela da população pessoas negras, como resultado do histórico processo de urbanização segregatório. Ainda, duas dessas experiências são quilombos, localizados na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro.

O Mapa da RFS indagou, ainda, se **as experiências “possuem recorte racial”** e 17 em 53 (32% do total) indicaram que sim. É possível inferir que o “recorte racial” se refira às pessoas negras e indígenas. No entanto - de modo similar à formulação da questão sobre o “recorte de gênero” desse mesmo mapeamento - não é especificado se o “recorte” diz respeito à composição das pessoas que atuam na iniciativa ou ao direcionamento do público por ela beneficiado, o que pode ter resultado em interpretações distintas por parte das/os respondentes.

G. SURGIMENTO DAS EXPERIÊNCIAS / MÃO DE OBRA / SERVIÇOS E COMERCIALIZAÇÃO

Em relação ao surgimento das experiências, o mapeamento da RFS mostra que 37 em 53 (70%) são iniciativas de moradores da própria comunidade; outras formas, não especificadas, representam 30% (16 experiências). Em relação ao tipo de

mão de obra, 30 (57%) são iniciativas totalmente voluntárias e 23 (43%) não são totalmente voluntárias. Ainda, 30 (57%) experiências afirmam que produzem serviços e/ou têm produtos à venda.

H. RELAÇÕES COM A SAÚDE: ATUAÇÃO EM RESPOSTA À COVID-19

O mapeamento da RFS também permitiu tecer relações entre a agricultura urbana agroecológica e a saúde. Realizado em 2021, em meio à pandemia, indica que 40 (75%) **experiências “atuaram em resposta à Covid-19”**.

Por fim, a saúde aparece de maneira explícita no campo aberto de descrição das experiências, intitulado “missão” no mapeamento da RFS. São mencionadas, por exemplo, iniciativas de “hortas com plantas medicinais”; de “plantio com o objetivo de valorizar os conhecimentos tradicionais ligados ao uso medicinal e alimentar”; que trabalham com “questões ambientais e de saúde” e a “promoção e ações de saúde”. São ainda mencionadas neste campo as lutas das experiências contra desigualdades e vulnerabilidades, a pobreza e a fome; a promoção da educação, da soberania e segurança alimentar, da sustentabilidade, do saneamento, entre outras.

Algumas considerações, por temas, sobre os resultados

DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL

- A insegurança nos territórios é um dos principais desafios impostos pelo poder público e pelo poder paralelo, especialmente nos bairros da Zona Norte e Oeste do município do Rio de Janeiro. São diversas as violências diárias que ameaçam a dignidade das/os trabalhadoras/es das agriculturas urbanas, originadas nas desigualdades sociais e que se aprofundam na disputa territorial nas periferias pela narcomilícia e pelo narcotráfico;
- Uma luta fundamental dentro da AU é a permanência nos territórios, diante da falta de garantias nas pactuações com o Estado. Dentre os desafios, as “pedras”

identificadas no Rio do Tempo, há embates com o poder público na luta por espaços e na resistência às remoções resultantes da

especulação imobiliária e dos megaeventos por exemplo, a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Favelas e suas agriculturas na cidade do Rio de Janeiro⁵⁷

As favelas se formam nas últimas décadas do século XIX no município do Rio de Janeiro, como resultado do intenso crescimento populacional somado a um projeto de urbanização que expulsa a população empobrecida da região central da cidade, que vivia em cortiços, habitações consideradas insalubres e responsabilizadas pelos problemas sanitários da capital.

A fama de “primeira favela” do Brasil é do Morro da Providência, que começou a ser ocupado no final do século XIX e recebeu o nome “Morro da Favella”. É a partir dela que o termo “favela” passa a nomear, genericamente, um tipo específico de arranjo habitacional urbano. Além do Morro da Favella, nesse período também havia ocupações em áreas de encostas em outras localidades da cidade como a Mangueira, a Quinta do Caju e a Serra Morena.

Na primeira metade do século XX, a implementação de um novo modelo agrícola no país, somada à demanda por mão de obra no setor industrial, ocasionou um grande êxodo rural para os centros urbanos, e o crescimento das favelas como resposta à necessidade de moradia a um valor acessível e com alguma proximidade das oportunidades de trabalho. Assim, as favelas vão se estruturando pela ação dos próprios habitantes, que produzem inovações em contextos precarizados e negligenciados pelo Estado. Hoje, aproximadamente 14 milhões de pessoas residem em favelas no Rio de Janeiro, em sua maioria negras.

Uma parte da população que vive nas favelas guarda em sua memória relações com a agricultura, que se expressam nos quintais, lajes e na organização de coletivos de agricultura urbana. Como exemplo, destaca-se a criação em 1997 da ONG Verdejar Socioambiental na Serra da Misericórdia, no Complexo do Alemão, com ações de reflorestamento e agroecologia, com foco nas juventudes. Nesse mesmo período, surgem as primeiras ações de plantio de alimentos no Morro da Providência, que vão culminar, mais tarde, na Providência Agroecológica, organização que atua com saúde, arte e educação. Ainda, em 2012 é criado o Centro de Integração da Serra da Misericórdia, que também trabalha com os temas da educação e soberania alimentar.

A agricultura da favela lida com uma série de dificuldades, como as condições de acesso, a deficiência nos serviços de saneamento, a violência e os conflitos na disputa pelo território. Apesar dos desafios, essas iniciativas comunitárias, mobilizadas principalmente pelos objetivos de proteção ambiental e produção de alimentos, se constituem também como núcleos territorializados de articulação política, de diálogo com a população e de luta por saúde, por condições dignas de habitação e vida, pelo direito à cidade.

SAÚDE

- A construção do Rio do Tempo da RMRJ deixou nítida uma preocupação com a saúde mental e o reconhecimento dos benefícios trazidos pelo manejo das plantas alimentícias e medicinais, especialmente no contexto pandêmico. Como forma de enfrentamento solidário à pandemia da Covid-19, foram identificadas 19 iniciativas que se organizaram para distribuição de alimentos agroecológicos em favelas e periferias na Região Metropolitana*.

***“Nossas agendas não param,
Roupa suja, trabalho, dobra
Comida não chega
Comunicamos que não
detectamos o pagamento
A senhora tem uma cesta
pra dar pra minha mãe
que tá desempregada
Minha obra parou e sem o auxílio
eu não tenho o que comer
Força resistência
Tolerância com o***

* Informação obtida a partir de pesquisa realizada em 2020 pelo Eixo Soberania Alimentar (então GT Hortas e Reflorestamento) da RFS. Disponível em: <https://rionwatch.org.br>

*governo genocida
 Tô a ponto de explodir
 Não consigo mais dar
 conta de nada
 Coração sempre acelerado
 Pernas inchadas
 Choro preso na garganta
 Pandemia das violências
 Territórios em luta
 Mulheres na linha de frente
 Mães sem teto
 Serra como abrigo
 Verde como esperança
 Desabafo”*

Ana Santos - CEM, 2020

GÊNERO E RAÇA

- Em relação à dimensão de gênero, são as mulheres que estão majoritariamente nos encontros e mobilizações do movimento agroecológico na RMRJ. Pelo marcador da raça/etnia, a maior parte das pessoas atuando com AU agroecológica são negras;
- Buscou-se dar conta desses protagonismos na definição das representações na construção da memória da AU. Com o objetivo de garantir a representatividade dos coletivos, foi feita a opção de não restringir a oficina do Rio do Tempo somente às mulheres. Ainda assim, a participação feminina foi três vezes maior do que a de homens;
- Entre os marcos históricos ligados à luta antirracista e feminista, está a constituição da coletiva Mulheres de Pedra em 2000, com a formação de um grupo de economia solidária em Pedra de Guaratiba, no município do Rio de Janeiro, com objetivo de fortalecimento cultural e socioambiental e de geração de renda; e a participação das mulheres da Rede CAU na organização da Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo pelo Bem Viver, em 2015.

FIGURA 28: Oficina do Rio do Tempo da RMRJ. Paolo Martins, 2022.



Quilombos urbanos no Rio de Janeiro⁵⁸

A manutenção das comunidades nos territórios é um dos grandes desafios vividos na RMRJ, principalmente para pessoas descendentes da população que foi escravizada e que, após a abolição, não teve direito de acesso à terra. A formação dos quilombos no período escravocrata possibilitou a proteção, a expressão de manifestações culturais, a vida digna em comunidade. São territórios ancestrais, que carregam a memória coletiva de muitas gerações.

No município do Rio de Janeiro, há quilombos urbanos em busca de reconhecimento pelo poder público e pelos arranjos dos poderes locais, institucionalizados ou não. O mais antigo é o Quilombo Pedra do Sal, cuja origem remete a 1608, quando pessoas escravizadas e libertas advindas do continente africano e da Bahia começaram a fazer dessa área, na região portuária da cidade, um espaço de habitação de manifestações religiosas e artísticas. Em 1984, a Pedra do Sal foi tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural como monumento histórico cultural e religioso da cidade. Em 2006, o Quilombo Pedra do Sal foi reconhecido pela Fundação Cultural Palmares. Apesar disso, a comunidade ainda é ameaçada pela especulação imobiliária e por disputas com a Igreja Católica, que reivindica a propriedade de boa parte da área de abrangência do quilombo.

Já o Quilombo Sacopã foi formado no século XIX por seis famílias descendentes de pessoas escravizadas no Morro da Saudade, no bairro da Lagoa, Zona Sul da cidade. Resistindo às remoções das favelas ocorridas na região na década de 1960, em 2004 conquistaram o reconhecimento da Fundação Palmares. Lidam, ainda hoje, com forte pressão fundiária por estarem em um dos bairros mais caros do Rio de Janeiro.

O Quilombo do Camorim, no bairro de Jacarepaguá, foi o primeiro da região do Maciço da Pedra Branca, na Zona Oeste do município, a obter reconhecimento da Fundação Palmares, e a partir dele outros quilombos se mobilizaram para conquistar o reconhecimento oficial, processo concretizado em 2014, com a certificação do Quilombo Cafundá Astrogilda, no bairro de Vargem Grande, e do Quilombo Dona Bilina no Rio da Prata, no bairro de Campo Grande. Além do crime organizado das milícias, os três quilombos lidam com as dificuldades da sobreposição dos seus territórios com a Unidade de Conservação Parque Estadual da Pedra Branca, implementada em 1974, quando órgãos ambientais passam

a pautar a necessidade de retirada da população que vivia há gerações no Parque como condição para sua preservação.

Em 2015, articuladas com a Rede CAU, lideranças dos três quilombos participaram do I Encontro Nacional de Agricultura Urbana, e com apoio do Consea-Rio promoveram a roda de conversa “A maior floresta da América Latina está no Rio de Janeiro, e quem está cuidando, as leis ou os agricultores?”. Após, a Rede CAU foi convidada a ter um assento no Mosaico Carioca, espaço de debate do governo com a sociedade civil sobre regulação e acompanhamento das UCs da cidade, e a partir disso foi possível estabelecer uma relação de respeito com os órgãos ambientais. Atualmente essas três comunidades quilombolas vivem da agricultura e do turismo de base comunitária.

Outro exemplo mais recente é o Quilombo Ferreira Diniz, que há 5 anos iniciou o processo de reconhecimento interno enquanto quilombo e há pouco tempo entrou com o processo de reconhecimento enquanto quilombo perante a Fundação Palmares. O quilombo se localiza no Bairro da Glória no Rio de Janeiro, formado por 14 famílias; são descendentes de lavadeiras, que também carregam na sua ancestralidade a ligação com a comida e com a terra. No espaço do quilombo mantêm seus plantios com aipim, banana, laranja, manga, verduras, e organizam semanalmente há mais de 20 anos uma feijoada. Atualmente realizam diversas atividades para dar visibilidade à sua luta, como rodas de conversa sobre o tema e rodas de capoeira.

Mesmo com os avanços conquistados, as comunidades quilombolas do Rio de Janeiro seguem resistindo aos diferentes ciclos econômicos e interesses do governo, e ao poder paralelo estabelecido em cada canto da cidade. Enfrentam o racismo, a violência e a dificuldade de acessar políticas públicas adequadas às suas necessidades. Ainda há um nível de incerteza jurídica sobre suas terras, já que os quilombos ainda aguardam a titulação final do Incra.



FIGURA 29: Encontro do Rio do Tempo da AU na RMRJ.

Paolo Martins, 2022.

Florianópolis



Habitantes:

537.213

Região do país: **Sul**
Estado: **Santa Catarina**



Extensão territorial:

674,844 km²



Índice de Desenvolvimento Humano (IDH):

0,847



Densidade demográfica:

796.06 hab/km²



Fonte: Censo IBGE, 2022 .

FIGURA 30: Encontro de Mulheres da Agricultura Urbana de Florianópolis. Letícia Barbosa, 2022.



Florianópolis está situada no litoral catarinense e é uma das três capitais insulares do país, dividida em 12 distritos e com extensão territorial formada majoritariamente pela Ilha de Santa Catarina, com 424,4 km² e uma pequena porção continental de 12,1 km². Situada no bioma Mata Atlântica, possui 12 unidades de conservação (42% do município é Área de Preservação Permanente).

Os primeiros moradores foram migrantes vindos das ilhas de Açores e Madeira que chegaram na Ilha de Santa Catarina no século XVIII e viveram das culturas da cana-de-açúcar, amendoim, café e milho. Nomeada inicialmente “Desterro”, a cidade entrou no século XIX tendo, além das funções políticas e administrativas, o desenvolvimento da atividade portuária marcado pela exportação de gêneros alimentícios, a exemplo da farinha de mandioca, além da forte presença das atividades agrícola, pastoril e pesqueira.⁵⁹

Até o princípio do século XX, o município ainda mantinha fortes vínculos com o rural – sua economia girava em torno da agricultura, do comércio e dos serviços criados em função de sua posição como capital. Na década de 1950, Florianópolis era uma importante região produtora de café e banana, feijão, mandioca, milho e arroz, e a agricultura empregava grande parte da população. Com a intensificação do processo de urbanização, as atividades agrícolas foram sendo substituídas por empreendimentos, comércios e indústrias. O turismo também começa a ter um destaque como atividade econômica nas

áreas litorâneas, aumentando a especulação imobiliária. Apesar disso, as agriculturas resistem em Florianópolis, nos quintais produtivos, nos agrupamentos comunitários, em espaços públicos como praças e parques, em espaços institucionais, como escolas, creches, Centros de Referência de Assistência Social e Centros de Saúde. O município possui forte atuação na defesa e fomento da agricultura urbana agroecológica e é pioneiro na formulação e aplicação de políticas públicas ambientalmente adequadas para gestão de resíduos sólidos, envolvendo a coleta seletiva e o aproveitamento dos resíduos orgânicos via compostagem.

Articulação territorial para a construção de um Rio do Tempo em Florianópolis*

A construção de um Rio do Tempo da agricultura urbana em Florianópolis se deu em dois momentos: um presencial, no 1º Encontro de Mulheres da Agricultura Urbana de Florianópolis e, posteriormente, em um ciclo de oficinas virtuais com a Rede Semear. O encontro presencial foi direcionado às mulheres de dentro e fora da Rede Semear, especialmente mulheres negras que desenvolvem ações de AU em seus territórios, pois identificou-se que, apesar de existirem diversas iniciativas periféricas e mobilizadas por mulheres negras no município, estas não

* Texto elaborado por Marília Cucolicchio e Luana de Brito.

estavam nos principais espaços de representatividade e articulação.

REDE SEMEAR

A Rede Semear foi formada para dar visibilidade, fortalecer e consolidar as diversas formas de se fazer agricultura em Florianópolis. Busca, também, promover estudos e encontros para articular agendas coletivas e incidir nas políticas municipais.

Composição: Representações públicas municipais e estaduais relacionadas às áreas da saúde, meio ambiente e infraestrutura, ativistas da AU agroecológica e orgânica, OSCs, associações de moradoras/es, professoras/es, artistas, estudantes, movimentos sociais organizados de diferentes áreas e agricultoras/es urbanas/os.

Ano de criação: 2015

Local de atuação: Florianópolis

Análise de um Rio do Tempo da agricultura urbana em Florianópolis

DÉCADAS DE 1970 E 1980

A cidade de Florianópolis possui um longo histórico na agricultura urbana. O primeiro marco trazido à cronologia refere-se à criação do Centro de Ciências Agrárias (CCA) da Universidade Federal de Santa Catarina em 1979, e a formação da primeira turma de agronomia da UFSC. Embora ainda não trabalhasse com o tema diretamente, esse marco é o início de um importante trabalho que a UFSC desenvolve nos campos da agroecologia e AU.

Na década de 1980, importantes articulações ligadas à luta ambiental floresceram. Em 1983 teve início o Movimento Ecológico Livre. O grupo não se limitava ao debate ecológico, realizando discussões e ações em torno de temas raciais e de gênero, atuando como um movimento político-cultural. Suas movimentações tiveram importantes conquistas, como a

Participantes da construção do Rio do Tempo de Florianópolis

Participaram da oficina 24 pessoas entre lideranças, integrantes da Rede Semear e os grupos: Casa de Passagem Indígena, Horta Comunitária PC3, Canteiros de Erva e Axé, Grupo Sementeira, Revolução dos Baldinhos e Ecoquilombo. Além delas e da contribuição geral da Rede Semear na etapa de articulação territorial em Florianópolis, tem destaque a colaboração do mandato agroecológico, Cepagro e Cozinha Mãe, espaço da Revolução dos Baldinhos onde aconteceu o encontro.

desativação do lixão no manguezal do Itacorubi e a criação do Parque Municipal da Galheta⁶⁰.

Em 1986, teve início as ações do Programa Beija-flor (ainda sob o nome de projeto Viva Melhor, institucionalizado em 1987 como programa) de tratamento descentralizado de resíduos. Foi a primeira experiência de coleta seletiva em uma capital brasileira. A proposta contou com forte apoio de moradoras/es e, ao final de 1992, atendia cerca de 4.600 residências, recolhendo e processando oito toneladas mensais de materiais recicláveis e cinco toneladas mensais de resíduos orgânicos. Em 1994, a coleta seletiva foi universalizada na cidade⁶¹.

DÉCADA DE 1990

O início da década de 1990 tem uma importante contribuição da UFSC, o desenvolvimento e divulgação do método de leiras estáticas com aeração passiva para compostagem (Método UFSC), aprimorada e disseminada pelo professor Rick Miller do CCA/UFSC, que foi sendo incorporada por pessoas e comunidades.

Já em 1995, foi criada a Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis (Floram), uma entidade pública, sem fins lucrativos, instituída pela Lei Municipal 4.645/95, responsável por executar a política ambiental em Florianópolis. Em 1997, se organizou o Departamento de Educação Ambiental dentro da Floram.

DÉCADA DE 2000

Em 2004, foi realizado um intercâmbio entre o Cepagro e duas OSCs que na época já

trabalhavam com agricultura urbana: a AS-PTA, no Rio de Janeiro e a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, em Belo Horizonte. Esse movimento inaugurou no Cepagro o eixo de trabalho em AU, o que influenciou muito a entrada do conceito e das práticas na cidade de Florianópolis. Em **2007**, foi criado o Núcleo de Educação Ambiental do Centro Tecnológico da UFSC, responsável pelo projeto Mãos à Horta, que implementou hortas urbanas voltadas para a

educação ambiental. No ano seguinte, em **2008**, surgiu a Revolução dos Baldinhos, que viria a se tornar uma referência nacional de gestão comunitária de resíduos.

Em **2010**, foi criado o Projeto Educando com a Horta e a Gastronomia, coordenado pelo Departamento de Alimentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação com assessoria do Cepagro, chegando a atuar em 83 unidades educativas com ações de plantio, preparo de alimentos e compostagem.

Entre **2009 e 2012**, houve marcos importantes relacionados à UFSC: a Criação do Laboratório de Estudos do Espaço Rural, do Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar, e a disciplina de agricultura urbana no CCA. O Laboratório tem importância na aproximação campo e cidade e influência no posterior surgimento das “células de consumo responsável” na cidade.

Revolução dos Baldinhos⁶²

A “Revolução dos Baldinhos” é um projeto de gestão comunitária de resíduos orgânicos no bairro Monte Cristo, na parte continental de Florianópolis. Tem início em 2008, quando há um surto de leptospirose no bairro causado pela proliferação de ratos, ocasionando acidentes com crianças e duas mortes de jovens. O bairro possui vias de acesso estreitas, o que dificulta a coleta dos resíduos; com isso, havia muito descarte irregular de lixo em ruas e terrenos baldios.

Nesse contexto, lideranças e moradores se reuniram com representantes das escolas e do centro de saúde local, um técnico do Cepagro e mulheres da Frente Temporária de Trabalho para debater e encontrar solução para o problema. Com base em experiências prévias, chegou-se à proposta de pedir a moradoras/es que separassem as sobras de comida em baldes com tampa, que seriam recolhidos; e os resíduos compostados na própria comunidade. O projeto começou com apenas cinco famílias, foi crescendo e tendo adesão principalmente pelo fato de que a própria comunidade mobilizava.

Conforme o projeto se expandiu, foi feita uma parceria com a Companhia Melhoramentos da Capital (Comcap), que disponibilizou um automóvel para a coleta, que antes era feita em um carrinho de supermercado. Organizaram-se Pontos de Entrega Voluntária para facilitar a logística. Em média, o projeto reciclou 12 toneladas por mês de resíduos orgânicos, produzindo três toneladas mensais de composto. Realizou diversas parcerias, acessou editais, ganhou prêmios e se tornou inspiração para outras iniciativas em todo o país. A Revolução dos Baldinhos recebeu o certificado de Tecnologia Social pela Fundação Banco do Brasil e em 2013, por meio de um prêmio, foi possível replicar o método em outra comunidade do Bairro Monte Cristo. Devido à parceria com a Fundação, em 2016, o modelo começou a ser replicado em empreendimentos vinculados à política de habitações populares “Minha Casa, Minha Vida”, por meio do Programa Nacional de Habitação Urbana.

DÉCADA DE 2010

Em **2013**, ocorreu a certificação do primeiro quilombo urbano de Florianópolis, o Vidal Martins. Neste ano, também tem início a ocupação de um latifúndio improdutivo de 900 hectares no norte da Ilha de Santa Catarina, às margens da SC-401, que viria a se tornar o Assentamento Comuna Amarildo em Águas Mornas, que em pouco tempo passou a produzir e comercializar hortaliças orgânicas.

No ano seguinte, em **2015**, nasceu o Grupo de Trabalho de Agricultura Urbana dentro do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Florianópolis. Importantes movimentações ocorreram em 2015, como o I Encontro Municipal de Agricultura Urbana (EMAU) com o tema “Criação e Gestão de Redes”, articulado com a Secretaria Municipal de Saúde, que marcou o início da Rede Semear. Ainda, ocorreu o I Encontro Estadual de AU no Camping do Rio Vermelho, no qual foram indicados representantes para participar do I ENAU no RJ.

Ainda em 2015, houve a implementação de hortas em 46 dos 50 Centros Municipais de Saúde de Florianópolis. O cultivo de horta-

UM RIO DO TEMPO DA AGRICULTURA

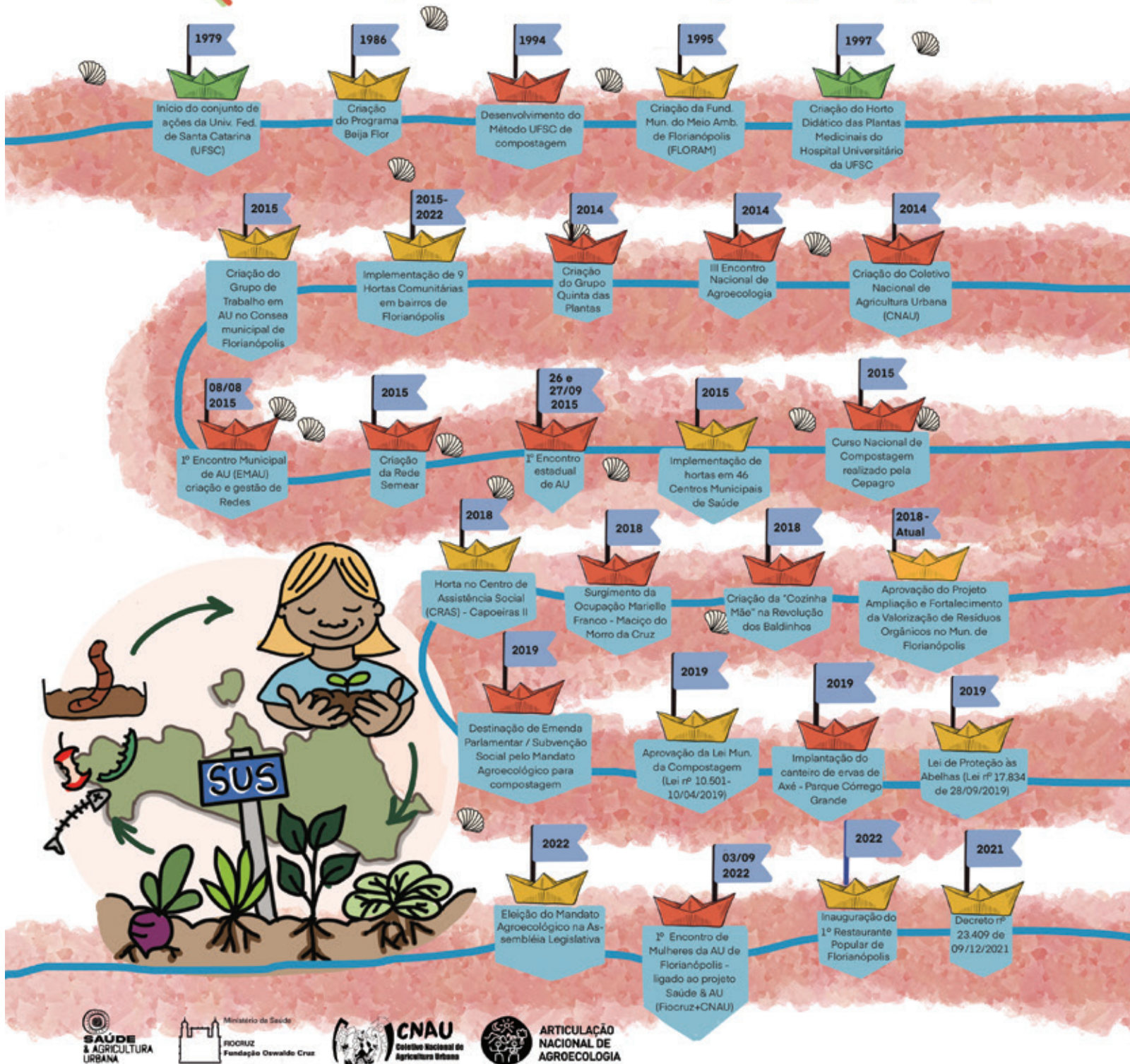
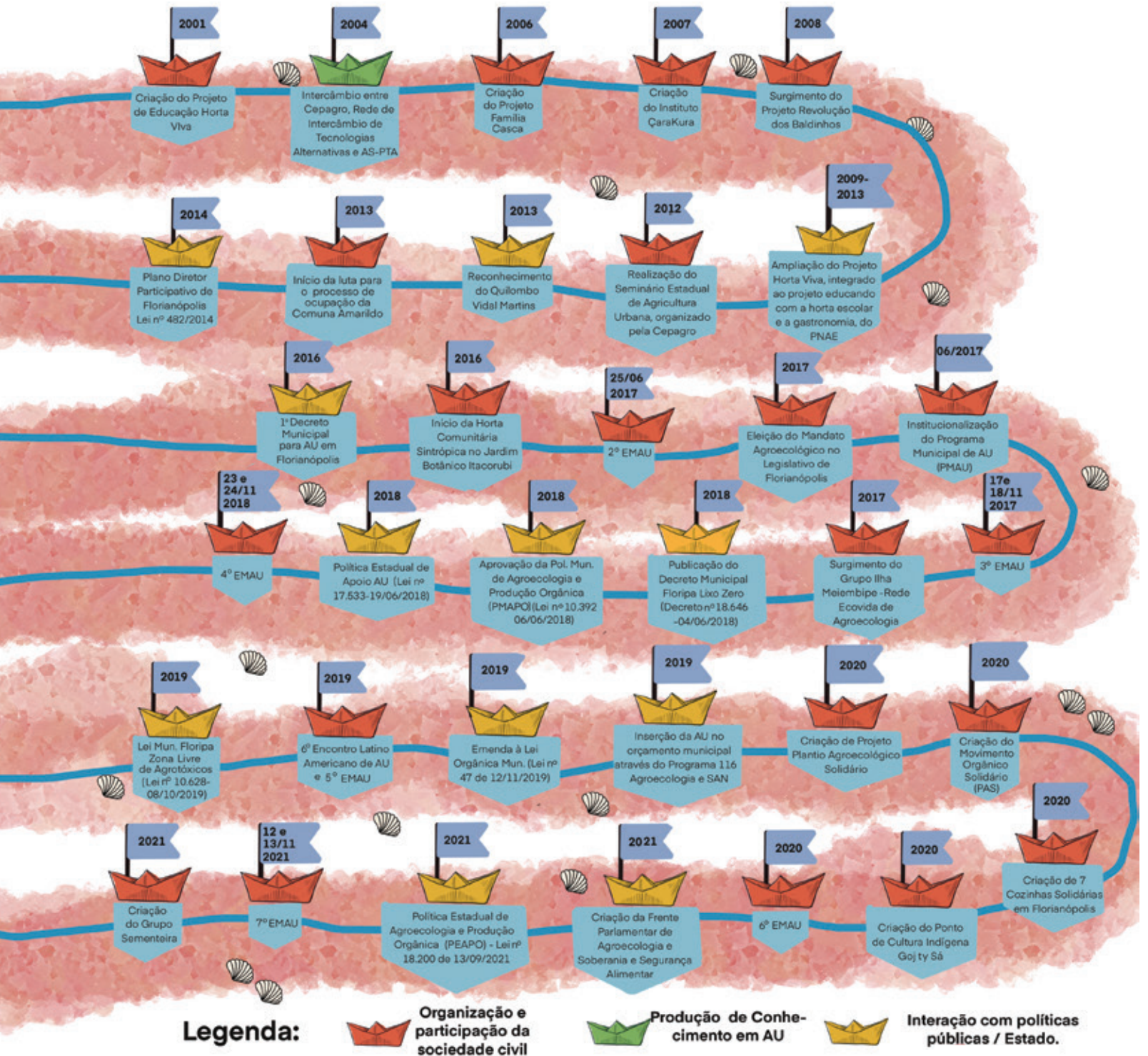


FIGURA 31: Um Rio do Tempo da agricultura urbana em Florianópolis.

Ilustração: Bianca Santana, 2023.

URBANA DE FLORIANÓPOLIS



liças e plantas medicinais em alguns centros de saúde já acontecia há muitos anos, mas é a partir desse ano que a Diretoria de Vigilância em Saúde e a Coordenação de Promoção da Saúde passaram a incentivar e implantar hortas com apoio de outras instituições, como a Floram, Comcap, Cepagro, UFSC, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) e as próprias comunidades. Diversas hortas foram surgindo nos anos seguintes por influência das hortas dos centros de saúde, e até 2020 calcula-se que cerca de 20 novas hortas comunitárias foram implantadas em diferentes bairros.

Em **2016**, foi assinado o primeiro decreto municipal que trata da AU, instituindo um grupo de trabalho para estudar a criação do Programa Municipal de Agricultura Urbana (PMAU), dando destaque à AU de base agroecológica. Neste ano ocorreu o II EMAU, com elaboração de uma carta política do encontro, que foi encaminhada às candidaturas à Prefeitura Municipal para firmarem compromisso com a agenda de AU.

Em **2017**, ocorreu a eleição do vereador Marquito, iniciando o mandato agroecológico. Marquito já havia feito parte do Cepagro e participava da Rede Semear, então sua inserção na política municipal foi bastante representativa das pautas da Rede e viria a alavancar a AU de base agroecológica. Um exemplo disso foi a institucionalização do PMAU. Também aconteceu o III Encontro de Agricultura Urbana e Práticas Integrativas Complementares promovido pela Rede Semear, com organização do Ministério da Agricultura e Pecuária, UFSC, Epagri, Cepagro, Câmara de Vereadores e Prefeitura de Florianópolis.

Em **2018**, o programa Minhoca na Cabeça foi incorporado ao conjunto de ações da Prefeitura de Florianópolis. De responsabilidade da Comcap, é um dos principais programas municipais de AU, consiste na distribuição de minhocários e realização de capacitações para que famílias possam produzir adubo orgânico em suas casas.

No mesmo ano também aconteceu o IV EMAU, com o tema “Direito à Cidade”. Foi lançado o projeto “Ampliação e Fortale-

Quilombo Vidal Martins⁶³

O Quilombo Vidal Martins é constituído de cerca de 30 famílias descendentes de pessoas escravizadas e foi certificado como tal em 2013 pela Fundação Cultural Palmares. As famílias pleiteiam, desde então, uma área de 961 hectares, porém mais da metade dela está sobreposta ao Parque Estadual do Rio Vermelho, uma unidade de conservação permanente administrada pelo Instituto do Meio Ambiente.

Os quilombolas afirmam que seus familiares nasceram e viveram nessa área e que foram expulsos na década de 1960 para a criação da extinta Estação Florestal do Rio Vermelho, um local onde seria explorada uma espécie exótica de pinheiro. Declaram que alguns membros da comunidade trabalharam nesse plantio e receberam apenas alimentação como pagamento. As irmãs Helena e Shirlen Vidal de Oliveira realizaram uma extensa pesquisa com base em documentos de cartórios, igrejas e arquivos públicos, que além de comprovar a relação de seus antepassados com o local, também revelaram dados históricos sobre a escravidão em Florianópolis.

Em 2020, algumas famílias ocuparam a área do camping do Rio Vermelho, pois o local onde moravam era extremamente pequeno para garantir condições dignas de vida, e com a pandemia essa situação se tornou ainda mais insustentável pois não era possível praticar o distanciamento entre as famílias. Nesse mesmo ano, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária divulgou o edital de regularização fundiária do quilombo, publicando em 2022 uma portaria que reconheceu como terras da comunidade quilombola Vidal Martins uma área de 961,28 hectares, ainda restando as fases de delimitação e demarcação física da área e, por fim, a titulação das terras.

A comunidade cultiva mudas nativas, que, além do sustento e venda, é uma forma de manutenção dos conhecimentos ancestrais. Ainda vive, porém, de modo improvisado e sem infraestrutura, convivendo com a incerteza do direito definitivo sobre a terra, já que há um pedido de reintegração de posse movido pelo Instituto do Meio Ambiente.

cimento da Valorização de Resíduos Orgânicos, em Florianópolis”, e foi instituído o Programa “Florianópolis Capital Lixo Zero”, com o objetivo de desviar resíduos secos e orgânicos dos aterros sanitários. Outra conquista neste ano foi a instituição da Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana, voltada à promoção da segurança alimentar e nutricional e da melhoria da renda.

Neste ano foram aprovadas diversas leis e políticas de autoria do mandato agroecológico: Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica e a Lei Municipal nº 10.501/2019, a primeira lei de compostagem no Brasil, que obriga o município a dar uma destinação ambientalmente adequada a todos os resíduos sólidos orgânicos e veta a sua destinação ao aterro sanitário ou incineração por meio de metas graduais por ano, sendo esperado 100% até 2030. O mandato também aprovou a lei Floripa Zona Livre de Agrotóxico, que visa proibir a aplicação e armazenamento de agrotóxicos na ilha, e incentivar a transição agroecológica; e a lei que incentiva a proteção das 34 espécies de abelhas nativas de Florianópolis por meio da criação de estações polinizadoras pedagógicas, chamadas de Jardins de Mel. Foi criada a Frente Parlamentar de Agroecologia e SSAN.

DÉCADA DE 2020

Em 2020, como resposta à pandemia da Covid-19, foram criadas diversas cozinhas comunitárias no município com o objetivo de combater a fome, fornecendo alimentos saudáveis para pessoas em situação de vulnerabilidade; a iniciativa “Plantio Agroecológico Solidário”, que realizou a entrega de cestas com alimentos agroecológicos; e as ações realizadas na cozinha mãe da Revolução dos Baldinhos, com as mulheres que estavam na linha de frente na defesa de suas comunidades. Aconteceu também o VI EMAU: “Experiências Comunitárias Conectadas às Políticas Públicas”.

Em 2021, por fim, foi aprovada a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica e aconteceu o VII EMAU: “Quem Nutre a Terra que nos Alimenta?”, de forma remota e organizado apenas pela sociedade civil.

Relatos colhidos no I Encontro de Mulheres da Agricultura Urbana de Florianópolis

“Quem são essas mulheres pretas que estão nesses espaços e as que não estão? Elas se sentem à vontade, acolhidas, têm suas demandas respeitadas, são escutadas?”

Mara Goularth, Morro do Maciço

“A construção, ela sempre começa pelas mulheres; a história da vida, ela começou pelas mulheres. Depois, nos tomaram de assalto, nos apagaram, mas a luta continua. A gente está aqui mostrando a prova da nossa luta, de que nós somos fortes sim! Somos guerreiras, avançamos sempre quando nos ameaçam...”

Tânia Ramos, Vereadora

“A horta me ajudou a sair de uma depressão e de um luto... Eu converso com elas [as plantas], elas me entendem, vejo que às vezes elas também não estão bem, então há uma troca entre nós”

Dona Elza Adão, PC3/Coloninha

“A gente não é nada diante da terra, o universo é rei, o tempo é rei. Então que a gente traga propósito pra nossa vida, pra nossa história, pra nossa caminhada, principalmente para as gerações...”

Cintia Cruz, Revolução dos Baldinhos

“Lá no meu território é tudo concreto, cimento... Como fazer uma horta no meio das pedras?”

Carla Cristina, Ocupação Anita Garibaldi

“Ver e ouvir cada uma aqui pra mim é sempre gratificante. Essa energia que fica de saber que tem gente pensando igual, que a gente não tá sozinho, que nesse mar imenso uma hora a gente aporta... Principalmente na galera da favela... E sabe desconstruir, porque a gente não pode ter uma visão única dentro do território... Eu quero rebelião, galera, eu quero a favela no asfalto, eu quero é o preto no poder, eu quero a gente fazendo pela gente...”

Cintia Cruz, Revolução dos Baldinhos

Algumas considerações - que histórias nos conta esse Rio

Florianópolis tem um longo histórico relacionado ao movimento ambientalista/ecológico. As iniciativas que surgiram na década de 1980 são possivelmente conectadas a um contexto da expansão internacional - e regional - deste movimento. No Sul do país, a Associação Gaúcha de Proteção à Natureza⁶⁴, por exemplo, foi uma entidade pioneira no Brasil, criada em 1971 e liderada por José Lutzemberger, que lutava contra o uso abusivo de agrotóxicos. Já no final da década de 1970, com a abertura política do país, movimentos ambientalistas tomaram forma nos grandes centros urbanos. Nessa época as campanhas contra os agrotóxicos se espalharam pelos estados de Santa Catarina, Paraná e São Paulo, envolvendo ecologistas, universidades e profissionais da área.

Além das influências externas, a geografia de Florianópolis fez com que esse movimento ganhasse força. A cidade possui diferentes ecossistemas em um pequeno espaço. Nos séculos XVIII e XIX as práticas agrícolas e o crescimento urbano desordenado devastaram a maior parte desses ambientes, que vêm sendo recuperados nas últimas décadas. Hoje a cidade possui mais da metade de sua área destinada à preservação permanente.

Esse histórico foi influente para o surgimento das hortas urbanas e fortalecimento da AU de base agroecológica no município. Um ecossistema, formado por OSCs de cunho socioambiental, engajamento das universidades, organizações da sociedade civil bem consolidadas e apoio político, trouxe diversos ineditismos ao território, tornando-o referência nacional em AU.

A seguir estão algumas considerações apresentadas pelas três categorias de marcos do Rio do Tempo de Florianópolis: “Interação com políticas públicas”, “Organização da sociedade civil” e “Produção do conhecimento”.

INTERAÇÃO COM POLÍTICAS PÚBLICAS

- O Grupo de Trabalho de Agricultura Urbana dentro do Comsea, conjuntamente

à Rede Semear, incidiu sobre as políticas para AU no município a partir de 2015, por exemplo na criação das hortas nos centros de saúde e no decreto que culminou na criação do PMAU. Após a eleição do mandato agroecológico, houve um aumento expressivo das políticas. Apesar disso, é importante destacar que o vereador era oposição ao prefeito, o que influenciou para que, por vezes, houvesse entraves à implementação de ações..

- Apesar dos avanços, ainda há uma dificuldade de acesso às políticas públicas relatada por lideranças participantes da oficina do Rio do Tempo, que gera a demanda de organização comunitária para responder às necessidades locais como poda, acesso à matéria-prima e insumos para cultivo e manutenção das hortas em seus bairros.

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

- As organizações em Florianópolis podem ser consideradas tão antigas quanto as iniciativas municipais em torno da AU, como o MEL e o Cepagro, uma OSC que foi fundamental para a entrada da pauta da AU no município por meio do intercâmbio com outras OSCs em 2004, que apoiou a Revolução dos Baldinhos, a criação e manutenção da Rede Semear, dentre muitas outras ações.
- Hoje formalizada como associação, a Revolução dos Baldinhos, o Instituto Çarakura, a Rede de Compostagem e a própria Rede Semear são exemplos do quanto viva é a mobilização em torno desses temas no município e da articulação da população com o poder público.

PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

- A produção do conhecimento ocorre sobretudo nas comunidades que praticam a agricultura e compostagem, testando, adaptando e aprimorando métodos e técnicas e, nesse sentido, a aproximação das comunidades com a universidade e OSCs é um facilitador da sistematização,

melhor desenvolvimento e disseminação desses métodos.

- O histórico da AU de Florianópolis está bastante imbricado com a produção de conhecimento científico especialmente conectado com as universidades federal (UFSC) e estadual - Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Além de integrar coletivos, programas e projetos, como o Beija-Flor, a implementação das hortas nos Centros Municipais de Saúde, a construção dos EMAUs, a UFSC desenvolveu ao longo dos anos diversas ações de pesquisa e extensão.

Análise dos mapeamentos de Florianópolis

Em Florianópolis foram acessados três mapeamentos, que identificaram **108** experiências:

MAPEAMENTO DO OBSERVATÓRIO DE INOVAÇÃO SOCIAL DE FLORIANÓPOLIS

O Observatório de Inovação Social de Florianópolis é uma iniciativa composta pelo Núcleo de Inovações Sociais na Esfera Pública e do Grupo de Pesquisa Estrategos, ambos pertencentes ao Centro de Ciências da Administração e Socioeconômica da Universidade do Estado de Santa Catarina, que reúne pesquisadoras/es e professoras/es.

O OBISF foi criado com o intuito de mapear a rede que compõe o “Ecossistema de Inovação Social” de Florianópolis e compreender de que forma as iniciativas são criadas, atuam e viabilizam soluções aos problemas públicos no nível municipal. Também tem como finalidade a difusão da pesquisa científica pública no que diz respeito à inovação social e suas formas de resposta aos problemas socioambientais de Florianópolis.⁶⁵

A área de inovação “agricultura urbana” representa 5,3% do total de iniciativas de inovação social mapeadas até 2022 em Florianópolis. Além dela, há outros 25 tipos de iniciativas de inovação social definidas pelo OBISF*.

* As outras áreas de inovação social definidas pelo OBISF são: assistência social, ativismo, adesão política e voluntariado, conservação e preservação ambiental, consumo consciente, cultura e arte, desenvolvimento comunitário, desenvolvimento urbano, direitos da pessoa idosa, direitos da criança e adolescente, direitos dos animais, direitos dos imigrantes e refugiados, educação, esporte e recreação, gênero, gestão de águas e saneamento, gestão de resíduos e reciclagem, inclusão de pessoas com deficiência, população em situação de rua, questões raciais e étnicas, saúde, segurança, segurança alimentar e nutricional, trabalho e renda, transporte e mobilidade e uso de tecnologia para mudança social.

Abrangência: município de Florianópolis

Número de experiências: 69 (sendo que todas elas estão duplicadas na dissertação “Semeadura da Agricultura Urbana em Florianópolis: Arenas Públicas, Experimentações e Desafios da Governança para a Sustentabilidade” escrito por André Augusto Manoel e uma delas é duplicada do Mapeamento Popular Agroecológico SC)

Ano do mapeamento: início 2017 - contínuo

Responsável: Observatório de Inovação Social de Florianópolis

Acesso aos dados: público (saiba mais: [Observa Floripa](#))

Método de colheita: preenchimento de formulário na plataforma virtual. Fruto de um processo colaborativo com redes, instituições e universidades. Etapas: identificação dos atores mapeados; levantamento e validação das informações via entrevista, com preenchimento de questionário; acompanhamento sistemático posterior das iniciativas de inovação social consideradas com maior incidência nas arenas públicas em que atuam.

Tempo de colheita: cinco anos

Categorias disponíveis: localização, temas associados, histórico da experiência, atuações durante a pandemia da Covid-19, formações e parcerias com universidades. Outras categorias não utilizadas nesta análise: nome, contato, site, criação da iniciativa, público alvo, escala (local, estadual, federal), respostas ou soluções colocadas em prática para responder ao problema público, tecnologias utilizadas, parceiros, suportes, metodologias utilizadas e incidência na esfera pública.

MAPEAMENTO POPULAR AGROECOLÓGICO SANTA CATARINA (MAPA)

O mapeamento, realizado pelo mandato agroecológico do então vereador Marcos José de Abreu, do PSOL, é uma iniciativa para fomentar a agroecologia no nível municipal e estadual e fortalecer as redes de AU.

O MaPA foi criado com o objetivo de responder a uma demanda da sociedade civil, especificamente acadêmicas/os e consumidoras/es, que desejavam obter informações sobre os locais disponíveis para aquisição de produtos agroecológicos. Foi desdobramento de uma primeira ação criada no início da pandemia da Covid-19, que consistia em uma lista pública virtual de divulgação desses produtos, com foco na economia local. O MaPA ampliou o escopo incluindo hortas, projetos de compostagem, meliponicultura, células de consumidores responsáveis, feiras, cestas agroecológicas e outras formas de comercialização e trocas.

Abrangência: estado de Santa Catarina

Número de experiências: 25 (sendo uma delas duplicada no mapeamento do OBISF e na Dissertação “Semeadura da Agricultura Urbana em Florianópolis: Arenas Públicas, Experimentações e Desafios da Governança para a Sustentabilidade” escrita por André Augusto Manoel)

Ano do mapeamento: 2022

Responsável: mandato agroecológico do vereador Marcos José de Abreu (Marquito)

Acesso aos dados: não público

Método de colheita: formulário virtual preenchido por autcadastro

Tempo de colheita: início em 2022 - segue aberto

Categorias disponíveis: perguntas gerais: nome e localização do projeto, tipo de projeto, tipo de experiência, temas do projeto, organização do projeto, gestão do projeto e inserção em redes de agroecologia, ONGs ou grupos. Perguntas específicas para projetos de “Horta”, “Compostagem”, “Comercialização” e “Meliponicultura”: tipologia da horta; tipologia da compostagem, modelo da compostagem e volume de resíduos coletados; tipologia de comercialização, territórios onde ocorre a produção e organização; quem na colmeia, espécies de abelhas nativas sem ferrão, existência de criação de espécies de outras regiões do Brasil.

DISSERTAÇÃO “SEMEADURA DA AGRICULTURA URBANA EM FLORIANÓPOLIS: ARENAS PÚBLICAS, EXPERIMENTAÇÕES E DESAFIOS DA GOVERNANÇA PARA A SUSTENTABILIDADE”

O estudo, realizado pelo pesquisador André Augusto Manoel, mapeou iniciativas de agricultura no município e também se voltou à compreensão da atuação da Rede Semear, identificando três grandes arenas públicas de ação ligadas à AU: gestão de resíduos sólidos orgânicos, direito humano à alimentação adequada e ciclos de produção e consumo.

Abrangência: municipal

Número de experiências: 84 (sendo 69 duplicadas no mapeamento do OBISF e uma duplicada no MaPA)

Ano do mapeamento: 2022

Responsável: André Augusto Manoel

Acesso aos dados: público (saiba mais: Dissertação completa)

Método de colheita: levantamento das iniciativas por entrevistas, pesquisa documental e pela plataforma do OBISF

Tempo de colheita: 2019-2022

Categorias disponíveis: nome, causas em que atua, tipo e descrição.

Resultados

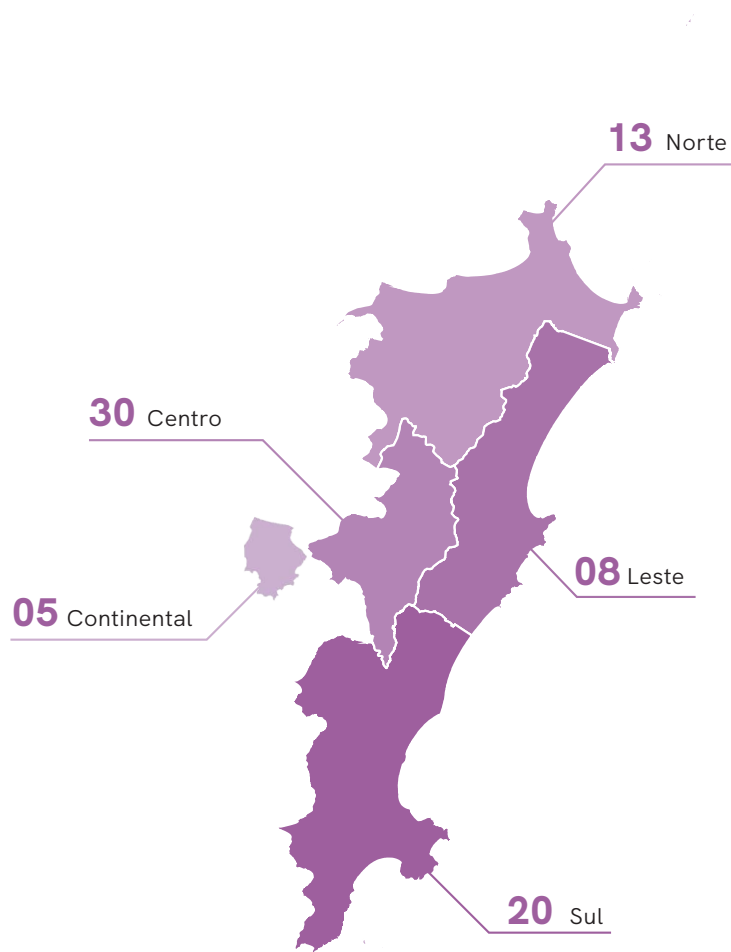
O mapeamento do Observatório de Inovação Social foi escolhido como referência para Florianópolis por conter informações mais aprofundadas sobre as iniciativas; os demais foram utilizados na análise da *Localização, Tipo, Tema, Causas em que atua* e nas relações com a saúde, com gênero, cor ou raça/etnia e povos e comunidades tradicionais. No quadro a seguir (**QUADRO 11**) estão especificadas as informações produzidas com base em cada mapeamento, organizadas por categorias de análise e respectivo número de respostas.

QUADRO 11: Resultados por categorias de análise e número de respostas - Florianópolis

RESULTADO	MAPEAMENTO	QUANTIDADE DE EXPERIÊNCIAS RESPONDENTES
a) Localização das iniciativas	Mapeamento do OBISF e MaPA	76
b) Tipo de Iniciativa	Mapeamento do OBISF e da Dissertação “Semeadura da AU em Florianópolis”	74
c) Causas em que a iniciativa atua		84
d) Tipo de projeto	MaPA	25
e) Temas dos projetos		19
f) Público alvo		69
g) Escala das experiências (local, regional, nacional)	Mapeamento do OBISF	69
h) Incidência na esfera pública		69
i) Relações com a saúde		
j) Relações com gênero, cor ou raça/etnia e povos e comunidades tradicionais	Mapeamento do OBISF, MaPA e Dissertação “Semeadura de AU em Florianópolis”	

FIGURA 32: Localização das experiências de AU por região de Florianópolis (76 respondentes)

Fonte: elaborado com base no mapeamento do OBISF e do MaPA



Resultados do mapeamento do Observatório de Inovação Social de Florianópolis e do Mapeamento Popular Agroecológico

A. LOCALIZAÇÃO DAS INICIATIVAS

De 76 respostas do mapeamento do OBISF e do MaPA, a localização das iniciativas e projetos de AU por região indica que há concentração na região Central de Florianópolis (30), seguida da região Sul (20), Norte (13) e Leste (8), todas da parte insular da cidade, e cinco iniciativas na parte continental de Florianópolis (FIGURA 32). Foram ainda identificadas sete iniciativas da Região Metropolitana e cidades do entorno de Florianópolis, sendo elas: Rio do Sul, São Bonifácio, Garopaba, São Pedro de Alcântara, Paulo Lopes, Biguaçu e Águas Mornas.

A região central da ilha possui o maior número de iniciativas de agricultura urbana. Apesar de o atual Plano Diretor do município ter extinguido o termo “Zona Rural”, as regiões Norte e Sul de Florianópolis possuem características rurais, sendo que a Sul possui menor adensamento populacional, maior área verde preservada

e abriga grande parte das experiências de plantio, comercialização agroecológica, hortas comunitárias e equipamentos públicos com hortas.

Resultados do mapeamento do OBISF e da Dissertação “Semeadura da AU em Florianópolis”

B. TIPO DE INICIATIVA

O “tipo” diz respeito à forma de **organização** das iniciativas mapeadas. Cada uma das 74 iniciativas selecionou uma opção, sendo que 25 são “Coletivo informal”, 10 são “Associação”, 8 são “Empreendedor pessoa física”, 8 são “Programa governamental” e outros. Ver **GRÁFICO 26**.

C. CAUSAS EM QUE A INICIATIVA ATUA

Um total de 84 iniciativas dos dois mapeamentos indicou as “causas em que atua” ou “área de especialização”, com destaque para “Agricultura urbana” (71 indicações), seguida de “Segurança alimentar e nutricional” (45), “Gestão de resíduos e reciclagem” (25) e “Preservação ambiental” (22). Cada iniciativa pôde selecionar até três opções como resposta. Ver **GRÁFICO 27**.

Resultados do Mapeamento Popular Agroecológico

D. TIPO DE PROJETO

O **GRÁFICO 28** mostra o “Tipo de projeto” indicado pelos 25 cadastros no mapeamento, sendo os principais “Compostagem” (9), “Horta” (8), “Meliponicultura” (6) e “Comercialização” (4), entre outros. Cada iniciativa pôde selecionar múltiplas opções como resposta.

E. TEMAS DOS PROJETOS

O MaPA perguntou sobre os temas ligados aos projetos cadastrados. Cada projeto (o que equivale às categorias “iniciativas” ou “experiências” de agricultura usadas nos outros mapeamentos) pôde indicar seus temas principais sem restrições no número de seleções, entre os 19 temas

GRÁFICO 26: Tipo da iniciativa de AU em Florianópolis (74 respondentes)

Fonte: Elaborado com base no Mapeamento do OBISF e da Dissertação “Semeadura da AU em Florianópolis”.

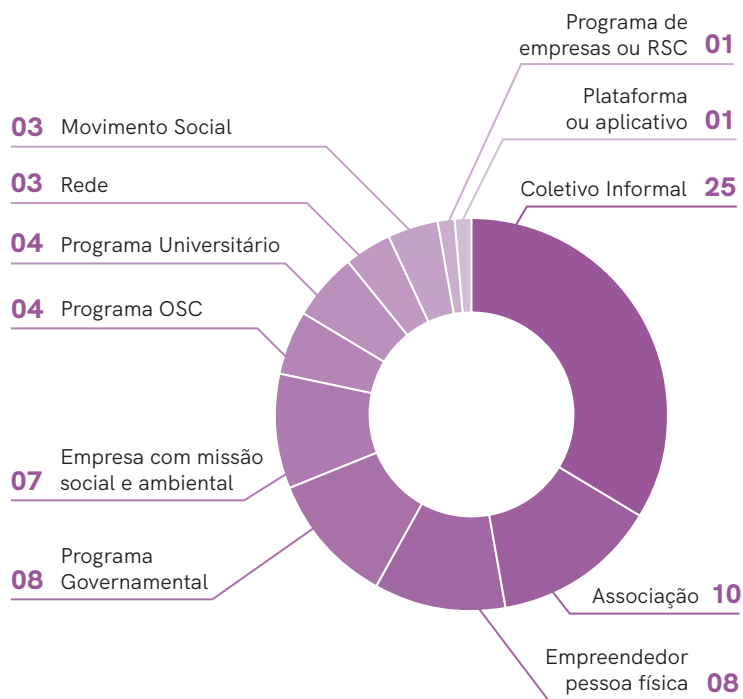


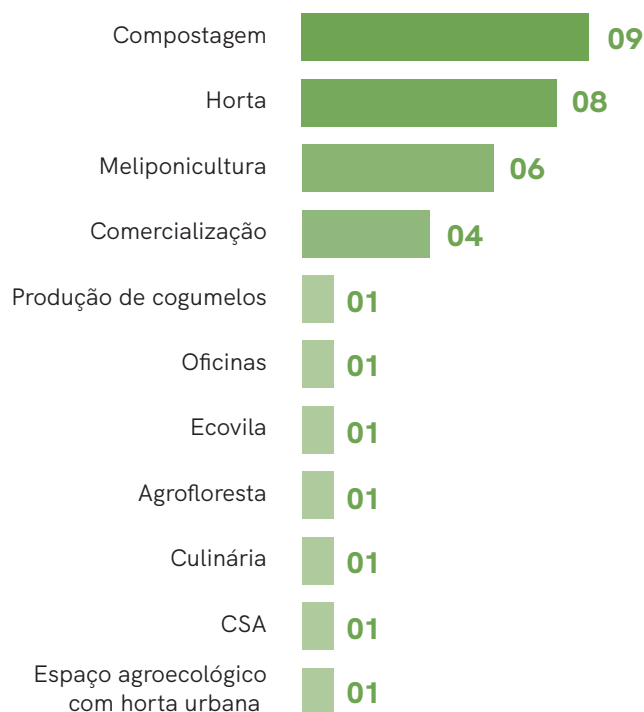
GRÁFICO 27: Causas em que as iniciativas de AU atuam em Florianópolis (84 respondentes)

Fonte: Elaborado com base no Mapeamento do OBISF e da Dissertação “Semeadura da AU em Florianópolis”.

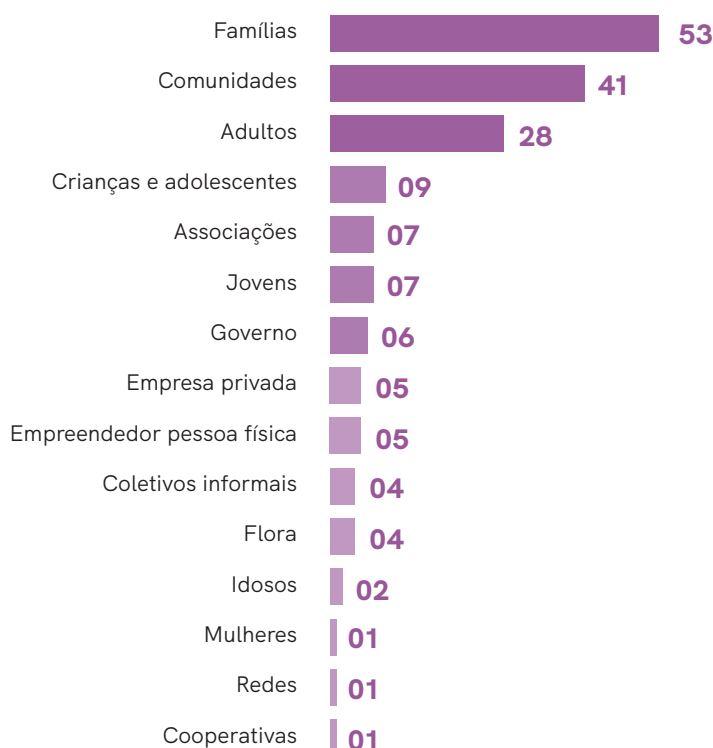


GRÁFICO 28: Tipo de projeto de AU em Florianópolis (25 respondentes)

Fonte: Elaborado com base no MaPA.

**GRÁFICO 29:** Público Alvo das iniciativas de AU pelo Mapeamento do OBISF (69 respondentes)

Fonte: Elaborado com base no Mapeamento do OBISF



oriundos da Árvore Temática da plataforma Agroecologia em Rede. No total, foram 16 seleções para “Agricultura urbana e periurbana”, 12 para “Alimento, soberania, segurança alimentar e nutricional” e 11 para “Educação e construção de conhecimento agroecológico”, entre outros. Ver **GRÁFICO 30**.

Verificando os temas selecionados pelos 19 projetos no MaPA, observa-se que as duas maiores indicações são “Agricultura Urbana e Periurbana” (16), seguida de “Alimento, SSAN” (12), o que se aproxima do resultado da questão c) “Causas em que a iniciativa atua” (**GRÁFICO 27**) do mapeamento do OBISF, que apresenta um conjunto de opções de “causas” muito similar aos temas da Árvore Temática do AeR.

Resultados do Mapeamento do Observatório de Inovação Social de Florianópolis:

F. PÚBLICO ALVO DAS INICIATIVAS

A categoria “Público alvo” forneceu opções de resposta abrangendo desde os sujeitos que se envolvem ou se beneficiam das iniciativas, como “Famílias” (53 indicações), “Comunidades” (41), “Adultos” (28), “Crianças e adolescentes” (9), “Jovens” (7), “Idosos” (2) e “Mulheres” (1), até arranjos organizativos como “Associações” (7), “Governo” (6), “Empresa privada” (5), “Empreendedor pessoa física” (5), “Redes” (1) e “Cooperativas” (1). Cada iniciativa pode selecionar até três opções como resposta. Ver **GRÁFICO 29**.

G. ESCALA

As iniciativas do mapeamento do OBISF também são classificadas pela escala da abrangência, sendo 66 delas (correspondente a 97% do total) de abrangência local, duas com abrangência regional e uma com abrangência nacional.

H. INCIDÊNCIA NA ESFERA PÚBLICA

Essa questão está atrelada à inovação social promovida por atores da sociedade civil na esfera pública, trabalhando a favor de políticas públicas e agendas governamentais compatíveis

com a agricultura urbana e temáticas afins. Em resposta aberta, foi indicada a participação e parceria com uma diversidade de arranjos da esfera pública, tais como fóruns, conselhos, redes e associações, comissões, comitês, programas, políticas e planos municipais, estaduais ou federais, ligados a temas como o desenvolvimento sustentável, a segurança alimentar e nutricional, a gestão de resíduos, a produção orgânica, a economia solidária, entre outros. No **QUADRO 12** estão listados alguns exemplos dessa incidência na esfera pública, compartilhados pelas iniciativas.

QUADRO 12: Exemplos de esferas públicas com as quais as iniciativas interagem

ESFERAS PÚBLICAS DE PARTICIPAÇÃO E INCIDÊNCIA POR PARTE DAS INICIATIVAS DE INOVAÇÃO SOCIAL	
Conselhos	Conselho Nacional de Meio Ambiente dentro da Comissão de Produção Orgânica de Santa Catarina; Conselho Estadual do Pronaf; Comissão Estadual de Produção Orgânica; Conselho Estadual do Desenvolvimento Rural; Consea/SC; e Conselho Municipal de Alimentação Escolar.
Fórum	Fórum Catarinense de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; Fórum Estadual e Fórum Regional de Economia Solidária; Fórum Catarinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos; e Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis.
Redes e Associações	Rede Semear; Rede de Compostagem; Rede Ecovida; Rede Monte Cristo; Rede Temática da Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco; Associação de Moradores do Pântano do Sul; Associação do Bairro Itacorubi; e Rede Acolhida na Colônia.
Comissões e Comitês	Comitê Estadual de Alternativas para a Cultura do Tabaco; Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental, coordenada pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável de Santa Catarina; e Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente.
Programas, Políticas e Planos Municipais	Programa Municipal de Agricultura Urbana Cultiva Floripa; Plano Municipal de Gestão Integral de Resíduos Sólidos; Política Nacional de Resíduos Sólidos; e Programa Lixo Zero (municipal).

GRÁFICO 30: Temas associados aos projetos de AU em Florianópolis (19 respondentes)

Fonte: Elaborado com base no MaPA.



I. RELAÇÕES COM A SAÚDE

Ainda que não haja uma questão específica sobre **a relação das iniciativas/projetos com dimensões da saúde** em nenhum dos três mapeamentos, as respostas aos formulários permitiram identificar algumas conexões mas explícitas com a saúde no que diz respeito à SSAN, ao cuidado em saúde, ao saneamento e às ações em resposta à pandemia da Covid-19.

Nos “Temas” e “Tipos de projetos” do MaPA, por exemplo, foram 12 indicações para “Alimento e SSAN”, nove para “Compostagem” e quatro para “Águas e saneamento”, “Agrotóxicos e transgênicos” e “Práticas de cuidado em saúde e medicina tradicional”.

No mapeamento do OBISF e na Dissertação “Semeadura da AU em Florianópolis” foram identificadas, na questão “Causas em que atua”, 45 indicações para “Segurança alimentar e nutricional”, 25 para “Gestão de resíduos e reciclagem”, quatro para “Saúde” e uma para

“Gestão de águas e saneamento”. Já nos campos “Metodologia utilizada” e de descrição do mapeamento do OBISF, foram indicadas três iniciativas com cultivo de plantas medicinais, uma iniciativa associando explicitamente a AU à saúde física e mental e uma associando a AU às Práticas Integrativas e Complementares em Saúde. Ainda, no campo “Atuações durante a pandemia da Covid-19”, seis experiências indicaram a realização de ações em resposta à crise sanitária durante a pandemia da Covid-19, como a construção de hortas e cozinhas comunitárias para produzir refeições para pessoas em vulnerabilidade, ações de doação e distribuição de alimentos orgânicos produzidos pela agricultura familiar e de acolhimento e reivindicação de direitos da população em situação de rua.

J. RELAÇÕES COM GÊNERO, COR OU RAÇA/ETNIA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Não houve, nos mapeamentos, nenhuma questão explicitamente ligada à identidade de **gênero** ou à **cor ou raça/etnia** das pessoas envolvidas nas iniciativas/projetos de Florianópolis, nem relacionadas às pessoas e conhecimentos de **povos e comunidades tradicionais**.

Assim como em relação à saúde, algumas pistas foram dadas nas respostas às questões “Temas dos projetos”, do MaPA, e “Causas em que atua” e no campo de descrição do mapeamento do OBISF: foram duas indicações para “Terra, território e ancestralidade”, duas para “povos e comunidades tradicionais”, duas para “questões raciais e étnicas” e uma para “mulheres e feminismo”.

Também foram identificadas no mapeamento do OBISF a presença, em Florianópolis, do Quilombo Vidal Martins, das Comunidades Agroecológicas do Bem Viver do povo indígena Guarani e do Ponto de Cultura Indígena Goj Ty Sá.

Espaços de resistência indígena em Florianópolis⁶⁶

COMUNIDADES AGROECOLÓGICAS DO BEM VIVER

Rede formada pela comunidade dos povos Guarani no bairro Morro dos Cavalos, por famílias agricultoras do Centro de Formação Tataendy Rupa na cidade de Palhoça-SC, e outros grupos urbanos de Florianópolis. Na comunidade, são realizados mutirões para produção de alimentos agroecológicos, e a produção é entregue semanalmente para a rede que contribui por meio de cestas agroecológicas. Assim, é gerada renda para as famílias indígenas e os demais agricultores envolvidos. Além disso, o trabalho proporciona a reconexão com a terra e visibiliza a luta dos povos originários na cidade. A rede também atua em campanhas de apoio à população indígena.

PONTO DE CULTURA INDÍGENA GOJ TY SÁ

O ponto de cultura é um espaço de resistência Kaingang, construído pelos indígenas para comercialização de peças de artesanato, e onde é mantido um espaço de cultivo de alimentos para subsistência. É também um local de luta pela construção da Casa de Passagem de Florianópolis. Periodicamente, são realizadas as Feiras da Resistência Kaingang, com canto, dança, comidas típicas, exposição e comercialização de peças artesanais.

Algumas considerações, por temas, sobre os resultados

SAÚDE

- O surgimento das principais iniciativas populares e institucionais guarda relação com questões de saúde pública, como a gestão dos resíduos sólidos e o uso das plantas medicinais no âmbito institucional (hortas nos Centros de Saúde e na Universidade) e comunitário (como a Quinta das Plantas);
- A Secretaria Municipal de Saúde, por meio de seus servidores, esteve bastante envolvida com a agricultura urbana no município, incentivando a implementação e manutenção das hortas nos CMSs, fazendo parte da coordenação do PMAU e lançando com outros parceiros, em 2019, o Guia de Plantas Medicinais de Florianópolis;
- Na gestão de 2015 da Secretaria de Saúde, havia gestoras/es e servidoras/es reunidas/os em torno de outros projetos não relacionados à AU que contribuíram para a concepção de que a promoção da saúde, em resposta aos problemas públicos, depende não apenas de ações governamentais isoladas, mas do envolvimento de redes e organizações, por meio da coprodução do bem público. Foram feitos avanços importantes nesse período pelo comprometimento das/os trabalhadoras/es da saúde com a pauta da agricultura urbana, mesmo diante de diversos desafios. Essa visão foi bastante importante e influenciou a criação da Rede Semear;

GÊNERO E RAÇA

- De modo geral, as dimensões de gênero e raça estão muito pouco presentes no Rio do Tempo de Florianópolis. Em relação à visibilidade de grupos étnicos e povos e comunidades tradicionais, apesar da presença do quilombo urbano Vidal Martins e a criação do Ponto de Cultura e casa de

passagem Indígena Goj Ty Sá, esses são processos marcados por diversos conflitos e disputas territoriais. A ausência de marcos conta sobre os processos de invisibilidade, machismo e racismo estrutural presentes no território;

- O encontro da oficina do Rio do Tempo demarcou a necessidade de inclusão da pauta racial com maior profundidade no movimento da AU, especialmente no contexto de Santa Catarina. No estado, 83,9% da população se autodeclara branca, 12,6% parda, e 2,9% preta. A população negra catarinense totaliza, assim, 15,5%, enquanto no Brasil esta proporção é superior a 50%. Santa Catarina é o estado com menor proporção de pessoas que se autodeclararam negras no país, e o com a maior taxa de registros de Injúria Racial⁶⁷.

DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL

- Florianópolis passou por intenso processo de crescimento econômico voltado ao turismo na década de 1970⁶⁸. A instalação da UFSC e UDESC também trouxe muitas pessoas de fora para a cidade, que queria se tornar atraente para esse novo público. Isso levou a um processo de gentrificação: habitantes antigos foram afastados dos centros, dando lugar aos migrantes de outros estados que questionavam os hábitos dos ilhéus, como o uso de embarcações para se locomover, e apontavam a criação de animais em meio urbano como “falta de higiene”. Houve um tensionamento entre antigos e novos moradores em uma cidade em que o poder público já havia definido quais pessoas gostaria que se estabelecesse: a nova classe média recém-chegada;
- A cidade, apesar de ser conhecida por sua alta qualidade de vida, é palco de uma intensa desigualdade social. No sentido de inclusão e garantia de direitos essenciais, como à alimentação e à terra, se configuram movimentos como as cozinhas comunitárias formadas no contexto da pandemia, a casa do Migrante Scalabrini,

Compostagem⁶⁹

Em 2022, foram geradas quase 82 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos (RSU) no Brasil, equivalente a 381 kg por habitante por ano. Cerca de 40% do RSU gerado é disposto de forma inadequada, ou seja, em lixões ou aterros controlados, potencialmente contaminando solos e água e associados a problemas ligados à saúde e a condições de trabalho dos catadores que fazem a gestão desses resíduos. Apenas 75% dos municípios do país apresentam algum tipo de iniciativa de coleta seletiva, o que não quer dizer que fazem a coleta seletiva de todo o município, podendo ser apenas ações pontuais.

Estima-se que cerca de 45% da composição do RSU seja de matéria orgânica, o que demonstra que há um potencial de redução do envio desse material para aterros sanitários em quase metade do seu peso, mediante seu aproveitamento. A compostagem proporciona benefícios ambientais e de saúde pública, diminuição de custos de transporte e destinação do material, geração de trabalho e renda, evita a emissão de gases de efeitos estufa e ainda ajuda a fechar a cadeia da alimentação, devolvendo nutrientes para o solo. Apesar de fazer mais sentido social e ambiental, é uma solução ainda muito pouco praticada pelos municípios no Brasil. Somente cerca de 2% dos RSUs são destinados para compostagem.

Uma especificidade do território de Florianópolis é a forte conexão com atividades de compostagem. A característica geográfica insular do município fez com que o descarte de resíduos fosse complexificado, tanto pela falta de áreas para a destinação convencional dos resíduos sólidos urbanos em aterros sanitários, quanto pelos custos de afastamento para outros locais. Então, as práticas da reciclagem e compostagem foram as alternativas pensadas para a diminuição desses rejeitos, especialmente após a cidade vivenciar problemas de saúde pública pelo acúmulo e descarte irregular de resíduos, como foi o caso da Revolução dos Baldinhos.

Desde a década de 1980, é possível observar iniciativas municipais relacionadas à compostagem e reciclagem, como o projeto Beija-Flor. A UFSC trouxe uma importante contribuição em 1994, que foi o desenvolvimento do método UFSC de compostagem, de leiras estáticas com aeração passiva, que foi sendo adaptado e incorporado por diversas comunidades. O mandato agroecológico, que se iniciou em 2017, aprovou a Lei da Compostagem e destinou a subvenção social para a articulação e fortalecimento das iniciativas

de compostagem em comunidades periféricas, executada pelo Instituto Çarakura, que resultou na criação da Rede de Compostagem.

A Rede de Compostagem nasce com o objetivo fortalecer a Revolução dos Baldinhos, enquanto uma referência na gestão comunitária de resíduos, além de difundir e articular as iniciativas de compostagem, especialmente em meio às comunidades periféricas. Essa articulação em rede contribuiu para o nascimento de novas iniciativas como a do Ecoquilombo e o Recicla Ação. O poder municipal também ampliou suas ações relativas à compostagem e em 2018 instituiu o Programa Florianópolis Capital Lixo Zero, além de desenvolver o projeto Ampliação e Fortalecimento da Valorização de Resíduos Orgânicos, que visava ao fortalecimento da compostagem de forma individual, comunitária e institucional.

De forma comunitária, a compostagem tem papel importante para aproximação e interação entre vizinhos, além de ser fonte de adubo para as hortas. São exemplos de iniciativas comunitárias que unem hortas urbanas e compostagem na cidade: Quintal Comunitário do Córrego Grande, Horta Pedagógica e Comunitária do Parque Cultural do Campeche (Pacuca), Ecoquilombo, Recicla Ação, Horta da Moradia Estudantil da UFSC, além de espaços institucionais como Centros de Saúde e unidades da Rede Municipal de Ensino.

Na análise dos três mapeamentos de Florianópolis, a compostagem tem bastante destaque, em coerência com o histórico e principais marcos do Rio do Tempo. Na pergunta “tipo de projeto” do Mapeamento Popular Agroecológico Santa Catarina, o principal foi a compostagem, representando nove dos 25 projetos.

a ocupação Marielle Franco, o Quilombo Vidal Martins e a Comuna Amarildo;

- Com relação aos mapeamentos, por meio do OBISF é possível observar alguns temas investigados na pergunta “Causas em que atua” que se relacionam com o direito à cidade e a justiça ambiental, como “Assistência social”, “População em situação de rua”, “Desenvolvimento urbano” e “Direito dos imigrantes e refugiados”. Na pergunta “Temas associados”, retirada do MaPA, pode-se identificar principalmente “Resiliência socioecológica e mudanças ambientais” e “Impactos de grandes obras, empreendimentos e outras violências”. Todas as categorias mencionadas tiveram baixo número de respostas. Porém, ao analisar de modo geral os principais temas aos quais são voltadas as iniciativas conjuntamente ao seus históricos e territórios, é possível identificar que muitas nascem pela luta do direito à cidade, por meio de mobilizações em torno da gestão de resíduos como a compostagem, ou em defesa da preservação ambiental, ou pelo direito à moradia e à terra.



FIGURA 33: Encontro de Mulheres da Agricultura Urbana de Florianópolis.
Letícia Barbosa, 2022.

São Paulo



Habitantes:

11.451.245



Índice de Desenvolvimento Humano (IDH):

0,805



Densidade demográfica:

7.527.76 hab/km²

Região do país: **Sudeste**
Estado: **São Paulo**



Extensão territorial:

1.521.202 km²



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

FIGURA 34: Caminhada guiada pelo viveiro das Mulheres do GAU. André Biazoti, 2022.



O município de São Paulo é considerado o maior centro financeiro e corporativo da América Latina⁷⁰, um polo industrial e centro consumidor de alimentos e produtos que movimenta a economia de toda a Grande São Paulo. Até meados da década de 1930, São Paulo possuía uma produção local de alimentos advinda de pequenos produtores de chácaras e sítios, que foram se afastando cada vez mais da cidade com o processo de urbanização. No entanto, percebe-se um crescimento da produção, da área plantada e da quantidade de agricultoras/es presentes no município nos últimos 15 anos, segundo dados do Censo Agropecuário de 2017⁷¹ e do Projeto Lupa⁷². A maior concentração da agricultura familiar está hoje na Zona Sul do município, onde se cultiva principalmente hortaliças, legumes, frutíferas, ervas aromáticas e aves. Os protagonistas têm em sua maioria origens rurais, de família de camponesas/es ou agricultoras/es familiares⁷³.

As expressões da agricultura urbana são afetadas por manobras da especulação imobiliária, que impossibilita, por vezes, o uso do espaço para a produção de alimentos pela população, ao mesmo tempo em que avança na modernização de chácaras e da construção de espaços de plantio em edifícios. Apesar das dificuldades, o município possui uma agricultura produtiva e diversa. As diferentes experiências de AU incluem a produção de alimentos para o autoconsumo e comercialização, ou com papel pedagógico e ativista, e acontecem nos quintais produtivos, nas hortas comunitárias em

loteamentos, terrenos ociosos (como as áreas com linhas de transmissão elétrica ou com adutores de água e esgoto) e praças públicas; nas hortas institucionais em Unidades Básicas de Saúde e escolas públicas, mas também empreendimentos agrícolas e fazendas com produção pecuária, entre outros. Em São Paulo também estão mobilizadas/os consumidoras/es por meio de grupos de consumo crítico, que organizam a compra direta de produtoras/es rurais e urbanas/os.⁷⁴

Articulação territorial para a construção da Caravana Agroecológica e de um Rio do Tempo em São Paulo*

No município de São Paulo o processo de articulação territorial foi construído com uma rede específica, a Rede de Agricultoras Periféricas Paulistas Agroecológicas. Por meio do diálogo com a Rappa, foi decidido o caminho metodológico da **Caravana Agroecológica**, mais adequado às necessidades da rede relacionadas à troca de experiências, ao reconhecimento de novos territórios e à realização de mais encontros internos. Ao final do processo, também foi realizada uma oficina de construção de um **Rio do Tempo** da história da Rappa associada à dinâmica de avaliação da própria Caravana. Os **resultados** de ambos os processos - Caravana e Rio do Tempo - são apresentados a seguir.

* Texto elaborado por Marília Cucolicchio e Vivian Motta.

Participantes da construção da Caravana Agroecológica

RAPPA, Autonomia ZN, Mulheres do Grupo de Agricultura Orgânica (Mulheres do GAU), Instituto Agroterra nas Comunidades, Instituto Kairós, Associação dos Agricultores da Zona Leste (AAZL), Sempre Viva Organização Feminista (SOF), Instituto a Cidade Precisa de Você, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CMDRSS), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP).

REDE DE AGRICULTORAS PERIFÉRICAS PAULISTANAS AGROECOLÓGICAS

A Rappa é uma das principais redes de agricultura urbana articuladas no município de São Paulo. Possui como guias como guias a perspectiva feminista, a saúde e a agroecologia.

Composição: uma diversidade de mulheres, dentre as quais: agricultoras, indígenas e mulheres vinculadas aos espaços institucionais da cidade ou do estado de São Paulo, como a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado de SP e a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, além de agrônomas da Secretaria do Verde e Meio Ambiente e da Secretaria de Desenvolvimento e Trabalho da Prefeitura Municipal de São Paulo, pesquisadoras da Universidade de São Paulo e Universidade Federal do ABC, entre outras. Também compõem a Rappa integrantes de organizações como o Instituto Kairós, a SOF e outras.

Ano de criação: 2018

Local de atuação: município de São Paulo

A Caravana Agroecológica da Rappa*

As experiências visitadas foram escolhidas segundo os temas/princípios orientadores: saúde, gênero e raça, direito à cidade e justiça ambiental, atendendo também às limitações logísticas e à solicitação de que fossem experiências ainda não visitadas pela Rappa. Foram levantadas experiências que fizessem parte da Rede, que tivessem uma articulação com a questão da saúde e que fossem coordenadas por mulheres, em especial, mulheres negras. Assim, foram planejadas **duas rotas**: Zona Norte e Zona Leste de São Paulo, sendo visitadas **três experiências** em cada uma.

Iniciativas visitadas na Rota Zona Norte

HORTA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE GUARANI

Ano de criação: 2018

Atividades: o trabalho é desenvolvido de forma comunitária e liderado por quatro pessoas. Plantam para o consumo próprio e comercializam uma pequena parte da produção. O terreno é da Prefeitura e, após construírem a UBS nos anos 1990, uma parte da área, com barranco, ficou abandonada e se tornou um espaço de referência “verde” para o bairro, com produção iniciada em articulação com a comunidade.

Há uma parceria com o Centro de Atenção Psicossocial, e os usuários desenvolvem atividades de apoio à horta, que é entendida como um lugar terapêutico e fornece, ainda que de maneira não formalizada, plantas medicinais para alguns usuários e equipe da UBS. Realizam compostagem e, para isso, foram distribuídos baldes aos vizinhos da comunidade, via parceria com o Projeto Ecocidade, da OSC, a Cidade Precisa de Você, e muitos passaram a levar semanalmente os resíduos até a horta nesses recipientes.

* Ver descrição da metodologia da Caravana Cultural e Agroecológica na pág. 55.

parceria com a organização Pé de Feijão e a comercialização de alimentos de produção própria e de agricultoras/es familiares.

A horta está localizada embaixo de uma linha de distribuição de energia da empresa ENEL, uma área de descarte de entulhos e venda de drogas que foi recuperada pela agricultora Rita. Com a expiração do contrato que garantia o uso do espaço e sem conseguir renovar, a situação irregular tem acarretado multas pela Prefeitura. Entre os clientes da horta, há pacientes de quimioterapia que desejam comer alimentos sem veneno, outros que visitam a horta para fins terapêuticos, que buscam o contato com as plantas, e até mesmo para fazer suas sessões remotas de atendimento psicológico. Na horta é realizada ainda a compostagem termofílica de resíduos da comunidade, do condomínio no entorno e clientes. Há também parceria com a OSC Pé de Feijão para compostar cápsulas biodegradáveis de café e uma articulação com a Subprefeitura para a recepção de resíduos de poda.

Iniciativas visitadas na Rota Zona Leste

HORTA COMUNITÁRIA DA VILA NANCY

Ano de criação: 1994

Atividades: localizada na Vila Nancy, no bairro Guaianases, é uma das hortas mais antigas homologadas em São Paulo. Foi criada pelo movimento de moradia do bairro e sua associação de moradores. O terreno de mais de 8.000 metros quadrados tem quatro minas d'água, um lago com peixes, recebe o cultivo de muitas espécies de frutas, legumes, verduras, ervas medicinais e aromáticas, além das PANCs. Cerca de quinze pessoas trabalham produzindo alimentos para suas famílias e para comercialização. O plantio é agroecológico e possui certificado pela OCS da Associação dos Agricultores da Zona Leste.

MULHERES DO GAU

Ano de criação: 2013

Atividades: o Viveiro Escola, local de atuação das mulheres do Grupo de Agricultura Orgânica, possui cerca de 2 mil metros quadrados na região de União de Vila Nova, e foi destinado à preservação da área verde. O grupo teve a iniciativa de utilizar o local como horta comunitária, desenvolvendo trabalhos de permacultura por meio do cultivo agroflorestal. O grupo é formado por nove mulheres e realiza o trabalho de sensibilização ambiental, culinária saudável e afetiva. Também leva seus produtos agroecológicos a eventos, além de realizar vivências e outras dinâmicas pedagógicas e coletivas. Busca disseminar conceitos como empoderamento feminino, cuidado e respeito pelo meio ambiente e por todos os seres, economia solidária, educação ambiental e medicina preventiva, assim como a importância da agroecologia. Ao valorizar os produtos naturais e orgânicos, as Mulheres do GAU resgatam suas próprias histórias, as memórias da roça e dos quintais de suas infâncias associando plantas, alimentos, histórias de vida e culturas.

HORTA DA DONA SEBASTIANA

Ano de criação: 2013

Atividades: A horta da Dona Sebastiana faz parte de uma grande horta comunitária, onde cada família tem seu lote. Os participantes são guardiões dos saberes das plantas medicinais e vendem seus produtos no próprio local enquanto realizam os trabalhos diários na roça, que se inicia bem cedo e vai até de noite. Conhecido por ser um espaço muito bem cuidado, produz uma grande diversidade de verduras, legumes e frutas. Exerce liderança na região e fez parte da fundação da AAZL. Está em um território atravessado pela ENEL, empresa transnacional de energia, que impõe limitações ao uso do solo, como a proibição de árvores de grande porte ou de construção de banheiros, prejudicando

o andamento da horta e a saúde das pessoas que nela trabalham. Realizam compostagem em parceria com o Movimento em Defesa do Favelado que recolhe os resíduos orgânicos nos bairros próximos.

Análise de um Rio do Tempo da Rede de Agricultoras Periféricas Agroecológicas de São Paulo

O Rio do Tempo conta a história da RAPPa e da AU na cidade de São Paulo com base na perspectiva das mulheres da Rede, conectando a existência da RAPPa a alguns momentos importantes da agricultura do município. As informações levantadas são um pequeno recorte do que é a história da AU na cidade, assim como uma pequena parte da história da RAPPa, já que a rede é mobilizada por diversos indivíduos e organizações e somente uma parcela pôde contribuir na construção da cronologia.

DÉCADA DE 2010

A primeira memória trazida remete à fundação, em **2010**, da Associação de Agricultores da Zona Leste, do qual as mulheres da RAPPa viriam a fazer parte.

Em **2014**, foi promulgado o Plano Diretor Estratégico de São Paulo. A revisão do Plano foi um marco para a agricultura de São Paulo, pois retomou a Zona Rural em cerca de 1/3 da área do município (em especial a Região Sul), instituiu o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável e previu a construção do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável, indicando seus princípios e diretrizes.

Somente na Primeira Conferência Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável de São Paulo, em **2016**, foi eleita a primeira gestão do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário e foram definidos os princípios e diretrizes para o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável de São Paulo. Na Conferência foi aprovada uma moção para que o

plano incluísse a agroecologia, buscando envolver não apenas as áreas rurais, como também as práticas de agricultura urbana, comercialização, cultura, entre outros temas. O evento foi precedido de três pré-conferências e foi um grande marco, pois possibilitou às/aos agricultoras/es se encontrarem e conhecerem grupos de outros territórios, trazendo uma noção mais ampla sobre agricultura da cidade.

Em **2018**, foi realizada uma série de oficinas para construção do Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável de São Paulo, nas Zonas Leste, Sul e Norte. Em especial, ocorreram quatro oficinas das mulheres para a construção do Plano. A primeira, realizada na sede da SOF, pode ser considerada como o encontro-nascente de criação da Rappa e inaugurou uma longa parceria institucional para a promoção da rede de mulheres agricultoras e para a organização dos encontros, contando com a SOF, o CMDRSS, a PMSP e a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Governo do estado de SP (por meio da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral). As oficinas seguintes ocorreram, na sequência, no Viveiro Quebrada Sustentável, sede das Mulheres do GAU, na Aldeia Guarani Mbíá Kalipety, da Terra Indígena Tenondé-Porã e na Comuna da Terra Irmã Alberta do MST, localizada em Perus. Foram debatidos os seguintes temas: a divisão sexual do trabalho, a preservação da cultura e o cultivo Guarani e a demarcação da terra indígena. Além disso, foram trazidas e encaminhadas demandas, envolvendo um curso de produção, tratamento e uso de plantas medicinais, que foi realizado na quarta oficina⁷⁵.

O ano de **2018** também marca o início do Programa Operação Trabalho (POT), administrado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho da PMSP, uma política pública de reinserção de pessoas em estado de vulnerabilidade econômica no mercado de trabalho. O Programa conta com uma linha para agricultura chamada Hortas e Viveiros na Comunidade. Em dois anos atingiu cerca de 300 beneficiários em diversas regiões da cidade, entre eles algumas mulheres da Rappa. Ocorre

UM RIO DO TEMPO DA REDE DE MULHERES

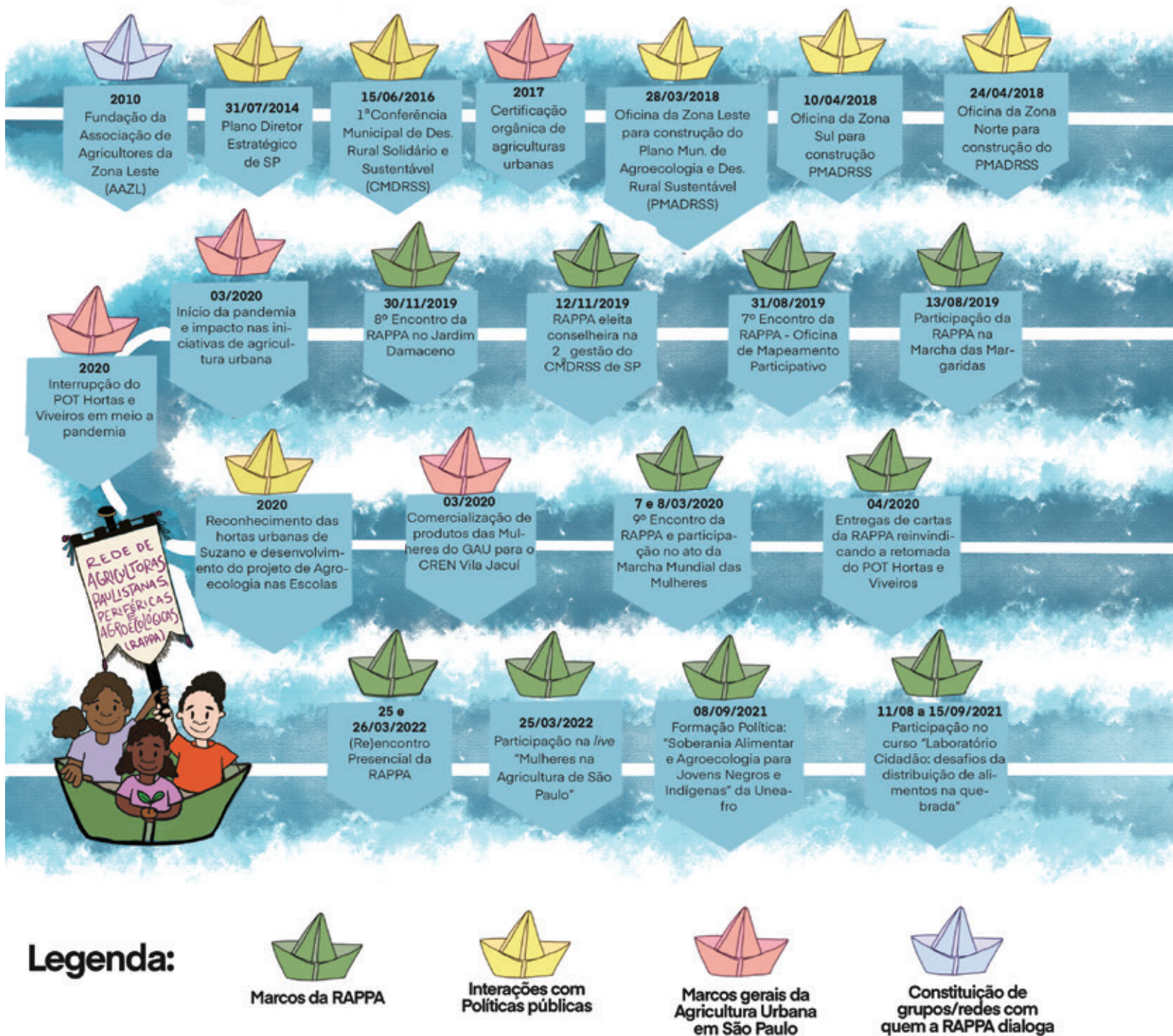
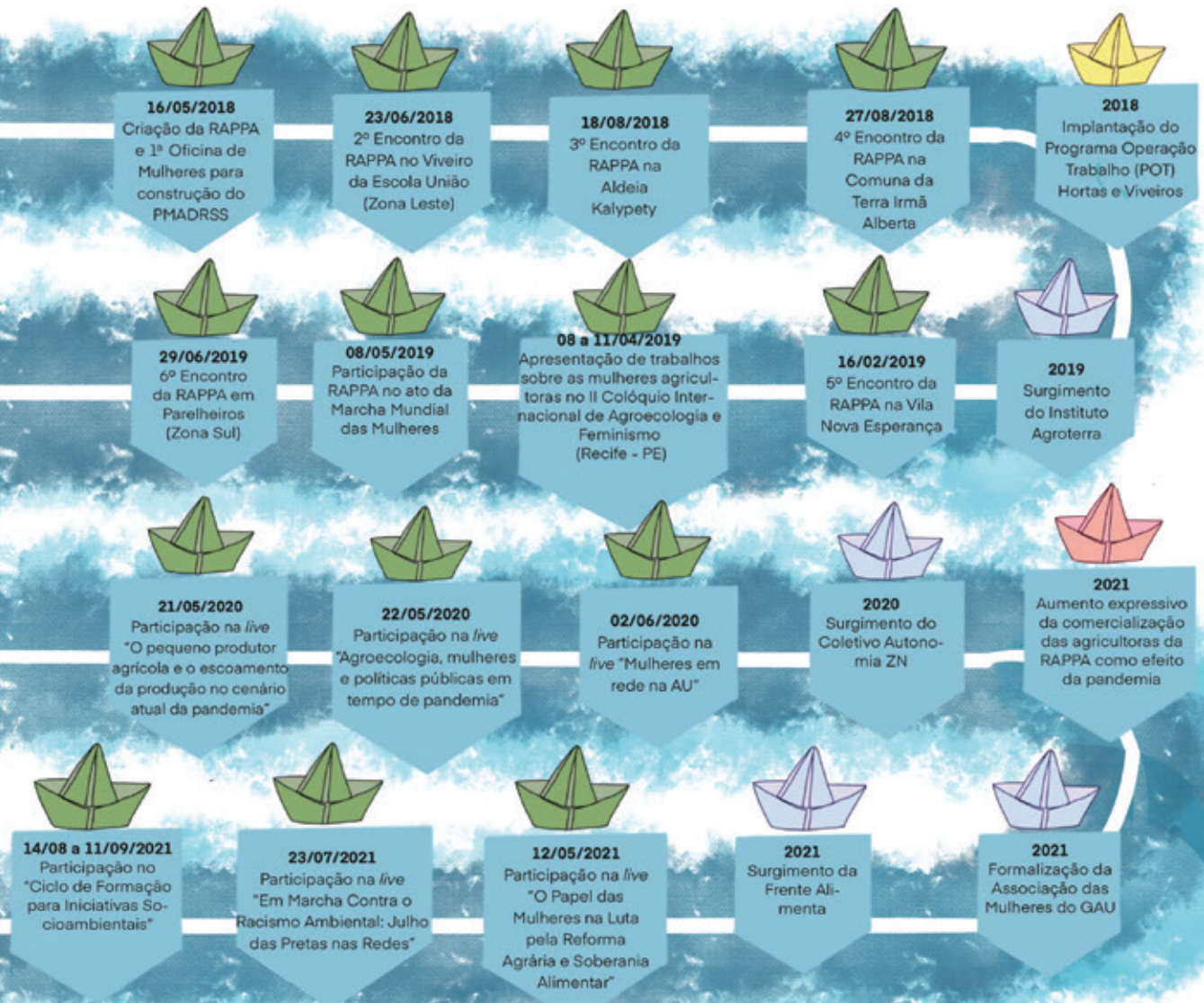


FIGURA 36: Um Rio do tempo das Mulheres Agricultoras e Periféricas de São Paulo.

Ilustração: Bianca Santana, 2023.

AGRICULTORAS E PERIFÉRICAS DE SÃO PAULO



também, em **2018**, o “Ciclo de Encontros de Agricultoras: mulheres e agroecologia na cidade de São Paulo” na Zona Oeste e Zona Sul, para planejamento das atividades do GT Mulheres e Agroecologia do CMDRSS, ainda sem a denominação de Rappa. Neste ano, há a participação das mulheres em dois eventos importantes: o ato do dia internacional de luta das mulheres e a Marcha das Margaridas.

Em agosto de **2019**, foi realizada uma oficina na Secretaria de Agricultura e Abastecimento, no centro de São Paulo, que contou com troca de sementes e utilização da cartografia social com os mapas de cada região da cidade. As mulheres se localizaram no território e se identificaram enquanto rede. Foi o primeiro encontro em que a divulgação trouxe explicitamente o nome Rappa e a rede passou a se consolidar.

Em novembro de **2019**, ocorreram as eleições para a segunda gestão do CMDRSS, e a Rappa teve uma representante eleita para assumir a cadeira do movimento de agricultura de São Paulo. Além disso, a rede passou a contar com a participação de agricultoras nas cadeiras de representação da Zona Sul e da Zona Norte do município, conseguindo um importante espaço de articulação política para as mulheres agricultoras. Nesse mesmo mês, foi realizado o primeiro encontro da Rappa, no qual foi apresentado o resultado da atividade de cartografia social. A partir desse encontro, a Rappa passou a ter redes sociais, logo e uma identidade própria.

DÉCADA DE 2020

O ano de **2020** começa com importantes mobilizações da Rappa. Na véspera do dia mundial das mulheres, as agricultoras realizaram um encontro preparatório, e no dia oito de março estiveram presentes oferecendo alimentos agroecológicos, manifestando a importância da aliança campo-cidade e da agroecologia.

Em **2020**, a pandemia impactou fortemente a vida das agricultoras. Nos primeiros meses, o fechamento do comércio e dos canais de comercialização impediu a venda dos produtos e consequentemente a geração de renda. Ao mesmo tempo, a PMSP interrompeu os contratos existentes desde 2018 do POT - Hortas e Viveiros.

Esses dois fatores somados fizeram com que muitas agricultoras ficassem sem nenhuma renda e tivessem que buscar outras formas de sustento, além de seguir cuidando das hortas. Nesse contexto, a Rede elaborou uma carta e encaminhou para a Prefeitura, solicitando informações e propondo a retomada do programa.

Apesar desse retrocesso, passos importantes foram dados neste ano. Foi estabelecida parceria entre o Viveiro Escola das Mulheres do GAU e uma importante OSC que trabalha com nutrição infantil para fornecimento de alimentos da agricultura urbana, o Centro de Recuperação e Educação Nutricional. A venda para o Centro é um marco, pois possibilitou um modelo de comercialização para as creches e escolas conveniadas da Prefeitura de São Paulo com compras em quantidades menores do que aquelas feitas por meio do PNAE. As vendas se mantiveram mesmo após o período emergencial da pandemia.

Com a interrupção das atividades presenciais, a Rappa passou a se articular virtualmente, realizando encontros e participando de diversas *lives* pautando agricultura urbana e comercialização, questões de gênero, agroecologia e pandemia. Organizadas pela Universidade de São Paulo, PMSP, Marcha Mundial das Mulheres, Fórum Popular da Natureza e outros, foi uma importante oportunidade de formação política e divulgação de suas ações.

Ao longo dos anos de **2020 e 2021**, com o isolamento social, formas de comercialização mais diretas entre consumidoras/es e produtoras/es foram valorizadas. A venda direta nas propriedades das agricultoras e as estratégias de comercialização por meio de cestas e grupos de consumo possibilitaram a ampliação do mercado a níveis superiores àqueles do período anterior à pandemia. A garantia de venda foi um dos elementos centrais para a manutenção das agricultoras nas hortas, inclusive gerando uma pressão para que aumentassem a produção.

Em **2022**, depois de mais de dois anos, ocorreu o 10º Encontro da Rappa. Ao todo, estiveram presentes mais de 50 mulheres nos dois dias de atividade.

Relatos colhidos na Caravana e Oficina do Rio do Tempo

“Resgatar as raízes dos nossos ancestrais para evitar o consumo de produtos ultraprocessados.”

Aldinéia, Mulheres do GAU

“Quem vem só para consumir, não entende o porquê de eu estar aqui e fazer o que eu faço.”

Rita, Hora da Horta

“Para a troca ser completa é preciso ter a participação da juventude.”

Daniela, Instituto Agroterra

“A gente, como mulher, vai formando rede para atuar junto.”

Regiane, Instituto Kairós

“As pessoas não entendem muito esse negócio de plantar na cidade.”

Dona Sebastiana

“Isso aqui é um oásis, é uma porta de entrada pra mim.”

Aldinéia, Mulheres do GAU

“Vejo as mulheres reeditando essa luta pela terra que tivemos no passado.”

Regiane, Instituto Kairós

“As pessoas vêm com um real, dois reais e pedem o quanto de couve que tiver. Antes elas vinham e só pegavam, e agora a comunidade vem para comprar, é uma forma de reconhecimento.”

Hilda, Horta da UBS Guarani

“Sou filha de agricultores e perdi toda a essência quando vim pra cidade. Hoje eu trabalho na terra e me encontrei.”

Joelma, Mulheres do GAU

Dona Lê tinha anemia e tomava remédios para repor ferro. Depois de ser apresentada à ora-pro-nóbis e passar a consumir a planta com frequência, pôde deixar de usar a suplementação. Já Dona Olívia estava em depressão, começou a ir ao espaço por estímulo de seu neto e a interação com as outras crianças a auxiliou a se curar. Leo, um jovem da comunidade, se aproximou do grupo para conhecer mais sobre quais plantas poderiam ajudar na saúde de sua mãe, e como não tinham dinheiro para comprar chá, encontraram na horta uma forma acessível de melhorar a saúde.

relatos do grupo Autonomia ZN

Algumas considerações - que histórias nos conta esse Rio

Apesar de não ser uma atividade recente no município de São Paulo, é a partir dos anos 2000 que aumenta o interesse de diferentes setores pela AU, assim como são criadas legislações e políticas públicas específicas, especialmente voltadas para agricultura orgânica e agroecologia. Esse movimento se inicia por meio da luta e organização das agricultoras e agricultores somada a grupos ambientalistas, com interesse do setor público e OSCs, e um olhar atento ao extremo sul da cidade. A região tem forte uso agrícola do solo, e é cercada por duas represas que abastecem o município, a Billings e Guarapiranga, o que torna ainda mais necessária a sua proteção.

Pode-se observar que as forças motrizes relacionadas ao surgimento da Rappa e ao crescimento da AU em São Paulo têm bastante conexão com a articulação de mulheres agricultoras em torno de lutas por políticas públicas, assim como por processos de formação política que interseccionam aspectos relacionados a gênero, racialidade, periferias e questões técnicas/produtivas. As ações coordenadas entre sociedade civil, OSCs e poder municipal puderam trazer resultados concretos para alavancar a agricultura no município.

A seguir estão algumas considerações apresentadas pelas três categorias de marcos do Rio do Tempo: “Interação com políticas públicas” e “Organização da sociedade civil”, que no caso do Rio de São Paulo foi organizada nos “Marcos gerais da AU em São Paulo”, “Marcos da Rappa” e “Constituição de grupos/redes com quem a Rappa dialoga”.

INTERAÇÃO COM POLÍTICAS PÚBLICAS

- A história narrada pelas agricultoras da Rappa mostra forte relação com as políticas públicas para o fortalecimento da AU em São Paulo. A revisão do Plano Diretor Estratégico em 2014 abriu portas importantes pois, além de restabelecer uma Zona Rural, previu um Plano

de Desenvolvimento Rural Sustentável e iniciou um movimento de diálogo com a sociedade civil para construção de PPs para AU e agroecologia. Mesmo com a expressiva participação das mulheres nas oficinas organizadas pelo Conselho Municipal, além de liderarem as hortas urbanas, suas demandas não eram ouvidas pelo poder público. Por isso, foi criado o GT Mulheres e Agroecologia dentro do Conselho, que contou com apoio da SOF e daria origem à Rappa. Na segunda gestão do Conselho em 2019, as agricultoras da rede conquistaram uma representação. A rede exerceu influência não só na construção do Plano de Desenvolvimento Rural, como também potencializou o olhar para as mulheres dentro da Prefeitura;

- A política mais citada na Caravana Agroecológica foi o Programa Operação Trabalho, instituído pela Lei nº. 13.178 de 17 de setembro de 2001, com nova redação na Lei nº. 13.689 de 19 de dezembro de 2003, com bolsa de R\$ 1.367,10 para as agricultoras para o ano base de 2023. Uma agricultora relatou sobre a importância que o POT teve para superar uma condição de violência doméstica, uma vez que conseguiu guardar seu próprio dinheiro e ter independência financeira. Ainda, o POT possibilitou um fortalecimento e manutenção das atividades nas hortas por um período. Infelizmente, no contexto social crítico que foi a pandemia, a política foi descontinuada, o que prejudicou o andamento das hortas. Porém, com a mobilização das mulheres, reconquistou-se esse benefício em 2022;
- Relatos na Caravana apontam a importância das OSCs no apoio à AU, muitas vezes fazendo o papel do Estado, pois auxiliam para que as mulheres tenham acesso a alguns benefícios ofertados pelo poder público estadual ou federal e fazem a conexão entre programas e iniciativas. Um exemplo é a iniciativa da Frente Alimenta, que, durante a pandemia, recebeu doações para comprar alimentos das

agricultoras urbanas e realizar doações para comunidades vulnerabilizadas;

- As políticas públicas mencionadas, assim como a assistência técnica comprometida com a AU executada pelas técnicas que acompanham a Rede, foram indicadas como centrais para a continuidade das atividades, em muitos casos, como pontos de inversão para que a agricultura e outras ações relacionadas à alimentação fossem reconhecidas como estratégias de geração de renda e de desenvolvimento de autonomia para as mulheres. Foram, assim, políticas alavancadoras de processos sociais. Com um bom direcionamento de investimentos, processos cuidadosos de escuta das demandas, e oferta de estrutura adequada, é possível alcançar um resultado maior e duradouro;
- Como será visto adiante na análise do mapeamento Sampa+Rural, das 1.048 experiências cadastradas, menos de 8% declararam ter DAP. Essa informação chama atenção para a inacessibilidade da declaração, ainda maior entre agricultoras/es urbanoas/s. Das experiências visitadas na Caravana, todas são na Zona Rural e nenhuma tem acesso à DAP.

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

- As iniciativas ligadas à Rappa nascem fruto da auto-organização de mulheres e grupos. As experiências visitadas pela Caravana têm como impulsionadores indivíduos e/ou grupos articulados em torno de questões, como o descarte irregular de lixo, proteção de área de relevância ambiental, produção e distribuição de alimentos, PANCs e ervas medicinais para combater a insegurança alimentar, promoção da saúde, ocupação de terrenos ociosos, proteção de culturas e saberes ancestrais e outros;
- A Rappa, como diz em seu nome, é constituída de mulheres e hortas periféricas. Este é um aspecto central quando pensamos nos acessos e modos de vida das suas integrantes. Possui uma diversidade

que traz força e resiliência à Rede; permite um bom diálogo institucional, o que favorece o acesso a recursos, superação da invisibilidade e maior incidência política. A organização coletiva assume importância fundamental na conquista de espaço e direitos pelos grupos. As relações de solidariedade entre as mulheres da Rede é um dos principais fatores que possibilitam o desenvolvimento das ações e a ampliação do acesso a diferentes mercados para manutenção das experiências;

- O trabalho coletivo, os encontros promovidos pela Rappa para troca de experiências, os laços de confiança e amizade construídos, assim como o apoio promovido pela rede de técnicas atuantes, tanto no poder público quanto em organizações da sociedade civil, foram alguns dos fatores que garantiram a manutenção da atividade em períodos mais críticos, como aqueles vivenciados nos primeiros meses da pandemia da Covid-19. O contexto trouxe a necessidade de união, mesmo que fosse necessário reformular as formas de se relacionar e

virtualizar mais as interações. Essa rede de apoio possibilitou o acesso das mulheres a projetos, feiras, mercados e outras ações que geram renda por meio do trabalho com agricultura e alimentação.

FIGURA 37: Rio do Tempo da Rappa com as participantes da oficina. André Biazoti, 2022.



Análise dos mapeamentos de São Paulo

Em São Paulo foi acessado apenas um mapeamento de referência, o Sampa+Rural, que identificou **1.048** experiências relacionadas à agricultura na cidade:

Sampa+Rural

Abrangência: municipal

Número de experiências: 1.048

Ano do mapeamento: 2020 - contínuo

Responsável: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano de São Paulo em parceria com o Projeto Ligue os Pontos, financiado pela Bloomberg Philanthropies, com colaboração de diferentes organizações públicas e da sociedade civil

Acesso aos dados: público (saiba mais: [Sampa + Rural](#))

Forma de colheita: uma parte dos dados foi produzida pelo Projeto Ligue os Pontos (2020), que realizou o censo de agricultoras/

es das Unidades de Produção Agropecuária (UPA) da Zona Sul; o levantamento da produção agrícola de aldeias Guarani na Zona Sul; com visitas, entrevistas e uso de formulário de cadastro, integrados às informações disponíveis na plataforma do Sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural e Ambiental da Prefeitura de São Paulo. Outra parte das informações foi obtida a partir da reunião de diversos bancos de dados já existentes: Mapeamento Movimento Urbano de Agroecologia de São Paulo - 2014/2017; GeoSampa da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento - 2020; Mapa de Feiras Orgânicas - IDEC; Secretaria Municipal de Turismo; Instituto Kairós; e Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência.

Tempo de colheita: 8 anos

Categorias disponíveis: foram utilizadas informações da grande categoria “Agricultura” disponível no mapeamento. Especificamente, foram analisadas duas bases de dados dentro de “Agricultura”: “Hortas Urbanas e Hortas em Equipamentos Públicos” (309 experiências identificadas por parceiros

QUADRO 13: Resultados do mapeamento Sampa+Rural por categorias de análise, base de dados e número de respostas.

RESULTADO	BASE DE DADOS DO SAMPA+RURAL	QUANTIDADE DE EXPERIÊNCIAS RESPONDENTES
a) Localização por zonas	Agricultoras/es da cidade de São Paulo, Hortas urbanas e hortas em equipamentos públicos e levantamento dos territórios Guarani	1.048
b) Estabelecimentos de agricultura familiar + acesso à DAP	Agricultoras/es da cidade de São Paulo	729 e 730
c) Área produtiva		449
d) Gênero da pessoa responsável pela iniciativa	Agricultoras/es da cidade de São Paulo e Hortas urbanas e hortas em equipamentos públicos	134
e) Relações com a saúde: atividades de conexão		1038
f) Relações com a saúde: acessibilidade	Hortas urbanas e hortas em equipamentos públicos	82

do Sampa+Rural), pequenas unidades de agricultura familiar, sendo parte delas agroecológicas, orgânicas ou em transição agroecológica; e “Agricultores de São Paulo” (730 cadastros realizados pela plataforma do Sis Rural), que contempla iniciativas de hortas comunitárias, parques, hortas nas escolas e nas unidades básicas de saúde na área urbana. Foram ainda consideradas nove experiências dos territórios Guarani das Terras Indígenas Jaraguá e Tenondé Porã. Juntas, somam 1.048 experiências (44% do total levantado pelo Sampa+Rural).

Foram analisadas as seguintes categorias: localização (zona, distrito e bairro), descrição da experiência, área cultivada, atividades de conexão, acesso à DAP, gênero do responsável e facilidade para pessoas com necessidades especiais. Outras categorias não utilizadas nesta análise: nome, ano de início, período de funcionamento, associativismo, referências, estacionamento, categoria, subcategoria, qualificações, fonte, polo de ecoturismo, onde comprar e número de roças.

No QUADRO 13 estão as informações produzidas com base nos dados do mapeamento Sampa+Rural, organizadas por categorias de análise e respectivo número de respostas.

Resultados

Resultados das bases de dados “Agricultores da cidade de São Paulo”, “Hortas urbanas e hortas em equipamentos públicos” e do levantamento dos territórios Guarani

Um terço do município de São Paulo é classificado oficialmente como Zona Rural, de acordo com o atual Plano Diretor Estratégico revisado em 2014, o qual incluiu áreas rurais na cidade, considerada anteriormente (entre os anos de 2002 e 2013) totalmente urbana.

Na análise, optou-se por considerar como agricultura urbana o conjunto das experiências da categoria “Agricultura”, (1.048), inclusive as localizadas em Zonas Rurais do município, já que estão consideravelmente próximas da Zona Urbana, e, portanto, são fortemente influenciadas pelos fluxos urbanos, acesso a serviços e recursos disponíveis. Além dessa dinâmica, a prestação de serviços à cidade é também um fator considerável, cumprindo importante papel social, ambiental e climático na cidade de São Paulo. Nas Zonas Rurais do município existem extensas áreas com o bioma da Mata Atlântica, cumprindo, portanto, relevante função de proteção da sua biodiversidade. O sul do município, por exemplo, abriga as Área de Preservação Ambiental do Bororé-Colônia, Área de Proteção Ambiental Capivari-Monos, bem como alguns parques, como o Parque Natural Municipal do Itaim, Parque Natural Municipal de Varginha e Parque Estadual Serra do Mar.

O mapeamento Sampa+Rural considerou importante a visibilidade e reconhecimento do desenvolvimento rural sustentável promovido pela Zona Rural de São Paulo, evidenciando a relevância ambiental das agriculturas nas Zonas Rurais, enquanto agentes que minimizam impactos e avanços da urbanização no território, promovem segurança alimentar e nutricional, proteção de áreas verdes e mananciais. A escolha pela classificação das experiências baseada nas zonas da cidade permitiu evidenciar, no mapeamento, suas particularidades, diferenças socioeconômicas e ambientais.

A. LOCALIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS POR ZONA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Considerando as nove zonas do município, a Zona Sul possui a maior concentração de agriculturas e se destaca como a maior área rural, com 341 experiências na sua parcela urbana e 334 na rural. Na sequência está a Zona Leste (189 experiências na área urbana) e a Zona Norte (90 experiências na área urbana). Ver GRÁFICO 31.

No mapeamento Sampa+Rural foi feita uma identificação dos territórios do grupo étnico Guarani. Nesse levantamento, foram identificadas duas T.I. pertencentes à etnia Guarani Mbyá

e Tupi-Guarani (Ñandeva), T.I. Tenondé Porã e T.I. Jaraguá, contendo informações sobre nove aldeias que praticam agricultura. As aldeias da **T.I. Tenondé Porã** são: Tenondé Porã, Krukutu, Kelipety, Tape Miri, Yrexakã, Tekoa Porã, Kuara Rexakã, Guyrapaju; e as aldeias da **T.I. Jaraguá** são: Pyau, Itakupe, Yvy Porã, Ita Endy, Ita Vera e Ytu.

Destas, sete responderam sobre sua **localização**: seis estão na Zona Rural Sul de São Paulo (pertencentes à T.I. Tenondé Porã as aldeias: Krukutu, Tape Miri, Tenondé Porã, Tekoa Porã, Kalipety e Yrexakã) e uma na Zona Urbana Norte (T.I. Jaraguá), sendo que duas aldeias da T.I. Tenondé Porã (Kuaray Rexakã e Guyrapaju) se encontram fora do município de São Paulo, localizadas na cidade vizinha de São Bernardo do Campo.

Vale ressaltar que o mapeamento direcionou seus estudos somente para as aldeias da T.I. Tenondé Porã, localizada na Zona Rural Sul de São Paulo. A T.I. Jaraguá foi descrita de maneira sucinta, sem maiores detalhes das aldeias ali presentes. Foram identificadas 81 roças na T.I. Tenondé Porã com uma grande variedade de alimentos catalogados, a exemplo de: milho, batata-doce, mandioca, amendoim, abóbora, feijão, abacaxi e arroz.

Para além deste levantamento das T.I., não houve **nenhuma questão voltada especificamente à identificação por cor ou raça/etnia das pessoas envolvidas nas experiências**.

Resultados da base de dados “Agricultores da cidade de São Paulo”

B. AGRICULTURA FAMILIAR E ACESSO À DAP

A base de dados “Agricultores da cidade de São Paulo” forneceu informações sobre a presença da agricultura familiar e o número de agricultoras/es que possuem Declaração de Aptidão ao Pronaf. Foram quantificados os **estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar** no município. De 729 respostas, 510 (70%) afirmaram que suas atividades estão em conformidade

GRÁFICO 31: Localização das experiências por Zonas do município (1.041 respondentes).

Fonte: Elaborado com base no mapeamento Sampa+Rural.

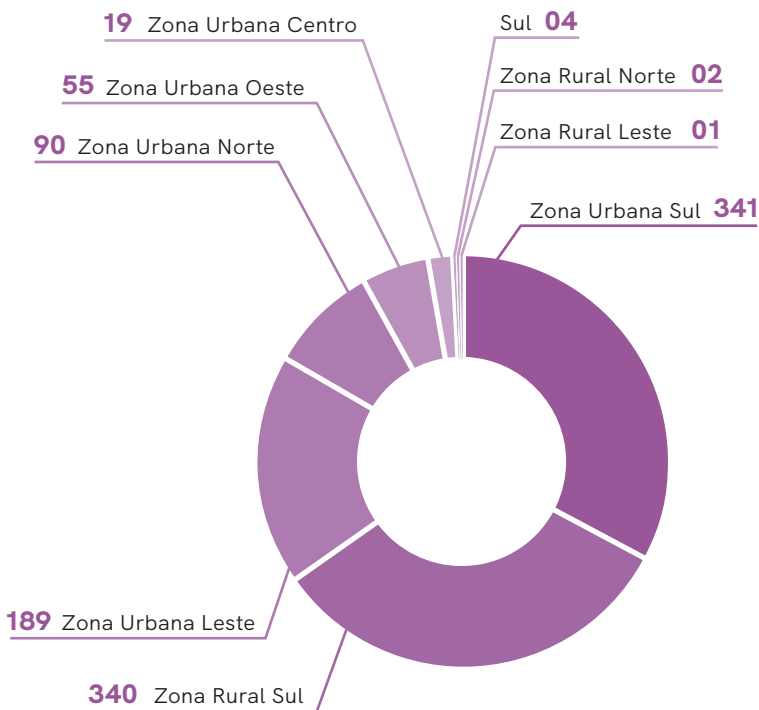


FIGURA 38: Zonas rurais da cidade de São Paulo.

Fonte: Elaborado com base no mapeamento Sampa+Rural.

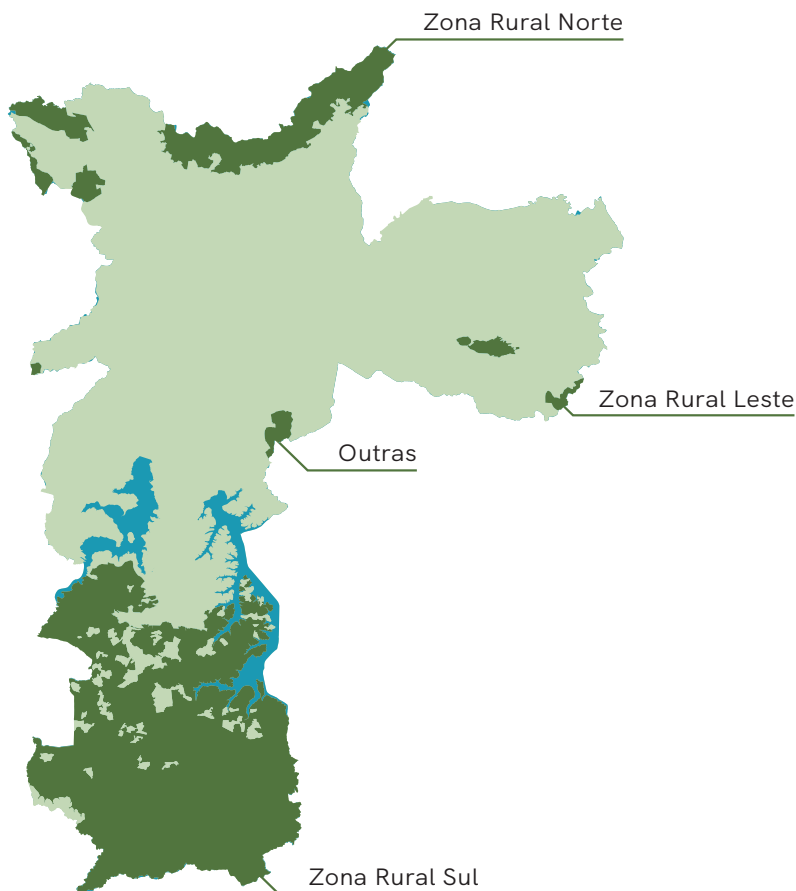
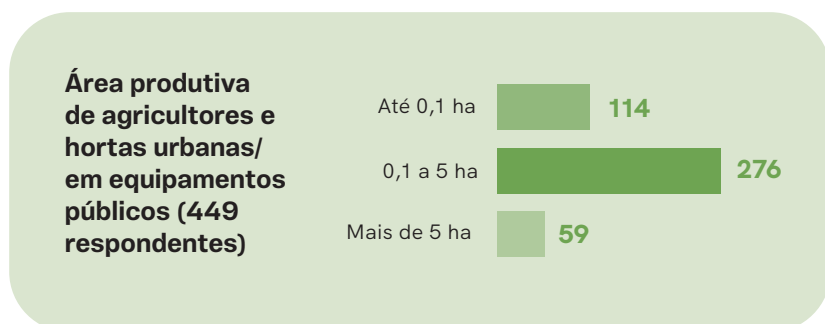
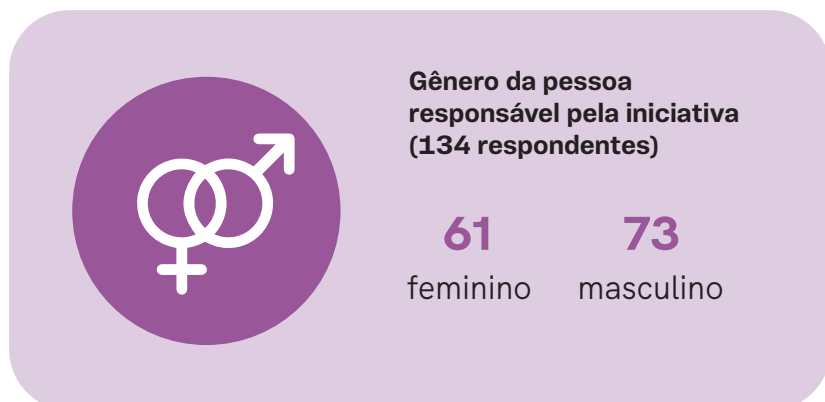
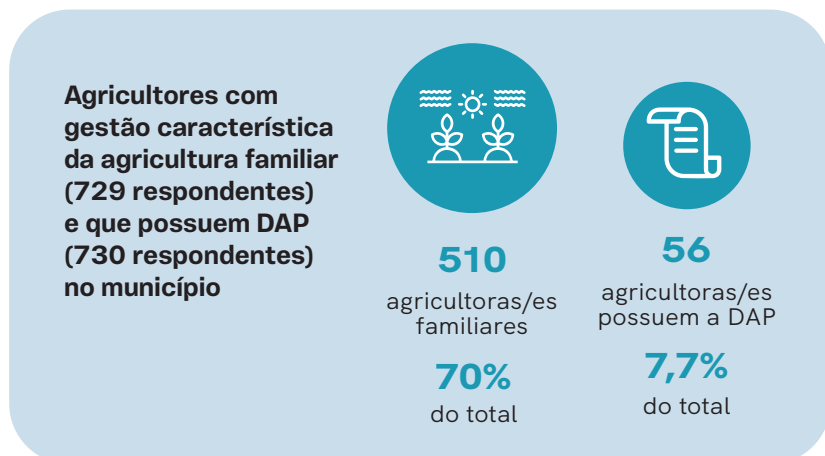


FIGURA 39: Resultados da base de dados
“Agricultores da cidade de São Paulo”

Fonte: Elaborado com base no mapeamento Sampa+Rural.



com a gestão da agricultura familiar, enquanto 219 (30%) não se enquadram nessa categoria. Ainda, dos 730 agricultores, apenas 56 (7,7%) afirmaram possuir a DAP, oriundos das Zona Urbana Leste (5), Zona Rural Sul (38) e Zona Urbana Sul (13), como pode ser visualizado na FIGURA 39. (Ver mais informações sobre a Declaração de Aptidão ao Pronaf na página 44)

Resultados das bases de dados “Agricultores da cidade de São Paulo” e “Hortas urbanas e hortas em equipamentos públicos”

C. ÁREA PRODUTIVA DAS INICIATIVAS

A área produtiva de 449 iniciativas foi classificada por hectares: “até 0,1 ha” (114 experiências); “0,1 a 5 ha” (276 experiências); e “mais de 5 ha” (59 experiências), como mostra a FIGURA 39.

D. GÊNERO DA PESSOA RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

Indicado em uma questão fechada com as opções “feminino”, “masculino” e “outros”, auto-declaratória e não obrigatória. Das 134 respostas (apenas 12% das 1.048 experiências da categoria Agricultura), foram 73 indicações de “masculino”, 61 de “feminino” e nenhuma seleção da opção “outros”. O maior número de respostas veio dos dados de “Agricultores da cidade de São Paulo”.

É importante ressaltar que alguns dados do Sampa+Rural não foram coletados de maneira homogênea, feitos, inclusive, por meio de metodologias diferentes e da união de processos mapeantes distintos. Por exemplo, o mapeamento do Movimento Urbano de Agroecologia de São Paulo (MUDA) levantou informações sobre gênero das “Hortas Urbanas e Institucionais” de maneira indireta, via casos já conhecidos pelos membros do MUDA e pelas redes sociais. Já no Censo de UPAs da Zona Sul, realizado no âmbito do Sampa+Rural, as informações foram coletadas em visitas às propriedades e aplicação de formulário, no qual havia uma pergunta

Histórico de luta pela demarcação das T.I. Guarani Mbya em São Paulo⁷⁶

A luta pela demarcação das terras indígenas na cidade de São Paulo é antiga e marcada por violências por parte do Estado e por muita resistência por parte dos Guarani Mbya.

Na década de 1980, houve um aumento de projetos imobiliários e turísticos, assim como de construção de rodovias nos territórios Guarani, o que tornou a questão por demarcação de terras ainda mais urgente. A T.I. Jaraguá foi demarcada em 1987 com apenas 2 hectares, sendo a menor terra indígena do país até então. As aldeias Barragem e Krukutu, da T.I. Tenondé Porã, também foram demarcadas em 1987 com apenas 26 hectares cada. O local chegou a abrigar 1.400 pessoas.

Em ambos os locais viviam centenas de famílias e esse tamanho era insuficiente para garantir condições dignas e respeitar seus modos de vida. Não havia espaço para pesca, caça, plantio e para as casas de reza, por exemplo. Diversos problemas, especialmente de saúde e sustento das famílias, ocorreram devido ao tamanho da terra, pela lentidão dos órgãos de assistência, além da disputa fundiária.

A disputa foi se acirrando pela especulação imobiliária e, nos anos seguintes, houve pedidos de reintegração de posse e ainda impactos negativos da construção do Rodoanel Mário Covas em ambas as T.I., sem que os devidos Estudos de Impacto Ambiental fossem feitos. Passaram-se décadas e a situação dos indígenas era de muita insegurança. Há registros de subnutrição, problemas respiratórios, verminoses e doenças associadas, além de muitos casos de atropelamento. A falta de perspectiva para as juventudes e de políticas públicas mais efetivas agravou a vulnerabilidade dos Guarani.

Em 2010, foi conquistada uma área de 300 hectares pelos Guarani, dividida entre o Jaraguá e o Tenondé Porã. Mas, sem a demarcação, os conflitos e as tensões continuaram a acontecer. Houve mais pedidos de reintegração de posse, diversas ameaças aos indígenas, a declaração da T.I. Jaraguá em 2015 e sua posterior revogação, a ocupação do Parque Estadual do Jaraguá e interrupção do funcionamento da estrutura principal das redes televisivas, fechamento da rodovia bandeirantes, diversas manifestações e muito mais. Em 2016 e 2017, finalmente, ocorreu a declaração da T.I. Tenondé Porã com 15.969 hectares e da T.I. Jaraguá, com 532 hectares. Entretanto, até 2023, estas não haviam sido homologadas pela Presidência e tampouco demarcadas fisicamente.

A luta dos Guarani pela demarcação de suas terras segue. Em 2023, escreveram um manifesto solicitando a

homologação das 12 Terras sem pendências administrativas, assim como o andamento do processo de outras 16 Terras, que têm processos de demarcação bem avançados e destacam que ainda há 70 processos de demarcação paralisados que precisam ser retomados.

Os nove territórios Guarani em São Paulo

TERRA INDÍGENA JARAGUÁ

Localização: Jaraguá, sobreposta ao Parque Estadual do Jaraguá na Zona Urbana Noroeste do município; Aldeias (tekoa): Pyau, Itakupe, Yvy Porã, Ita Endy, Ita Vera, Ytu;

Habitantes: 719 das etnias Tupi-Guarani (Ñandeva) e Guarani Mbya;

Área: 532 ha (Portaria do Ministro da Justiça nº 581/2015);

O parque é preservado há décadas pelo povo Guarani, que se dedica ao reflorestamento de áreas desmatadas, combate ao despejo de lixo, recuperação de nascentes e à solução de outros problemas causados pelos não indígenas.

TERRA INDÍGENA TENONDÉ PORÃ

Localização: Zona Rural Sul do município. Abrange ainda os municípios de Mongaguá, São Bernardo do Campo e São Vicente. Está sobreposta a duas unidades de conservação: APA Capivari-Monos e Parque Estadual da Serra do Mar;

Aldeias no município de São Paulo (tekoa): Kalipety, Yrexakã, Tape Miri, Tekoa Porã, Tenondé Porã e Krukutu; aldeias fora do município de São Paulo: Kuaray Rexakã e Guyrapaju;

Habitantes: 1.500 da etnia Guarani Mbya;

Área: 15.969 ha (Portaria do Ministro da Justiça MJ/GAB nº 548). 1.500 pessoas.

ALDEIA KRUKUTU

Localizada no Jardim Vera Cruz, em Parelheiros (Zona Rural Sul). É uma das aldeias mais antigas da região e a segunda mais populosa, com 500 habitantes. Regularizada em 1987 com a aldeia Aldeia Tenondé Porã, até o ano de 2013 essas

foram as únicas opções de locais para habitação. A aldeia abriga estruturas importantes fruto de lutas conquistadas ao longo de décadas, como o Posto de Saúde, o Centro de Educação e Cultura Indígena e a Escola Estadual Indígena. Nas roças são cultivados alimentos como milho, batata-doce, mandioca, amendoim, abóbora, feijão, abacaxi e arroz.

ALDEIA TENONDÉ PORÃ

Localizada em Cipó do Meio-Parelheiro (Zona Rural Sul). A aldeia, que carrega o nome de todo o T.I., é também conhecida como Aldeia da Barragem e é a mais populosa não só do território, mas de toda a etnia Guarani Mbya do Brasil, onde vivem atualmente cerca de mil pessoas. Antes do reconhecimento das demais áreas, seus 26 hectares abrigaram grande parte da população, desencadeando uma concentração populacional que, em certa medida, causou prejuízos aos modos de existência desse povo. A aldeia possui estruturas importantes como escola indígena, posto de saúde, centro cultural, espaços coletivos onde são desenvolvidos projetos conectados à cultura Guarani. Nas roças são cultivados milho, batata-doce, mandioca, amendoim, abóbora, abacaxi e feijão.

ALDEIA GUYRAPAJU

Localizada na cidade de São Bernardo do Campo, próxima à represa Billings, ao norte da T.I. Abriga cerca de 80 pessoas que, em comunidade, buscam alternativas focadas no manejo ecológico de resíduos, gestão ambiental de toda a área, planejamento de atividades de visitação e mutirões promovidos pelas lideranças.

ALDEIA KUARAY REXAKÃ

Localizada na cidade de São Bernardo do Campo. Assim como outras aldeias, também está às margens da represa Billings. É uma das aldeias mais novas do território, onde vivem aproximadamente 20 pessoas. Em fase de estruturação, ainda não oferece muitas atividades para visitantes, apenas com agendamento prévio, passando pelo aval das lideranças responsáveis pelo lugar. Além das visitas, também realiza mutirões de construção das áreas coletivas que, eventualmente, são abertas a participantes não indígenas.

ALDEIA TEKOA PORÃ

Localizada em Parelheiros (Zona Rural Sul), também é uma das aldeias mais recentes e, atualmente, não recebe

turistas. Nesse território são cultivados alimentos como milho, batata-doce, mandioca, amendoim, abóbora e feijão.

ALDEIA TAPE MIRI

Localizada em Colônia, Parelheiros (Zona Rural Sul). Criada em 2017, abriga cerca de 50 pessoas. Possui áreas de roças e casas de reza (*opy*). Não possui estrutura para receber visitantes.

ALDEIA KALIPETY

Localizada em Colônia, Marsilac (Zona Rural Sul). Criada em 2013, abriga cerca de 70 pessoas. Está em uma área que, até os anos 1970, foi destinada à monocultura de eucalipto cultivado por posseiros não indígenas. Aos poucos a paisagem se altera com o plantio de espécies nativas, e os resquícios do cultivo de eucalipto são utilizados na construção de casas e adubação orgânica das roças. A aldeia se tornou referência em práticas agroecológicas, por meio de uma perspectiva de união entre saberes da cultura Guarani e técnicas alternativas do universo não indígena. Destacam-se, nas roças da comunidade, as cerca de 50 variedades de batata-doce, resgatadas em intercâmbios entre aldeias Guarani de diversas regiões do Brasil e da Argentina.

ALDEIA YREXAKÃ

Localizada em Embura, Marsilac (Zona Rural Sul), é banhada pelo Rio Capivari, o principal de toda a T.I. Esta aldeia conta uma história particular dentre as demais. Segundo relatos dos mais velhos, até a década de 1950 existia nessa região uma aldeia com o mesmo nome que, diante de ações prejudiciais dos não indígenas, obrigou o povo Guarani a retirar-se para outras aldeias, como a Tenondé Porã. Dois desses impactos negativos foram a instalação de uma ferrovia que cortava o território e pressões exercidas por latifundiários. Em 2015, os Guaranis retomam a região e batizam a aldeia em memória do território ancestral. Atualmente, a aldeia Yrexakã é reconhecida e procurada para a realização de atividades de ecoturismo. Nas roças são cultivados milho, mandioca e abóbora.

específica sobre o “gênero da pessoa responsável pela iniciativa”. O resultado da sistematização sobre as 740 UPAs mostrou que 28% das pessoas responsáveis são classificadas como “feminino”.

Em um esforço de identificar interfaces com a **saúde** no Sampa+Rural, algumas práticas puderam ser identificadas com base em duas questões: “Atividades de conexão” (disponível nas bases “Hortas urbanas e hortas em equipamentos públicos” e “Agricultores da cidade de São Paulo”) e “Acessibilidade dos espaços para pessoas com necessidades especiais” (disponível apenas na base “Hortas urbanas e hortas em equipamentos públicos”).

E. RELAÇÕES COM A SAÚDE: ATIVIDADES DE CONEXÃO

Foram 1.038 experiências respondendo à questão “Atividades de conexão”, que possibilitou a seleção de múltiplas opções. As atividades que se aproximaram mais explicitamente da saúde foram: “Utilização e produção de plantas medicinais” (201 seleções), saneamento ecológico representado pela “Compostagem” (84), as “Hortas com

função terapêutica / que realizam atividades terapêuticas” (4) e a opção “Saúde” (2).

Há 14 outras opções de atividades de conexão não incluídas na análise, pela sua relação menos explícita com a saúde, como “Horticultura”, “Fruticultura”, “Autoconsumo”, “Atividades recreativas”, “Oficinas educativas”, “Educação ambiental”, entre outras.

Resultados da base de dados “Hortas urbanas e hortas em equipamentos públicos”

F. RELAÇÕES COM A SAÚDE: ACESSIBILIDADE

Em relação à **acessibilidade**, das 309 experiências da base de dados “Hortas urbanas e hortas em equipamentos públicos”, apenas 82 responderam à questão. Dessas, apenas 12 (14,6%) afirmaram possuir espaço com “facilidades para pessoas com necessidades especiais”.



FIGURA 40: Horta da Vila Nancy, visitada na Rota Zona Leste da Caravana. Maísa Calazans, 2022.

Algumas considerações, por temas, sobre os resultados

SAÚDE

- Relatos das/os horticultoras/es e vizinhas/os das hortas visitadas na Caravana mostram que a saúde é favorecida, de um lado, pela possibilidade de acesso constante a alimentos *in natura* sem veneno e diversificação da alimentação e, de outro, pela próprio espaço de cuidado, de trabalho com a terra, de aproximação e união com outras pessoas;
- No contexto da pandemia da Covid-19, a busca por mais saúde por meio da alimentação e do aumento da demanda pela entrega de produtos agroecológicos abriu novos mercados para as agricultoras;
- O encontro das diferentes iniciativas em caravana potencializou a troca sobre o uso das plantas medicinais e seus benefícios, conhecimentos ancestrais, passados entre gerações, que conectam as mulheres com sua identidade e seu território.

GÊNERO E RAÇA

- Tanto nas iniciativas visitadas quanto no levantamento histórico da agricultura em São Paulo, as mulheres são as **grandes protagonistas, lideranças e mobilizadoras**;
- A experiência da Rappa em São Paulo mostra que a articulação da luta feminista com as lutas da AU tem grande importância para o resgate das trajetórias das mulheres, assim como a participação delas em espaços públicos e em lugares de decisão;
- A experiência da Caravana deixou nítido que a **identidade e reconhecimento** enquanto agricultoras urbanas é uma forma de resistência importante diante dos conflitos e apagamentos no cotidiano urbano. O trabalho na horta impacta na autoestima e autonomia das mulheres para além do sentido financeiro, apoiando a superação de ciclos de violência;

“A compreensão das ações [das agricultoras ligadas à Rappa] passa também pela compreensão que as diversidades que as atravessam só são materializadas por meio de uma visão interseccional. São mulheres negras, nordestinas, pobres, com idades diferentes, algumas são mães, outras não, isso dentre muitos outros fatores. Reduzir a perspectiva de que ‘somos mulheres e isso que importa’ retira a possibilidade de aprender com a diferença e valorizar estratégias construídas por corpos que se movem de forma similar, mas não igual”

Vivian Motta, pesquisadora-articuladora territorial de São Paulo no Projeto Saúde & AU.

- A identidade de gênero aparece no mapeamento Sampa+Rural na questão “gênero da pessoa responsável pela iniciativa”, que teve baixa taxa de resposta (134, correspondente a 12%). Dessas, 73 declararam “masculino” e 61 “feminino”. A articulação com a Rappa mostra, como contraponto, a grande força das mulheres agricultoras em São Paulo;
- Ainda, no mapeamento não foi incluída nenhuma categoria que remetesse a identificação por cor ou raça/etnia das pessoas envolvidas nas iniciativas, o que reforça a invisibilização dessa dimensão na AU do município;
- Nas experiências integrantes da Rappa, as **mulheres negras** se destacam como sujeitos que fortalecem a agricultura urbana pela dinâmica das hortas, sendo esse um caminho de vida;
- Em 2022, a Rappa realizou uma oficina preparatória para o Encontro Nacional de Mulheres Negras, Indígenas e Quilombolas da Agroecologia, que aconteceu no mesmo ano no Maranhão. A

oficina ocorreu no espaço do Viveiro Escola das Mulheres do GAU, na Zona Leste da capital. Por meio do diálogo livre e da construção do rio da vida das mulheres presentes foram feitas reflexões sobre o racismo estrutural sofrido diariamente e como ele se apresenta no movimento agroecológico, além da identificação de possíveis caminhos para uma mudança realista. Também dialogou sobre a relação entre agroecologia e ancestralidade negra e indígena. Ao final da oficina, duas representantes da Rappa foram escolhidas para apresentar o Rios da vida no Encontro Nacional;

- Em relação aos povos indígenas em São Paulo, o Sampa+Rural identificou a existência de duas terras indígenas Guarani Mbya, que ajuda a explicitar a disputa territorial e a luta pela demarcação de terras. Em 2018, a III Oficina das Mulheres para a construção do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável foi sediada em uma dessas T.I, na aldeia Kalipety (ver histórico de luta pela demarcação das T.I. Guarani em São Paulo na pág. 178).

DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL

- As iniciativas têm importante papel com relação a **serviços ambientais**. Algumas possuem nascentes em suas áreas e as protegem. Outras trabalham diretamente com compostagem, impedindo que resíduos orgânicos sejam destinados para aterros ou lixões, ou ainda, para terrenos baldios;
- Para além da destinação de mais áreas para AU, é fundamental a garantia de **segurança jurídica** para o uso do solo urbano. Há importantes questões com relação a disputas territoriais entre as experiências da Rappa, seja com o Estado ou vizinhos. A falta de compreensão sobre a prática da AU tensiona as relações com vizinhos, gerando conflitos e ameaças;
- Ao mesmo tempo, órgãos do Estado não se fazem presentes no fortalecimento da agricultura urbana e muitas vezes tentam desmobilizar as experiências com investidas para retirar as hortas dos locais onde se estabeleceram. A questão da disputa pela terra é ainda mais dramática com relação à demarcação das terras Guarani.

FIGURA 41: Horta da Dona Sebastiana, visitada na Rota Zona Leste da Caravana. Maísa Calazans, 2022.



3.

**REFLEXÕES E
APRENDIZADOS**

Mapeamentos também contam histórias: revisitando questões, categorias e intenções dos processos mapeantes*

* Texto construído em parceria com o Grupo de Estudos em Agricultura Urbana AUE!/UFMG.

No decorrer da vida, vamos acionando diferentes referenciais na construção das nossas identidades, que vão sendo transformadas, conforme nos relacionamos com grupos, espaços e ideias. Da mesma forma, a AU está sendo construída - como conceito e ação política - por meio do diálogo entre distintos campos de conhecimento e lutas sociais. Por ser um conceito em elaboração, está sujeito a disputas relacionadas às diferentes concepções sobre a vida em sociedade nos territórios urbanos.⁷⁷

Algumas apropriações/narrativas/práticas reduzem o papel da AU à lógica capitalista de organização das cidades e de produção dos sistemas alimentares, enquanto outras enaltecem benefícios para a segurança alimentar, a sustentabilidade urbana e a saúde, e outras ainda valorizam o resgate e a manutenção de conhecimentos ancestrais. O termo também pode ser compreendido como um “guarda-chuva” conceitual, que permite abrigar diferentes iniciativas e narrativas utilizadas em melhorias urbanísticas associadas à questão alimentar e ambiental - presente em conceitos como “paisagens comestíveis”, “hortas

verticais”, “jardins produtivos”, “permacultura urbana”, “agricultura na cidade”, entre outros.

Existem, ainda, perspectivas sobre as interações entre a AU e os saberes e formas de organização indígena, da cultura afro-diaspórica e do campesinato, como caminhos necessários para a reprodução e sustentabilidade da vida nos territórios urbanos. Nestas abordagens, esses saberes e formas de organização seriam um pilar fundamental para o campo da AU e da agroecologia, no sentido da produção do conhecimento e do fortalecimento das lutas políticas. Assumir essa visão demanda aprofundar conexões entre áreas de conhecimento, como ecologia política, produção do espaço urbano, saúde coletiva, feminismos, antirracismo e anticolonialismo.

Sem a intenção de encontrar uma definição rígida para delimitar o que é ou não é agricultura urbana, mas entendendo que ela está em movimento e interage nas fronteiras com campos disciplinares e políticos, nos parece apropriado falar de agriculturas urbanas, no plural, que também provoca uma reflexão sobre

FIGURA 42: Reunião de planejamento do Projeto. Priscila Marques, 2022.



as formas de **agriculturas existentes numa sociedade em urbanização**.

O mergulho em mapeamentos de quatro áreas metropolitanas e duas grandes cidades ajudou a identificar *quais questionamentos têm sido feitos sobre agricultura urbana e quais referências/conceitos têm sido mobilizados para compreendê-la* pelas redes territoriais de AU agroecológica, por instituições/grupos de pesquisa e pelos governos locais. Uma diversidade de histórias e entendimentos é acessada ao se pisar nesse solo da construção da AU nas cidades.

A seguir, são apresentadas conexões entre alguns termos e categorias utilizados nessas pesquisas mapeantes, presentes na formulação das perguntas dos instrumentos de colheita (formulário virtual, questionário, bases de dados institucionais etc.) e nos títulos e descrição dos mapeamentos. Ainda que guardem semelhanças, são escolhas que apontam para as motivações de cada grupo ou instituição proponente e que expressam diferentes orientações teóricas na compreensão sobre a agricultura urbana.

Categorias principais e secundárias dos mapeamentos

A definição entre categorias principais e secundárias ocorreu com base no próprio título do mapeamento e/ou pela intensidade da presença do tema nas perguntas que compuseram o instrumento de colheita, nos seis mapeamentos selecionados como centrais - dentre o total de 13 mapeamentos acessados. Após a identificação, as categorias principais e secundárias foram sistematizadas em um quadro, organizado por território e por tipo de mapeamento. O “Tipo de mapeamento” diz respeito à seguinte classificação: “predominantemente institucional”, quando realizado por universidade/grupo de pesquisa ou governo local; ou “predominantemente organização social”, quando realizado majoritariamente pelas redes territoriais, como pode ser observado no **QUADRO 14**.

QUADRO 14: Categorias principais dos mapeamentos por território.

MAPEAMENTO/ REGIÃO	CATEGORIA(S) PRINCIPAL(IS)	CATEGORIA(S) SECUNDÁRIA(S)	TIPO DE MAPEAMENTO	Nº EXPERIÊNCIAS CADASTRADAS
Mapeamento AUÊ!/RMBH	Agriculturas metropolitanas	Unidades produtivas	Predominantemente institucional (universidade/grupo de pesquisa)	1.008
Mapeamento RUCA/ES	Agroecologia urbana	Agricultura urbana e periurbana	Predominantemente organização social	56
Mapeamento AAAUP-RMR/ RMR	Agroecologia urbana; Agricultura de base agroecológica	Agricultura urbana e periurbana	Predominantemente organização social	111
Mapeamento RFS/RMRJ	Soberania alimentar	Sustentabilidade	Predominantemente organização social	53
Mapeamento OBISF/ Florianópolis	Agricultura urbana; Inovação social		Predominantemente institucional (universidade/grupo de pesquisa)	69
Mapeamento Sampa+Rural/ São Paulo	Agricultura	Hortas urbanas e hortas em equipamentos públicos; Agricultores da cidade de São Paulo	Predominantemente institucional (governo local)	1.048

ANUÁRIO DAS AGRICULTURAS METROPOLITANAS

- **Categoria principal:** “Agriculturas metropolitanas”, engloba experiências de agriculturas familiares, coletivas e comunitárias, institucionais, empresariais e individuais, tanto orientadas pelos princípios da agroecologia, como também aquelas de caráter “convencional”, articulando os conceitos da agricultura urbana, da agricultura familiar e da agroecologia; utiliza ainda, de forma secundária, a categoria “Unidades produtivas”, referente às unidades de gestão e produção coletivas e comunitárias.
- **Predominantemente institucional:** culminância de um trabalho realizado pelo AUÊ desde 2013, em parceria com prefeituras, instituições públicas e organizações sociais, financiado pela Universidade (bolsas de pesquisa), agências públicas de fomento à pesquisa e emenda parlamentar.

MAPEAMENTO COLABORATIVO DA AGROECOLOGIA URBANA DO ESPÍRITO SANTO

- **Categoria principal:** o mapeamento realizado pela RUCA está interessado nas experiências agroecológicas de AU, tendo a “Agroecologia urbana” como categoria principal. Também é encontrado, de forma secundária, o termo “Agricultura urbana e periurbana”.
- **Predominantemente organização social:** a pesquisa recebeu apoio da FASE e da Misereor nos quatro meses iniciais, sendo conduzida posteriormente pela própria Rede.

MAPEAMENTO EM AGROECOLOGIA URBANA, PERIURBANA E RURAL DA RMR

- **Categorias principais:** “Agroecologia urbana” e “Agricultura de base agroecológica”, com a intenção de demarcar que o tipo de AU reivindicada pela rede está orientada pelos princípios da agroecologia.

- **Predominantemente organização social:** proposto pela Articulação de Agroecologia e Agricultura Urbana da Região Metropolitana de Recife, que abarca níveis distintos de institucionalidade entre seus integrantes - como agricultoras e agricultores, movimentos sociais, organizações não governamentais, assessoras/es técnicas/os, professoras/es e estudantes universitárias/os, entre outros. O mapeamento foi realizado sem financiamento, mobilizando durante três meses uma campanha virtual para divulgação.

MAPEAMENTO DA REDE FAVELA SUSTENTÁVEL

- **Categoria principal:** o mapeamento não explicita o termo agricultura urbana, utilizando “Soberania alimentar”, que é um eixo de trabalho/ação da Rede, no cadastro de iniciativas sustentáveis de favelas da RMR e instituições e iniciativas parceiras.
- **Predominantemente organização social:** A RFS é gerenciada pela organização sem fins lucrativos Comunidades Catalisadoras. O mapeamento de 2021, que atualiza uma primeira versão de 2017, foi realizado em parceria com a Pomona College (Estados Unidos) e com fomento da Fundação Heinrich Böll Brasil.

MAPEAMENTO DO OBSERVATÓRIO DE INOVAÇÃO SOCIAL DE FLORIANÓPOLIS

- **Categoria principal:** a agricultura urbana aparece como um tipo de “inovação social”, que é o principal tema de interesse do mapeamento, com objetivo de compreender como iniciativas promotoras de inovação social podem contribuir para solucionar problemas públicos da cidade.
- **Predominantemente institucional:** composto pelo Núcleo de Inovações Sociais na Esfera Pública e o Grupo de Pesquisa Estrategos, ambos do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômica da UDESC, reunindo pesquisadoras/es e professoras/es.

SAMPA+RURAL

- **Categoria principal:** dentro da grande categoria “Agricultura”, que abraça os diferentes tipos de agricultura da cidade, duas subcategorias contêm iniciativas de AU: “Agricultores da cidade de SP”, “Hortas urbanas e hortas em equipamentos públicos”.
- **Predominantemente institucional:** desenvolvido pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, em conjunto com outras secretarias, órgãos municipais e movimento social (como o MUDA/SP). Financiamento da Bloomberg Philanthropies, envolvendo governo local e parceiros em um processo continuado de colheita.

Alguns aprendizados

O cruzamento das informações entre os mapeamentos analisados aponta caminhos possíveis para o avanço da AU na agenda pública, sobretudo em relação à visibilidade e apoio aos processos desenvolvidos nos territórios, que potencializam não somente a reprodução das práticas de AU, mas também a própria possibilidade de construir cidades ambiental e socialmente mais justas. As questões apresentadas abaixo contribuem para fortalecer esse percurso, de modo conceitual e político.

1. **Quanto ao número de experiências cadastradas:** os dois mapeamentos com maior número de experiências cadastradas têm origem institucional: o do Grupo AUÊ!/UFMG (1.008 experiências identificadas na RMBH, que tem 4,9 milhões de habitantes) e Sampa+Rural (1.048 iniciativas cadastradas na cidade mais populosa do país, com mais de 12 milhões de habitantes). O Grupo AUÊ e o Sampa+Rural utilizaram uma metodologia parecida, desenvolvida ao longo de processos contínuos e reunindo diferentes bancos de dados sobre experiências convencionais e agroecológicas. Além disso, envolveram diferentes sujeitos dos territórios, com destaque para o apoio dos governos locais, refletindo em maiores possibilidades de obter dados e conhecer as experiências. Diferente do Sampa+Rural, focado no município de São Paulo, o mapeamento do AUÊ! é mais abrangente, interessado no conjunto de experiências de agricultura da Região Metropolitana de Belo Horizonte.
2. **Quanto à mobilização e divulgação:** os mapeamentos se diferenciam no tamanho e disponibilidade da equipe responsável pela mobilização e divulgação. Naqueles com participação de governos locais (como o Sampa+Rural e o do OBISF) e/ou com recursos destinados à pesquisa (como o do AUÊ!/UFMG e o da RFS/ComCat), os resultados indicam mais experiências alcançadas e maior capacidade de produção de materiais e divulgação dos resultados, sobretudo no meio virtual. Limitações no alcance dos mapeamentos podem ter como possíveis causas a própria capacidade de abrangência das redes; a falta de recursos para apoiar a realização da pesquisa e os processos de mobilização; as dificuldades e limitações de acesso e preenchimento decorrentes do formato virtual do instrumento de colheita; o próprio contexto pandêmico, entre outras.
3. **Quanto aos interesses principais:** os mapeamentos institucionais perguntaram menos sobre as características ligadas ao gênero e à raça/etnia dos *grupos sociais e sujeitos* da AU, e desenvolveram mais questões voltadas à caracterização dos *espaços produtivos*. Os mapeamentos da RFS/RMRJ, da RUCA/ES e da AAAUP/RMR foram realizados no contexto da pandemia da Covid-19, e procuraram visibilizar a importância das experiências de AU em um momento de crise sanitária, econômica e alimentar. Os dados gerados via mapeamentos podem potencializar ações importantes para além do diagnóstico, como a colaboração e intercâmbios entre as experiências e as trocas de produtos e sementes (incluídas como questões no mapeamento da AAAUP/RMR, por exemplo).

* Adaptado de: AUÊ! Estudos em Agricultura Urbana. Anuário das agriculturas metropolitanas 2020/2021: uma publicação sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Belo Horizonte, UFMG/IGC, 2022.

‡ Adaptado de: TINOCO, Sonia Terezinha Juliatto. Conceituação de agricultura familiar: uma revisão bibliográfica. 2008.

4. **Nomes e categorias dos mapeamentos:** as diferentes categorias envolvidas se relacionam com questionamentos específicos dos grupos responsáveis pela elaboração de cada processo mapeante. É nesse sentido que é importante olhar para as motivações, porque a orientação metodológica dita prioridades e avanços em determinadas

dimensões no campo da AU. Este exercício ajuda a pensar as conexões que precisam ser potencializadas, como o mapeamento do Grupo AUÊ!/UFMG, que, mesmo partindo do campo acadêmico, envolveu organizações da sociedade civil, contribuindo para um olhar mais diverso sobre as agriculturas metropolitanas da RMBH.

Definições

AGRICULTURA URBANA

É uma prática social historicamente associada aos assentamentos humanos, que abarca expressões culturais e práticas de produção, beneficiamento, prestação de serviços e gestão de resíduos orgânicos ligados a produtos agrícolas, pecuários, da pesca e do agroextrativismo voltados para o autoconsumo, trocas, doações e/ou comercialização. Por ser um conceito amplo, a AU abarca grande diversidade de experiências e atualmente está em disputa, podendo estar inserida tanto na luta política pela transformação social e associada aos modos de vida de grupos populares, povos originários, de matriz africana e outras comunidades tradicionais em diferentes contextos urbanos; quanto vinculada a narrativas e ações baseadas em soluções tecnológicas às problemáticas urbanas, que não colocam em questão o modelo colonialista/capitalista de desenvolvimento. As agriculturas urbanas podem ser “agroecológicas” ou não.

AGROECOLOGIA URBANA

Esse conceito explicita um novo campo de estudos e de ação política resultante da aproximação entre os movimentos da agricultura urbana e da agroecologia, que abarca o sentido político da agroecologia, com suas dimensões ecológica, social, política e cultural e chama a atenção para a diversidade de sujeitos e práticas agroecológicas nos diferentes territórios urbanos. Nesse sentido, em uma perspectiva semelhante à noção de *agricultura urbana agroecológica*, a agroecologia urbana se alinha a pautas, lutas políticas e redes territoriais orientadas para a construção de sistemas alimentares ecológicos e socialmente justos, e que buscam incidir politicamente sobre o poder público para a formulação de políticas que atendam às demandas desses sujeitos e territórios.

AGRICULTURAS METROPOLITANAS *

Conceito que ressalta a presença das agriculturas nas regiões metropolitanas, bem como reforça estas regiões como importantes territórios que demandam ações e políticas específicas, para a promoção de sistemas alimentares justos e saudáveis. Procura visibilizar e abranger as interações entre as diferentes formas de urbanização e diversidade de experiências de agricultura. As agriculturas metropolitanas abarcam práticas, experiências e iniciativas que contemplam diferentes formas de organização social e do trabalho, tipos de espaços e sistemas produtivos, bem como contemplam iniciativas convencionais, tradicionais, orgânicas ou agroecológicas. As agriculturas metropolitanas interagem e disputam espaço com outras atividades usos hegemônicos do solo, como expansão imobiliária, indústria, mananciais hídricos, preservação ambiental, mineração, dentre outros, que devem ser considerados nas dinâmicas de planejamento urbano.

AGRICULTURA FAMILIAR‡

É uma atividade econômica prevista na Lei nº 11.326/2004 que considera como agricultor/a familiar quem pratica atividades de agricultura, possui área de até quatro módulos fiscais e um percentual mínimo da renda originada de atividades econômicas do seu estabelecimento. A agricultura familiar também está presente nos territórios urbanos/metropolitanos. É importante dizer que, dentro da agricultura familiar, há segmentos e práticas que não necessariamente estão alinhados com a agroecologia e reproduzem o agronegócio de diferentes formas e escalas.

Agricultura urbana em mapeamentos e pesquisas nacionais

Municípios Agroecológicos e Políticas de Futuro:

Campanha de incidência nas eleições municipais de 2020 e de mapeamento de ações de agroecologia que possuem o poder público municipal como executor e/ou financiador.

Ano: 2020 | Responsável: ANA

42 ações voltadas para hortas comunitárias, hortas escolares e centros municipais e públicos de produção de alimentos, entre **723** políticas e programas municipais.

Mais resultados: <https://agroecologia.org.br/campanha-agroecologia-nas-eleicoes>

Agroecologia nos Municípios:

Iniciativa para a criação de uma rede de municípios agroecológicos nos 26 estados brasileiros.

Ano: 2021 | Responsável: ANA

15 têm a AUP entre seus temas, das **59** ações de incidência política ligadas à agroecologia. São **11** ações de abrangência municipal, uma estadual e três de abrangência regional.

Mais resultados: <https://agroecologia.org.br/agroecologia-nos-municipios>

Agroecologia nas Eleições - Políticas públicas e normativas estaduais que fortalecem a agroecologia

Campanha de incidência política nas candidaturas federais e estaduais de 2022.

Ano: 2022 | Responsável: ANA

72 políticas públicas e normativas estaduais têm a AUP entre seus temas, das **487** políticas públicas e normativas estaduais ligadas à agroecologia.

Principais estados onde estão essas políticas: RJ (oito), MA e DF (sete, cada), RN, PR e BA (seis, cada).

Mais resultados: <https://agroecologia.org.br/campanha-agroecologia-nas-eleicoes>

Tecendo Redes de Experiências em Saúde e Agroecologia

Mapeamento de experiências e organizações que atuam com saúde e agroecologia no país.

Ano: 2020 | Responsáveis: Fiocruz, ABA-Agroecologia e ANA

53 experiências têm a AUP entre seus temas, das **169** experiências de agroecologia e saúde.

Mais resultados: <https://agroecologiaemrede.org.br/colheita/tecendo-redes-de-experiencias-em-saude-e-agroecologia>

Outras categorias

Além dos seis mapeamentos principais, foram considerados outros três (das unidades produtivas coletivas/comunitárias da AU de BH/MG; o Mapeamento Popular Agroecológico/SC; e o Mapeamento da Rede CAU/RMRJ), que suscitaram outras categorias importantes, agrupadas da seguinte forma: **“Arranjos organizativos”, “Atividades**

e espaço”, “Destino ou finalidade da produção”, “Gênero e raça/etnia”. Nas duas primeiras, pareceu existir certa confusão metodológica na mistura de áreas distintas de interesse, o que trouxe limites ao esforço de agrupamento. Os conjuntos de categorias são apresentados a seguir.

1. **Arranjos organizativos:** o primeiro agrupamento abrange três grandes “áreas”: *situação fundiária, força de trabalho e estrutura de gestão* das iniciativas de agricultura

urbana. Muitas vezes, essas diferentes áreas foram mescladas nas próprias opções de resposta às questões. Por exemplo: comumente, em uma mesma questão foi indagado se a experiência era “comunitária” ou “coletiva”, em espaço “público” ou “privado”, “institucional”, “comercial”, “doméstica”, do “governo”, “voluntária” etc. De maneira similar, uma mesma questão indagou se o tipo de organização social era “individual”, “empresarial”, “institucional”, “familiar” etc. Em resumo, esses diferentes “arranjos organizativos” buscaram dar conta da gestão nas experiências e dos diferentes tipos de sujeitos envolvidos com AU.

2. **Atividades e espaço:** o segundo grande agrupamento é das questões que buscam caracterizar as atividades realizadas pelas iniciativas e/ou o ambiente onde elas acontecem. Por vezes, uma mesma questão sobre as atividades da iniciativa oferece opções de resposta que mesclam tipos de espécies cultivadas (“plantas medicinais”, “PANCs”, “hortaliças” etc) e sistemas de cultivo (“quintal”, “sistema agroflorestal”, “Farmácia Viva”, “viveiro”, “horta” etc); ou, então, que mesclam esses sistemas de cultivo com as estruturas de gestão (horta “comunitária” ou “institucional”, “movimento social”, iniciativa “governamental” etc), e com atividades (“compostagem”, “educação ambiental”, “grupo de estudo” etc).
3. **Destino ou finalidade da produção:** neste agrupamento foram reunidas questões dos mapeamentos sobre os objetivos da produção (“autoconsumo”, “doação”, “terapia”, “lazer”, “pesquisa”, “cura”, “projetos sociais”) e formas de comercialização (“CSA”, “vendas on-line”, “feira”, “cesta” etc).
4. **Gênero:** entre os quatro mapeamentos que elaboraram questões sobre identidade de gênero, foi indagado o “gênero da pessoa responsável pela iniciativa” (Sampa+Rural/SP) e “como você/coletivo se autodeclara?” (Map. Agroecologia Urbana/RMRJ), dando como opções de resposta “masculino”, “feminino”,

“não-binária” e “outros”. O Map. da RFS/RMRJ perguntou se no projeto havia ou não “recorte de gênero” e se era ou não “liderado por mulheres”, sem especificar, na questão, sobre qual gênero estava direcionado tal “recorte”, e nem se o “recorte” dizia respeito à composição do grupo responsável pela iniciativa ou ao público por ela beneficiado. Por fim, o Map. da Rede CAU/RMRJ, por ter sido elaborado em diálogo com o Projeto Saúde & AU, se baseou nos aprendizados acumulados pela análise de mapeamentos, incorporando a questão sobre “o gênero das pessoas de referência” da experiência com as opções de resposta “mulher cis”, “mulher trans”, “homem cis”, “homem trans”, “não-binária” e “outro”.

5. **Raça/etnia:** três pesquisas perguntaram por raça ou etnia, indagando a “participação por raça e/ou etnia” (Map. Agroecologia Urbana/RMRJ) e a “raça ou etnia das pessoas de referência” da experiência (Map. Rede CAU/RMRJ), oferecendo como opções de resposta a classificação do IBGE (“preta”, “parda”, “amarela”, “branca”, “indígena”), sendo que o Map. Agroecologia Urbana/RMRJ incluiu as opções “afro-indígena e “outro”. Já o Map. da RFS/RMRJ perguntou se o projeto era ou não “liderado por afrodescendentes ou indígenas” e se o projeto “possui recorte racial”, no entanto não especificou o grupo racial e nem se o “recorte” dizia respeito à composição do grupo responsável pela iniciativa ou ao público por ela beneficiado.

Com base nessas reflexões, foram sugeridas questões em apoio à elaboração de futuros mapeamentos de agricultura urbana no Anexo I da publicação (ver pág. 223).

Navegando entre rios: memórias territoriais e nacionais da agricultura urbana

“...Histórias têm sido usadas para expropriar e ressaltar o mal. Mas histórias podem também ser usadas para capacitar e humanizar. Histórias podem destruir a dignidade de um povo, mas histórias também podem reparar essa dignidade perdida...”

Chimamanda Ngozi Adichie

PRINCIPAIS FATORES DE FLORESCIMENTO DA AU E ATORES MOBILIZADORES DA AU EM CADA TERRITÓRIO

As iniciativas de agricultura urbana nos territórios estão intrinsecamente ligadas à sociedade civil em diversos âmbitos como uma prática cultural e/ou ancestral, como forma de buscar SSAN, como meio para melhorias de saúde física e mental, como fonte ou incremento de renda, ou ainda como ferramenta de luta por direitos. Mesmo assim, possuem caminhos de florescimento e de ganho de relevância pública distintos em cada território, caminhos marcados pelas questões históricas, geográficas, políticas e sociais desses locais.

Na **Região Metropolitana de Recife**, por exemplo, as ações em AU parecem estar fortemente vinculadas a OSCs que trabalham com justiça social e ambiental, assim como por iniciativas relativas à medicina popular e plantas medicinais, especialmente as organizadas por mulheres. Dois destaques no território são a grande quantidade de grupos de medicina popular que trabalham com cultivo de plantas medicinais, preparo de fitoterápicos e atividades educativas, e a luta pela legalização e uso medicinal da maconha, organizada por mães atípicas e periféricas. As experiências identificadas na região, quase sempre vinculadas a iniciativas da sociedade civil tanto de grupos populares como

de OSCs, com protagonismo de mulheres negras e pessoas periféricas, reafirmam a forte relação entre agricultura urbana, saúde e gênero e a AU.

Paralelamente, na **Região Metropolitana da Grande Vitória**, também se destacam iniciativas de uso de plantas medicinais e fitoterápicos, mas neste caso bastante ligadas à gestão municipal e ao SUS, com forte viés institucional. Destacam-se as leis municipais que definiram as Farmácias Vivas e que instituíram a Política Municipal de Plantas Medicinais e Medicamentos Fitoterápicos. Há ainda a iniciativa, mobilizada pela Prefeitura de Vitória, de criação de “guardiãs das hortas”: mulheres com notório saber relacionado às plantas medicinais, que se tornam responsáveis pelo cuidado de alguma horta e compartilhamento do seu conhecimento.

Na **Região Metropolitana do Rio de Janeiro**, a sociedade civil aparece bastante articulada, mas não se verifica com tanta força as OSCs, e sim grupos e redes, ainda que haja OSCs com relevância histórica para AU e a agroecologia, como a AS-PTA. Esses coletivos participam de instâncias municipais e estaduais, como a Cporg-RJ, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e o processo de revisão do Plano Diretor da cidade Rio de Janeiro, e possuem grande capacidade de incidência política. Por meio de mobilizações organizadas pela Rede CAU, algumas

conquistas se destacam, por exemplo, a emissão da primeira DAP de agricultura familiar e o primeiro acesso ao PNAE na cidade do Rio. Outro avanço significativo é a organização de diversas feiras da agricultura orgânica e agroecológica em território carioca. A tendência de extinção das zonas rurais nas metrópoles é bastante evidente e interfere negativamente na visibilidade e acesso às políticas para a AU. Na cidade do Rio de Janeiro, o Plano Diretor definiu o território como 100% urbano.

Em **São Paulo** é bastante forte o movimento puxado por organizações da sociedade civil, especialmente agricultoras/es, OSCs e grupos ambientalistas. Algumas zonas da cidade, como o extremo Sul, possuem forte uso agrícola do solo e de ecossistemas sensíveis e vulneráveis, mobilizando atenção de grupos que realizam trabalho de proteção ambiental. A união desses setores e a pressão por políticas municipais trouxe ganhos relevantes, a exemplo da revisão do Plano Diretor do município que reincorporou a área rural que havia sido retirada e também a ampliação do diálogo com a gestão municipal para a construção de políticas para agricultura urbana e agroecologia, principalmente por meio do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável, contribuindo para o fortalecimento de grupos e redes de AU. Deve-se destacar, nesse processo, a auto-organização das mulheres negras e periféricas. Não diferentemente dos outros territórios citados, em São Paulo é forte o processo histórico de expulsão dos centros e favelização da classe trabalhadora, e as iniciativas analisadas indicam em primeiro lugar, a importância de construir políticas públicas em diálogo com a população, e, em segundo, que a AU pode ser um elo entre os centros e periferias e contribuir para subverter a lógica colonialista da periferia como local da falta.

Em **Florianópolis** o percurso que leva ao desabrochar das iniciativas de AU é também relacionado às questões ambientais. Neste caso, a configuração insular do território traz limites ecológicos que demandaram, historicamente, que fossem configuradas políticas de redução e destinação adequada da produção

de resíduos sólidos bem como ações de recuperação do habitat da ilha para reverter os efeitos do crescimento urbano desordenado. As OSCs de cunho socioambiental, grupos da sociedade civil, universidades e o forte apoio político tornam o território uma referência nacional em AU agroecológica. É de grande destaque a aprovação de leis propostas pelo mandato agroecológico do vereador Marquito, como a primeira lei de compostagem no Brasil, que objetiva que todo o resíduo sólido orgânico produzido seja compostado até 2030, e a Floripa Zona Livre de Agrotóxico, que proíbe a aplicação e armazenamento de agrotóxicos, além de estimular a transição agroecológica da ilha. Importante ressaltar que tais resultados só foram alcançados por haver forte parceria com grupos organizados na Rede Semear, OSCs e servidoras/es da saúde.

A **Região Metropolitana de Belo Horizonte** é também referência em políticas e práticas na AU desde a década de 1980, tendo um longo histórico relacionado à segurança alimentar e nutricional que incorpora a AU de apoio pela gestão municipal de Belo Horizonte e da Região Metropolitana, por meio de uma agenda de combate à fome e à pobreza. O local é palco de políticas pioneiras que integram consumo, distribuição e produção de alimentos, envolvendo de forma consistente tanto a sociedade civil como as universidades. Ainda, é pioneiro o trabalho dos Centros de Vivência Agroecológica, que buscam promover o desenvolvimento das comunidades com base em projetos de AU. A implantação do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH é também bastante relevante por apresentar propostas para a AU relacionadas à SAN, e realizar a identificação dos espaços agrícolas de interesse metropolitano, com participação ativa do grupo Grupo AUÊ!/UFMG. O grupo tem forte relação com instituições e prefeituras, atuando como um facilitador do diálogo das instituições e agricultoras/es. Por fim, destaca-se a proposição de políticas metropolitanas integradas que conectam a agroecologia a diferentes temas, bem como a criação das Zonas de Diretrizes Especiais Agroecologia, que buscou demarcar nos territórios áreas prioritárias para a produção agroecológica, transição

dos sistemas produtivos atrelada aos bens naturais, e proteção do uso agrícola do solo em zonas urbanas e rurais.

Ao olhar para os marcos históricos do **Rio do Tempo Nacional**, nota-se uma prevalência de iniciativas vinculadas à interação da sociedade civil com políticas públicas nacionais que incidiram sobre os níveis regionais, estaduais e municipais. Ao mesmo tempo, é notável que grupos locais contribuíram sensivelmente para a incidência nas políticas nacionais destinadas direta ou indiretamente para a agricultura urbana, a exemplo das OCS: Rede, em Belo Horizonte; Cepagro, em Florianópolis; e AS-PTA, no Rio de Janeiro. Ainda, é importante destacar como o caminho contrário também acontece, ou seja, a construção de políticas pode influenciar na organização e fortalecimento de coletivos, como o próprio CNAU, cuja criação foi alimentada pelo processo de articulação em torno do GT de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Urbano do Consea; bem como o surgimento da Rappa em São Paulo, facilitado pela mobilização em torno do GT Mulheres e Agroecologia no CMDRSS de São Paulo. O Rio do Tempo Nacional nos conta da importância que a sociedade civil pode ter para a formulação de políticas; e de como, no Brasil, as políticas voltadas para AU se relacionam majoritariamente com SAN e com promoção da saúde.

Sintetizando os Rios do Tempo territoriais e nacionais, tem-se:

- **Interação com políticas públicas** - Nota-se a intensificação das políticas voltadas para AU, especialmente após os anos 2000, com políticas para SAN, Farmácias Vivas e PICS, bem como de agroecologia e agricultura familiar. Percebe-se a fragilidade das políticas nacionais diante das mudanças de governo, como ocorreu na ruptura de 2016 e nos anos seguintes, bem como no contexto local com a troca de gestão de prefeituras. Embora haja um crescimento das políticas, e maior afluência para AU, nota-se uma lacuna do que é anunciado e do que realmente chega à população, fomentando as ações comunitárias de agricultura nas cidades.

- **Organização da sociedade civil** - Nacionalmente, além das OSCs citadas, é a articulação em torno do CNAU que ganha projeção, posicionando a agricultura urbana com enfoque agroecológico. O CNAU reúne representações de grupos e articulações dos territórios, em níveis regional, estadual e municipal, que estão em movimento nos diversos coletivos, associações e redes formais ou informais. São as iniciativas de bairro, as hortas coletivas ou quintais produtivos, as ocupações, os terreiros, os Centros Municipais de Saúde, centros culturais, entre tantas outras que criam o diverso mosaico do que chamamos de agricultura urbana. É com base nos seus aprendizados e demandas que políticas podem ser criadas e que se dá a construção de um conhecimento engajado.
- **Produção do conhecimento** - No escopo nacional, identificou-se materiais importantes, como a pesquisa “Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para sua Promoção”, que se tornou referência inclusive para outros locais da América Latina. Além disso, foram diversos momentos de reunião nos ENAs, seminários e conferências, com um importante momento de culminância que foi o I Encontro Nacional de Agricultura Urbana, em 2015. Em todos os territórios identificou-se o envolvimento das universidades na organização de seminários e materiais sobre AU, na destinação de linhas e grupos de pesquisa e extensão, e no diálogo com o setor público. Ainda que sejam fundamentais os encontros, documentos e sistematizações sobre AU, a grande riqueza está no conhecimento vivo construído no cotidiano dos territórios, compartilhado e aprofundado entre quem cultiva a agricultura urbana.

POTENCIAIS E LIMITAÇÕES DO RIO DO TEMPO

A metodologia de construção do Rio do Tempo para a recuperação e sistematização de memórias possibilitou narrar algumas histórias

significativas para as/os agricultoras/es, grupos e redes, contadas a partir de suas vivências e conhecimentos. A metodologia foi fundamental para que se conhecessem informações que não estão disponíveis publicamente, referentes a experiências de menores escalas e provavelmente não seriam captadas por outros métodos. Os Rios dos territórios se mostraram grandes afluentes que alimentam o nacional.

A principal limitação é o viés que se coloca pela impossibilidade de alcançar todos os marcos históricos, e não é por acaso que algumas informações sejam mais fáceis de acessar e outras fiquem de fora. Essa limitação tem relação com as próprias redes e grupos com os quais foi possível se articular para levantamento de informações: quanto maior a diversidade de grupos, maior a abrangência das informações. É provável, então, que a insuficiência de elementos para analisar as dimensões de raça e gênero aos acontecimentos históricos em determinados territórios e em nível nacional, por exemplo, se dê pela própria estrutura social de exclusão de determinados setores dos espaços de participação social e tomada de decisão. Essa falta se torna ainda mais grave quando não é percebida e refletida.

Os principais eixos escolhidos para sistematização e análise histórica da AU - “Interação com políticas públicas”, “Organização da sociedade civil” e “Produção do conhecimento” - são categorias que auxiliam na compreensão da dinâmica urbana e são macroesferas sociais que se determinam mutuamente. No transcorrer das histórias narradas, a sociedade civil se organiza para pressionar por políticas públicas, ao mesmo tempo que também se organiza por meio delas. Assim como as políticas públicas apoiam transformações sociais, ao mesmo tempo que são transformadas pela sociedade.

***“Quando a gente vê tudo
junto sistematizado, vemos
o quanto somos fortes, o
quanto trabalhamos. Dá
visibilidade à nossa caminhada,
para caminhar melhor, com
mais força. A gente fica
se sentindo grande”***

*Tantinha, do Ervanário São Francisco,
na oficina do Rio do Tempo da RMBH.*



FIGURA 43: Oficina de formação sobre raça e gênero com a equipe do Projeto.
Raissa Fernandes, 2023.

Temas para olhar as agriculturas urbanas

São tecidas, a seguir, algumas considerações organizadas nos três **eixos temáticos principais** que orientaram a caminhada pela agricultura urbana: **saúde; gênero e raça; direito à cidade e justiça ambiental**. São eixos interconectados, separados didaticamente.

Não há uma intenção de esgotar as discussões, mas somar com reflexões ainda muito

iniciais, assentadas naquilo que pôde ser escutado e vivenciado nos territórios, informações de mapeamentos e na construção dos Rios do Tempo das memórias e conhecimentos das redes, grupos, agricultoras/es, técnicas/os, pesquisadoras/es e tantos outros sujeitos que constroem a agricultura nas áreas metropolitanas do país.

Saúde e agriculturas urbanas: conexões desde o chão dos territórios

De que formas agricultura e saúde se encontram nas cidades?

Assim como a agricultura urbana, a saúde também é um campo em disputa, atravessado por interesses e compreensões distintas sobre o que determina os processos de saúde e de adoecimento, quais agentes sociais devem ser responsáveis pela saúde e as formas de garanti-la. A intenção das reflexões que seguem é de apoiar a construção da relação entre saúde e agricultura urbana, de maneira comprometida com os princípios que orientam a saúde coletiva (como campo de conhecimento) e o Sistema Único de Saúde (enquanto política nacional de inclusão social). Esses compromissos incluem a solidariedade, a equidade e o enfrentamento às desigualdades sociais como caminhos para a saúde.

Foram definidas três dimensões principais, no exercício de localizar os encontros da agricultura com a saúde nos espaços urbanos: a do **cuidado em saúde**, da **alimentação** e do **saneamento e qualidade ambiental**.

CUIDADO EM SAÚDE

A dimensão do cuidado em saúde aparece nas experiências de AU conectada ao cultivo, preparo e uso das plantas medicinais, à saúde

comunitária, à saúde mental e às práticas de autocuidado e cuidado comunitário.

Agricultura e as práticas tradicionais e populares de cuidado e cura se entrelaçam historicamente. Não há possibilidade de definir um momento de “início” do trabalho das raizeiras, mateiras, rezadeiras, benzedadeiras e parteiras nas cidades que foram se urbanizando. Da mesma forma, o cultivo nos quintais e terreiros compõe o próprio modo de reprodução da vida, ligado aos conhecimentos de mulheres e de populações tradicionais, de origem africana e indígena, transmitido geracionalmente nas famílias e coletivos.

Essas práticas que combinam ancestralidade e inovação seguem como importantes recursos de cuidado em saúde no nível familiar e comunitário no espaço urbano. São realizadas em parceria com a assistência pública, nas experiências mais institucionalizadas; acontecem de forma concomitante aos serviços de saúde ou respondem à ausência de políticas, nas áreas mais desassistidas pelo poder público. O cuidado acompanha o plantio e as atividades de extrativismo nos quintais, lajes, terreiros das

religiões de matriz africana, nos quilombos urbanos, terras indígenas em contexto urbano e matas remanescentes. Observa-se, também, a retomada crescente desses conhecimentos e práticas materializada em experiências mais recentes de agricultura urbana protagonizada por coletivos e redes.

Na RMRJ, por exemplo, a Rede Fitovida (detalhada na pág. 134) é um exemplo da organização da sociedade civil, em parceria com espaços institucionais e com o SUS, que conecta iniciativas de produção de fitoterápicos com forte atuação das mulheres. Na Região Metropolitana de Recife, se destaca a Amarfitsa, uma rede colaborativa solidária de manipuladores de fitoterápicos tradicionais que reúne centros de saúde não associados ao SUS; e o coletivo Mães Independentes, que atua pelo fim da guerra às drogas e pelo direito ao cultivo de *Cannabis* para preparo de medicamentos que auxiliam no tratamento de saúde de seus filhos.

Em todos os territórios, foi verificada uma maioria de **mulheres** à frente de iniciativas ligadas à dimensão do cuidado com base no cultivo e preparo das plantas medicinais, das rezas e benzimentos e outras práticas populares. Tal fato demarca o cuidado enquanto condição social imposta a esse gênero e, ao mesmo tempo, o protagonismo feminino na preservação de conhecimentos ancestrais/tradicionais, bem como na constante construção de novos conhecimentos por meio da incorporação de novas práticas, nos espaços de partilha e de experimentação.

As plantas medicinais e a fitoterapia fazem parte das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde⁷⁸ como recurso terapêutico no SUS, voltado à prevenção e recuperação de doenças, presente principalmente no nível da Atenção Básica (ou Atenção Primária à Saúde - APS). A APS é a “porta de entrada” preferencial do SUS, por meio das Unidades Básicas de Saúde, instaladas próximas da vida dos usuários, postos de saúde e as policlínicas, onde são organizados modelos de cuidado como a Estratégia Saúde da Família e por onde atuam as/os Agentes Comunitários de Saúde. É por meio da Atenção Básica que as pessoas são encaminhadas, se necessário, para os níveis

de atenção especializada, como os serviços em hospitais e ambulatórios.

Como mostra o Rio do Tempo Nacional da AU (ver pág. 36), além da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde⁷⁹, a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, criada também em 2006, foi fundamental na institucionalização das práticas de fitoterapia e do cultivo de hortas no âmbito do SUS. Estima-se que mais de 2.000 UBS disponibilizem fitoterápicos e plantas medicinais no país⁸⁰.

Em Florianópolis, por exemplo, em 2015, 46 hortas foram implementadas em Centros de Saúde pela Secretaria de Saúde com apoio de outras instituições e da sociedade civil, incluindo a Rede Semear de agricultura urbana, ampliando experiências que já aconteciam em alguns postos de saúde da cidade (saiba mais na pág. 148). Já Vitória implementou, de forma pioneira em 1990, um programa municipal de fitoterapia e institucionalizou a prática em 1996 pelo modelo das Farmácias Vivas, via lei municipal (ver pág. 89).

A utilização das PICs fortalece ações de promoção à saúde, previne doenças, diminui a medicalização, pode promover maior autonomia por parte dos usuários e atua de modo mais integrativo, alcançando aspectos psicossociais e culturais, indo além dos puramente relacionados aos aspectos fisiológicos/doença. A fitoterapia em específico, quando associada às hortas urbanas comunitárias, também contribui para processos de agregação coletiva. A presença das hortas e das plantas medicinais no SUS é uma conquista, ainda que institucionalizada como “complementar” a outros recursos da assistência à saúde. Uma presença que informa, incentiva e dá acesso a essa forma de cuidado à população.

Em relação às práticas tradicionais e populares e remédios caseiros, ainda que seu reconhecimento seja proposto oficialmente na PNPMF, uma dificuldade evidente é o diálogo entre os **conhecimentos da população e de profissionais de saúde** que, muitas vezes, por uma formação centrada na biomedicina ou por orientações político-ideológicas, não reconhecem ou não respeitam práticas comunitárias e tradicionais de cuidado.



SUS: a maior política de inclusão social do país⁸¹

O SUS é uma política social contra-hegemônica, fruto da luta popular pela democracia e pelo direito à saúde, uma conquista que aglutinou diversos setores da sociedade articulados no Movimento pela Reforma Sanitária. A 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em março de 1986, culminou na aprovação das diretrizes e dos princípios do SUS que subsidiaram parlamentares da Assembleia Nacional Constituinte e foram incorporados ao texto da Constituição de 1988. É neste contexto que o direito à saúde deixou de ser privilégio de quem contribuía para a Previdência e se estende a todos os cidadãos, independentemente de sua nacionalidade e sem exigência de qualquer documento: a garantia da saúde passa a ser responsabilidade do Estado.

Desde então, o SUS é responsável pela atenção, cuidado e vigilância à saúde, exercidos do nível individual ao coletivo, da atenção básica à especializada. São muitos os desafios! A saúde é intensamente desejada pelo mercado, e o SUS resiste aos golpes permanentes daqueles que preferem o tratamento da doença como mercadoria.

O direito à saúde é uma questão básica para a democracia no Brasil. Por isso, consideramos que a **defesa da agricultura urbana e da agroecologia** como promotoras de saúde precisa estar alinhada também a um **compromisso de fortalecimento do SUS**, diante dos desafios da inclusão, da integralidade, da participação da população e da adequação dos serviços às suas necessidades.

A **função terapêutica das hortas** apareceu em todos os territórios como um espaço de cuidado coletivo, usada como apoio ao tratamento de doenças e como forma de melhoria da qualidade de vida. Tem destaque São Paulo com as iniciativas de mulheres que compõem a Rappa, que relataram como a horta comunitária incentivou o preparo de remédios caseiros e o cultivo de ervas pelas famílias, possibilitando uma forma de tratamento antes inviável financeiramente.

A horta é o local onde é possível ter acesso a comida sem veneno, conhecer novos alimentos e suas propriedades, bem como ter contato com a terra e as plantas. Assim sendo, a **saúde mental** aparece como uma dimensão vital. A interação com um grupo, o senso de pertencimento que vai se construindo, a maior autonomia financeira

(no caso das experiências que envolvem comercialização) mobilizam um conjunto de benefícios que vai desde a superação de doenças, como a depressão, até a saída de situações de violência doméstica, pelo rompimento de isolamentos e apoio coletivo.

Existem ainda parcerias entre iniciativas de agricultura urbana e Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) que, dentro da Rede de Atenção Psicossocial do SUS, estão no nível da Atenção Básica, em que as pessoas são acolhidas (como os já mencionados postos de saúde). As áreas de cultivo funcionam neste caso como espaço de Terapia Ocupacional e fornecimento de plantas medicinais.

“As hortas, viveiros e agroflorestas mudam a perspectiva dos territórios periféricos, o que impacta diretamente a saúde mental da comunidade. A abertura do espaço para quem quiser participar gera a confiança que há um refúgio dentro da grande selva de pedra, e foram coletados inúmeros relatos de que doenças, como a depressão, foram vencidas por meio do cuidado com as plantas, da visita sistemática às hortas e com a inserção de pessoas, que antes se sentiam solitárias, em grupos para esperar juntos.”

Vivian Mota, pesquisadora-articuladora territorial de São Paulo do Projeto Saúde & AU

A escuta às experiências mostrou que a presença da agricultura em bairros empobrecidos, periferias e favelas é uma **afirmação da lógica do cuidado e da vida**, em espaços vulnerabilizados

pela violência. Pode-se pensar, também, que esses espaços nos centros urbanos atuam sobre uma dimensão estética do cuidado, ou seja, proporcionam a experiência de um ambiente coletivo saudável, de maior biodiversidade e lazer, com outras cores, cheiros, sons; atuando no campo das subjetividades e dos imaginários, um aspecto fundamental da saúde.

ALIMENTAÇÃO

O acesso à alimentação de qualidade por toda a população é uma pauta central do movimento da AU, na defesa da construção da soberania e da segurança alimentar e nutricional pela agricultura familiar do campo e da cidade, e por outras expressões populares e coletivas da agricultura que não se autodenominam “familiares” ou “agroecológicas”, por exemplo, as praticadas em alguns terreiros e quilombos. As interações com redes e experiências de AU ensinam que a permanência da agricultura em contextos metropolitanos facilita o acesso a um alimento de qualidade produzido localmente, sem veneno e transgênicos. Sendo muito distintas as escalas de produção e as finalidades, são espaços que, em comum, protegem a agrobiodiversidade e as culturas alimentares.

A maioria dos mapeamentos analisados foi realizada pelas redes de agroecologia durante o período da pandemia de Covid-19. Os mapeamentos de Florianópolis e das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e da Grande Vitória identificaram um total de 68 iniciativas criadas ou fortalecidas durante o período de pandêmico, o que contribui para a visibilização das práticas da AU como estratégias de enfrentamento à crise sanitária e à fome. Outras experiências levantadas foram a implantação de cozinhas solidárias e a distribuição de alimentos saudáveis por parte de movimentos sociais, OSCs e redes parceiras no período.

Ainda que tenha sido relatado um aumento da procura por alimentos in natura e sem veneno durante a pandemia, houve o agravamento da vulnerabilidade de agricultoras e agricultores, diante de políticas emergenciais insuficientes, da suspensão prolongada das feiras livres em algumas cidades como o Rio de Janeiro, e do

contexto nacional de sucateamento das políticas de compra de alimentos e apoio à produção.

As cozinhas solidárias se multiplicaram na pandemia como resposta dos movimentos sociais ao agravamento da fome e da insegurança alimentar, em caráter emergencial, a exemplo das 31 cozinhas implementadas pelos MTST em 14 estados desde 2020⁸². Muitos desses espaços comunitários de preparo de alimentos estão associados a iniciativas agroecológicas de cultivo, de educação e geração de renda nas cidades, apoiando o acesso à alimentação saudável pela população mais negligenciada.

O Direito Humano à Alimentação Adequada envolve a garantia permanente e regular a uma prática alimentar coerente com os aspectos biológicos e sociais do indivíduo, referenciada na cultura alimentar e nas dimensões de gênero, raça e etnia, e que seja acessível em termos de valor e de distância. O DHAA está previsto nos artigos 6º e 227º da Constituição Federal, definido pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, e em instrumentos jurídicos internacionais, como o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. É um compromisso do setor da saúde, expresso na Política Nacional de Alimentação e Nutrição e na Política Nacional de Promoção da Saúde.⁸³

A pobreza é resultado da estrutura econômica e étnico-racial. A insegurança alimentar atinge mais a população negra e das regiões Nordeste e Norte do país. A maior parte dos domicílios em situação de IA tem pessoas de referência negras e também é a que tem menos acesso ao abastecimento de água e tratamento de esgoto. Em relação ao gênero, os domicílios chefiados por mulheres estão em maior insegurança alimentar que os por homens.⁸⁴

SANEAMENTO E QUALIDADE AMBIENTAL

O saneamento básico abrange um conjunto de serviços e instalações de acesso à água, o tratamento de esgoto, a drenagem das águas pluviais e a gestão de resíduos sólidos. Deficiências estruturais dos serviços de saneamento afetam negativamente o desenvolvimento da agricultura e impactam diretamente a saúde da população.

Agrotóxico e a cidade⁸⁵

Com exceção dos Anuário das Agriculturas Metropolitanas da RMBH e do Sampa+Rural, de São Paulo, a maior parte dos levantamentos incluiu apenas experiências identificadas com a agroecologia, com a agricultura orgânica ou com práticas tradicionais sem uso de agrotóxicos. Em relação aos Rios do Tempo, participaram apenas iniciativas e redes envolvidas com agriculturas “ecológicas”. O recorte de interesse da pesquisa pode gerar a impressão equivocada de que, nas áreas urbanas, a maior parte da agricultura está orientada sob essas bases. No entanto, as regiões metropolitanas abrigam muitos sistemas convencionais atrelados ao uso de agrotóxicos (herbicidas, inseticidas e fungicidas) e fertilizantes químicos, que oferecem risco sanitário, alimentar e ambiental.

Entre as muitas consequências ambientais negativas do uso dos agrotóxicos, a contaminação dos corpos hídricos que abastecem as cidades é um problema que afeta a saúde do conjunto da população urbana.

Tirando as intoxicações agudas - aquelas que acontecem no curto espaço de tempo após a exposição a agrotóxicos -, é muito difícil confirmar o nexo causal, ou seja, o vínculo entre a exposição prolongada a agrotóxicos e os efeitos de morte e adoecimento, que se manifestam em doenças crônicas, como o câncer. Isso acontece porque há uma exigência de comprovação da presença de um agrotóxico em exames clínicos no sangue ou urina e, embora muitas substâncias sejam eliminadas em até 72 horas depois da exposição, deixam efeitos muitas vezes irreversíveis nas funções hepáticas, renais e hormonais.

O agronegócio se expressa nos ambientes urbanizados de distintas maneiras, para além das contaminações: sob a forma das grandes cadeias de supermercados, que distribuem e comercializam comida in natura e ultraprocessada com veneno (e sem veneno para aqueles que podem pagar valores bem mais elevados); na produção de “ilhas”

de desertos alimentares nos centros urbanos de acordo com interesses de mercado, deixando os produtos de pior qualidade nos centros de comercialização dos bairros empobrecidos e dificultando o acesso a alimentos frescos; no processo de simplificação alimentar, ou seja, uma homogeneização do consumo e perda da diversidade dos alimentos ingeridos, com elevado consumo mundial de produtos ultraprocessados e derivados do leite, trigo e arroz. No Brasil, o consumo de ultraprocessados é responsável por 57.000 mortes anuais entre adultos.

O agronegócio se expressa, ainda, na influência cultural que exerce por meio dos enormes investimentos em comerciais nos canais públicos de TV e novelas; na circulação das “músicas do agro” nas rádios e plataformas digitais de música, no patrocínio de shows e eventos culturais. Os imaginários estão sendo disputados nos campos e nas cidades via estratégias sofisticadas de adesão ao rural como parte da identidade nacional pela *estética do agro*.

Números sobre os agrotóxicos no país:

1,2 bilhão de litros de agrotóxicos e

7 bilhões de quilogramas de fertilizantes químicos pulverizados em **75,6 milhões** de hectares de lavouras em 2020.

720 mil toneladas de ingredientes ativos de agrotóxicos comercializados em 2021.

2.007 novos agrotóxicos registrados no governo do então Presidente Bolsonaro entre 2018 e 2022, sendo que 30% destes são proibidos na União Europeia.

Aproximadamente, 45% do esgoto produzido nas residências do país não é tratado, e 16% da população não tem acesso a água tratada, o que corresponde a 35 milhões de pessoas⁸⁶. Mesmo nas áreas centrais das metrópoles, as favelas e bairros empobrecidos têm que lidar com acesso intermitente à água. A capacidade de realizar investimentos em cisternas e outros sistemas de armazenagem, por exemplo, é um fator limitante do desenvolvimento da agricultura, que também é afetada pela ausência de sistemas de esgotamento sanitário e consequente contaminação do solo, de corpos hídricos e de reservas de água subterrânea. Ademais, enchentes e alagamentos causados

pela deficiência dos sistemas de drenagem de chuvas podem contaminar áreas de cultivo e propiciar a transmissão de doenças evitáveis. Além das doenças infectocontagiosas veiculadas pelo contato com o esgoto doméstico, a dengue é outra doença exemplar da ineficiência dos sistemas de saneamento.

A **compostagem** foi identificada em todos os mapeamentos, presente em 221 experiências de AU dos seis territórios pesquisados. Compostar os resíduos orgânicos das cozinhas e jardins apoia a resolução de problemas da má gestão dos resíduos sólidos urbanos, que leva à propagação de vetores de doenças, como ratos e baratas. Em favelas, por exemplo, as condições mais difíceis de acesso pelo tamanho reduzido das ruas e/ou pelo declive demandam um sistema de coleta de resíduos alternativo ao uso convencional de caminhões, uma resposta que o poder público não consegue oferecer satisfatoriamente, favorecendo o acúmulo de lixo. Há experiências de referência de sistemas de compostagem comunitária *in situ*, como a iniciativa Revolução dos Baldinhos no bairro de Monte Cristo, em Florianópolis, no qual a população decidiu lidar com um surto de leptospirose (doença transmitida por ratos, que encontram alimento no lixo acumulado) incentivando a compostagem com coleta domiciliar dos resíduos.

A compostagem ainda reduz a destinação de resíduos para os lixões, aumenta o tempo de vida

dos aterros sanitários e colabora para a ciclagem de nutrientes e geração de adubo, reduzindo o custo com aquisição de insumos para as hortas. Resumidamente, a compostagem contribui para a qualidade ambiental das cidades e a prevenção de doenças. É uma poderosa tecnologia de saneamento e, ao mesmo tempo, de agricultura.

Outras tecnologias ecológicas para o tratamento das águas residuais (esgoto), captação e aproveitamento da água da chuva e reciclagem, atreladas às experiências de agricultura, procuram solucionar problemas de infraestrutura urbana e uma destinação mais adequada ambientalmente aos efluentes e resíduos, aproveitando-os como fonte de nutrientes.

A **construção de ambientes saudáveis** é um benefício da AU associado à saúde. Para além do saneamento, problemas ambientais como as ilhas de calor, a poluição do ar, a erosão dos solos e os deslizamentos de terra podem ser amenizados com a presença de uma agricultura biodiversa e que promova um nível de restauração ambiental, por exemplo, os sistemas de cultivo agroflorestais. No entanto, muitas vezes os espaços destinados ao plantio já enfrentam as consequências da expansão desordenada do tecido urbano, por vezes localizados em áreas de risco, sujeitos a deslizamentos e outros impactos, ou se situam em áreas de proteção ambiental, sobrepostas a Unidades de Conservação ou Áreas de Proteção Permanente, onde recursos ambientais



FIGURA 44:
Alimentação agroecológica no encontro do Rio do Tempo da RMBH. Danúbia Gardênia, 2022.

como cursos d'água e espécies nativas já estão sendo pressionados. Conciliar os diferentes usos dos espaços em disputa, priorizando a função social da terra, é um enorme desafio da agricultura urbana.

CONCEPÇÕES DE SAÚDE

A saúde esteve muito presente na caminhada do projeto, por vezes subjacente às escolhas metodológicas e teóricas, outras vezes de forma explícita em falas e reflexões nos territórios. Ainda que a dimensão da saúde faça parte do cotidiano das agricultoras e agricultores das cidades, muitas vezes ela não é explicitada nos relatos de suas atividades. Também não apareceu na maioria dos mapeamentos analisados.

Considerando as experiências e redes de AU e os marcos do Rio do Tempo, percebe-se que saúde é uma dimensão central, porém é preciso refletir sobre a **concepção de saúde** que é mais amplamente difundida. O conjunto dos mapeamentos e dos Rios do Tempo aponta que as experiências conectam ações de AU com a saúde principalmente pela dimensão da SAN. Nos resultados das pesquisas mapeantes, a saúde não foi considerada um tema central das iniciativas. A pouca expressividade nas respostas dos mapeamentos pode ser resultado de um entendimento comum da saúde mais centrado na figura de profissionais da medicina, enfermagem, entre outros, associada a espaços como hospitais e centros de saúde ou, ainda, ao uso de medicamentos. Pode ser também que os indivíduos e grupos não se sintam confiantes o suficiente para afirmar que suas experiências contribuem com a saúde com base nessa perspectiva voltada à assistência e aos serviços de saúde.

Diante do conceito hegemônico, que retira as pessoas do protagonismo do cuidado com a saúde e o coloca nas instituições e nos profissionais de saúde, é compreensível que, quando se indaga nos mapeamentos se a experiência atua na dimensão da saúde, a minoria indique que sim. Os resultados reforçam a necessidade de reconhecer que a saúde é determinada por questões sociais e culturais amplas, que envolvem trabalho, renda, moradia, educação, alimentação, saneamento, acesso à terra e a direitos.⁸⁷ Quando

contribui para a garantia dessas dimensões, a agricultura urbana está promovendo saúde.

A capacidade de organização e atuação territorializada dos muitos “agentes populares do cuidado” das agriculturas urbanas, como vimos, traz resultados importantes em diversos aspectos no cuidado e da determinação social da saúde. No entanto, é preciso atenção para não naturalizar as ações de mobilização e enfrentamento das comunidades, que ocorrem em resposta às deficiências na cobertura dos sistemas públicos de atenção à saúde e proteção social. As redes de apoio mobilizadas pelas mulheres são também uma forma de denúncia dessa desassistência. As pessoas se engajam em “novas formas de resistência” devido à precarização do acesso aos serviços de saúde e infraestrutura a que são submetidas e, mesmo com ações da sociedade civil, o caminho efetivo, de mudanças estruturais, vem de políticas públicas pautadas na defesa da vida.

A determinação social da saúde⁸⁸

Pelo modelo de determinação social, a estrutura social e as relações são componentes centrais para compreender os processos de produção da saúde, do adoecimento e do cuidado. O reconhecimento do caráter histórico e processual da saúde implica considerar a experiência das pessoas e grupos na construção de suas histórias e modos de viver, a fim de identificar os contextos, ambientes e mecanismos por intermédio dos quais se reproduzem constantemente os processos de vida, e também as *oportunidades de defesa da vida*. Assim, a saúde é pensada no contexto da produção de um processo emancipatório dos sujeitos sociais e de conquistas sociais amplas, que incorpora aspectos das subjetividades, no caminho de exercer-se como direito: a produção da vida coletiva tecida no traçado singular das culturas.

A pandemia da Covid-19 é um exemplo especial: foi palco de experiências inéditas de abastecimento popular de alimentos agroecológicos e de montagem ou fortalecimento de redes de solidariedade em todo o país. Boa parte das ações foi temporária, pois foi viabilizada pelo trabalho voluntário e doações, sem nenhum subsídio governamental. Nesse sentido, as experiências

locais de agricultura urbana agroecológica organizadas pela sociedade civil têm muito a ensinar sobre estratégias mais permanentes para a promoção da saúde e combate à fome, e podem ser incorporadas como aprendizado às práticas de atenção, às políticas públicas de saúde e de segurança alimentar.

Desigualdades de raça e gênero: uma breve contextualização

No Brasil, as mudanças ocorridas desde a abolição do sistema escravocrata, no fim da década de 1880, não romperam com as relações raciais e de gênero desiguais estabelecidas na colonização. O processo colonizatório originou o mundo moderno: baseado em categorias hierárquicas e binárias, que constroem desumanidades e separam brancos e não brancos, homens e mulheres, ricos e pobres, sociedade e natureza, entre outras. Foi partindo das estruturas coloniais que o capitalismo industrial pôde se expandir e operar a manutenção das relações de dependência e exploração dos países antes colonizados e, depois, considerados subdesenvolvidos.⁸⁹

O racismo, o patriarcado e o capitalismo que estruturaram a sociedade brasileira são fundamentais para a compreensão das hierarquias e privilégios nas relações sociais étnico-raciais, de sexo/gênero e de classe⁹⁰. As diferentes formas de opressão sobre as populações indígenas e negras e as mulheres, associadas ao modo de produção capitalista, precarizaram as condições de vida e trouxeram limites à atuação desses segmentos em espaços políticos e de tomada de decisão.

Diante disso, a pesquisa procurou ter um olhar mais cuidadoso às dimensões raciais e de gênero, entendendo a importância delas para o estudo da agricultura urbana e suas questões, tais como: a alimentação, a produção do espaço e a organização do trabalho agrícola nas cidades. Uma necessidade identificada foi a

caracterização dos sujeitos envolvidos nas agriculturas das cidades. Para minimizar processos estruturais de apagamento dos protagonismos na AU, foi feita a opção pela realização de **oficinas de Rio do Tempo com enfoques de gênero e raça**, em diálogo com as redes e grupos de AU de alguns territórios. As pesquisadoras-articuladoras territoriais responsáveis por esta etapa foram fundamentais no direcionamento metodológico que ampliou a representatividade entre participantes das oficinas, movidas pela consciência de suas identidades enquanto mulheres negras.*

Ao mesmo tempo, verificou-se nos mapeamentos analisados que a identificação do gênero e da raça de sujeitos das agriculturas urbanas não foi uma prioridade: apenas quatro elaboraram questões sobre identidade de gênero (Sampa+Rural/SP; Map. Agroecologia Urbana/RMRJ; Map. da RFS/RMRJ; Rede CAU/RMRJ) e três perguntaram por raça ou etnia (Map. Agroecologia Urbana/RMRJ; Map. da RFS/RMRJ; Rede CAU/RMRJ) - ver pág. 192). Em contraposição, gênero, raça e etnia foram dimensões importantes para orientar a participação nas oficinas dos Rios do Tempo territoriais.

A diversidade de representação nas oficinas territoriais trouxe com maior ênfase a própria diversidade da AU nos territórios. O conjunto dos resultados das oficinas e dos mapeamentos contribuiu para a reescrita de narrativas sobre a agricultura urbana, porque traz centralidade à

* Na etapa de aprofundamento territorial seis mulheres foram contratadas para realizar as atividades ligadas às oficinas do Rio do Tempo, sendo cinco delas pretas e uma parda.

Colonização e as relações raciais e de gênero⁹¹

O mito da democracia racial criou no imaginário brasileiro a falsa harmonia nas relações raciais, mascarando a violência, o genocídio e a contínua espoliação da população negra e indígena, que são responsáveis pelos elevados níveis de desigualdades sociais por cor e/ou etnia. Nesse sentido, o racismo, além de uma articulação ideológica e conjunto de práticas, é também um dos critérios de maior importância na articulação de posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social, ou seja, funciona como estratégia de hierarquização social. Dados de 2020, por exemplo, mostram que pessoas brancas ganham 73,3% a mais que pessoas pretas e pardas.

Não é à toa que, desde os tempos coloniais, um rígido monopólio do poder permanece nas mãos da população branca minoritária. A colonialidade tem sido um conceito utilizado para se referir à manutenção das dinâmicas de poder originadas no período colonial moderno, quando a Europa passa a ser elencada como marco civilizatório, cultural e intelectualmente superior às demais culturas e povos de regiões do mundo.

Gênero, como mecanismo de controle estruturante da organização social, acompanha essa divisão que foi estabelecida entre “humano e não humano” com a colonização, pois só os civilizados poderiam ser considerados homens ou mulheres, enquanto os povos indígenas das Américas e as pessoas africanas escravizadas trazidas para cá eram classificadas como espécies inferiores, animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. Assim, raça e gênero se inserem no modelo capitalista pelas noções de divisão racial e sexual do trabalho.

‡ De acordo com Decreto nº 6.040/2007, povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados que possuem formas próprias de organização social, que ocupam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas transmitidas pela tradição. Alguns povos tradicionais aparecem com mais ênfase pela sua participação direta nas atividades do projeto, oficinas do Rio do Tempo e análise dos mapeamentos territoriais.

contribuição das mulheres, da população negra, de áreas pobres e periféricas e dos povos e comunidades tradicionais[‡] na construção da SAN, conectada à luta pela soberania dos territórios em áreas urbanas.

AUSÊNCIAS E PROTAGONISMOS DAS MULHERES NA AGRICULTURA URBANA

As atividades territoriais evidenciaram o protagonismo das mulheres, dos grupos populares e de comunidades tradicionais na construção das agriculturas urbanas. Nas seis oficinas dos Rios do Tempo, 81% das participantes foram mulheres (169 de 208), sendo a maior parte mulheres negras. A oficina da RMRJ não teve participação exclusiva de mulheres, mas envolveu três vezes mais mulheres do que homens, sendo metade delas negras, entre agricultoras,

lideranças comunitárias e representantes de movimentos sociais e instituições. Na RMBH, a participação das mulheres foi quatro vezes superior à dos homens.

Nas oficinas direcionadas às mulheres na RMR, Florianópolis e São Paulo, foram colhidos relatos da atuação feminina à luz das diferentes identidades e conhecimentos. Por exemplo, na Região Metropolitana de Recife, ocupações do MTST que produzem alimentos com foco no autoconsumo têm hortas geridas pelas mulheres que, além do enfrentamento à fome, também buscam despertar nas crianças relações de cuidado com a natureza. O olhar direcionado às iniciativas lideradas pelas mulheres, **especialmente mulheres negras**, surgiu da necessidade de visibilizar que elas são as principais pessoas engajadas politicamente nas ações de AU, apesar de ocuparem lugares subalternizados na estrutura social. O trabalho que realizam, que se estende às famílias e comunidades próximas, ainda é desvalorizado e pouco reconhecido.

Fala preta

*Eles queriam a gente calada
Mas quando uma preta fala
Sua palavra alimenta a voz de
todo povo preto na diáspora*

*Eles queriam a gente alisada
Mas quando uma preta
encrespa sua palavra
Alimenta a beleza de todo
povo preto na diáspora*

*Eles queriam a gente
domesticada
Mas quando uma preta
revoluciona sua palavra
Alimenta a liberdade de todo
povo preto na diáspora*

*Eles queriam a gente entre a
cruz e a espada
Mas quando uma preta
encruzilha sua palavra
Alafia o caminho de todo povo
preto na diáspora – Laroyê!*

*Eles queriam a gente tudo
isolada, brigada, rivalizada
Mas quando uma preta
compartilha sua palavra
Alimenta os laços de todo
povo preto na diáspora*

*Eles queriam a gente
assassinada
Mas quando uma preta vive
sua palavra
Alimenta a vida de todo
povo preto na diáspora*

*Por isso eu num me calo, preta
Por isso que eu falo, preta
E quando você fala, preta, sua
palavra preta
alimenta também a
minha palavra*

*Jeffa Santana - UFES e Sarau
Vozes negras do Espírito Santo.
Poesia recitada na oficina do
Rio do Tempo da RMGV*

As hortas comunitárias e principalmente os quintais produtivos, pela sua proximidade com a casa, são áreas de cultivo comumente geridas por mulheres, relacionadas ao trabalho doméstico e por isso desconsideradas enquanto **trabalho**. Isso se materializa na maior dificuldade de acesso a políticas públicas de fomento à agricultura nesses espaços, que geralmente não são reconhecidos como locais de realização de atividade agrícola, e na invisibilização das mulheres enquanto agricultoras e geradoras de renda.

Alguns estudos⁹² sobre AU demonstram uma expressiva presença de mulheres agricultoras ocupadas no serviço doméstico não remunerado - as “donas de casa”, como são popularmente chamadas. Dentro do contexto amplo das desigualdades construídas socialmente e fundamentadas na diferença entre os gêneros, a separação entre o “doméstico” e o “público” é fruto da divisão sexual do trabalho na organização do sistema de produção capitalista.⁹³

A necessidade de isolamento social durante a pandemia da Covid-19 agravou a sobrecarga de trabalho das mulheres pela maior presença

delas no espaço privado/doméstico, somada ao trabalho público que seguiram realizando. A sobrecarga de responsabilidades domésticas e de cuidados tem sido um importante impeditivo para a participação social e política das mulheres. Em algumas oficinas do Rio do Tempo, por exemplo, garantir a recreação infantil foi um diferencial para que as mulheres com crianças pudessem participar com qualidade.

Uma abordagem à luz da interseccionalidade pode ajudar a compreender **quem são as mulheres** das agriculturas urbanas em suas diversidades. Enquanto categoria analítica, a interseccionalidade considera que desigualdades como as de gênero, raça e classe estão conectadas e se reforçam mutuamente, criando relações de poder que afetam todos os aspectos da vida social.⁹⁴ A imbricação de gênero e raça/etnia, por exemplo, faz mulheres negras e indígenas enfrentarem dinâmicas específicas, que precisam ser reconhecidas e consideradas.

Há formas de organização social baseadas na constituição de redes de apoio e em estratégias comunitárias de cuidado e acolhimento que historicamente foram articuladas pelas mulheres, na realização do trabalho de reprodução pelo qual foram responsabilizadas socialmente. Vários marcos da história da AU, identificados nas quatro regiões metropolitanas e nos dois municípios, estão relacionados à criação de grupos, espaços de articulação política, de convívio comunitário, de comercialização e economia solidária liderados por mulheres.

Quando começam a se articular em redes, além de garantir o autoconsumo da família com mais alimentos saudáveis, as mulheres também passam a se envolver em lutas coletivas por alimentação, moradia digna e direito à cidade. A sistematização dos processos territoriais mostrou que, apesar das dificuldades enfrentadas, as mulheres vêm transformando a AU em uma potente **ferramenta de articulação política** por direitos amplos, que não se encerram na atividade agrícola.

B. AUSÊNCIAS E PROTAGONISMOS DE RAÇA E ETNIA NA AGRICULTURA URBANA

A entrada do projeto nos seis territórios aconteceu por meio das redes de agricultura urbana.

Foi feito um esforço para alcançar indígenas, quilombolas, povos de terreiro de matriz africana, paneliras, pescadoras e marisqueiras, de ocupações, favelas e periferias, entre outros, por entender que esses sujeitos pertencem a arranjos organizativos próprios, políticos e/ou comunitários e, por isso, podem não estar presentes nas redes territoriais de agroecologia, ainda que pratiquem agricultura.

A reivindicação de povos, comunidades e grupos tradicionais pelo reconhecimento de suas contribuições à construção do conhecimento agroecológico é um movimento crescente no campo da agroecologia. Levantamentos nos seis territórios sobre terreiros de matriz africana e quilombos, bem como sobre aldeias e terras indígenas, evidenciaram que o histórico colonial de expropriação dessas populações impõe a permanente luta pela retomada de suas terras no contexto urbano. A terra, e mais precisamente as territorialidades nela presentes, responsáveis por criar processos de apropriação, usos, significados e narrativas, formam um território. Por isso, o território é fundamental para a continuidade cultural dos povos e comunidades e precisa ser garantido e demarcado.

Há uma diversidade de alimentos ligada à identidade e culturas alimentares de povos indígenas e quilombolas. Os saberes, manejos e cuidados com as plantas que fazem parte do universo cultural desses povos são expressos na utilização de plantas para rituais, no preparo de medicamentos, como as garrafadas para distúrbios físicos e mentais, os benzimentos e na própria culinária. Os povos originários guardam ricos elementos da agricultura tradicional integrada ao ambiente das florestas - morada de seres visíveis e invisíveis-, e na tradição dos sistemas de roça.⁹⁵ Nas nove aldeias Guarani identificadas na cidade de São Paulo, por exemplo, foram levantadas 81 roças de produção de alimentos (ver pág. 178).

Os povos de terreiros de matriz africana também se organizam com base em uma lógica comunitária, pela qual muitas mulheres assumem lugares de liderança; prezam pela alimentação, porque compreendem o corpo como sagrado; ainda, as folhas e ervas têm um lugar

central, pois se conectam às divindades cultuadas, que, por sua vez, são representações das forças da natureza.⁹⁶

A história dos quilombos mostra a produção de alimentos baseada no policultivo, que favorece a diversidade produtiva, só possível devido aos conhecimentos vindos de diferentes regiões da África.⁹⁷ Na região Nordeste do país, por exemplo, desde o período colonial, o campesinato negro que se formou vivia à margem do sistema dominante da *plantation*. Além disso, a atuação das mulheres do continente africano em atividades como o comércio e a agricultura mostra que, historicamente, elas ocuparam um lugar diferente daquele oriundo de uma leitura ocidental de gênero, o que pode ser observado pela história de mulheres como Aqualtune, Tereza de Benguela, Dandara, Luísa Mahin e tantas outras, que eram rainhas, guerreiras, estrategistas políticas em seus lares ancestrais e que, no Brasil, fundaram quilombos e lideraram processos de luta por emancipação.

“É importante fazer as perguntas que possam mobilizar e estabelecer incômodos, que ora nascem da coletividade ora nascem das individualidades. Buscar compreender e reorganizar a estrutura histórica que estamos condicionados requer fazer novas perguntas e mergulhar nas histórias que carregamos. Ninguém pode fugir de encarar a própria pele! É a partir de uma nova historicidade que serão estabelecidos novos indicadores e denominadores de afeto, de encontro, de interesse e de escolhas. Precisamos refazer nosso repositório imagético para reorganizar as subjetividades que nos compõem, nos libertam e nos aprisionam. É preciso ativar outros territórios imaginários que promovam possibilidades

negras e indígenas de sonhar; produzindo, desta forma, campos simbólicos de proteção para quem recusa a morte como sentença, e elabora caminhos viáveis para gerar vida. Acessar outras narrativas e imagens sobre pessoas não-brancas é urgente na construção política do Brasil. Vamos precisar nos olhar a fundo para não apenas cumprir o que parece ser politicamente correto, mas alterar a forma como produzimos narrativa e materializamos, a partir dela, a própria realidade.”

Carolina Rocha (Dandara Suburbana) e Maitê Freitas - texto produzido na formação antirracista e feminista realizada com a equipe do Projeto Saúde & AU, 2023.

Nessa perspectiva, muitos espaços urbanos que eram compreendidos como quilombos na formação das cidades se tornaram favelas depois, e hoje guardam iniciativas de agricultura urbana familiares e em coletivos. Para as populações africanas sequestradas para o Brasil, a abolição do sistema escravocrata reforçou a

concentração de terras e poder, forçando essas populações para as periferias urbanas, onde continuaram sendo exploradas como mão de obra excedente no desenvolvimento das cidades. Entretanto, há uma obliteração nos estudos de suas histórias, insurreições e tecnologias no contexto urbano. A produção de conhecimento sobre o urbano ainda se dá de forma hegemônica com base em referenciais da modernidade/colonialidade/branquitude, responsáveis por apagamentos sobre outros modos de produção das cidades⁹⁸.

Nas pesquisas e mapeamentos sobre AU, a ausência do marcador de gênero e do marcador racial e étnico também acaba por reforçar o apagamento dos sujeitos que praticam agricultura nos espaços urbanos. Sem destacar quem são as populações envolvidas em sua diversidade, não se qualificam os conhecimentos e as incidências para formulação de políticas públicas efetivas para a agricultura urbana, que fortaleçam as práticas já existentes.

Os resultados da pesquisa mostram as potencialidades para que novos projetos e políticas envolvendo a agricultura urbana possam avançar, trazendo gênero, raça e etnia como dimensões centrais, afirmando a importância da agroecologia e dos sujeitos que fazem da agricultura uma ferramenta de luta, de saúde, de construção e retomada de identidades, partindo de modos de vida que existem e resistem nas cidades.



FIGURA 45: Oficina do Rio do Tempo da RMRJ. Paolo Martins, 2022.

Notas sobre direito à cidade e justiça ambiental

As práticas de agricultura urbana podem mobilizar uma série de temas e movimentos que buscam a construção de cidades justas, inclusivas e sustentáveis. Nem todas as práticas de agricultura urbana, no entanto, estão alinhadas a esses princípios e, por vezes, reforçam processos de gentrificação e de especulação imobiliária em curso. Desse modo, a agricultura urbana pode estar alinhada ou contrária às lógicas neoliberais de produção da cidade que concebem os espaços urbanos como mercadoria e recursos a serem explorados por grupos empresariais privados. As experiências das redes de agricultura urbana participantes do projeto estão engajadas em processos territoriais de construção das cidades inclusivas e que podem ser conectados às noções do direito à cidade e da justiça ambiental, que serão discutidos brevemente a seguir.

DIREITO À CIDADE

O direito à cidade é um conceito que tem ganhado relevância nas discussões teóricas e decisões políticas sobre a cidade desde a década de 1960. Seja no campo filosófico ou como bandeira de mobilização popular, se conecta à defesa de políticas territoriais mais articuladas e inclusivas na produção das cidades, no acesso à terra e à moradia⁹⁹, respeitando a diversidade dos modos de vida dos espaços em urbanização. Contempla a possibilidade de desfrutar do espaço urbano, participar da sua governança e usufruir de condições dignas de vida.

A formulação inicial do conceito, cunhada por Henri Lefebvre¹⁰⁰, aponta a necessidade de superar o modelo capitalista de urbanização, baseado na mercantilização dos espaços, da natureza e das pessoas, por meio da apropriação da cidade pelas/os cidadãs/ãos como um bem comum. Esta apropriação depende do exercício do poder coletivo na reformulação dos processos de produção do espaço e na garantia de direitos, a exemplo do acesso igualitário à moradia digna, ao saneamento básico, à mobilidade, à saúde, à educação e à alimentação adequada. Nessa

perspectiva, a participação ativa de toda a população na tomada de decisões sobre a cidade deve ser estimulada, visando a sua transformação.

No contexto brasileiro, o direito à cidade está incorporado em **instrumentos legais**, como o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) e o Estatuto da Metrópole (Lei nº 13.089/2015) que preveem, nas diretrizes das políticas urbanas brasileiras (os planos diretores), o acesso à terra e moradia, bem como a gestão democrática das cidades por meio de estruturas institucionais participativas. Foi por meio do Movimento Nacional pela Reforma Urbana, durante a década de 1980, que as discussões sobre direito à cidade ganham força, conduzindo à criação desses instrumentos. Este Movimento articulou vários atores sociais a fim de unificar pautas de luta, colocando em evidência a defesa da gestão democrática e participativa das cidades, a subordinação da propriedade à função social da terra, reivindicações pela ocupação igualitária dos espaços das cidades, entre outras bandeiras, extrapolando a questão da infraestrutura urbana e se estendendo para dimensões do sistema social, cultural e econômico¹⁰¹.

As primeiras cidades do Brasil começaram a ser formadas no século XVII sob uma lógica colonial, hierarquizadora e segregadora, em conexão com o modelo de produção das *plantations* estabelecido no território nacional. Mais tarde, ao longo do século XX, um processo mais intenso de industrialização e urbanização foi desestruturando as agriculturas locais, privatizando espaços e instrumentos públicos e pressionando, de maneira crescente, a população pobre trabalhadora para as periferias urbanas.

No contexto brasileiro, a noção de direito à cidade toca questões fundamentais, tais como o problema histórico da segregação espacial, a produção das desigualdades de raça, gênero e classe, a violência urbana e a insegurança jurídica na propriedade da terra.¹⁰² Cidades são territórios múltiplos com fluxos intensos de informações, pessoas, recursos e movimentos.

Áreas centrais e periféricas, urbanizadas e rurais, zonas privilegiadas e favelas são parte de um permanente *fazer a cidade*¹⁰³, imersas em dinâmicas sociais diversas e desigualdades fundantes. Há múltiplas cidades produzidas pelas pessoas e entrelaçadas por seus movimentos.

Com o processo de urbanização há uma série de dificuldades para implantar e desenvolver a **agricultura**, que sempre esteve presente na construção das cidades, mobilizando relações e uma diversidade de sujeitos que consomem, comercializam, usufruem e plantam nos terreiros, lajes, terrenos públicos e quintais.

A agricultura urbana se vincula ao direito à cidade como ação social e política para ocupar não apenas espaços físicos, mas também o tecido urbano, fazendo cumprir a função social da terra, produzindo alimentos, contribuindo para a SAN e para a promoção da saúde. Olhar a agricultura urbana pela “lente” do direito à cidade implica incluir a possibilidade de manutenção e permanência de modos de vida nas cidades que incluem a produção de alimentos, mas não se encerram nela. Por exemplo, populações de matriz africana, comunidades pesqueiras, povos indígenas e outros grupos tradicionais seguem produzindo formas de habitar a cidade a partir de conhecimentos alinhados aos ciclos da natureza, conectados às suas festividades e expressões culturais. São fontes de aprendizado na convivência urbana, não porque conservam um passado “original”, mas porque apresentam uma relação saudável com a terra e demonstram, no presente, inovações ambientais na manutenção e na recuperação dos territórios.¹⁰⁴ Outros exemplos notáveis estão nas hortas escolares e comunitárias com função pedagógica e de educação ambiental, os intercâmbios e mutirões que envolvem grupos populares, movimentos sociais e instituições.

É esse cotidiano vivido da agricultura urbana que subsidia a produção de novos conhecimentos e apoia a elaboração de políticas públicas. O Rio do Tempo da AU do Brasil (ver pág. 36) exemplifica uma trajetória de incidência da sociedade civil em redes, organizações e coletivos sobre a formulação de políticas ligadas à agricultura urbana, agroecologia e SSAN.

JUSTIÇA AMBIENTAL

Distinções binárias como rural/urbano e sociedade/natureza podem dificultar a compreensão da justiça ambiental como uma reivindicação para os espaços urbanizados. A justiça ambiental possui convergências com o direito à cidade, mas não se restringe a ele, e parte do entendimento de que os problemas ambientais são distribuídos de maneira desigual entre a população, sendo a maior exposição a riscos ambientais e sanitários delegada às populações empobrecidas e historicamente marginalizadas.

Associada a essa constatação está a noção de **racismo ambiental**, que atrela a divisão racializada dos espaços urbanos às injustiças sociais. O racismo ambiental se refere ao processo de discriminação vivido por grupos periféricos e de minorias raciais ou étnicas por meio da degradação ambiental. No Brasil, as áreas destinadas à exploração industrial, extração e mineração, depósito de lixo e de produtos tóxicos estão localizadas, na maioria das vezes, onde vivem populações majoritariamente negras e indígenas, mostrando a relação próxima entre impactos ambientais, violência racial e desigualdade social.

Muitas das iniciativas de agricultura urbana estão localizadas nas regiões com maiores deficiências de infraestrutura e de serviços. Surgem como formas de respostas às situações de vulnerabilidades e vão contrapor a concepção deturpada de que as populações de periferias, favelas e ocupações são responsáveis pela degradação ambiental no ambiente urbano.

As experiências participantes dos mapeamentos e da construção dos Rios do Tempo, nas seis regiões metropolitanas e municípios, mostraram o contrário: uma série de **serviços ambientais** oferecida pela agricultura urbana, como a ciclagem de nutrientes por meio da compostagem, a conservação do solo, o reflorestamento, a proteção de nascentes d'água, a ampliação da biodiversidade com a meliponicultura e os sistemas agroflorestais e as estratégias de preservação de sementes crioulas. As iniciativas ainda podem contribuir na resignificação de espaços e sua valorização, transformando pontos abandonados e de acúmulo de lixo, agregando atribuições positivas ao bairro ou localidade.

Pode-se dizer que a luta pela terra é reeditada no espaço urbano, atrelada à luta por **moradia digna**. Muitas áreas de cultivo enfrentam uma situação de **insegurança jurídica no uso e posse da terra**, por disputas com o Estado ou porque acontecem em áreas públicas não regularizadas ou áreas cedidas, como terrenos com linhas de transmissão geridas por companhias de energia elétrica. A política de controle das terras e a especulação imobiliária exercem controle sobre a produção dos alimentos ao pressionar áreas das cidades

(como favelas, vilas e assentamentos em áreas metropolitanas, entre outras) que expressam essas ruralidades.

Algumas ocupações e movimentos pelo direito à moradia e ao território também encontram na AU uma estratégia coletiva de acesso a alimentos, cuidado em saúde e gestão de resíduos. Um exemplo é a formação do coletivo Resiste, em Recife, que se formou após a comunidade centenária Caranguejo Tabaiães resistir à remoção de famílias durante a pandemia da Covid-19 e criar uma horta comunitária, atrelando a agricultura urbana e a agroecologia à luta por direito à cidade e por SSAN.

Em relação aos **conflitos ambientais** nos contextos metropolitanos, os mapeamentos da Região Metropolitana de Recife e do Espírito Santo, por exemplo, denunciam ameaças e conflitos decorrentes dos grandes empreendimentos, da disputa pela terra e da ação do Estado. Muitas experiências são atravessadas por conflitos e violências resultantes da ação policial na guerra às drogas e das disputas entre organizações paramilitares e facções associadas ao tráfico, bem como à política de extermínio da população negra e periférica. Os ambientes de insegurança permanente e de negação de direitos básicos são a forma pela qual o Estado faz a manutenção das violências estruturais, que são reproduzidas no nível comunitário e familiar. Os espaços comunitários de agricultura, nos territórios hostilizados, também se configuram como “brechas” de novas possibilidades para a vida coletiva. Experiências em redes como a Rappa, em São Paulo (ver pág. 164), mostraram que se afirmar como agricultora num contexto urbano é uma forma de resistência, de rompimento de isolamentos, de construção de identidade e de pertencimento coletivo.

DIREITO AO ACESSO A POLÍTICAS DE FOMENTO À AGRICULTURA URBANA

O destino de boa parte das produções agrícolas em contextos urbanos é o consumo próprio e da família, além das trocas e doações, como mostraram os resultados dos mapeamentos da RMBH, RMR e São Paulo (ver págs. 76, 113 e 175). A garantia do acesso à alimentação saudável e

Justiça diante da emergência climática

As comunidades já vulnerabilizadas também estão mais expostas aos efeitos dos eventos climáticos extremos, tais como tempestades, desertificação, inundações e deslizamentos. A noção de justiça climática vai tratar, mais especificamente, das ações por equidade na distribuição dos ônus e dos benefícios relacionados ao clima, já que há distinções na exposição às emergências climáticas, sendo os segmentos sociais de fato *responsáveis* pela degradação ambiental os menos expostos aos seus efeitos. Suas pautas incluem a adaptação aos desastres climáticos (infraestrutura e arquitetura das periferias urbanas); a ansiedade climática (a saúde mental das pessoas expostas aos eventos climáticos); a incidência política (planejamento e orçamento para o enfrentamento à crise climática); justiça ambiental; justiça energética (menor custo e qualidade do serviço); justiça hídrica (acesso à água limpa e potável); valorização de tecnologias ancestrais e sociais; combate ao racismo ambiental, conectando-se às dimensões de raça, gênero e classe.

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro, por exemplo, sofre com desastres ambientais crescentes que atingem sobretudo áreas empobrecidas. Somente entre 2013 e 2022, 4,8 milhões de pessoas foram afetadas por eventos climáticos conectados às chuvas, três mil moradias foram destruídas e mais de 85 mil moradias e infraestruturas públicas foram danificadas. A criação da Frente Parlamentar pela Justiça Climática do Rio de Janeiro, constituída na Assembleia Legislativa, é uma iniciativa recente para produzir respostas adequadas aos efeitos da crise climática no nível estadual.¹⁰⁵

Ainda, a justiça climática também é um posicionamento que tensiona espaços de decisão (tais como fóruns internacionais) que reproduzem a lógica colonialista de atribuição de responsabilidades iguais para países do Sul e do Norte Global¹⁰⁶, ignorando assimetrias na riqueza acumulada, na capacidade de gerar impacto e de efetivar as medidas necessárias à minimização de danos.

sem veneno nos centros urbanos demanda não só condições de produção adequadas à subsistência, mas também de produção em maior escala, o escoamento, o abastecimento popular e a comercialização justa e a preços acessíveis. Por isso, o acesso a políticas **públicas de fomento** é fundamental para o desenvolvimento da agricultura urbana.

Dois instrumentos são especialmente importantes para esse acesso: o plano diretor e a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. O **plano diretor** é uma lei municipal que orienta o crescimento das cidades, estabelecendo diretrizes sobre o uso do solo, a mobilidade, a habitação e o uso dos recursos naturais e, entre outras atribuições, delimita os perímetros urbanos e rurais das cidades.

Os planos diretores dos municípios de São Paulo e Belo Horizonte se destacam pelo reconhecimento da agricultura em áreas metropolitanas. Em São Paulo, foram delimitadas Zonas Rurais no interior do município, e em BH, o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana articulou processos de planejamento participativo do território da metrópole, avançando no reconhecimento e na articulação das agriculturas, especialmente das temáticas da agroecologia, da agricultura urbana e da agricultura familiar da RMBH.

Em relação à DAP, os mapeamentos analisados dessas duas regiões (a pesquisa Sampa+Rural e o Anuário das Agriculturas Metropolitanas, ver págs.174 e 74) indicaram 1.056 declarações emitidas para agricultoras/es em toda a cidade de São Paulo e Região Metropolitana de BH, em aproximadamente 2.000 experiências. (mais informações sobre a DAP na pág. 44).

A DAP é o principal instrumento nacional de acesso a mercados institucionais e políticas públicas pelas/os agricultoras/es, porém há muitos obstáculos à sua emissão em contexto urbano. Os quatro critérios para aquisição da DAP são: renda, tamanho da propriedade, domicílio no mesmo município da produção e comprovação do controle da terra. Não há, portanto, nenhum impedimento direto à

concessão em meio urbano. Porém, as diretrizes da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (Lei 11.326/2006) estabelece como agricultor/a familiar quem pratica atividades em *meio rural*, gerando um impasse e uma dificuldade para os profissionais responsáveis pela concessão da DAP na avaliação das atividades agrícolas realizadas em áreas demarcadas oficialmente como urbanas pelos planos diretores.

Os quintais produtivos, por exemplo, não se enquadram dentro dos critérios oficiais de agrariedade e, por conseguinte, muitas produtoras que cultivam nos quintais não conseguem acessar o Pronaf.¹⁰⁷ Além disso, a necessidade de comprovar que 70% da renda total da pessoa provém da agricultura é um entrave, já que o trabalho agrícola em contextos urbanizados, muitas vezes, não gera rendimento suficiente ao sustento (por fatores como o maior valor da terra, menores áreas disponíveis para o cultivo e maior custo de vida geral) e demanda a realização de outras atividades laborais.

Essas dificuldades ajudam a explicar, inclusive, o percurso político trilhado pelos movimentos de agricultura urbana mais por dentro das temáticas de SSAN e combate à fome (por meio da incidência nos Conseas e agências de desenvolvimento social), do que dos instrumentos de incidência ligados às políticas agrárias, o que se mostrou uma estratégia mais efetiva para o reconhecimento da agricultura urbana e participação na tomada de decisão (ver Rio do Tempo nacional na pág. 36).



FIGURA 46: Autonomia ZN - Caravana Agroecológica de São Paulo.
André Biazoti, 2022.

Algumas considerações

Ao percorrer as páginas dessa publicação, experimentamos pontos de conexão entre agricultura urbana, agroecologia e saúde. Também identificamos como o conhecimento sobre AU tem sido produzido e como a sociedade civil brasileira tem se organizado e interagido com políticas públicas em diferentes territórios. Nesta navegação, percebemos presenças e ausências relacionadas às dimensões de gênero, raça e etnia, e traçamos conexões com os temas do direito à cidade e da justiça ambiental.

Ao longo do estudo, ficou evidente que existem lacunas de informações sobre a contribuição histórica dos conhecimentos das mulheres, dos grupos populares, das populações negras, bem como dos povos tradicionais que fazem agricultura nos terreiros, quintais e periferias metropolitanas. Entendemos que o alargamento do conceito de AU tem se dado nas últimas duas décadas com importantes contribuições de grupos e redes inseridos em processos de pesquisa e incidência política, cujo envolvimento foi fundamental para a realização desta pesquisa.

As **redes** podem ser consideradas a grande força dinamizadora das agriculturas urbanas. Elas estruturam apoios aos territórios, amplificam vozes, promovem formação política, comunicação e fortalecimento do debate sobre agricultura, agroecologia, direito à saúde, à moradia digna e à alimentação, entre outras lutas populares no contexto urbano. Muitos são os desafios para garantir a permanência de grupos e atividades de agricultura nos espaços urbanos em disputa, travando embates com o poder público e dialogando com comunidades locais. As experiências de AU têm mais chances de continuidade quando há presença de movimentos sociais e redes atuantes.

Há desafios e fragilidades no trabalho em rede, como a dificuldade de conciliar a participação política das lideranças comunitárias com as demandas cotidianas da agricultura e outros trabalhos, remunerados ou não, que agricultoras e agricultores podem acumular.

Além disso, por serem iniciativas autônomas, a maioria das redes funciona sem nenhum apoio financeiro, o que limita a realização de atividades dinamizadoras à disponibilidade dos integrantes das redes, por exemplo a organização de reuniões e encontros, mobilização do grupo, representação em espaços institucionais e políticos, entre outros. Tal realidade limita também estruturalmente as ações, a exemplo da falta de transporte, de alimentação e de locais adequados para a realização das agendas coletivas. Por vezes, a presença e acompanhamento dos processos decisórios contam mais com representantes de instituições, de grupos formalizados ou de estudantes, diante da dificuldade de assegurar a presença de setores populares - uma realidade que é atravessada por questões de classe, raça e gênero. Ademais, são as mulheres, sobretudo as mulheres negras, que estão à frente das experiências de agricultura, mas elas não ocupam proporcionalmente os espaços públicos e lugares de decisão.

A gestão coletiva demanda um enorme exercício de mediação, disposição para o diálogo e alinhamento interno. As redes são o encontro de pessoas em relação, que, representando grupos e territórios, incidem sobre a transformação do tecido social. Conforme esses muitos atores sociais se sentem apoiados e fortalecidos a partir da experiência da rede, vão compreendendo a conjuntura mais ampla na qual suas ações localizadas se dão, e atuando coletivamente para construir soluções. Como ensina Rita de Cássia, coordenadora do Movimento dos Sem Teto da Bahia (MSTB), não basta que a organização seja *comunitária*, tem de ser *política* também, com uma causa e um planejamento para conseguir ocupar os espaços de decisão e articular políticas e direitos*.

A agricultura nas **periferias, favelas e bairros empobrecidos** reflete nos modos de vida e no próprio fazer das iniciativas com base nos acessos e barreiras impostos aos territórios. Podem ser diferentes os significados e a importância de hortas urbanas nos bairros de classe média, alta e baixa, sendo que nestas, a presença

* Texto relata comunicação oral feita por Rita de Cássia, uma das coordenadoras do MSTB na ocasião do Encontro do projeto Inova Territórios Saudáveis e Sustentáveis do grupos Neepes/Ensp/Fiocruz, no Rio de Janeiro (RJ) em março/2023.

da agricultura muitas vezes pode significar a diferença entre o acesso regular a alimentos saudáveis e algum nível de insegurança alimentar. As favelas e bairros periféricos são vistos, dentro da lógica colonizadora, como o lugar da falta, para o qual “os centros” devem aportar tanto conhecimento como recursos materiais. Essa subjugação, ao mesmo tempo que é consequência, reforça o racismo, dado que, devido a processos históricos, os bairros à margem são os que concentram populações de maioria negra, que sofre não só um genocídio como também um epistemicídio.

No contexto da agricultura urbana, observa-se que a periferia provê não só alimentos saudáveis e agroecológicos com valores mais acessíveis, mas também uma série de conhecimentos relacionada a produção, processamento e consumo de alimentos e das ervas medicinais; saberes estes associados à cultura e à ancestralidade dos povos afrodiáspóricos e indígenas. A possibilidade de venda dos produtos aumenta a conexão simbólica e material entre os diferentes espaços da cidade e pode aproximar os sujeitos, além de contribuir para uma mudança de perspectiva em relação às periferias e favelas.

A incompreensão sobre a dinâmica e importância do plantio no cuidado coletivo nas cidades, bem como a desvalorização histórica desta prática, por vezes, geram tensões nos espaços de cultivo, provocando conflitos na relação com a vizinhança. Diante disso, a afirmação da **identidade** de agricultora e agricultor apareceu na pesquisa como uma forma de resistência. As iniciativas de AU se fortalecem conforme a comunidade e seu entorno tendem a participar ou simplesmente usufruir dos espaços. A atividade carrega em si uma dimensão pedagógica que vai rompendo, no trabalho cotidiano, com a lógica individualista proporcionada pelo sistema capitalista.

Em relação aos protagonismos, vimos que as mulheres das cidades lideram as iniciativas de agricultura urbana nas hortas e quintais e de articulação política em grupos e redes. É possível que na raiz deste protagonismo esteja a responsabilidade destinada socialmente a este gênero: do cuidado da saúde familiar e, por conseguinte, a organização em redes de apoio que as próprias

mulheres foram constituindo como estratégia solidária de realização do trabalho de reprodução social. A organização comunitária do cuidado também surge como resposta à ausência do Estado no dever de assistência à saúde. Isso fica ainda mais nítido considerando as mulheres empobrecidas, negras e pertencentes a grupos étnicos e minoritários. Caracterizar **quem são essas mulheres da agricultura urbana e como está a sua saúde** é uma tarefa importante para a formulação de programas e políticas efetivos voltados à agricultura urbana, que fortaleçam as experiências já em curso.

A agroecologia, como categoria e campo, está disponível para ser mobilizada pelos grupos, coletivos e redes, como *ideia* integradora que gera unidade na diversidade, como um caminho estratégico de diálogo para a formulação de políticas públicas ligadas à agricultura e aos direitos de povos e grupos populares. A intenção não é “rotular” as práticas de agricultura nos centros urbanos, que guardam suas identidades e histórias. As práticas nos territórios seguem convocando aspectos identificados aqui e muitos outros que ainda precisam ser descortinados. As pessoas que plantam em seus bairros, as lideranças que se organizam na gestão comunitária de resíduos e em atividades de educação e formação, as tantas cuidadoras e cuidadores que preparam e compartilham medicamentos feitos com as ervas medicinais, entre outras, vão se organizando e se reunindo dinamicamente nas redes de agricultura urbana agroecológica. Esses arranjos da sociedade civil têm insistido na AU como via de apropriação dos espaços urbanos como locais possíveis de afirmação das diferenças, de exercício de autonomias e solidariedades, de produção de vida com dignidade.

Sabemos que o poder de determinação da sociedade civil sobre as políticas é ainda muito pequeno, mas podemos vislumbrar seu efeito. Vimos que processos de pesquisa e sistematização podem cobrir lacunas de informações existentes sobre as práticas de AU, sem desconsiderar que as práticas são em si produtoras de conhecimentos. Hegemonicamente, a produção

do saber é considerada somente quando parte das instituições, porém com base na *práxis* da agroecologia busca-se aproximação com o conhecimento produzido pelos sujeitos nos territórios. É preciso cuidado para não ser mais uma forma colonial de validação ou cooptação desses conhecimentos, mas de uma relação horizontalizada que crie espaço para novas epistemês.

Como um **enfoque**¹⁰⁸ que guia modos de fazer, de conhecer e de se organizar, a agroecologia e a saúde coletiva orientaram esta pesquisa sobre as agriculturas urbanas. Partimos delas para fazer as perguntas, definir metodologias e traçar outros caminhos, conforme fomos sendo tensionadas/os no encontro com as limitações do Projeto.

O Projeto Saúde e Agricultura Urbana nos fez refletir sobre a necessidade de serem operadas mudanças internas nas instituições públicas de pesquisa, ciência e saúde do país, em sua maioria edificadas sob o **arranjo material-social da branquitude**. A etapa da pesquisa com seis territórios e por meio da contribuição principalmente das pesquisadoras-articuladoras territoriais mostrou que o desenho inicial do estudo falhou em não integrar a diversidade em todos os aspectos dele; falta que talvez não tivesse sido identificada por uma equipe composta unicamente por pessoas brancas.

Entendemos, também, que trazer diversidade à composição de uma equipe de trabalho não é suficiente. Está colocada uma necessidade permanente de repensar epistemologias, métodos, temporalidades e os espaços de poder. Como instituição pública de saúde, o comprometimento com o antirracismo não é fim em si mesmo, mas condição necessária ao compromisso maior de produzir conhecimentos que atendam, de maneira mais adequada, às necessidades do conjunto da sociedade, e produzir estratégias mais efetivas orientadas ao objetivo da justiça social.

Por fim, a escolha pela construção dos **Rios do Tempo**, com seus vieses e limitações inerentes, traduz a intenção de se contar histórias plurais. A investigação dos **mapeamentos territoriais** também expressa o interesse pelas muitas formas de narrar trajetórias e, assim, produzir

realidades. Como ensina Chimamanda Ngozi, é preciso rejeitar o reducionismo que as histórias únicas oferecem.

“...É assim, pois, que se cria uma única história: mostre um povo como uma coisa, como somente uma coisa, repetidamente, e será o que eles se tornarão. É impossível falar sobre uma única história sem falar sobre poder. Há uma palavra, uma palavra da tribo Igbo, que eu lembro sempre que penso sobre as estruturas de poder do mundo, e a palavra é nkali. É um substantivo, que livremente se traduz: ‘ser maior do que o outro.’ Como nossos mundos econômicos e políticos, histórias também são definidas pelo princípio do nkali. Como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo realmente depende do poder. Poder é a habilidade de não só contar a história de uma outra pessoa, mas de fazer a história definitiva daquela pessoa...”¹⁰⁹

Olhar para o passado, compreender o caminho percorrido é, além de tudo, uma forma de celebrar. Ao celebrar sem ingenuidade, mas com olhar generoso para o que foi alcançado, ganha-se folêgo para seguir a caminhada. Um indivíduo constitui parte de sua identidade com base no seu passado e na história de seus antecessores. O resgate das memórias coletivas permite encontrar um senso de continuidade e de pertencimento a um acúmulo histórico e cultural. Isso cria uma sensação de unidade e solidariedade, especialmente quando essas histórias são compartilhadas e valorizadas.

Conhecer as histórias pode ser um instrumento poderoso de combate à opressão que se renova e aparece com novas roupagens de tempos em tempos. Ao trazer à tona histórias silenciadas e marginalizadas, grupos sociais podem desafiar narrativas dominantes e reivindicar sua voz e poder. Essas histórias podem revelar as injustiças sofridas, as resistências e lutas travadas ao longo do tempo, inspirando ações de transformação social e de construção de um futuro mais igualitário e com saúde.

Sugestões para futuros mapeamentos

A análise dos 13 mapeamentos territoriais trouxe aprendizados que podem apontar direções e inspirar novos levantamentos sobre experiências de agricultura urbana. Com o aumento de ações relacionadas à AU nos últimos anos e o reconhecimento da importância do tema para diferentes dimensões, como a SSAN, a promoção da saúde, o saneamento, a conservação e a recuperação ambiental, o direito à cidade, entre outros, é esperado que haja um aumento também no número de pesquisas para identificar o perfil e delimitar os impactos e oportunidades das agriculturas nas cidades e regiões metropolitanas. Tais investigações têm grande potencial de contribuir para a formulação de políticas públicas adequadas às diversas realidades, fomentar ações na sociedade civil, fortalecer práticas e produzir conhecimentos partindo dos territórios.



A principal referência em mapeamentos de agroecologia no país é o Agroecologia em Rede, uma plataforma virtual, em *software* livre, que apoia a realização de pesquisas sobre experiências, organizações e redes do campo agroecológico, produzindo mapas, dados e análises. Na plataforma, é possível visitar mapeamentos já realizados como fonte de informações e inspiração.

Saiba mais em:

<https://agroecologiaemrede.org.br>

Recomendamos atenção a alguns pontos:

- **O primeiro passo é ter nitidez sobre o objetivo do mapeamento**, pois isso irá definir as ferramentas, linguagem e perguntas

utilizadas, bem como as estratégias de coleta, análise e divulgação dos dados. Os objetivos podem ser relacionados à formulação ou acesso a uma política pública, fomento da comercialização local, organização ou fortalecimento de uma rede, entre muitos outros. É preciso entender se será um mapeamento focado na elaboração e implementação de políticas públicas governamentais, se terá como foco iniciativas da sociedade civil ou outras perspectivas.

- **Atenção ao número excessivo de perguntas**, pois isso diminui as taxas de respostas e até mesmo a qualidade das respostas. Além disso, cada pergunta exige uma análise correspondente, o que demanda tempo e dedicação. Formulários mais simples e diretos tendem a mobilizar mais respondentes do que formulários complexos e mais detalhados.
- **A forma de coleta de dados impacta diretamente os resultados**: um formulário eletrônico dificilmente será respondido por pessoas idosas, com baixo grau de alfabetização (incluindo a digital) ou em regiões e localidades com pouco acesso à internet. Um formulário com perguntas fechadas tem vantagens em termos quantitativos e comparativos, mas pode não contemplar importantes questões sociais e do campo mais subjetivo. É importante balancear perguntas de caráter qualitativo e quantitativo, assim como considerar diversidade de formatos de resposta (múltipla escolha, descritiva, numeral, entre outras).
- **Cuidados no uso de dados**: a intenção da pesquisa deve ser informada ao público participante. A coleta de dados pessoais precisa ser autorizada, podendo ser

incluída, por exemplo, como questão no início ou final do instrumento de colheita ou em formato de documento para recolher assinatura de autorização, mediante a apresentação dos termos para consentimento livre e esclarecido. A coleta de informações pessoais e dados sensíveis deve ser tratada de maneira cuidadosa e ética, respeitando a Lei Geral de Proteção e Uso de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018).

- **É fundamental considerar a diversidade de experiências de AU**, buscando definir com nitidez os conceitos, tipologias e perfis dos sujeitos que estão sendo considerados no âmbito do mapeamento. Generalizações e/ou agrupamentos de certas categorias podem

acabar acobertando determinadas experiências com características específicas. É importante também reconhecer as limitações do mapeamento, uma vez que a realidade que se pretende pesquisar é complexa e nenhum mapeamento conseguirá ser exaustivo a ponto de considerar todas as nuances e sobreposições, muitas vezes antagônicas, que se apresentam nas experiências. Reconhecer essas limitações e apresentá-las desde o início pode contribuir para melhor delimitar o que se pretende mapear e para garantir a assertividade dos resultados apresentados.

Sugerimos, abaixo, algumas questões que podem ser usadas na elaboração de novos mapeamentos sobre AU.

Sugestão de instrumento de colheita para experiências de agricultura urbana

INFORMAÇÕES GERAIS

Coleta de informações básicas do público

- Nome da experiência de agricultura urbana
- Nome e contato de pessoas de referência
- Contato (e-mail, telefone)
- Redes sociais da experiência
- Ano de início
- Endereço (rua, bairro, cidade)
- Número de pessoas que participam diretamente da experiência

ORGANIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

- Gestão da experiência
Opções: individual; familiar; comunitária/coletiva; institucional; empresarial; outra
- No caso de gestão institucional, qual o tipo de instituição?
Opções: cooperativa; sindicato; associação; ONG ou OSC; creche; escola; universidade; UBS; CRAS; centro cultural ou ponto de cultura; outra >>

ORGANIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

- Força de trabalho das pessoas envolvidas
Opções: voluntário; familiar; individual; contratada; institucional; beneficiário de co-produção; outra
- Situação fundiária do local onde ocorre a experiência
Opções: assentamento da reforma agrária; área institucional; área particular/privada; ocupação urbana; espaço comunitário; lote público; conjunto habitacional; unidade de conservação; Terra Indígena; outros
- Temas associados à experiência
Opções (retirado da “Árvore Temática” do Agroecologia em Rede): Agricultura Urbana e Periurbana; Agrotóxicos e Transgênicos; Águas e Saneamento; Alimento, Segurança e Soberania Alimentar; Arte, Cultura e Comunicação; Biodiversidade e Bens Comuns; Camponato, Povos, Comunidades Tradicionais e Outros Modos de Vida; Construção Social de Mercados, Cooperativismo e Outros Arranjos Comunitários; Economia Solidária e Outras Economias; Educação e Construção do Conhecimento Agroecológico; Impactos das Grandes Obras; Empreendimentos e Outras Violências; Juventudes; Manejo de Agroecossistemas; Mulheres e Feminismos; Políticas Públicas e Fomento; Práticas de Cuidado em Saúde e Medicina Tradicional; Resiliência Socioecológica e Mudanças Ambientais; Terra, Território e Ancestralidade; Outros
- Se faz parte de alguma rede de agricultura urbana ou agroecologia
- Se há organizações parceiras no desenvolvimento da experiência

PERFIL DAS PESSOAS PARTICIPANTES OU DE REPRESENTANTE DA EXPERIÊNCIA

Inclui questões autodeclaratórias - devem ser respondidas apenas se for possível perguntar às pessoas como se identificam

- Cor ou raça
Opções: preta; parda; branca; indígena; amarela; prefiro não responder; outra (campo para identificar qual)
- Sujeitos e identidades das pessoas participantes da experiência
Opções (retirado do Agroecologia em Rede): agricultoras/es familiares; agricultoras/es urbanas/os; agricultores/as sem terra; artesãs/ãos; assentados/as de Reforma Agrária; educadoras/es e professoras/es; estudantes; extensionistas rurais e técnica/os; juventudes e crianças; movimentos sociais; movimento de mulheres/feminista; pescadoras/es artesanais; pesquisadoras/es; profissionais de saúde; Povos e Comunidades Tradicionais; Povos Indígenas; integrantes de instituições religiosas; integrantes de ONGs e profissionais autônomos; sindicalistas; gestoras/es públicas/os; consumidoras/es; apicultores e meliponicultores; grupos atingidos por grandes empreendimentos; outros
- Faixa etária
- Escolaridade
- Identidade de gênero - Lembre-se! Sexo, identidade de gênero e orientação sexual são perguntas diferentes. É recomendável que se pergunte o gênero pelo qual a pessoa se identifica, assim ampliará as respostas das pessoas envolvidas, além de respeitar as identificações de cada uma. Por exemplo: gênero da liderança da experiência; e/ou quantidade de participantes da experiência por gênero
Opções: mulher cis (se identifica com o gênero atribuído ao nascer); homem cis (se identifica com o gênero atribuído ao nascer); mulher trans (não se identifica com o gênero atribuído ao nascer); homem trans (não se identifica com o gênero atribuído ao nascer); não binário (não se identifica exclusivamente com um gênero); prefiro não responder; ou outros.

POLÍTICAS PÚBLICAS

- Descreva os tipos de apoio público à experiência, caso acesse (financeiro, insumos, materiais, transporte, divulgação, comercialização e outros)
- Se possui Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)
- Se acessa algum mercado institucional, como PAA/PNAE

SISTEMA PRODUTIVO

- Tipo de sistema produtivo que mais se aproxima da experiência
Opções: convencional (com uso de agrotóxicos); agroecológico; orgânico; agroflorestal; em transição agroecológica (vale explicar brevemente cada um)
- Se possui algum certificado da produção (orgânico participativo, orgânico por auditoria, SPG, IBD etc)
- Tamanho aproximado da área produtiva
- Se armazena e/ou compartilha sementes crioulas
- Se trabalha com meliponicultura (criação de abelhas sem ferrão)
- Se há beneficiamento da produção

COMERCIALIZAÇÃO

- Destinação da produção
Opções: comercialização; autoconsumo; trocas; doações
- Quais os tipos de alimentos produzidos e quantidade média de produção (se for possível aferir)?
Opções: hortaliças; frutas; plantas medicinais; plantas aromáticas e condimentares; plantas alimentícias não convencionais (PANCs); flores; cultivo de plantas para uso espiritual/religioso; carnes; outros
- Quais as principais formas de comercialização
Opções: feiras livres; feiras agroecológicas; feiras da agricultura familiar; cestas; CSA; venda porta a porta; ponto comercial de venda; no próprio local de cultivo; escolas venda on-line
- Renda média estimada da comercialização

CONEXÕES COM A SAÚDE

- Qual a fonte de água utilizada pela experiência
Opções: abastecimento via companhia de água/encanada; poço; nascente; captação da chuva
- Se acessa sistema de coleta e tratamento de esgoto e qual tipo
Opções: conectada à rede convencional; fossa séptica; banheiro seco; sem coleta; sem tratamento, outros
- Se realiza compostagem de matéria orgânica e qual a escala/tipo de resíduo
Opções: resíduos alimentares domiciliares; resíduos alimentares da comunidade/de bairro; resíduos de poda e capina; de esterco de animais; outros >>

CONEXÕES COM A SAÚDE

- Se realiza práticas populares, tradicionais e/ou integrativas de cuidado em saúde e quais
Opções: remédios caseiros com plantas medicinais; fitoterapia; rezas, banhos e benzimentos; dietas alimentares; outras
- Se há contribuições para a saúde e quais
Opções: SSAN; saúde física; saúde mental; melhoria da qualidade de vida; outras

RESISTÊNCIAS E AMEAÇAS

Avaliar se as respostas a essas questões devem ser publicizadas, priorizando a proteção das pessoas e grupos envolvidos na experiência

- Se existem desafios à continuidade da experiência e quais
Opções: dificuldade de acesso a recursos financeiros; dificuldade de escoar e comercializar a produção; insegurança ou incompatibilidade jurídica no uso da terra; disputa territorial; roubos/depredações; violência do Estado; racismo; violência de gênero; violência geracional; intolerância religiosa; contaminação ambiental por agrotóxicos ou outros poluentes; riscos ambientais; outros
- Se há conflitos ambientais no território onde a experiência acontece, quais os impactos ambientais e os possíveis danos à saúde

Referências:

Além dos 13 mapeamentos analisados na pesquisa, foram referências à montagem deste guia:

- a plataforma Agroecologia em Rede - <https://agroecologiaemrede.org.br>;
- a publicação “Tecendo Redes de Experiências em Saúde e Agroecologia: resultados e reflexões a partir da sistematização de iniciativas construídas pela Fiocruz” da Fiocruz/2022 - https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos_2/relatoriodigital_07022023.pdf;
- a publicação “Agendas municipais de agricultura urbana e periurbana” da Fundação Getúlio Vargas, PNUMA/ONU e Ministério da Cidadania, 2022 - https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/u641/fgvces_-_agendas_municipais_de_agricultura_urbana_e_periurbana.pdf.

Referências

- 1 ALENCAR, Victor; ORNELAS, Gabriel; COSTA, Heloisa. Planejar para alimentar as metrópoles: a incorporação da agricultura e da agroecologia no planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte. **RPPR**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, 2020, p. 285-309.
- 2 FGV. **Agendas municipais de agricultura urbana e periurbana**. FGV; ONU; Ministério da Cidadania, TEEB, 2022. Disponível em: https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/u641/fgvces_-_agendas_municipais_de_agricultura_urbana_e_periurbana.pdf.
- 3 ALMEIDA, D. A. O. **Isto e aquilo: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)**. 2016. 438 p. Tese (Doutorado) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- 4 ALMEIDA, D. A. O. **Isto e aquilo: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)**. 2016. 438 p. Tese (Doutorado) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- 5 BAGNATI, A. ABREU, J. Programa Beija-Flor de tratamento descentralizado de resíduos em Florianópolis-SC, Brasil. In: FRICKE et al. (coord.). **Gestão sustentável de resíduos sólidos urbanos: transferência de experiências entre a Alemanha e o Brasil**. Braunschweig: Technische Universität Braunschweig, 2015.
- 6 BARBOSA, Malba Tahan. **Educação ambiental popular: estudo de caso sobre a experiência do centro de vivência agroecológica - CEVAE/Taquaril**. 2002. 155 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.
- PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Centros de vivência agroecológica - CEVAE's**. 2018. Disponível em: www.pbh.gov.br. Acesso em: 15 jun. 2023.
- 7 ARANHA, Adriana Veiga (org.). **Fome Zero: uma história brasileira**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Assessoria Fome Zero, v. 1, 2010.
- 8 COLETIVO NACIONAL DE AGRICULTURA URBANA. **Subsídio para uma Política Nacional de Agricultura Urbana Periurbana (PNAUP)**. Disponível em: <https://aspta.org.br/2015/04/17/cau/>. Acesso em: 15 jun. 2023.
- 9 CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Lei Orgânica n. 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. SISAN com vistas em assegurar o DHAA e dá outras providências. Lei de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2006.
- 10 FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Seminário Nacional Agricultura Urbana e Periurbana**. Disponível em: <https://fbes.org.br/2007/05/31/seminario-nacional-agricultura-urbana-e-periurbana/>. Acesso em: 24 abr. 2022.
- 11 CAROLINO, K. **Agricultura em São Paulo: uma análise sobre os programas públicos instituídos no município**. 2021. 248 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Instituto de Energia e Ambiente, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.
- ANA. **Municípios Agroecológicos – Dados da Pesquisa**. 2020. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2020/10/22/municipios-agroecologicos>. Acesso em: 15 jun. 2023.
- 12 LOVO, I.; NUÑEZ, T. **Sistematizar e analisar a implementação da Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana promovida pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome no Brasil com foco em regiões Metropolitanas durante o período 2004- 2009**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011.
- 13 4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Alimentação adequada e saudável: direito de todos**. **Anais [...]**. Salvador: CONSEA, 2011.

- 14 REDE PENSSAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Brasília: Instituto Vox Populi, 2020.
- 15 COLETIVO NACIONAL DE AGRICULTURA URBANA. **Carta III ENA**. Disponível em: <http://aspta.org.br/files/2015/04/CartaCNAUENA.pdf>. Acesso em: 25 jan. de 2022.
- 16 CNAU. **COMEÇOU O CBA!** Facebook: Coletivo Nacional de Agricultura Urbana. 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/page/927047244027922/search/?q=CBA>. Acesso em: 15 jun. 2023.
- 17 BRASIL. Ministério da Cidadania. **Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana**. Brasília: Ministério da Cidadania, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/aceso-a-informacao/carta-de-servicos/desenvolvimento-social/inclusao-social-e-produtiva-rural/programa-nacional-de-agricultura-urbana-e-periurbana>. Acesso em: 26 abr. 2022.
- 18 AUÊ! Estudos em Agricultura Urbana (UFMG). **IV Encontro latinoamericano de agricultura urbana e periurbana - ELAUP**. Disponível em: <https://aueufmg.wordpress.com/2019/05/16/iv-encontro-latinoamericano-de-agricultura-urbana-e-periurbana-elaup>. Acesso: 15 jun. 2023.
- 19 REDE PENSSAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Brasília: Instituto Vox Populi, 2020.
- 20 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- ALMEIDA, D.A.O. *et al.* **Anuário das agriculturas metropolitanas 2020/2021**: uma publicação sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Belo Horizonte: UFMG/IGC/AUÊ!, 2022.
- 21 ALMEIDA, D. A. O. **Isto e aquilo**: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). 2016. 438 p. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- 22 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- 23 LARA, A.; ALMEIDA, D. **Agricultura urbana**: Belo Horizonte cultivando o futuro. Belo Horizonte: Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas. 2008.
- 24 ALMEIDA, D.; COSTA, H. Agricultura urbana: uma aproximação possível entre a questão ambiental e a questão urbana. *In*: III SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE O TRATAMENTO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM MEIO URBANO E RESTRIÇÕES AMBIENTAIS AO PARCELAMENTO DO SOLO. **Anais [...]**. Belém, UFPA, 2014.
- 25 BAETA, Alenice; GILVANDER, F. Cedefes. **Retomada Indígena Kamakã Mongoió em Brumadinho (MG)**: obra do Grande Espírito. Belo Horizonte: Comissão Pastoral da Terra, 2021.
- 26 ALMEIDA, D. A. O. **Isto e aquilo**: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). 2016. 438 p. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- 27 BAETA, Alenice; GILVANDER, F. Cedefes. **Retomada Indígena Kamakã Mongoió em Brumadinho (MG)**: obra do Grande Espírito. Belo Horizonte: Comissão Pastoral da Terra, 2021.
- 28 TOFANELLI, Vivian Franchi. **Dos Trabalhos Coletivos aos Coletivos de Trabalho**: uma experiência agroecológica em uma ocupação urbana. 2018. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia de Produção, Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.30
- CAMPOREZ, P. et al. Rastro de Morte e contaminação por agrotóxico. *A Gazeta*, Vitória, 22 fev. 2015.
- 29 CAMPOREZ, P. *et al.* Rastro de Morte e contaminação por agrotóxico. *A Gazeta*, Vitória, 22 fev. 2015.

- SPOSITO, Elaine Caliman. **Agricultura orgânica do estado do Espírito Santo: diversidade e comercialização de seus produtos na região metropolitana de Vitória**. 2015. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7891>. Acesso em: 15 jun. 2023.
- 30 LOUREIRO, K. A instalação da empresa Aracruz Celulose S/A e a “moderna” ocupação das terras indígenas Tupiniquim e Guarani Mbya. **Revista Ágora**, [S. l.], n. 3, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/1891>. Acesso em: 15 jun. 2023.
- CALDEIRA, Geraldiny Malaguti. A participação da Aracruz Celulose na Ditadura Empresarial-Militar Brasileira. In: 46° ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 46, 2022, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Campinas: Unicamp, 2022. p. 1-27. Disponível em: <https://www.encontro2022.anpocs.com/>. Acesso em: 15 jun. 2022.
- MARACCI, Marilda Teles. A apropriação de territórios para monocultura de eucalipto, impactos socioambientais e conflitos territoriais no Espírito Santo - Brasil. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2005. p. 1-17.
- 31 ARTESOL - ARTESANATO SOLIDÁRIO. **Panelas de Goiabeiras**. Disponível em: <https://www.artesol.org.br/goiabeiras>. Acesso em: 19 jun. 2023.
- 32 SABERES do Barro: Ofício das Panelas em Goiabeiras. Realização de Iphan e Ministério da Cultura. [S.l.]: Filmes de Quintal, 2015. son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=s5sZjpH2Q8w>. Acesso em: 4 jul. 2023.
- 33 VIEIRA, Josean de Castro. Guardiãs das hortas de plantas medicinais, produção orgânica e conhecimento popular na atenção à saúde preventiva no SUS. In: Municípios Agroecológicos e Políticas de Futuro, 1., 2020, Vitória. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia, 2020. p. 1-6. Disponível em: <https://legacy.agroecologiaemrede.org.br/>. Acesso em: 19 jun. 2023.
- 34 SACRAMENTO, Henriqueta Tereza do; MOREIRA, Marcela Beatriz Aguiar; SILVA, Juliane Kely Fagundes; PAULO, Dejanilda Luz. Vitória (ES): experiência exitosa em pics. **Jmpbc | Journal Of Management & Primary Health Care** | ISSN 2179-6750, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 333- 342, set. 2017.
- 35 SANTOS, João Carlos Saldanha do Nascimento; DORNELAS, Rafaela Silva. Diálogos e vivências na construção dos conhecimentos agroecológicos: a experiência do Nepea-Ufes. In: I SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM AGROECOLOGIA, 2016, Vitória. **Anais [...]**. Vitória, 2016.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA. **Cadernos de Agroecologia**. Recife: Associação Brasileira de Agroecologia, 2013. p. 1-10. Disponível em: <https://revistas.aba-groecologia.org.br/cad/article/view/20876/12258>. Acesso em: 19 jun. 2023.
- 36 ESRURAL: Conheça uma horta comunitária urbana no Centro de Vitória. Vitória: Tve Espírito Santo, 2018. P&B. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zpg6nnYpSvg>. Acesso em: 19 jun. 2023.
- 37 COUZEMENCO, Fernanda. Expansão da agricultura urbana promove quebra positiva de paradigma: RUCA e FASE se unem em edital para apoiar hortas comunitárias na periferia da Grande Vitória. **Século Diário**, Vitória, p. 1-3, fev. 2021.
- RIBEIRO, Wesley. **Agroecologia: depósito de lixo vira horta comunitária em vila velha**. Es Brasil. Vitória, p. 1-3. fev. 2022. Disponível em: <https://esbrasil.com.br/agroecologia-deposito-de-lixo-vira-horta-comunitaria-em-vila-velha/>. Acesso em: 19 jun. 2023.
- 38 COUZEMENCO, Fernanda. Quantas hortas urbanas agroecológicas existem no Espírito Santo?: rede urbana capixaba de agroecologia convoca hortelãs e hortelãos para autcadastro no mapeamento estadual. **Século Diário**, Vitória, p. 1-3, mar. 2021.

- 39 VITÓRIA. Prefeitura de Vitória. Programa de fitoterapia de Vitória será apresentado em simpósio nacional. **Portal da Prefeitura de Vitória**, 2018. Disponível em: <https://m.vitoria.es.gov.br/>. Acesso em: 16 jun. 2023.
- 40 BRASIL. Secretaria de Atenção Primária À Saúde, Ministério da Saúde. **O tratamento das doenças a partir de plantas medicinais em Vitória (ES) faz a diferença no cuidado à saúde**. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/>. Acesso em: 16 jun. 2023.
- 41 GOBBO, Elaine dal. Mapeamento irá impulsionar criação de rede de benzedeiros do Espírito Santo: ideia é também realizar um encontro estadual, além da produção de um documentário e um livro. **Século Diário**, Vitória, p. 1-3. 25 jul. 2022. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/cultura/mapeamento-ira-impulsionar-criacao-de-rede-de-benzedeiras-do-espírito-santo>. Acesso em: 19 jun. 2023.
- 42 SACRAMENTO, Henriqueta Tereza do; MOREIRA, Marcela Beatriz Aguiar; SILVA, Juliane Kely Fagundes; PAULO, Dejanilda Luz. Vitória (ES): experiência exitosa em pics. **Jmphc | Journal Of Management & Primary Health Care** | ISSN 2179-6750, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 333- 342, set. 2017.
- 43 MACIEL, Cleber. **Negro no Espírito Santo**. 2. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.
- OLIVEIRA, Sara de. Mapeamento identifica 11 mil integrantes de povos tradicionais em Cariacica: estudo aponta para um contexto de violência, marginalização e falta de acesso a políticas públicas. **Século Diário**, Vitória, p. 1-4. set. 2021. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/direitos/mapeamento-identifica-11-mil-integrantes-de-povos-tradicionais-em-cariacica>. Acesso em: 21 jun. 2023.
- 44 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a.
- 45 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal - PAM**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b.
- 46 PENSSAN. **Inquérito Nacional sobre IA no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil**. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021
- 47 FERREIRA, Rubio José. Agricultura urbana e periurbana e políticas públicas: contribuição à discussão do tema a partir de uma análise espacial em Recife e Vitória de Santo Antão/ PE UFPE, 2013.
- 48 LIMA, Rosa Maria Cortês de; GONDIM, Jorge Vinícius Silva. Recife: habitação, desigualdade e pobreza. In: ROCHA, Danielle de Melo; LIMA, Rosa Maria Cortês de; SOUZA, Maria Ângela de Almeida (orgs.). **Moradia popular no Recife: trajetórias, lutas e conquistas**. Recife: Cepe, 2022.
- 49 RECIFE. **Lei n. 16.176, de 1996**. Estabelece a lei de uso e ocupação do solo da cidade do Recife. Recife: Câmara Municipal, 1996.
- 50 RAMOS, Lucia Lambert Passos. O HC enquanto estratégia da advocacia ativista para incidir jurídica e politicamente na questão do cultivo de cannabis para fins medicinais no Brasil, **Revista Migalhas**, 26 jan. 2023. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/380585/o-hc-na-questao-do-cultivo-de-cannabis-para-fins-medicinais>. Acesso em: 15 jun. 2023
- AGÊNCIA FIOCRUZ DE NOTÍCIAS. Seminário apresenta os benefícios do uso medicinal da cannabis. Fundação Oswaldo Cruz, 2022.
- MARCA DA MACONHA RECIFE. Manifesto Antiproibicionista. **Marcha da Maconha Recife**, 21 maio 2022. Disponível em: <https://marchadamaconha.recife.br/manifesto2022>. Acesso em: 15 jun. 2023.
- 51 SILVA, Junior. ASSICUKA: a primeira associação indígena em contexto urbano oficializada do Brasil, em Recife. **Agência de Notícias das Favelas**, 18 jun. 2021. Disponível em: <https://www.anf>.

- org.br/assicuka-a-primeira-associacao-indigena-em-contexto-urbano-oficializada-do-brasil-em-recife/. Acesso em: 15 jun. 2023.
- 52 CASA FLUMINENSE (org.). **Guia Para Justiça Climática: tecnologias sociais e ancestrais de enfrentamento ao racismo ambiental na região metropolitana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. Associação Casa Fluminense, 2023
- MAPA DO GRUPOS ARMADOS DO RJ. Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos (GENI/UFF), Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP), **Pista News**. 2020. Disponível em: <https://geni.uff.br/2021/03/26/mapa-dos-grupos-armados/>; <https://erickgn.github.io/mapafc/>. Acesso em: 12 jan. 2023.
- 53 SANTANA, Caroline Dos Santos Santana; Viver, Morar E Plantar: O Impacto Do Planejamento Urbano Na Vida Dos Agricultores Quilombolas Do Maciço Da Pedra Branca. *In: XVIII ENANPUR, 2019, Natal. Anais [...].* Natal, 2019. ISSN: 1984-8781.
- 54 SANTANA, Caroline Dos Santos Santana; Viver, Morar E Plantar: O Impacto Do Planejamento Urbano Na Vida Dos Agricultores Quilombolas Do Maciço Da Pedra Branca. *In: XVIII ENANPUR, 2019, Natal. Anais [...].* Natal, 2019. ISSN: 1984-8781.
- 55 STRAUCH, G.; MENDONÇA, M. M.; ROSA, M. C. Feiras da roça: desvelando a agricultura familiar da região metropolitana do Rio de Janeiro. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 9, n. 2, setembro de 2012.
- 56 FERNANDEZ, A. **Do Sertão Carioca ao Parque Estadual da Pedra Branca: a construção social de uma unidade de conservação à luz das políticas ambientais fluminenses e da evolução urbana do Rio de Janeiro**. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- 57 MUÑOZ, P.; DIAS, Allister A. Degeneração, subalternidade e favela: Anália, uma mulher de cor preta no Rio de Janeiro pós-abolicionista. **Revista Maracanan**, n. 27, p. 194-221, 2021.
- VAZ, L. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos – a modernização da moradia no Rio de Janeiro. **Análise social**, p. 581-597, 1994.
- VALLADARES, L. A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 15, p. 5-34, 2000.
- FONSECA, Wéverson Lima *et al.* Causas e consequências do êxodo rural no Nordeste brasileiro. **Nucleus**, v. 12, n. 1, p. 233-240, 2015.
- 58 ARRUTI, José Maurício. Quilombos e cidades: breve ensaio sobre processos e dicotomias. *In: BIRMAN, Patricia et al. Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro: FGV, 2015, p. 217-238.
- BARBOSA, Diana. Quilombolas Urbanos Pedra do Sal e Sacopã/RJ: Território como Construtor de Identidades. *In: XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças*, 2010, Porto Alegre. **Anais [...].** Porto Alegre, 2010.
- FERNANDEZ, A. **Do Sertão Carioca ao Parque Estadual da Pedra Branca: a construção social de uma unidade de conservação à luz das políticas ambientais fluminenses e da evolução urbana do Rio de Janeiro**. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- 59 SAGAE, Érica. **Agricultura, cidade e movimento: as experiências de agricultura urbana em Florianópolis, SC**. 2022. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.
- INPE. **Atlas dos Municípios da Mata Atlântica – Ano Base 2013**. 2013.

- 60 PEÑAFIEL, Fany María Montenegro. **Ideologia do movimento ambientalista: um estudo de casos múltiplos em quatro organizações não governamentais de Florianópolis**. 2005. 190 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/101736/211228.pdf?sequence=1>. Acesso em: 27 abr. 2023
- 61 FRICKE, Klaus; PEREIRA, Christiane. Apresentação. In: FRICKE, Klaus; PEREIRA, Christiane; LEITE, Aguinaldo; BAGNATI, Marius. (coords.). **Gestão sustentável de resíduos sólidos urbanos: transferência de experiência entre a Alemanha e o Brasil**. Braunschweig: Technische Universität Braunschweig, 2015. Disponível em: http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/16_06_2015_14.43.14.ab11ea8a958f79fa0a4a98edfcbd0bdd.pdf. Acesso em: 28 abr. 2023
- 62 BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Compostagem Doméstica, Comunitária e Institucional de Resíduos Orgânicos**. Brasília, 2018. Disponível em: https://portal-api.sinir.gov.br/wp-content/uploads/2021/11/Compostagem-Manual_2018-11-26_digital_figuras-c-titulo.pdf. Acesso em: 28 abr. 2023
- 63 LAURINDO, K. R.; PIZARRO, D. C. MORTARI, C. **Quilombo Vidal Martins: narrativas e memórias**. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação, UDESC, 2022.
- REGA. **Quilombo Vidal Martins**. 2020. Disponível em: <https://regabrasil.wordpress.com/quilombo-vidal-martins>. Acesso em: 28 abr. 2023.
- LOURENÇO, M. Único quilombo de Florianópolis vive sob incertezas e pode perder território. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 1-5. abr. 2023.
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Após ação do MPF, Inkra reconhece 1ª comunidade quilombola de Florianópolis (SC). 2022. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/sc/sala-de-imprensa/noticias-sc/apos-acao-do-mpf-incra-reconhece-1a-comunidade-quilombola-de-florianopolis-sc>. Acesso em: 28 abr. 2023.
- 64 CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO CIENTÍFICA PROF. CASEMIRO DOS REIS FILHO (São Paulo). Pontifícia Universidade Católica (org.). **Movimentos em Defesa do Meio Ambiente**. Coleções. Disponível em: <https://www4.pucsp.br/cedic>. Acesso em: 28 abr. 2023.
- 65 OBSERVATÓRIO DE INOVAÇÃO SOCIAL DE FLORIANÓPOLIS (OBISF). Conheça o Observatório e nossa equipe. 2017. Disponível em: <https://observafloripa.com.br>. Acesso em: 28 abr. 2023.
- 66 OBSERVATÓRIO DE INOVAÇÃO SOCIAL DE FLORIANÓPOLIS (OBISF). Conheça o Observatório e nossa equipe. 2017. Disponível em: <https://observafloripa.com.br>. Acesso em: 28 abr. 2023.
- 67 SANTA CATARINA. SECRETARIA DO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Diálogos sobre a consciência negra: no combate ao racismo**. No combate ao racismo. Disponível em: <http://www.sas.sc.gov.br/>. Acesso em: 24 abr. 2023.
- 68 LUNARDELLIN, Daniel Henrique França. A “Cidade Milagre”: novos contornos de uma Florianópolis em vias de modernização. **Cadernos Nauí**, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 51-79, jan. 2013.
- 69 ABRELPE (Brasil). **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2022**. São Paulo: Abrelpe, 2022. Disponível em: <https://abrelpe.org.br/panorama/>. Acesso em: 15 jun. 2023.
- SECRETARIA DE QUALIDADE AMBIENTAL. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2022.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Gestão de resíduos orgânicos**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2017. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2023.
- 70 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

- 71 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- 72 SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. **Projeto LUPA 2016/2017: Censo Agropecuário do Estado de São Paulo**. São Paulo: Instituto de Economia Agrícola; Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável, 2019.
- 73 BIAZOTI, A.; LEÃO, V. ; BURRALLI, R.; MAUAD, T. Agricultura urbana no município de São Paulo: considerações sobre produção e comercialização. **Estudos Avançados**, n.35, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2021.35101.012>. Acesso em: 4 abr. 2023.
- 74 BIAZOTI, A.; LEÃO, V. ; BURRALLI, R.; MAUAD, T. Agricultura urbana no município de São Paulo: considerações sobre produção e comercialização. **Estudos Avançados**, n.35, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2021.35101.012>. Acesso em: 4 abr. 2023.
- CURAN, R. M. **Multifuncionalidade da agricultura urbana de base agroecológica: um estudo na Zona Leste do município de São Paulo/SP**. 2020. Dissertação (mestrado) - Roberta Moraes Curan. Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2020.
- ROSTICHELLI, M. **Entre a Terra e o Asfalto: A Região Metropolitana de São Paulo no contexto da Agricultura Urbana**. 2013. 187 folhas. Dissertação de (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- 75 BELLENZANI, Maria Lucia Ramos; COLETA, Flávia Bigai; IYUSUKA, Sheyla Saori. Mulheres agricultoras em São Paulo (SP): Tecendo a teia da agroecologia nas periferias paulistanas. In: III COLÓQUIO INTERNACIONAL FEMINISMO E AGROECOLOGIA: Trabalho, cuidados e bens comuns. Recife, 2019. **Anais [...]**. Recife, 2019.
- 76 COMISSÃO YVYURUPA. **DemarcaVvyrupa: Pela demarcação das terras guarani na Mata Atlântica**. 2023. Disponível em: <https://www.yvyrupa.org.br>. Acesso em: 31 mar. 2023
- COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. Disponível em: <https://cpisp.org.br>.
- NAKAMURA, R. Centro de Trabalho Indigenista. **Tenondé Porã: os muitos anos de luta por reconhecimento**. 2016. Disponível em: <https://trabalhoindigenista.org.br>. Acesso em: 15 jun. 2023.
- NEEPES/ENSP/FIOCRUZ. **Mapa de Conflitos: injustiça ambiental e saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2010. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br>. Acesso em: 15 jun. 2023.
- PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Mapeamento Sampa+Rural**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://sampamaisrural.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2023.
- TI Tenondé Porã. São Paulo. Disponível em: <https://tenondepora.org.br>. Acesso em: 15 jun. 2023.
- 77 COLETIVO NACIONAL DE AGRICULTURA URBANA. **Subsídio para uma Política Nacional de Agricultura Urbana Periurbana (PNAUP)**. Disponível em: <https://aspta.org.br/2015/04/17/cau/>. Acesso em: 15 jun. 2023.
- 78 BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/folder/politica_nacional_praticas_sus_fitoterapia_folder.pdf. Acesso em: 15 jun. 2023.
- 79 BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política e Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos**. Brasília: Ministério da Saúde, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sectics/daf/pnpmf>. Acesso em: 15 jun. 2023.

- 80 BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/folder/politica_nacional_praticas_sus_fitoterapia_folder.pdf. Acesso em: 15 jun. 2023.
- 81 BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **SUS: a maior política de inclusão social do povo brasileiro**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
- 82 MTST. **Cozinha Solidária**, 2023. Disponível em: <https://www.cozinhasolidaria.com>. Acesso em: 15 jun. 2023.
- 83 BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia Alimentar Para a População Brasileira**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em: 15 jun. 2023.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Consea. 4a CNSSAN. **Direito Humano à Alimentação Adequada - Faça valer**. Brasília: MDS e Combate à Fome, 2011. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/folder-direito-humano-a-alimentacao-adequada>. Acesso em: 15 jun. 2023.
- 84 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html>. Acesso em: 15 jun. 2023.
- 85 CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA. 2022. Disponível em: <https://contraosagrototoxicos.org>. Acesso em: 15 jul. 2023.
- NILSON, Eduardo et al. Premature Deaths Attributable to the Consumption of Ultraprocessed Foods in Brazil. **American Journal of Preventive Medicine**, p. 1-8, 2022. Disponível em: <https://www.ajpmonline.org/pbassets/Health%20Advance/journals/amepre/Nilson-et-al-1667841500.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023
- 86 BRASIL. Agência Nacional de Águas. **Atlas Esgotos**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://atlasesgotos.ana.gov.br/>.
- BRASIL. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. **Diagnóstico Temático Serviços de Água e Esgotos**. Visão Geral - ano de referência 2021. Brasília, 2023.
- 87 CUNHA, M. B.; PIVETTA, F.; PORTO, M. F. S.; ZANCAN, L.; SOUSA, F.M.FRANCISCO, M. S.; COSTA, V. C. Vigilância Popular em Saúde: contribuições para repensar a participação no SUS. In: BOTELHO, B.O. et al. (org.). **Educação Popular no Sistema Único de Saúde**. São Paulo: Hucitec, 2017, p. 95-126.
- 88 BORGHI, Carolina; OLIVEIRA, Rosely; SEVALHO, Gil. determinação ou determinantes sociais da saúde: texto e contexto na América Latina. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16 n. 3, p. 869-897, set./dez. 2018.
- DANTAS, V. L. DE A. et al. Cirandas da Vida: dialogismo e arte na gestão em saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 21, n. 1, p. 46-58, 2012.
- OLIVEIRA, R. M. DE; VALLA, V. As condições e as experiências de vida de grupos populares no Rio de Janeiro: repensando a mobilização popular no controle do dengue. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 17, n. suppl, p. S77-S88, 2001.
- 89 FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1975.
- 90 BARROSO, Milena. Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista. São Paulo: **Serv. Soc. Soc.**, n. 133, p. 446-462, set./dez. 2018.

- 91 GONZALEZ, L. **Primaveras para rosas negras**. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.
- LUGONES, M. Colonialidade e gênero. *In*: HOLLANDA, H. B. **Pensamento feminista hoje: Perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- NASCIMENTO, A. **O Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.
- GELEDÉS. Em 2020, brancos ganharam 73,3% mais que pretos e pardos; homens receberam 28,1% a mais que as mulheres, diz IBGE. **GELEDÉS**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/em-2020-brancos-ganharam-733-mais-que-pretos-e-pardos-homens-receberam-281-a-mais-que-as-mulheres-diz-ibge/>. Acesso em: 15 jun. 2023.
- 92 RICARTE-COVARRUBIAS, J. D.; FERRAZ, J. M. G.; BORGES, J. R. P. Segurança alimentar através da agricultura urbana: um estudo de caso em duas comunidades de baixa renda em Porto Ferreira/SP. *Revista Brasileira de Agroecologia*. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.6, n.3, p. 62-80, 2011.
- PESSOA, C. C.; SOUZA, M. de; SCHUCH, I. Agricultura urbana e segurança alimentar: estudo no município de Santa Maria – RS. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 13, n.1, p.23-37, 2006.
- 93 CARDOSO, Elisabeth; JALIL, Laeticia; MOREIRA, Sarah. A Revolução Silenciosa dos Quintais Agroecológicos das Mulheres. **Anais [...]**. XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão (Sergipe), v. 15, n. 2, 2020.
- 94 COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- 95 ARAÚJO, Marli Gondim de. **Limolaygo Toype: território ancestral e agricultura indígena dos Xukuru do Ororubá em Pesqueira e Poção, Pernambuco**. 2021. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021. (SERIA TROCA PELO SULVA).
- 96 SILVA, José Nunes da; TAVARES DE LIMA, Jorge Roberto. Povos de Terreiros e construção do conhecimento agroecológico: notas para um debate. **Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF**, Jul. 2018.
- 97 SILVA, José Nunes da. A atualidade do campesinato negro no nordeste brasileiro e suas contribuições para a construção do conhecimento agroecológico. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 14, n.2, p.17, 2019.
- 98 CORDEIRO, Vanessa Alves *et al.* Como produzir conhecimento nos encontros entre mulheres? reflexões sobre experiências teórico-metodológicas com e desde as margens da cidade. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 23, 2021.
- 99 FERNANDES, Edésio. **Seminário Teorias e Práticas Urbanas: caminhos - Eixo Emancipação**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=p0gf3yDBka0&ab_channel=IEATUFMG. Acesso em: 11 ago. 2023
- 100 LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2011.
- 101 JÚNIOR, Nelson Saule; UZZO, Karina. **A Trajetória da Reforma Urbana no Brasil**. Ford Foundation. Experiências do Marco Legal, p. 259- 269. São Paulo, 2009.
- 102 INSTITUTO POLIS. O que é direito à cidade? **Instituto Pólis**, 2020. Disponível em: <https://polis.org.br/>. Acesso em: 15 jun. 2023.
- 103 AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. **Revista Mana**, v. 21, n. 3, p. 483-498, dez. 2015..
- 104 ALMEIDA, Mauro; CUNHA, Manuela Carneiro da. Populações tradicionais e conservação ambiental. *In*: CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

- 105 CASA FLUMINENSE (org.). **Guia Para Justiça Climática: tecnologias sociais e ancestrais de enfrentamento ao racismo ambiental na região metropolitana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. Associação Casa Fluminense, 2023.
- 106 MILANEZ, B.; FONSECA, I. F. Justiça Climática e Eventos Climáticos Extremos: uma análise da percepção social no Brasil. **NUPEAT-IESA-UFG**, v.1, n.2, jul./dez. 2011, p. 82-100.
- 107 FERNANDEZ, A. C. F.; FILHO, A. C. B. Agricultura familiar urbana. **Cidades**, n. 39, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cidades/1825>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- 108 SCHMITT, C. A transformação das “Ideias Agroecológicas” em instrumentos de políticas públicas: dinâmicas de contestação e institucionalização de novas ideias nas políticas para a agricultura familiar. **Política & Sociedade**, v. 15, 2016, p. 2175-7984
- 109 ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo da história única. **TEDGlobal**, 2009. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt. Acesso em: 12 jul. 2023.



Esta publicação foi impressa na gráfica Reproset em papel Cartão Triplex LD 250g/m² (capa) e Pólen NaturalLD 90g/m² (miolo).

É composta das tipografias Alegreya, Vinila e HK Grotesk (gráficos) e foi finalizado em novembro de 2023.

Tiragem de 1.000 exemplares.

Esta publicação partilha os resultados e aprendizados do projeto “Agricultura Urbana Agroecológica, Direito à Cidade e Promoção da Saúde: intercâmbios para o fortalecimento de práticas e redes”, realizado pela Agenda de Saúde e Agroecologia da Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde, da Fundação Oswaldo Cruz (VPAAPS/Fiocruz), em parceria com o Coletivo Nacional de Agricultura Urbana, da Articulação Nacional de Agroecologia (CNAU/ANA). A iniciativa buscou qualificar o debate nacional sobre a agricultura urbana e aproximar as relações entre agricultura urbana e saúde.

Ainda que seja tão antiga quanto o próprio processo de urbanização, a agricultura urbana, enquanto conceito, pode ser considerada recente. As práticas e os sujeitos que fazem agricultura nos espaços urbanos são ainda pouco conhecidos e há poucos dados disponíveis sobre a agricultura urbana do Brasil. Neste sentido, a publicação busca responder à necessidade de visibilizar o papel da sociedade civil organizada na formulação de políticas públicas e na construção de conhecimentos sobre agricultura urbana. Para isso, refletiu sobre memórias e mapeamentos nacionais e regionais, considerando a atuação de redes e de iniciativas de agricultura urbana nas Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte (MG), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ) e Vitória (ES), bem como nos municípios de São Paulo (SP) e Florianópolis (SC).

Quando orientada pela agroecologia, a agricultura urbana é um caminho para a saúde da população com benefícios que envolvem a autonomia alimentar, alimentação saudável, o cuidado em saúde, a saúde mental, o saneamento, a qualidade do ambiente, entre outros. Conectar agricultura urbana e saúde implicou um olhar cuidadoso - e ainda introdutório- para as dimensões de gênero e raça. O protagonismo histórico das mulheres, dos grupos populares, das populações negras e dos povos tradicionais mostra a existência de muitas agriculturas urbanas que, com suas distintas formas e denominações, convergem nas práticas de cuidado com o comum, país afora.

Esperamos que esta seja uma contribuição para fertilizar os campos da saúde coletiva e da agroecologia com a diversidade de sujeitos, práticas e possibilidades dos espaços urbanos, e para encorajar pensamentos complexos que superem a oposição rural-urbano e fortaleçam a construção do conhecimento, as lutas e ações de enfrentamento às desigualdades e de promoção da vida com dignidade.

